Manual do Candidato

História mundial contemporânea (1776-1991)

Paulo Fagundes Visentini
Analúcia Danilevicz Pereira

3ª edição revista e atualizada

Fundação Alexandre de Gusmão

Manual do Candidato

História mundial contemporânea (1776-1991)

Manual do Candidato

História mundial contemporânea (1776-1991)

Paulo Fagundes Visentini
Analúcia Danilevicz Pereira

3ª edição revista e atualizada

Direitos reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio GusmâoAndé Luiz Ventura Ferreira
André Luiz Ventura Ferreira

Revisão:
Júlia Godoy

Projeto Gráfico:
Wagner Alves

E-book:
Jefferson Mota - Gráfica e Editora Ideal

Fotografia da capa:
Grande Relevo Branco, de Emanoel Araújo. Relevo em madeira esmaltada de branco, 2,70 x 11,17 m, sem data.
Acervo do Ministério das Relações Exteriores

V829
VISENTINI, Paulo Fagundes.
Manual do candidato : história mundial contemporânea (1776-1991): da indepedência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética/Paulo Fagundes Visentini; Analúcia Danilevicz Pereira;

> A História contemporânea é um assunto perigoso de tratar. Está repleta de material explosivo. Muita da informação essencial não será conhecida senão muitos anos mais tarde [...]. As paixões e o partidarismo podem escurecer o juízo objetivo. Quem tentar escrever a história contemporânea numa forma mais duradoura do que um simples artigo de jornal arriscar-se-á a pôr a cabeça ao alcance do cutelo do carrasco.
>
> R. Palme Dutt, *Problemas da história contemporânea*.

Agradeço ao CNPq, cuja Bolsa de Produtividade me permite desenvolver pesquisa sobre a história das relações internacionais, da qual este livro constitui um

dos resultados.

Paulo Fagundes Visentini

Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS
Pesquisador do CNPq, do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais do ILEA/UFRGS e Coordenador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos – CEBRAFRICA/UFRGS
Graduado em História e Mestre em Ciência Política pela UFRGS, Especialista em Integração Europeia pela Comunidade Europeia/ Colégio de México, Doutor em História Econômica pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics.
Foi Professor Visitante no NUPRI/ USP, na Leiden University, e Pesquisador Visitante no International Institute for Asian Studies e no Afrika Studie Centrum/ Holanda.
E-mail: paulovi@ufrgs.br

Analúcia Danilevicz Pereira

Professora de Relações Internacionais na UFRGS

Pesquisadora do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais do ILEA/UFRGS e do Centro Brasileiro de Estudos Africanos – CEBRAFRICA/UFRGS
Graduada em História pela PUC-RS, Especialista em Integração pela Leiden University/Holanda, Mestre e Doutora em História pela UFRGS.
E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

Apresentação

Embaixador Georges Lamazière
Diretor do Instituto Rio Branco

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) retoma, em importante iniciativa, a publicação da série de livros "Manual do Candidato", que comporta diversas obras dedicadas a matérias tradicionalmente exigidas no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O primeiro "Manual do Candidato" (*Manual do Candidato: Português*) foi publicado em 1995, e desde então tem acompanhado diversas gerações de candidatos na busca por uma das vagas oferecidas anualmente.

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, cumpre ressaltar, reflete de maneira inequívoca o perfil do profissional que o Itamaraty busca recrutar. Refiro-me, em particular, à síntese entre o conhecimento abrangente e multifacetado e a capacidade de demonstrar conhecimento específico ao lidar com temas particulares. E assim deve ser o profissional que se dedica à diplomacia. Basta lembrar que, em nosso Serviço Exterior, ao longo de uma carreira típica, o diplomata viverá em diversos países diferentes, exercendo em cada um deles funções distintas, o que exigirá do diplomata não apenas uma visão de conjunto e entendimento amplo da política externa e dos interesses nacionais, mas também a flexibilidade de compreender como esses interesses podem ser avançados da melhor maneira em um contexto regional específico.

Nesse sentido, podemos indicar outro elemento importante que se encontra sempre presente nas avaliações sobre o CACD: a diversidade. O

Itamaraty tem preferência pela diversidade em seus quadros, e entende que esse enriquecimento é condição para uma expressão externa efetiva e que faça jus à amplitude de interesses dispersos pelo país. A Chancelaria brasileira é, em certo sentido, um microcosmo da sociedade, expressa na miríade de diferentes divisões encarregadas de temas específicos, os quais formam uma composição dos temas prioritários para a ação externa do Governo brasileiro. São temas que vão da Economia e Finanças à Cultura e Educação, passando ainda por assuntos políticos, jurídicos, sobre Energia, Direitos Humanos, ou ainda tarefas específicas como Protocolo e Assistência aos brasileiros no exterior, entre tantas outras. Essa diversidade de tarefas será tanto melhor cumprida quanto maior for a diversidade de quadros no Itamaraty, seja ela de natureza acadêmica, regional ou ainda étnico-racial. O CACD é, em razão disso, um concurso de caráter excepcional, dada a grande quantidade de provas de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, buscando com isso o profissional que demonstre o perfil aqui esboçado.

No entanto, o perfil multidisciplinar do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata pode representar um desafio para o candidato, que deverá desenvolver sua própria estratégia de preparação, baseado na sua experiência acadêmica. Em razão disso, o Instituto Rio Branco e a Funag empenham-se em disponibilizar algumas ferramentas que poderão auxiliar o candidato nesse processo. O IRBr disponibiliza, anualmente, seu "Guia de Estudos", ao passo que a Funag publica a série "Manual do Candidato". Cabe destacar, a esse propósito, que as publicações se complementam e, juntas, permitem ao candidato iniciar sua preparação e delimitar os conteúdos mais importantes. O "Guia de Estudos" encontra-se disponível, sem custos, no sítio eletrônico do Instituto Rio Branco e é constituído de coletâneas das questões do concurso do ano anterior, com as melhores respostas selecionadas pelas respectivas Bancas.

Os livros da série "Manual do Candidato", por sua vez, são compilações mais abrangentes do conteúdo de cada matéria, escritos por especialistas como Bertha Becker (Geografia), Paulo Visentini (História Mundial Contemporânea), Evanildo Bechara (Português), entre outros. São obras que

permitem ao candidato a imersão na matéria estudada com o nível de profundidade e reflexão crítica que serão exigidos no curso do processo seletivo. Dessa forma, a adequada preparação do candidato, ainda que longe de se esgotar na leitura das publicações da Funag e do IRBr, deve idealmente passar por elas.

Sumário

- A independência das colônias ibero-americanas
- Consolidação e evolução das nações ibero-americanas

---

2. Industrialização e construção de nações na Europa /1848-1890

2.1 Capitalismo e construção de nações na Europa Continental (1848-1870)

- A transformação europeia: industrialização e movimento operário
- Do Segundo Império francês às unificações italiana e alemã

2.2 A emergência de potências desafiadoras (1870-1890)

- A Segunda Revolução Industrial e seus impactos
- Os novos desafios à *Pax Britannica*

2.3 Subordinação e reações da Ásia ao Sistema Mundial no século XIX

- A Questão do Oriente, a Índia e o sudeste asiático
- O Império chinês e os Tratados Desiguais
- A Revolução Meiji e a industrialização japonesa

Parte II
O declínio do predomínio europeu: rivalidades e transição (1890-1945)

---

3. A crise do sistema e a emergência das rivalidades (1890-1914)

3.1 O imperialismo e a partilha afro-asiática (1890-1904)

- Os novos impérios e suas rivalidades
- O imperialismo e a expansão colonial
- A emergência dos EUA e a América Latina

3.2 A Paz Armada e a formação dos blocos (1904-1914)

- Do Não Alinhamento à Coexistência Pacífica
- As independências da África e o neocolonialismo
- Ibero-América: nacionalismo, Revolução Cubana e a reação dos EUA

---

6. Da Coexistência Pacífica à crise econômica e diplomática (1961-1979)

6.1 A Détente e o desgaste da hegemonia dos EUA (1961-1973)

- A erosão da hegemonia dos EUA e o equilíbrio com a URSS
- A cisão do bloco socialista e a aliança sino-americana

6.2 A Diplomacia da Détente (1973-1979)

- A crise econômica: choque petrolífero ou reestruturação?
- As revoluções dos anos 1970 e o desequilíbrio estratégico
- Os Regimes de Segurança Nacional na Ibero-América

---

7. Da Nova Guerra Fria à desintegração do bloco soviético (1979-1991)

7.1. A reação estratégica americana e os anos conservadores (1979-1988)

- O fim da *détente* e a reação conservadora
- Conflitos de Baixa Intensidade e a reação no Terceiro Mundo

7.2 Globalização e reformas: neoliberalismo, Perestroika e via chinesa

- Globalização e neoliberalismo no Ocidente
- As reformas socialistas: *Perestroika* soviética x via chinesa

7.3 O fim da Guerra Fria, a queda do Leste Europeu e a desintegração da URSS (1988-1991)

- A convergência soviético-americana e a queda do Leste Europeu
- O colapso do regime socialista e do Estado soviético
- O fim da bipolaridade e o sistema internacional

Conclusão

Referências

Introdução

A história mundial contemporânea teve início no último terço do século XVIII, com a afirmação da hegemonia anglo-saxônica, após três séculos de Revolução Comercial, ou Mercantilismo. Foi uma fase de expansão europeia e de construção da Revolução Industrial inglesa, processo este que representou a emergência do capitalismo e do sistema mundial. Todavia, a historiografia predominante no Brasil e em alguns outros países está centrada na história europeia, dando menor atenção ao fato de que se trata de uma história internacionalizada e de que mesmo os processos europeus são simultaneamente mundializados. Esta dimensão, em longo prazo, se torna mais relevante do que a história europeia, mesmo quando a Inglaterra passa a ser a potência dominante, quando emerge um sistema mundial anglo-saxônico.

A história mundial tem sido marcada pela sucessão de sistemas mundiais hegemonizados por uma potência e intercalados por fases de transição e configuração de novas lideranças. Estas, por sua vez, encontram-se apoiadas nos paradigmas econômicos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos de cada modelo de produção e padrão de acumulação. Durante os trezentos anos compreendidos entre o final do século XV e do XVIII, a expansão mercantil europeia deu origem ao sistema mundial, em lugar dos anteriores sistemas internacionais de dimensão regional.

Assim, a construção de sistemas internacionais estruturados em escala mundial, dotados de continuidade histórica e de um caráter progressivo,

iniciou há quinhentos anos, com a revolução comercial que caracterizou a expansão europeia e a construção do capitalismo. Anteriormente, os grandes impérios chegaram a integrar amplas regiões, mas seu colapso produziu o retrocesso e, mesmo, a interrupção deste fenômeno. O império mongol, que por volta do século XIII construiu a mais vasta unidade política geograficamente contígua (dominando a maior parte da Eurásia), desapareceu bruscamente, quase sem deixar vestígios. Tratava-se, no máximo, de sistemas internacionais de âmbito regional.

No século XV o mundo ainda era dividido em polos regionais autônomos, quase sem contatos entre si. Entre eles podemos mencionar os Astecas, os Maias, os Incas, a cristandade da Europa ocidental, o mundo árabe-islâmico, a Pérsia, a China, o Japão, a Índia e impérios da África negra, como Zimbábue. Seguramente o polo mais desenvolvido, na época, era a China. E é importante notar que antes do surgimento do capitalismo as crises econômicas, que produzem ondas de instabilidade e novas relações e acomodações, não possuíam qualquer regularidade. Além disso, eram crises de escassez, e não de superprodução, como passou a ocorrer desde o século XV no sistema capitalista.

A partir de então, sob o impulso do nascente capitalismo, os reinos europeus iniciam a expansão comercial. As monarquias dinásticas, legitimadas como atores principais das relações internacionais pela Paz de Westfália (1648) e apoiadas no capitalismo comercial, protagonizaram a estruturação de um sistema mundial liderado sucessivamente por Portugal, Espanha, Holanda e França. A sucessão de cada uma delas pela seguinte era acompanhada por uma expansão e aprofundamento do sistema.

Tratava-se de uma "globalização" que ocidentalizava ou europeizava o mundo. Este sistema era baseado no comércio, na formação de um mercado mundial e no domínio dos grandes espaços oceânicos, e a queda ou declínio de cada uma destas lideranças não produziu o colapso do sistema. Pelo contrário, cada uma delas foi sucedida por outra mais capacitada, com o sistema se tornando ainda mais complexo e integrado, como assinala Giovani Arrighi. O sistema mundial capitalista atingirá sua maturidade em

fins do século XVIII, com o advento do mundo industrial, da hegemonia inglesa e a estruturação de um novo tipo de relações internacionais, que se consolidou com a derrota do desafio representado pela Revolução Francesa e pelo Sistema Napoleônico.

A história mundial contemporânea, que iniciou no último terço do século XVIII, apresenta-se como uma sucessão de sistemas mundiais intercalados por fases de transição e configuração de novas lideranças. Como foi dito antes, elas se fundamentam nos paradigmas econômicos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos de cada formação econômico-social. Assim, de 1776 (ano da independência dos EUA e da publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith) a 1890, a *Pax Britanica* foi embasada na Revolução Industrial e regulada pelo liberalismo, dando início ao mundo dominado pelas potências anglo-saxônicas. O Congresso de Viena substituiu o conceito de monarquia dinástica pela de *potência*. Enquanto a potência inglesa dominava o sistema mundial através da supremacia marítima e comercial, a Europa continental permanecia num sistema de equilíbrio de poderes entre França, Áustria, Prússia e Rússia. A Inglaterra era o fiel dessa balança de poder e o acesso dos países europeus ao resto do mundo dependia, direta ou indiretamente, da boa vontade inglesa.

Mas o advento da II Revolução Industrial, desde os anos 1870, bem como de novos países competidores e do paradigma fordista, conduziram ao desgaste da hegemonia inglesa no final do século XIX. A partir de 1890 tem então início uma fase de crise e transição, marcada pelo acirramento do imperialismo, com a partilha do mundo afro-asiático, pela formação de blocos militares antagônicos, por duas guerras mundiais, por uma Grande Depressão de alcance planetário e pela ascensão do nazifascismo e do comunismo, que de movimento social se transforma em regime político. Foram mais de cinco décadas de crise e disputa por uma nova liderança entre potências e projetos de ordem mundial e modelos de sociedade.

É no quadro de superação da grande crise e da Segunda Guerra Mundial que o fordismo foi condicionado pelo keynesianismo, passando então a dar suporte a uma ordem internacional estável, liderada pelos EUA: a Guerra Fria

constituiu uma *Pax Americana*. Foi este o novo modelo econômico que possibilitou a internacionalização comercial e financeira sob a égide dos Estados Unidos. Esta era foi dominada pela bipolaridade da Guerra Fria, que constituía tanto um conflito como um sistema. O Sistema de Yalta, que regulou as relações internacionais desde 1945, introduziu o conceito de superpotência, como forma de reduzir o papel das potências coloniais europeias e as derrotadas potências do Eixo.

Com uma Europa dividida e não mais constituindo o centro do sistema internacional, o capitalismo mundial passava a ser integrado sob o comando de Washington e Nova Iorque, e o bloco soviético representava apenas um polo regional e reativo, com os EUA se tornando o *tipo ideal* fordista-keynesiano e o centro do mundo. Ao mesmo tempo um vigoroso processo de descolonização expandia o sistema westfaliano de Estados-nação ao conjunto do planeta. Entretanto, desde os anos 1970, com a emergência da III Revolução Industrial e seu paradigma científico-tecnológico, iniciou-se o processo de desgaste da hegemonia norte-americana e de recorrentes estratégias de reafirmação por parte dos Estados Unidos. Este fenômeno produziu uma profunda reformulação internacional, cujo marco referencial foi a desintegração do campo soviético.

Finalmente, o sistema internacional pós-hegemônico, marcado pela "globalização" e formação dos blocos regionais, e pela instabilidade estrutural que acompanha a competição econômica e o reordenamento político internacional a partir dos anos 1990, sinalizam o início de uma nova fase de crise e transição, na luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. Nela, configura-se a emergência da Ásia Oriental, particularmente da China, como novo polo desafiador à liderança anglo-saxônica. Além disso, a base deste período consiste na busca de estruturas que permitam um desenvolvimento estável, o que passa pelo domínio e acomodação dos paradigmas da Revolução Científico-Tecnológica, a qual presentemente está implodindo as estruturas preexistentes.

No último século, o primeiro desafio à ordem mundial anglo-saxônica se deu a partir de dentro do próprio sistema, quando a Alemanha, primeiro

isoladamente, e depois acompanhada pelo Japão e pela Itália, tentaram obter um lugar ao sol dentro da ordem capitalista, resultando em duas Guerras Mundiais. Um segundo desafio partiu de fora do sistema, com o socialismo soviético tentando criar uma alternativa à ordem existente, trazendo como consequência a Guerra Fria.

O terceiro desafio, atualmente em curso, emergiu na Ásia Oriental, particularmente através da China, constituindo um fenômeno misto, economicamente dentro da ordem capitalista, mas politicamente exterior a ela. As recentes turbulências financeiras na Ásia e a chamada Guerra ao Terrorismo representam, neste sentido, o primeiro embate do novo conflito em torno da ordem mundial, não necessariamente um "choque de civilizações". Além disso, a passagem do século XX ao XXI significou também uma época de crise e transição rumo a um novo período histórico, com o início do declínio do ciclo de expansão Ocidental, iniciado há cinco séculos.

Esta obra, que representa a atualização, consolidação e aprofundamento de trabalhos anteriores que venho desenvolvendo ao longo dos últimos vinte e cinco anos, constitui uma introdução à história mundial contemporânea, com ênfase nas relações internacionais. Tal opção decorre não apenas do fato dos leitores buscarem a carreira diplomática, mas de uma perspectiva teórico-metodológica que identifica neste período histórico uma dimensão predominantemente mundial, como indicado no título.

O objetivo é propiciar a compreensão do processo histórico em nível mundial, de forma a articular leituras posteriores mais aprofundadas que são necessárias, dado tratar-se de um estudo geral e introdutório. O programa do concurso é contemplado numa perspectiva cronológica, para facilitar a compreensão. No final são indicadas tanto as fontes utilizadas como leituras complementares. Recomendo, particularmente, a consulta de Atlas históricos, uma ferramenta indispensável aos estudiosos da diplomacia.

No campo conceitual, é preciso esclarecer que, assim como a história possui distintas abordagens, as relações internacionais também podem ser analisadas a partir de diferentes paradigmas. Jacques Huntzinger[1], ao

analisar os autores clássicos, considera que Carl Von Clausewitz, Francisco de Vitória e Karl Marx representam os três grandes paradigmas das relações internacionais. As diversas correntes refletem problemáticas e os momentos históricos de sua formação, refletindo ângulos de abordagem que não são, necessariamente, excludentes. Neste sentido, ortodoxia e ecletismo teórico são dois extremos a evitar, bem como o uso político prescritivo e normativo das teorias, as quais constituem, essencialmente, simplificações para a compreensão de uma realidade complexa demais para ser apreendida em todas as suas dimensões.

O general prussiano Clausewitz, junto com Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Vattel, Hume, os teóricos do equilíbrio europeu, Rousseau, Espinosa e os adeptos do nacionalismo europeu do século XIX representam o paradigma *clássico* das relações internacionais (segundo a visão francesa), também chamado de *realismo* (na perspectiva anglo-saxônica). Esta corrente considera o sistema internacional como total ou parcialmente anárquico, com o Estado como ator essencial. Assim, o realismo enfatiza as *relações de conflito e poder*. A estes, podemos acrescentar pensadores realistas do século XX como Edward Carr (*Vinte anos de crise*), Raymond Aron (*Paz e Guerra entre as nações*) e Hans Morgenthau (*A política entre as nações*). Esta corrente abriga, além do *realismo clássico*, o *neorrealismo*, as *teorias da estabilidade hegemônica*, e a *teoria dos jogos*.

O dominicano de Salamanca Francisco de Vitória, juntamente com o estoicismo, Cícero, o cristianismo medieval, o jusnaturalismo do século XVI, Kant e o cosmopolitismo do século XVIII representam um paradigma *idealista*, o qual enfatiza a existência de uma comunidade internacional da *societas inter gentes*, ou comunidade universal do gênero humano. Esta corrente, no mundo anglo-saxônico, também é chamada de *liberalismo,* contendo ainda o *liberal institucionalismo (neoliberalismo), funcionalismo, teorias da integração* e o *construtivismo*. Keohane, Klinderberg e Joseph Nye são acadêmicos contemporâneos ligados à escola do liberalismo/idealismo, a qual tem como base as *relações de cooperação e ética*, dentro de uma estrutura essencialmente "transnacional".

Marx e Engels, da mesma forma que os jacobinos, Fichte, Hegel, Hobson, Hilferding Lênin e Bukarin, enfocam as noções de imperialismo econômico, as clivagens norte/sul e centro/periferia, bem como a teoria da dependência e do sistema mundial. Em termos contemporâneos e estritamente acadêmicos, podemos acrescentar os nomes de Fred Halliday, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Justin Rosenberg e Samir Amin como internacionalistas de inspiração marxista. Embora o marxismo não tenha estruturado uma teoria formal das relações internacionais, o materialismo histórico permite fundamentar a *noção de economia e de dominação no plano internacional*, dentro de uma perspectiva que enfatiza os macroprocessos de evolução, transformação e ruptura, enquanto as correntes anteriormente mencionadas priorizam o funcionamento do sistema e valorizam a dimensão prescritiva e normativa.

Parte I

A ***Pax Britannica*** e a Ordem Mundial Liberal (1776-1890)

1. A hegemonia britânica num mundo conservador / 1776-1848

1.1 A industrialização inglesa e as Revoluções Americana e Francesa (1776-1815)

A Revolução Industrial, ainda que tenha sido fruto de uma longa transição, iniciou na segunda metade do século XVIII, originando um novo padrão de organização social, política, econômica e cultural. Este processo, de grandeza somente comparável à Revolução Agrícola que marcou o final do período neolítico, foi acompanhado por um vigoroso movimento de ruptura político-ideológica, a Revolução Liberal-Burguesa. A Inglaterra foi a pioneira neste processo, seguida dos Estados Unidos e da França. A primazia inglesa propiciou a construção de uma hegemonia internacional que perdurou até o fim do século XIX e se transformou, gradativamente, num sistema mundial liderado pelos anglo-saxões em seu conjunto. Ironicamente, o ponto de partida da liderança britânica foi, justamente, o momento em que, logo após vencer a Guerra dos Sete Anos, o país perdeu as Treze Colônias.

Como podemos explicar o início de um ciclo hegemônico a partir de uma derrota? Os colonos americanos triunfaram não sobre a nascente Inglaterra capitalista, mas sobre a declinante Inglaterra mercantilista e senhorial. A *black England* sobrepujava gradativamente a *green England*. Além disso, 1776 foi também o ano da edição de *A Riqueza das Nações*, de

Adam Smith, obra clássica do liberalismo econômico. A Revolução Americana e a Revolução Francesa, por outro lado, contribuíram para a consolidação deste mundo nascente, que marca o início da história contemporânea e da hegemonia anglo-saxônica do sistema mundial. Este corte temporal, aparentemente menos impactante que a queda da Bastilha, possui uma dimensão global mais importante em termos de movimento de longa duração, uma vez que a Revolução Francesa, apesar do impacto direto na independência das colônias ibero-americanas, teve uma influência mais duradoura no plano da filosofia política e no âmbito europeu.

As Revoluções liberal e industrial inglesas

A precocidade da Revolução Inglesa de 1640

A Inglaterra, precocemente, iniciou o ciclo das Revoluções liberais-burguesas (ou Revoluções Atlânticas). Seja cada revolução do tipo liberal-burguesa considerada um evento em particular, ou seja, a revolução liberal-burguesa considerada um processo único que possui vários "capítulos" (que seriam cada uma das revoluções), essa passagem histórica é caracterizada pela ascensão ao poder de uma nova classe, a burguesia, cujo poder era legitimado não mais pela terra e pelos títulos herdados – como o eram, durante o Antigo Regime, a aristocracia e o clero –, mas pela acumulação de capital. Tal acumulação ocorreu desde a Revolução Comercial, e intensificou-se a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial.

Socialmente, a revolução liberal-burguesa e o capitalismo marcaram o fim da sociedade estamental (Rei, aristocracia, clero e povo) e o início de uma sociedade de classes, cujo predomínio era exercido pela burguesia. O proletariado, constituído pelo êxodo rural e pela decomposição do artesanato, estava na base da nova pirâmide social e, entre os dois grupos, existia uma classe média urbana, formada por profissionais liberais e pequenos comerciantes.

Economicamente, ocorreu a redistribuição da riqueza, que passou a concentrar-se nas mãos da burguesia emergente. Os operários, classe formada por ex-camponeses e seus descendentes passaram a ter salários

que, mesmo pequenos, eram mais significativos do que os rendimentos que tinham quando trabalhavam no campo (embora a qualidade de vida tenha piorado nas fases iniciais da industrialização). Já a urbanização trouxe o crescimento das profissões liberais e dos serviços urbanos, fato que viabilizou o surgimento da classe média.

A revolução liberal-burguesa mudou, portanto, o paradigma social, político, econômico e cultural vigente à época, principalmente em relação à distribuição do poder e da riqueza. A burguesia começou a ter domínio, em um primeiro momento, das atividades econômicas, processo que levou à preponderância social da referida classe. O próximo passo no caminho da ascensão burguesa foi a conquista do poder através da revolução liberal-burguesa, da qual a Revolução Industrial foi um momento essencial.

No caso específico da Inglaterra, no início do século XVII, a Coroa decidiu aumentar os impostos sobre a burguesia, que pediu ao Parlamento, o qual se reunia esporadicamente, para manifestar-se. A intransigência da monarquia precipitou um levante contra o Rei Carlos I, que, mesmo apoiado por forças do Norte e do Oeste britânicos, perdeu a guerra civil. Oliver Cromwell assumiu o controle do país e instaurou uma ditadura republicana por uma década, implantando as instituições liberais através de mecanismos autoritários e violentos. Os atos que se seguiram foram o cerceamento das liberdades individuais e a eliminação sumária dos seus antigos colaboradores, os *levellers* (artesãos) e os *diggers* (sem-terra). Foi um estado de exceção necessário para consolidar a Revolução contra os adversários de direita e de esquerda.

Em 1651, Cromwell publicou os Atos de Navegação, que, ao obrigar que o trânsito de produtos importados fosse feito em navios ingleses ou de seus países de origem, eliminou a possibilidade de atuação de intermediários, fato que afrontou os interesses holandeses. Tal episódio precipitou o início das guerras entre Inglaterra e Holanda pela supremacia nos oceanos, que fez daquela, ao final do processo, a *Senhora dos Mares*.

A revolução liberal-burguesa na Inglaterra, que foi associada a lutas religiosas e tensões externas, terminou de fato em 1688, após a Revolução

Gloriosa. A Inglaterra havia se tornado o país que modificara mais profundamente sua estrutura social, econômica e política. Sobre esse último aspecto, foi introduzido o bipartidarismo, que, com pequenas modificações, existe até os dias de hoje. A noção de que a sociedade é uma soma de indivíduos foi fortalecida, e, em 1694, foi criado o Banco da Inglaterra, a primeira instituição do mundo com funções típicas de banco central.

Já a política externa inglesa assumiu definitivamente a lógica do capital, em oposição à lógica territorial que orientava os países europeus continentais. O objetivo principal era o de conquistar o maior mercado possível para os produtos ingleses. A estratégia de dominar os mares foi essencial para conseguir isso, assim como a negociação, geralmente por imposição, de tratados de livre comércio que beneficiassem os produtores britânicos. A união com a Escócia, em 1707, também foi importante para fortalecer a posição internacional da Inglaterra.

Na Europa, a participação no equilíbrio continental era pontual, já que o maior interesse inglês em relação aos seus vizinhos era o de impedir que surgisse uma potência territorial que pudesse controlar todo o resto a Europa e impusesse limites ao comércio inglês – o objetivo era, portanto, manter o continente dividido. Na América, as colônias do Norte gozaram, até a segunda metade do século XVIII, de relativa independência, enquanto que o Sul escravista, devido a sua grande produção de algodão, matéria-prima essencial para a nascente indústria têxtil metropolitana, continuava sob o controle mais rígido da Coroa.

A Revolução Industrial Inglesa

Uma conjunção muito específica de fatores levou a Inglaterra a ser o berço do capitalismo em sua forma madura e o primeiro país a industrializar-se. Esses fatores foram de ordem geográfica, econômica, política, social e cultural. A posição geográfica insular do país ajudou-o a preservar-se da devastação de guerras, pois, mesmo quando esteve envolvido em alguma batalha, a luta se deu em território de outros Estados. Os recursos naturais encontrados na Grã-Bretanha também foram essenciais para que a

industrialização avançasse. Havia, em solo inglês, grandes jazidas de carvão (fonte primária de energia para as fábricas) e de ferro (matéria-prima essencial para a produção de bens industriais).

Outra condição que possibilitou à Inglaterra ser a pioneira no processo de industrialização foi a acumulação de capital oriunda da Revolução Comercial, da qual o país participou ativamente. Tal capital foi, por sua vez, multiplicado no mercado financeiro inglês – Londres já era, na época, o principal centro financeiro do mundo, e a Inglaterra dispunha do mais avançado sistema bancário conhecido. A supremacia naval também foi determinante para que a Inglaterra tenha sido pioneira no desenvolvimento capitalista industrial. O controle sobre os mares foi obtido após a vitória definitiva sobre a Holanda – a principal razão das guerras travadas entre as duas potências marítimas foi a edição, em 1651, dos Atos de Navegação, que impunham, para o transporte de produtos importados, o uso de navios dos países de origem desses ou o uso de navios ingleses (o trabalho de intermediário, muitas vezes executado por holandeses, foi banido). A supremacia naval possibilitou à Inglaterra ter a superioridade no comércio internacional, fato que resultou no fortalecimento do império colonial inglês, que era destino das mercadorias inglesas industrializadas e fonte de matérias-primas.

Uma prática tornada comum na Inglaterra nos séculos XVI e XVII auxiliou a criação do sistema produtivo industrial inglês: os cercamentos. Esse termo é usado para descrever a apropriação, pela nobreza, de terras comunais inglesas que estavam de posse de pequenos proprietários, processo que resultou na migração de população do campo para as cidades, onde as fábricas iriam instalar-se. Tal migração acarretou grande disponibilidade de mão de obra – fato que também causou o rebaixamento dos salários – a ser usada na indústria. Finalmente, aos cercamentos deve ser acrescentado outro fator que aumentou a quantidade de mão de obra disponível e diminuiu os salários: a ruína dos artesãos, que não mais podiam competir com produtos industrializados, os quais, devido à produção em série, eram mais baratos.

Politicamente, a industrialização tornou-se possível devido à instauração, após a Revolução Gloriosa (1688), da monarquia parlamentar, que passou ao parlamento inglês, no qual os representantes da burguesia estavam presentes, o poder de governar o país. De fato, esse processo teve início já em 1640, com a Revolução Inglesa, momento em que o parlamento, orientado pela burguesia e pelos nobres com interesses comerciais, começou a opor-se à monarquia – A Revolução Gloriosa e a Declaração de Direitos (1689) foram o ponto de chegada desses acontecimentos.

Já a consolidação do capitalismo como modelo legítimo ocorreu através do fortalecimento da ideologia que o justificava teoricamente: o Liberalismo, cujos defensores atacavam o mercantilismo vigente até então e pregavam a livre concorrência. John Locke foi o precursor desse movimento – sua obra *O Segundo Tratado do Governo Civil*, de 1689, é referência para a discussão sobre o Liberalismo, que, principalmente após a edição de *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith, tornou-se o ideário dominante da nascente sociedade capitalista. A preponderância da sociedade sobre o Estado, fundamental para o pensamento liberal, foi tratada nas clássicas obras iluministas de Montesquieu (*O espírito das Leis*, 1748), Voltaire (*O Século de Luís IV*, 1751; *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações*, 1756, e as *Cartas Inglesas*, 1734) e Rousseau (*Discurso sobre a Origem das Desigualdades entre os Homens*, 1755; *Emilio*, 1762, e *O Contrato Social*, 1762).

Enquanto todas essas mudanças ocorriam na vida política, econômica, social e cultural da Inglaterra, as inovações técnicas concretizavam de fato o desenvolvimento do capitalismo industrial. O setor têxtil foi o primeiro beneficiado pelo novo padrão tecnológico que se estabelecia: a lançadeira mecânica (Kay, 1733), as máquinas de fiar (Watt e Paul, 1764; Hargreaves, 1765) e o tear hidráulico (Arkwright, 1768/70) foram determinantes para o incremento da produtividade. A transformação definitiva da lógica produtiva veio quando a energia a vapor, que mais tarde revolucionaria os transportes (navios e locomotivas a vapor), começou a ser utilizada nas fábricas. Assim, a Inglaterra tornou-se o centro do novo sistema econômico e político que nascia. Esse sistema não mais seguia unicamente a lógica *territorial* que

orientava os Estados europeus continentais. A partir de então, a lógica do *capital* começava a imperar.

O desenvolvimento do capitalismo

O contexto histórico no qual a Revolução Industrial ocorreu revela contradições que explicam as mudanças ocorridas no período. Nessa época, ficam claras algumas tendências históricas presentes há muito tempo na sociedade inglesa. A tradição britânica de reconhecimento de direitos individuais era antiga. Em 1215, quando da assinatura da Magna Carta pelo Rei John, os nobres tiveram reconhecidos alguns direitos dos quais o monarca não poderia dispor. De fato, o individualismo, essencial para o desenvolvimento da mentalidade capitalista, esteve sempre presente na cultura inglesa. A consolidação dessa tradição ocorreu na época da Revolução Industrial, quando a sociedade começou a ser vista como uma soma de indivíduos.

O sistema econômico europeu ocidental, e em particular o inglês, já estava passando por mudanças profundas quando a industrialização ocorreu. A principal delas era o progressivo esvaziamento da servidão, substituída rapidamente pelo trabalho assalariado. Isso dava aos homens alguma possibilidade de opção. O resultado desse processo foi a migração em massa dessas populações desenraizadas para a cidade, fato essencial para que a industrialização ocorresse, pois permitia uma maior disponibilidade de mão de obra a ser assalariada. Os indivíduos que se tornariam operários não só comporiam a força de trabalho empregada na produção, mas, também, seriam parte importante do mercado consumidor de produtos manufaturados.

Tal ideia de mercado, também essencial para que o capitalismo industrial se estabelecesse definitivamente como sistema econômico, foi uma herança do mercantilismo. A partir da necessidade de expandir e garantir mercados houve a formação de Estados territoriais (dentro dos quais haveria o monopólio, para as companhias nacionais, da venda de produtos de todos os tipos) e de impérios coloniais que, além de consumirem os bens oriundos

das metrópoles, eram importantes fornecedores de matérias-primas para essas.

Do mesmo modo, a questão religiosa foi um fator influente para que o capitalismo se desenvolvesse. As então recentes reformas protestantes transformaram a relação dos europeus com o trabalho, que passou a constar no rol de valores das sociedades ocidentais. Enriquecer deixou de ser um pecado, processo cujo resultado foi a legitimação da acumulação de capital enquanto objetivo pessoal a ser perseguido.

Na Inglaterra, havia sido fundada, por Henrique VIII, a Igreja Anglicana, que significou a imposição oficial de uma religião. De modo contrário, a Coroa inglesa enfrentava constantemente a rebeldia religiosa (contestação "de baixo") de diversas seitas (cujos membros optaram, muitas vezes, por exilar-se nas colônias, principalmente nas americanas) e ameaças de restauração católica, com ingerências externas. Em relação à criação da Igreja Anglicana, um de seus resultados econômicos mais visíveis foi a expropriação das terras da Igreja Católica.

Os cercamentos – expropriação, pela nobreza, de terras comunais ocupadas por camponeses – foram a condição essencial para que a agricultura inglesa se tornasse mercantil, pois permitiram a transformação de terras cuja produção era de subsistência em latifúndios voltados para o mercado. Considerando as inovações técnicas que permitiram o melhor uso do solo (cultivo rotativo, uso de adubos e drenagem) e a progressiva mecanização do campo, a produtividade das plantações britânicas aumentou de tal modo que permitiu a venda de excedentes para outros países e viabilizou o aumento da disponibilidade de alimentos para a população inglesa.

O resultado desse processo foi a acumulação de mais capital a ser usado na industrialização e o expressivo incremento demográfico (também produto do melhor controle de enfermidades e dos avanços na área do saneamento), cuja consequência imediata foi o aumento do número de jovens da população inglesa. Já essa mudança significou uma maior disponibilidade de mão de obra barata e resistente ao trabalho pesado, além

de ter possibilitado que o aumento da emigração, que então ocorria principalmente para as colônias de povoamento da América do Norte, não tivesse um impacto tão grande na força de trabalho local.

As transformações ocorridas no pensamento aristocrático inglês também foram essenciais para que o capitalismo se desenvolvesse na Grã-Bretanha. Os nobres ingleses, ao contrário dos da Europa continental, viram no desenvolvimento capitalista uma oportunidade de crescimento material sem precedentes, razão pela qual apoiaram, em grande parte, as mudanças econômicas e sociais ocorridas.

O crescimento exponencial da economia inglesa se deu por diversos fatores. O monopólio da produção industrial mundial, associado à transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial, foi o mais importante deles. O Estado britânico beneficiava-se, entretanto, de outra relevante fonte de receitas: a pirataria. A supremacia naval britânica, como se vê, não foi utilizada apenas no comércio lícito e na defesa, mas também no assalto a navios mercantes de outras bandeiras e no contrabando de diversos itens com alto valor agregado no mercado mundial, como especiarias, produtos tropicais e escravos.

A superioridade inglesa nos mares possibilitou uma estratégia internacional que, além de facilitar o comércio lícito e ilícito, servia à política externa da Coroa: o estabelecimento de pontos de apoio nas principais rotas marítimas do planeta. Essa lógica levou a Inglaterra a capturar Cingapura (Estreito de Málaca), Áden (entrada do Mar Vermelho), as Ilhas Malvinas (ou Falkland, próximas ao Estreito de Magalhães), o extremo sul africano (Cabo da Boa Esperança, passagem do Oceano Atlântico para o Índico), Gibraltar (entrada do Mar Mediterrâneo) e, mais tarde, Hong Kong (Mar do Sul da China), além de outros territórios insulares em todo o planeta, como a Ilha de Diego Garcia (no centro do Índico).

Essa estratégia não permitia à Inglaterra atacar o vasto Império Espanhol, mas possibilitava que o acesso da Espanha às suas colônias fosse prejudicado e que, quando necessário, seus domínios, assim como os de outras potências concorrentes, fossem atacados. Um país escolheu, todavia,

o caminho do alinhamento aos ingleses ao invés do confronto: Portugal, que foi satelizado pela Inglaterra já no início do século XVIII[1].

A sociedade industrial

Indubitavelmente, a Revolução Industrial trouxe imensos benefícios à humanidade e transformou o modo pelo qual os seres humanos relacionavam-se entre si e com a natureza. A riqueza tornou-se acessível a um número maior de pessoas, mesmo que ainda restrito. O caminho definido naquele momento histórico determinou, contudo, qual o rumo que a sociedade humana tomaria: os benefícios materiais oriundos do capitalismo industrial iriam estender-se, nos séculos seguintes, a uma grande quantidade de indivíduos e comunidades.

Outros reflexos da Revolução Industrial mostraram-se, todavia, negativos. A relação do homem com o meio ambiente deteriorou-se sobremaneira, já que, para a espécie humana, ao invés de hospedeiro que provia suas necessidades nutricionais e de vestuário, o planeta tornou-se fonte das matérias-primas e riquezas que faziam o novo sistema funcionar. Desse modo, a deterioração ambiental cresceu, gradativamente, a níveis que não mais permitiam a reposição dos recursos naturais. O grande salto produtivo gerado pelo capitalismo (que Marx definiu como o sistema mais revolucionário até então criado pela humanidade) baseou-se na apropriação gratuita de recursos naturais.

Já as condições de trabalho da classe operária, que nasceu com a industrialização, foram, por muito tempo, nefastas. Jornadas de trabalho extenuantes, de até 16 horas diárias, ausência da mínima proteção legal, ambiente de trabalho insalubre e perigoso, salários baixos, exploração do trabalho infantil, falta de saneamento básico e higiene e impossibilidade do acesso ao lazer foram alguns dos desafios enfrentados pelos operários durante muito tempo, até que o sindicalismo e as reivindicações sociais ganhassem espaço e viabilizassem mudanças nas leis e costumes que regiam as relações entre capital e trabalho.

Os próprios valores da sociedade modificaram-se brutalmente: o tempo

passou a ser controlado pelo relógio (para que os industriais mantivessem o controle sobre a produção), tendência que teve como resultado o estabelecimento da pontualidade como condição à sociabilidade; o fluxo de informações passou a ser mais rápido – a imprensa estruturou-se nessa época; a razão e a técnica impuseram o controle da natureza; o trabalho tornou-se repetitivo e forçado. Os novos costumes urbanos começaram a preponderar sobre as formas tradicionais de relacionamento entre indivíduos, e o campo, apesar de estar em processo de modernização econômica, adquiriu a condição de local retrógrado e conservador, do qual os jovens desejavam afastar-se (tendência que acelerou o êxodo rural).

A Revolução Americana e a ruptura colonial

As contradições e a crise do colonialismo

As Treze Colônias se formaram a partir do século XVII. Ao final do século XVIII, havia 680 mil habitantes no norte, ou Nova Inglaterra (Massachusetts, Nova Hampshire, Rhode Island e Connecticut), 530 mil no centro (Pensilvânia, Nova York, Nova Jersey, Delaware) e 980 mil no sul (Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia). No total, existiam mais de 2 milhões de colonizadores em dois tipos de colônias: as de povoamento e as de exploração. As colônias de povoamento foram estabelecidas na região centro-norte, ou seja, os colonos ingleses que se localizavam nessas regiões procuravam um lugar para viver.

A maioria desses colonos fugiu para a América do Norte para se proteger da perseguição religiosa da rainha Elizabeth, defensora do Anglicanismo. Portanto, a maioria desses ingleses eram Puritanos (calvinistas) que acreditavam na teoria da predestinação que pregava a poupança e o lucro. Sua região ficou conhecida como Nova Inglaterra, que logo prosperou e alcançou um grande desenvolvimento industrial e comercial. As colônias de povoamento eram caracterizadas pela pequena propriedade familiar, policultura, manufaturas, mercado interno, trabalho livre e autonomia econômica.

Ao contrário das colônias do norte, as colônias do sul tinham caráter

exploratório, pois seu clima era mais quente e propício à produção de produtos tropicais como tabaco, algodão e anil. Era controlada pela metrópole e sua produção era exportada para a Inglaterra. Tinha como característica o latifúndio, monocultura, exportação, trabalho compulsório e a forma de exploração agrícola ali desenvolvida era denominada *Plantation*. O trabalho era escravo, mas também existiram servos de contrato (brancos), que tinham a obrigação de trabalhar por determinado tempo, normalmente por sete anos, até pagarem todos os gastos com a viagem a América. Depois disso poderiam se tornar proprietários, constituindo um grande grupo de proprietários livres.

As primeiras ideias revolucionárias de independência das Treze Colônias surgiram com o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), conflito militar iniciado na Europa, mas que, no plano mundial, opôs França e Inglaterra. A origem desse conflito está na rivalidade econômica e colonial franco-inglesa na América do Norte, devido à ocupação dos territórios franceses da Terranova e Nova Escócia por colonos britânicos instalados na costa nordeste e colonos franceses instalados a oeste das Treze Colônias. Durante a guerra, a França aliou-se a tribos indígenas e passou a atacar as colônias britânicas.

Diante desse fato, as colônias acabaram obrigadas a lutar juntamente com a Inglaterra contra a França para defender seus territórios, principalmente as colônias do norte, para se proteger dos franceses instalados no Canadá. A Inglaterra venceu a Guerra dos Sete Anos e se apossou de grande parte do império colonial francês no mundo, especialmente a Índia, o Canadá e as terras a oeste das Treze Colônias. Apesar de os ingleses terem vencido a guerra, saíram enfraquecidos economicamente. Diante disso, o parlamento inglês decidiu que os colonos deveriam pagar parte dos custos da guerra, além de contribuírem para fortalecer os direitos da Coroa Britânica na América, fato que culminou com o aumento dos impostos da colônia.

As Treze Colônias possuíam certa autonomia e os colonos não estavam habituados a uma política repressiva. Cada colono poderia escolher seus

representantes políticos. Qualquer pessoa que possuísse 50 acres de terra poderia votar, o que na época não era muito difícil. As colônias possuíam uma assembleia com poderes para elaborar as leis locais, que, por sua vez, poderiam ser vetadas pelo governador. Esse governador era escolhido pela metrópole, sendo muito difícil que ele vetasse alguma lei criada pela assembleia, pois era ela que estipulava seu salário. Além de todos esses fatores, os colonos britânicos do norte haviam aprendido a se defender muito bem e desenvolveram um forte senso de autonomia e independência, pois haviam lutado para garantir suas terras durante a Guerra dos Sete Anos.

Nesse quadro, os novos fatos só poderiam gerar protestos. A política repressiva, os fatores culturais, juntamente com a influência do iluminismo, fez com que colonos britânicos seguissem na direção de um conflito com a metrópole. Não tardou para que George Grenville, primeiro-ministro inglês, posicionasse na colônia uma força militar de dez mil homens, criando uma despesa extra de 350 mil libras, e para que o parlamento inglês aprovasse duas leis para arrecadar um terço da quantia – a Lei do Açúcar (1764) e a Lei do Selo (1765). Os colonos começaram a contestar tais atitudes da Coroa britânica, sentindo-se prejudicados. Outro acontecimento que mudou a relação das colônias com a sua metrópole foi a Revolução Industrial Inglesa, que fez com que a metrópole dependesse mais da colônia, pela produção de algodão e outros produtos do sul, ao mesmo tempo em que precisava exportar produtos industrializados. Naturalmente, a colônia era um ótimo mercado consumidor.

Como explicitado acima, a Coroa britânica decidiu aumentar as taxas das colônias americanas para cobrir parte dos gastos da Guerra dos Sete Anos, criando, assim, alguns tributos novos. Os colonos protestaram contra a Lei do Selo, argumentando que se tratava de um imposto interno, enfatizando o fato de não terem representação no parlamento inglês – que havia votado essa lei. Assim, em 1765, ocorreu em Nova York o Congresso da Lei do Selo, que decidiu boicotar o comércio inglês. A Lei do Selo e a Lei do Açúcar acabaram sendo revogadas por pressões dos colonos e comerciantes

ingleses, boicotados pelos norte-americanos.

Em 1765, os ingleses elaboraram uma nova lei: a Lei de Aquartelamento, que exigia dos colonos alojamento e transporte para as tropas enviadas à colônia. Enquanto isso, os colonos protestavam por não terem direito legislativo no parlamento inglês e recusaram-se a cumprir tal lei. Em 1767, o primeiro-ministro Townshend criou os Atos de Townshend, que estabeleciam uma série de impostos alfandegários sobre as importações. Portanto todos os produtos importados tais como chá, vidro, papel, zarcão, corantes, entre outros, teriam altas taxas, o que dificultaria o comércio dos colonos, diminuindo mais ainda sua liberdade e autonomia econômica. Mais uma vez, os colonos boicotaram o comércio inglês e, em 1770, os Atos Townshend foram abolidos.

Em 1773, foi elaborada a Lei do Chá, que garantia o monopólio de comércio desse produto à Companhia das Índias Orientais, empresa na qual muitos parlamentares tinham investimentos. A partir dessa nova lei, os colonos norte-americanos começaram a questionar se o governo faria isso com outros produtos. Dessa forma, não foi mais possível controlar a crise entre colônia e metrópole. A guerra de independência estava começando. Na noite de 16 de setembro de 1773 ocorreu o episódio conhecido como *Boston Tea Party*, quando um grupo de colonos, disfarçados de índios, invadiu o porto de Boston e destruiu trezentas caixas de chá, jogando-as ao mar.

Aos olhos dos britânicos, se o parlamento cedesse e revogasse a Lei, provavelmente, jamais recuperaria o controle da situação. A saída, então, seria uma atitude enérgica, que levou à implementação das Leis Intoleráveis (1774), que obrigavam os colonos a sustentar as tropas inglesas residentes na colônia. A partir desse momento o porto de Boston foi fechado, ficando interditado até o pagamento do prejuízo. A colônia de Massachusetts foi interditada e o governador assumiu poderes excepcionais. O Ato de Quebec, de 1774, impediu que as colônias de Massachussets, Virgínia, Connecticut e Pensilvânia ocupassem terras a oeste (desde 1763 a Linha da Proclamação Real já demarcara os montes Apalaches como limite à colonização) e os

colonos foram obrigados a contentarem-se com o que já tinham, sem poderem explorar novas terras, exatamente ao contrário do espírito da nação que estava iniciando.

Os colonos, então, convocaram o Primeiro Congresso da Filadélfia, em 1774, pedindo a revogação daquelas leis e exigindo uma maior participação no parlamento inglês. Todavia, a metrópole manteve a repressão e não atendeu qualquer reivindicação. Dessa forma, em 1775, foi realizado o Segundo Congresso da Filadélfia, com caráter separatista. George Washington, da Virgínia, foi nomeado comandante das tropas americanas e uma comissão organizada por Thomas Jefferson teve a tarefa de redigir a Declaração de Independência, o que foi feito em 4 de julho de 1776, iniciando a guerra de independência.

A guerra de independência e a formação dos Estados Unidos

Na verdade, a guerra já havia iniciado em março de 1775 quando os americanos tomaram Boston. No entanto, nessa ocasião ainda não estavam organizados e tinham interesses divergentes. No sul, a única colônia que participava incisivamente da guerra era a Virgínia. Os voluntários do exército, alistados por um ano, muitas vezes largavam a guerra para cuidar de seus afazeres pessoais. Nesse ritmo, acabaram sendo vencidos em Nova York. Essa situação foi revertida após a vitória na Batalha de Saratoga, quando, então, começaram a ganhar aliados, como os espanhóis e os franceses, que haviam perdido a Guerra dos Sete Anos e queriam vingar-se da Inglaterra.

Os franceses tiveram importante papel na vitória, pois estavam afinados com os ideais de liberdade do movimento e muito interessados em golpear a Inglaterra. A França transferiu dinheiro para os americanos, assinaram tratados e buscaram aliança dos espanhóis contra os ingleses. A guerra ampliou-se para o Caribe e para as Índias, com a ajuda marítima francesa. Com apoio externo os ingleses foram, então, derrotados no ano de 1781 na Batalha de Yorktown. Finalmente, em 1783, pelo Tratado de Versalhes, a Inglaterra reconheceu a Independência dos Estados Unidos. Os aliados dos norte-americanos foram recompensados – a França recuperou Santa Lúcia e

Tobago, nas Antilhas, e suas possessões no Senegal; a Espanha ganhou a ilha de Minorca e a região da Flórida.

George Washington, líder das tropas rebeldes, tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos, primeiro país da América a se converter em uma República Federativa e Presidencialista. Em 1787, a nova nação proclamou sua primeira Constituição, que entrou em vigor em 1788. A Constituição apresentava um caráter liberal e moderno convergente com os ideais republicados de Thomas Jefferson que primavam pela autonomia política para os Estados membros da Federação.

A Câmara dos Representantes e o Senado compunham o Congresso. A primeira foi constituída por delegados de cada Estado conforme sua população, e o Senado, por dois representantes de cada Estado. O Congresso votava as leis e os orçamentos, e o Senado se preocupava com a política exterior. Ao presidente caberia a indicação de nove juízes para ocupar a Corte Suprema que resolveria os conflitos entre Estados e entre estes e a União. O poder ficou dividido em executivo, legislativo e judiciário, seguindo as ideias iluministas de Montesquieu. Apesar de todas essas leis que buscavam a liberdade e independência dos cidadãos, as mulheres, os índios e os escravos continuaram sem direitos políticos.

A guerra de Independência dos Estados Unidos foi um movimento de grande importância, pois foi o primeiro movimento de emancipação que alcançou seu objetivo. Trata-se, portanto, de uma das revoluções burguesas do século XVIII. Em verdade, podemos falar de uma *dupla revolução*, pois além do seu conteúdo liberal, foi a primeira revolução anticolonial e antimercantilista vitoriosa. Paradoxalmente, foi, ao mesmo tempo, uma espécie de *meia revolução*, na medida em que a escravidão foi mantida nos estados do sul, como condição de sua permanência na União.

Além disso, segundo alguns analistas, quase um terço dos colonos lutou ao lado da Inglaterra e, com a independência, emigraram para o Alto Canadá (atual província de Ontário), que então era quase desabitada. As tropas americanas tentaram, então, anexar o Canadá, mas foram derrotados por uma aliança de tropas britânicas, colonos realistas e índios. Dessa forma,

a composição étnica do Canadá foi modificada, com os colonos franceses permanecendo em Québec (Baixo Canadá) e os ingleses no Alto Canadá e províncias litorâneas, com colônias vinculadas ao Império Britânico. Todavia, durante a guerra de independência, os territórios situados entre os Apalaches e o Rio Mississipi (que a Inglaterra arrebatara dos franceses com a Guerra dos Sete Anos) foram anexados pelos Estados Unidos, que ampliaram seus domínios, abrindo-se, assim, um amplo espaço para a colonização.

A Revolução Francesa e o desafio napoleônico

A Revolução Francesa e seus impactos internacionais (1789-1799)

Ainda durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, a crise do absolutismo francês prenunciava uma ruptura. O próprio sucesso contra a Inglaterra na América do Norte só serviu para agravar a crise fiscal do Estado francês e ampliar o prestígio dos ideais iluministas. Os efeitos dos acontecimentos da Revolução Francesa não se circunscrevem aos limites da História da França, uma vez que os impactos internacionais dos eventos franceses representam um divisor de águas. A burguesia que chegou ao poder enunciou o princípio da soberania da nação com a qual ela mesma se identificava. Este princípio já havia sido proclamado por ocasião da Independência dos Estados Unidos quando se definiu a recusa aos valores do velho absolutismo. A construção de uma nova ordem recusou não apenas as antigas estruturas políticas e sociais do *Ancien Régime,* como também valores e concepções predominantes até então. Isto no país que representava o mais acabado modelo de Absolutismo e Mercantilismo, além de ser o país mais povoado (25 milhões de habitantes, contra 6 milhões da Inglaterra) e maior economia da Europa.

A Revolução Francesa assinalou a etapa final do processo de secularização das estruturas de poder inaugurando certa modernidade ocidental. Pode-se identificar essa modernidade com a fundação da sociedade burguesa, com os novos padrões econômicos (liberalismo) e com a passagem da condição de súdito a cidadão (modificações ideológicas advindas do iluminismo). Os franceses protagonizaram experiências

históricas inéditas como a politização da questão social, a experiência democrática e republicana, até mesmo os primeiros projetos socialistas.

A derrocada da Monarquia Absolutista na França e a abolição dos princípios aristocráticos tiveram como ponto de partida o processo de centralização do poder, na forma como se apresentou no reinado de Luís XVI e a chamada Reação Aristocrática iniciada em 1787, com pressões para restaurar privilégios da decadente nobreza no tocante aos cargos do Estado. Este período caracterizou-se por uma profunda crise econômica que conduziu ao controle fiscal e ao monopólio da violência. A nobreza francesa, descendente das tradicionais famílias proprietárias de terra e a quem cabia os encargos guerreiros e militares, perdia gradativamente suas funções, seus privilégios e seu *status*. O Absolutismo, nesse contexto, mostrava-se incapaz de conter o descontentamento da aristocracia e promover as reformas necessárias.

O efeito mais imediato das novas práticas, além do aumento da miséria das classes populares, foi constituição da nova nobreza ou "nobreza togada", em sua grande maioria composta pela alta burguesia. Esse recurso, na verdade, "aburguesou os nobres e enobreceu os burgueses" e ambos passaram a ocupar um plano secundário na vida social e política do reino. Ademais, as relações monetárias conheceram, a partir de então, a elevação expressiva do grau de corrupção. O Estado Absolutista passou a desempenhar o papel de promotor de mobilidade social, ironicamente construindo as bases de sua própria derrocada. O que ocorreu na França desde o reinado de Luís XVI até as vésperas da Revolução, decorreu em larga medida, das tensões sociais geradas por essa mobilidade e pela disfuncionalidade que imprimiu ao sistema.

Essa situação pode ser melhor avaliada quando se considera as necessidades financeiras crescentes, seja para financiar as guerras ou para pagar a máquina administrativa, ou, ainda, para manter o alto padrão de vida da corte. Além disso, deve-se considerar a constância na obtenção de financiamentos através da criação de novos impostos e empréstimos junto à burguesia. Outro caminho, para a solução das necessidades financeiras,

levou o rei a valer-se de dois expedientes básicos: além dos empréstimos, a venda de cargos públicos e títulos de nobreza. Em síntese, ao mesmo tempo em que se pretendia o estabelecimento de vínculos de dependência e fidelidade, difundiu-se novos valores, distintos da ordem feudal.

Todavia, a crise econômica foi também conjuntural. Além dos fenômenos climáticos, o desastroso Tratado Eden-Rayneval, de 1786, assinado com a Grã-Bretanha, o qual assegurava baixos direitos de importação aos tecidos e produtos metalúrgicos ingleses em troca de tarifas preferenciais ao vinho francês exportado para a Grã-Bretanha, afetou profundamente a indústria manufatureira francesa. A instabilidade entre a manutenção dos princípios de organização social herdado do período feudal e a tentativa de promover a prosperidade do reino não se ajustou às novas tendências do período. O caminho em direção à construção de um Estado Moderno apresentou um sistema feudal que entrava em colapso e o avanço do desenvolvimento das forças capitalistas de produção.

Acompanhando tal processo, seria necessário unificar o mercado nacional, racionalizar a produção e a troca, além de destruir as velhas comunidades agrárias. Mas essas transformações não aconteceriam sem uma profunda alteração na correlação das forças sociais. Porém, a sociedade francesa, por volta de 1789, estava ainda organizada em Estados ou Ordens: o Clero, integrando o Primeiro Estado (o Alto Clero composto por bispos, abades e cônegos oriundos de famílias nobres que recebiam dízimos e renda de imóveis urbanos e rurais de propriedade da Igreja, e o Baixo Clero, com alguns sacerdotes que simpatizavam com os ideais revolucionários); a nobreza compunha o Segundo Estado (Nobreza Cortesã, que vivia em Versalhes às custas das pensões do Estado; Nobreza Provincial, grupo empobrecido que vivia no interior recebendo os impostos cobrados dos camponeses; Nobreza de Toga); por fim, o povo correspondia ao Terceiro Estado (comportando inúmeras classes – camponeses, *sans-culottes*, pequena, média e alta burguesia).

Desde meados do século XVIII, como foi dito, a economia francesa já apresentava sinais de crise, agravada pelas guerras na Europa e na América.

Em 1784, os problemas climáticos, que acarretaram más colheitas e ocasionaram o aumento do preço dos alimentos, levaram o povo francês à subalimentação. A indústria têxtil tinha dificuldades pela concorrência dos produtos ingleses e a burguesia ligada à manufatura e ao comércio estava cada vez mais descontente.

A grave situação financeira do país e as sucessivas crises políticas ampliaram o debate sobre a necessidade de esboçar novas reformas tributárias e as formas para o financiamento das instituições da Monarquia Absolutista. Em 1787, sentindo-se ameaçados em seus privilégios, a nobreza e o clero pressionaram o rei a convocar a Assembleia dos Estados Gerais, o que não ocorria desde 1614. O Primeiro e o Segundo Estado, isoladamente, não tinham poder de decisão, pois participariam os representantes dos três Estados. Contudo, firmado o critério de votação por ordem, a desvantagem numérica em relação ao Terceiro Estado estava resolvida.

Em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais abriu seus trabalhos e as discussões aconteceram isoladamente, dentro de cada Estado. O Terceiro Estado, observando com preocupação essa situação e temerosos de que a nobreza e o clero pudessem obter vantagens, solicitou que as votações fossem individuais, pois contavam com a maioria entre os três Estados. Diante da rejeição a tal procedimento, o Terceiro Estado desligou-se dos Estados Gerais e autoproclamou-se Assembleia Nacional, em junho do mesmo ano. A perseguição aos seus membros e anulação de suas decisões não foram suficientes para conter o processo revolucionário que se iniciava. Ademais, Luís XVI percebeu que as adesões do Primeiro e Segundo Estados cresciam e, para contemporizar, ordenou que as classes privilegiadas se reunissem à burguesia, formando a Assembleia Nacional Constituinte, em julho.

A nova Assembleia, na verdade, reunia uma maioria monárquica constitucional, dirigida por Mirabeau, e uma minoria pela democracia igualitária republicana, liderada por Robespierre. Todavia, a situação política continuava instável e organizou-se em Paris uma Municipalidade Revolucionária (denominada Comuna), apoiada pela Guarda Nacional. Esses

eram órgãos populares financiados pela burguesia e suas ações ecoaram por quase toda a Europa. A Tomada da Bastilha, símbolo do poder da monarquia, representou o radicalismo contra os privilégios, e os atos políticos que se seguiram com a crescente participação popular, a exemplo dos movimentos camponeses verificados em quase todo o país (o *Grande Medo*), levaram Luís XVI a reconhecer a legitimidade da Assembleia Nacional Constituinte no sentido de conter os avanços populares.

Em agosto de 1789, a Assembleia aboliu o regime feudal, eliminando os direitos senhoriais sobre os camponeses, estabeleceu o fim dos privilégios da nobreza e do clero e impôs diversas formas de castigo aos nobres. A Assembleia proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como pontos principais o respeito à dignidade das pessoas, liberdade e igualdade entre os cidadãos, direito à propriedade individual, direito da resistência à opressão política e liberdade de pensamento e opinião. Em 1790, ocorreu o confisco de terras da Igreja pela Assembleia e a subordinação do clero ao Estado através do documento intitulado Constituição Civil do Clero.

No ano seguinte, foi concluída a Constituição, na qual o rei perdia os poderes absolutos (pois havia fugido com a intenção de preparar a reação) e instituía um sistema de governo dominado pela alta burguesia estabelecendo uma monarquia constitucional. No que diz respeito à organização social, a Constituição previa a extinção dos privilégios da nobreza e do clero, ao passo que mantinha a escravidão nas colônias. Quanto à economia, promoveu a liberdade de produção e de comércio, minimizando a interferência do Estado, ao mesmo tempo em que as greves eram proibidas. Em relação à religião, propunha-se a liberdade de crença, a separação entre Estado e Igreja e a nacionalização dos bens do clero. Já em relação à organização política, foram criados os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o voto para cidadãos "ativos e passivos".

Apesar de a nova Constituição promover algumas conquistas, a Assembleia mostrava suas resistências e seus temores em relação às camadas populares, pois previa que o republicanismo poderia ameaçar a

alta burguesia liberal emergente. Diante das manifestações de julho de 1791, a reação foi violenta. O rei foi inocentado e a ameaça estrangeira minimizada (os demais monarcas temiam o que acontecia na França). Luís XVI selou a adoção da Monarquia Constitucional que, na prática, atendeu aos principais objetivos da alta burguesia: limitar o poder real e tutelar as massas populares.

Já fazendo valer a Constituição, foi eleita e empossada a Assembleia Legislativa. Nela, predominavam os deputados moderados, como Mirabeau e La Fayette, partidários da Monarquia Constitucional e Parlamentar aos moldes da inglesa. Os defensores da república formavam a minoria dividida em dois grupos – os liberais, liderados pelo jornalista Brissot, depois conhecidos como Girondinos e os democratas, dirigidos por Robespierre, denominados Jacobinos. A adesão de Luís XVI era apenas aparente. Em 1792, surgiu a oportunidade que o rei aguardava para acabar com o processo revolucionário e golpear a Assembleia – o iminente conflito com a Áustria, que unida à Prússia, invadiu a França, deteriorando ainda mais a situação política e econômica do país. Os fracassos iniciais do exército francês levaram os revolucionários a radicalizar ainda mais o processo. Conspirava-se abertamente contra o rei e os *sans-culottes*, população pobre da Comuna de Paris, buscavam a destituição de Luís XVI e da convocação de nova assembleia, eleita por sufrágio universal.

Começava, então, a fase mais radical da Revolução. O Rei foi preso ao tentar fugir disfarçado (episódio de Varennes), a monarquia constitucional suspensa e reuniu-se a Convenção ou Assembleia Convencional. Eleita por sufrágio universal, a Convenção elaborou a Constituição do Ano I (1793) que instituiu a Primeira República. Neste momento, as discussões aconteciam circunscritas aos representantes de três facções políticas. À direita, os Girondinos, representantes da alta burguesia mercantil, aceitavam a república desde que fosse liberal e garantisse o direito à propriedade. Seus principais representantes, Brissot e Condorcet, permaneciam sem aprovar a participação das camadas populares no movimento revolucionário. À esquerda, os Montanheses ou Jacobinos, pequena burguesia exaltada

liderada por Robespierre, Marat e Danton. Os Jacobinos colocavam as "razões do Estado Revolucionário" acima de qualquer liberdade ou instituição. Ao centro, a Planície (maioria), com Sieyès defendendo a união da esquerda e da direita para salvar a Revolução dos perigos internos e externos.

A Declaração Austro-Prussiana de Pilnitz manifestava a intenção de "restaurar a ordem na França", ao que a Revolução respondeu com a consígnia de "varrer o feudalismo e o absolutismo da Europa". Assim, as relações internacionais passavam a abarcar uma dimensão ideológica, em lugar unicamente das tradicionais disputas dinásticas e territoriais, que caracterizaram o período do Antigo regime. Além disso, iniciava-se a fase em que a formação territorial e estatal acrescia-se à formação da nação e ao estabelecimento de fronteiras contínuas, necessárias à consolidação de um mercado interno.

O predomínio dos Girondinos, num primeiro momento, acarretou na formação da Primeira Coalizão europeia. Reuniram-se Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, Holanda, Espanha, Rússia e Sardenha com pretexto de vingar a decapitação de Luís XVI. A ameaça de invasão estrangeira e a possibilidade de contrarrevolução interna, mais uma vez, resultou na intervenção dos *sans-culottes* no curso da Revolução: Girondinos, acusados de traição foram guilhotinados e os Jacobinos assumiram a direção da Convenção. A política radical dos Jacobinos concretizou-se na formação de um Comitê de Salvação Pública (1793), que esmagou a invasão externa e sufocou com violência a contrarrevolução interna através do *Terror*. O novo Governo Revolucionário instituiu-se como um governo centralizado, adotando medidas extremas como o confisco e a redistribuição dos bens inimigos, tabelamento de preços, abolição da escravidão nas colônias e elaboração de uma legislação social, entre outras.

A última fase da Revolução foi aberta com o Golpe do Nove do Termidor (1794). Robespierre, acusado pela sua política excessivamente democrática e perdendo seus principais pontos de apoio, foi deposto e executado. A contrarrevolução girondina, ou reação termidoriana, conduziu a alta

burguesia novamente ao poder, que se empenhou em estabilizar as conquistas burguesas. Na Convenção, os termidorianos procuraram esvaziar o caráter de exceção dos órgãos do Governo Revolucionário e elaboraram uma nova Constituição, a do Ano III (1795), em decorrência da qual se instituía o Diretório. Na verdade, o Diretório foi uma tentativa frustrada de reorganizar uma República Burguesa, baseada no regime censitário. A dificuldade de relacionamento entre os membros do Executivo era tamanha (o Diretório foi confiado a cinco diretores e o Legislativo exercido pelo Conselho dos Anciãos e pela Assembleia dos Quinhentos), demonstrando a sua fragilidade institucional, produzindo novas reações internas, como a Conspiração dos Iguais, dirigida por Babeuf.

A essa instabilidade interna, agravada pela crise econômica, somou-se a problemática externa. Embora a Primeira Coalizão tenha sido vencida pelos franceses, de acordo com os Tratados de Balê e Haia (1795), nos quais a França recebeu a margem esquerda do Reno, e, a obtenção, pelo Tratado de Campofórmio, da Bélgica (1797), os problemas internacionais não estavam solucionados. A Grã-Bretanha organizou, em 1798, a Segunda Coalizão com a Áustria, a Rússia, a Sardenha, o Reino de Nápoles e a Turquia, pois se sentia ameaçada no Egito devido à expedição enviada pelo Diretório à região, comandada por Napoleão Bonaparte. Ficava claro à alta burguesia francesa que, diante das crises internas e do peso da Grã-Bretanha no aliciamento dos Estados continentais, a integridade da França dependeria de sua força militar.

O chamamento à população, consagrado pelo hino da *Marselhesa*, permitiu criar um grande exército de cidadãos, comandados por jovens generais leais à Revolução. A mobilização geral permitiu a vitória militar sobre os invasores e a contrarrevolução interna, e na perseguição aos exércitos absolutistas, as forças da Convenção foram saudadas pelos libertadores nas regiões vizinhas como Bélgica, Holanda, estados alemães do Reno, Suíça e norte da Itália, que possuíam uma situação semelhante à francesa, especialmente devido à abolição do feudalismo e do absolutismo que acompanhava o exército revolucionário. Surgiam as *Repúblicas irmãs*,

calcadas no modelo francês. Contudo, durante o Diretório, a libertação social passou a ser acompanhada da conquista, anexação e exploração das regiões vizinhas, fenômeno que se agravaria durante o Consulado e, especialmente, o Império Napoleônico.

O Sistema Napoleônico: o primeiro desafio à *Pax Britannica* (1799-1815)

A burguesia, que ainda não havia conseguido usufruir das conquistas revolucionárias, percebia a necessidade de reformar o Diretório e de defender os seus interesses. Para tanto, seria necessário organizar a força militar sob seu controle. O retorno de Napoleão à França, após a campanha do Egito, seria o momento para tal conspiração. A ascensão de Napoleão no contexto revolucionário francês foi extraordinária e o resultado dessa aliança foi o Golpe do 18 Brumário (ele representava a ascensão social do novo *self made man,* propiciado à plebe pela Revolução, como lembra Hobsbawm). Com o Golpe foi estabelecido o Consulado, regulado pela Constituição do Ano VIII (1799), aprovada por plebiscito. O Executivo ficava teoricamente com três cônsules, mas na prática todos os poderes estavam nas mãos do Primeiro-Cônsul – Napoleão Bonaparte (Roger Ducos e Sieyès ocupavam os outros postos). O Primeiro-Cônsul tinha um cargo decenal, de reeleição indefinida, que mais tarde tornou-se vitalício. Ele comandava o exército, nomeava os membros da administração, propunha leis e conduzia a política externa.

Diante de um Legislativo enfraquecido, a reorganização judiciária fez-se paralelamente à centralização administrativa e à restauração financeira (fundação do Banco da França, em 1800, criação do franco e novo padrão monetário). A proposta do novo governo era a de promover um período de consolidação das instituições burguesas, estabilidade política e eficiência administrativa proporcionada por um Estado forte. Através da promessa de que a partir de então se iniciava um período de paz, Jacobinos e Realistas foram anistiados, as boas relações com Roma e com clero francês foram reatadas (Concordata, 1801), embora ainda fossem colocados sob a

autoridade civil. A Segunda Coalizão foi vitoriosamente encerrada e estabelecida a paz com a Áustria, em 1801, e com a Grã-Bretanha, em 1802. Napoleão defendeu e incorporou definitivamente na legislação os princípios liberais burgueses, através da instituição do Código Civil em 1800, promulgado em 1804.

O Código Civil, talvez a obra mais importante produzida durante o Consulado, traduzia os anseios da burguesia, reforçando o Estado como seu sustentáculo. Foi nesse contexto que o Estado francês estruturou-se e articulou os recursos necessários para promover o seu desenvolvimento industrial. Em 1804, contando com o apoio (ou com a omissão) dos órgãos representativos da República, Napoleão recebeu o título de Imperador da França, instituindo o regime imperial pela Constituição do Ano XII (1804). A centralização do poder foi acentuada através de reformas financeiras, políticas, religiosas e educacionais. Embora alguns princípios revolucionários tenham sido negados (a exemplo da criação de uma nobreza hereditária), de alguma forma, seu governo representou a continuidade e a expansão de tais ideais, apesar da ambiguidade política no âmbito interno.

Durante o Império, a política exterior de Napoleão foi pautada pela expansão territorial e política da França, representando a ruptura com o sistema de equilíbrio de poderes que caracterizava as relações entre os Estados europeus desde o século XVI. A partir de então, várias coligações foram estabelecidas para barrar o avanço napoleônico pela Europa, pois ficava evidente que somente por meios diplomáticos não seria mais possível. Entre 1805 e 1807, Napoleão impôs derrotas definitivas à Áustria, à Prússia e à Rússia e, por volta de 1810, dominava praticamente toda a Europa Continental (exceto os Bálcãs). O Sistema Napoleônico que se configurava incluía regiões anexadas ou indiretamente ligadas ao Império francês ("Estados vassalos ou de alianças forçadas"), nas quais eram aplicadas reformas abolindo as instituições do *Ancien Régime* e instituindo outras representativas do modelo francês.

A França, que já havia anexado a Bélgica e a margem oriental do Reno tinha como Estados vassalos cinco reinos governados por parentes de

Napoleão: dois na Itália, e os reinos da Holanda, Westfália e Espanha. Em 1806 foi criada a Confederação do Reno, composta por dezesseis Estados alemães e, após invadir a Prússia oriental e a Polônia, obrigou a Rússia a uma aliança forçada. Por fim, o Império subjugou a Áustria, a Prússia, a Suécia e a Dinamarca e anexou o litoral alemão[2]. Os membros da Dinastia Napoleônica ocupavam o trono de vários Estados europeus. Paralelamente às razões políticas que levaram, sobretudo a Prússia, a Áustria e a Rússia, a lutar contra a França (absolutismo *versus* revolução), essas coligações detiveram-se nas rivalidades econômicas que opunham Grã-Bretanha e França. A Grã-Bretanha, organizada em bases capitalistas, tinha como um de seus principais mercados a Europa continental, além de a região representar os pontos de acesso a outros mercados igualmente importantes.

Sem a possibilidade de superar a Grã-Bretanha no mar e na competição comercial (afinal, a França ainda era manufatureira), Napoleão decidiu enfrentá-la e vencê-la através do Bloqueio Continental, decretado em Berlim (1806) e Milão (1807). O Bloqueio proibia todo o comércio entre as regiões do Império e os britânicos, visando favorecer o consumo dos produtos franceses (embora a burguesia francesa ainda não estivesse em condições de substituir a inglesa) e, obviamente, a ruína da indústria e do comércio da Grã-Bretanha. Esse país, embora vulnerável ao Bloqueio, pôde relativizar os danos com o aumento das exportações para a Ásia, as Antilhas, a África, o Oriente Próximo e a América Latina.

O Bloqueio Continental também criou problemas com os Estados "neutros", levando a intervenções desastrosas na Península Ibérica (1808-1814) e na Rússia (1812), o que estimulou a reação às forças de Napoleão. A campanha da Rússia traria consequências fatais para o Império, com a esmagadora derrota da *Grande Armée*, apesar da conquista de Moscou (dos 610 mil que ingressaram na Rússia com Napoleão, apenas 5 mil retornaram com ele). Esta derrota animou seus adversários, dando origem a uma coalizão muito mais sólida que as anteriores, apesar de suas contradições.

O tempo da consolidação do Império Napoleônico foi também o do início de sua ruína. Na Espanha, no Tirol austríaco, na Prússia e em algumas

outras regiões, guerrilhas camponesas fustigavam as tropas napoleônicas, numa manifestação de nacionalismo que, ironicamente, se voltava contra seus formuladores. Em 1813, a união das forças aliadas da Rússia, Áustria, Prússia e Suécia derrotaram Napoleão em Leipzig. Em seguida, as forças da Grã-Bretanha e Espanha conseguiram invadir a França e, em 1814, se combatia perto de Paris. Em 30 de março as forças avançadas da coalizão ocupavam o campo fortificado de Paris, mas ainda não declaravam abertamente a restauração dos Bourbon. Napoleão, que se encontrava em Fontainebleau, se viu obrigado a abandonar a luta. Dirigiu-se ao sul da França, de onde embarcou para a Ilha de Elba, exercendo uma microssoberania de consolação. Em abril, o irmão mais novo do rei decapitado, Luís XVIII, assinou o armistício. Pouco depois, Talleyrand, antigo ministro de Napoleão e agora Ministro dos Assuntos Exteriores de Luís XVIII, estabelecia o tratado de paz com as potências aliadas.

A campanha final de Napoleão, entretanto, aconteceria a partir de março de 1815, quando retornou à França (aproveitando a impopularidade de Luís XVIII) e governou por Cem Dias, surpreendendo as potências que participavam do Congresso de Viena. Mas ele, que retornava como Jacobino, não foi apoiado pela burguesia francesa, determinada a estabilizar a Revolução no limite do Código Civil. A coalizão militar internacional se reorganizou e Napoleão foi definitivamente derrotado na Batalha de Waterloo. Preso pelos britânicos, foi exilado na Ilha de Santa Helena. Essa coalizão, na verdade, representava a aliança de monarquias reacionárias desejosas em restabelecer e consolidar o regime absolutista e feudal. Circunstancialmente, ela obteve o apoio dos povos europeus subjugados por Napoleão e imbuídos de um entusiasmo patriótico e nacional nunca antes visto.

1.2 Restauração europeia e livre comércio mundial (1815-1848)

Desde 1789, na França, e 1792, na Europa a estrutura do *Ancien Régime* havia sido abalada. Ainda que Napoleão tivesse restabelecido a ordem, esta não era a ordem tradicional. Com as primeiras derrotas militares, mais especificamente após sua primeira abdicação, em 1814, os dirigentes dos países vencedores ligados à sociedade do *Ancien Régime* perceberam a oportunidade de refazer o mapa da Europa com o amparo de uma restauração. De setembro de 1814 a junho de 1815, o Congresso de Viena buscou reconstruir a velha ordem europeia transformada não só em seus limites territoriais, como também em suas estruturas políticas e sociais.

No entanto, mesmo desaparecido o perigo da Revolução e do Império, a estabilidade desejada não foi tão facilmente conquistada. Se, por um lado, as instituições conservadoras haviam sido restauradas, na França e nas regiões mais afetadas socialmente pela Revolução (numa linha que abarcava da Holanda ao norte da Itália) pode-se falar mais num "Estado de Compromisso" do que num retorno puro e simples ao *status quo ante.* Alem disso, as conquistas logradas pela burguesia logo voltaram a se expandir, seja via processos evolutivos, seja através de minirrevoluções (1820 e 1830). A industrialização e as transformações sociais também avançavam na parte ocidental do continente e, posteriormente, em seu centro.

Já as potências conservadoras retomavam seu tradicional sistema de equilíbrio de poder, disputas territoriais e acordos para sufocar a eclosão de novas revoluções, buscando eliminar o liberalismo e o nacionalismo. A Inglaterra, desde seu "esplêndido isolamento", vigiava a balança de poder continental, estimulando rivalidades e conservadorismo, o qual exercia uma ação repressiva interna que freava o progresso da região. Assim, a nova potência hegemônica tinha as mãos livres nos mares e nos demais continentes, estruturando uma ordem mundial liberal e uma espécie de *império informal*, dado que houve um recuo do sistema colonial.

O Congresso de Viena e a reorganização da Europa

O Congresso de Viena e a Restauração

Para decidir o futuro da Europa reuniram-se em Viena soberanos, ministros e diplomatas oriundos de vários países desejosos por recuperar seus poderes e sua iniciativa política. A escolha da cidade representava o perfil conservador do Congresso, dada a aversão da dupla monarquia danubiana ao liberalismo e ao nacionalismo. Obviamente, apenas os representantes das grandes potências tomaram decisões fundamentais: o czar Alexandre I, da Rússia, o chanceler austríaco Metternich, o secretário do *Foreign Office* britânico, Castlereagh, e o representante prussiano, Hardenberg. Apesar dos conflitos de interesses e da definição de uma nova relação de forças entre as grandes potências, o Congresso de Viena consagrou o entendimento, ainda que circunstancial, desses países estabelecendo uma espécie de "condomínio de poder". A França, através do representante do rei Luís XVIII, Talleyrand, tratou de limitar o efeito da derrota, tentando apresentar a França restaurada como uma vítima da Revolução.

A reação europeia não representou apenas a tentativa de superação do sistema napoleônico, mas também um momento de fazer valer o poderio dos grandes Estados. Para tanto, as novas diretrizes foram utilizadas com flexibilidade. Através do princípio da *legitimidade* dos soberanos, o direito dos herdeiros deveria ser combinado com a capacidade dos Estados em assegurar o equilíbrio entre as *potências* (um conceito novo, introduzido no Congresso, para a Inglaterra, Prússia, Rússia, Império Austro-Húngaro e França). Este princípio possibilitou o aumento territorial de alguns Estados, mas também criou problemas para regimes nos quais a legitimidade não era hereditária[3]. Para os principais membros do Congresso o princípio da legitimidade interessava imensamente: a Europa representada por seus soberanos e diplomatas ao realizar a redistribuição e modificação das fronteiras territoriais deveria deixar intacto tudo o que existia legitimamente antes do início das guerras revolucionárias, ou seja, antes de 1792.

A Rússia, devido as forças que seu governo dispunha neste momento,

era o Estado mais poderoso em uma Europa arruinada pela guerra. Esta condição era claramente percebida pelos outros membros do Congresso, pois o país não sofreu com a ocupação napoleônica e o poder do czar não chegou a ser posto à prova. Com seu poder político e social, reinando em uma sociedade arcaica em que a burguesia é praticamente inexistente, Alexandre I assumiu a liderança da reação. No outro extremo, a França representava o país vencido. No entanto, através da habilidade de seu Ministro de Assuntos Exteriores, gradativamente foi possível desenvolver uma maior capacidade de manobra. Talleyrand sabia que um problema ocuparia a atenção do Congresso: a questão da Polônia e da Saxônia. Diante desta contenda seria possível introduzir desacordos entre Áustria, Inglaterra, Rússia e Prússia.

Após sua chegada à Viena, Talleyrand conseguiu ser admitido no comitê dirigente. Uma de suas primeiras ações foi se apresentar a Alexandre I, e com base no princípio da legitimidade, argumentou que o czar deveria renunciar a parte da Polônia que não pertencia à Rússia antes das guerras revolucionárias e que a Prússia deveria abandonar suas pretensões sobre a Saxônia. Como resultado desta audiência, Alexandre I reuniu-se com Castlereagh e manifestou suas intenções de corrigir os erros cometidos com a divisão da Polônia. Embora pretendesse reunir todas as partes da antiga Polônia, naquele momento poderia atuar somente sobre o território ocupado pela Rússia. Nesta parte criaria o Reino da Polônia sobre o qual atuaria como monarca constitucional. O secretário britânico logo reconheceu que as concessões à Polônia resultariam perigosas para a Áustria e para a Prússia, pois os poloneses destas regiões poderiam mostrar-se desejosos de usufruir desta Constituição.

O governo austríaco, mais do que o inglês, temia a criação de um regime "liberal" na Polônia e o incremento demasiado do poder russo mediante a anexação da maior parte dos territórios poloneses. A saída encontrada pelos governos austríaco e inglês foi o de propor um plano ao representante prussiano, Hardenberg, no qual seria consenso entregar toda a Saxônia ao rei da Prússia em troca da adesão prussiana à tentativa de contenção da Rússia,

ou seja, impedir este país de apoderar-se da Polônia. Assim, a Saxônia serviria como pagamento pela traição de Frederico Guilherme III a Alexandre I. Diante da recusa do rei prussiano a partir da compreensão de que o fato da França não participar do projeto poderia se converter em uma ameaça franco-russa contra a Prússia, Alexandre I foi informado das pretensões de Metternich e de Castlereagh.

Talleyrand, por sua vez, percebeu que uma mudança de tática, sem romper com seus objetivos de causar atrito entre as grandes potências, seria facilitada nesta conjuntura. A França estava interessada em impedir tanto o fortalecimento da Rússia como o da Prússia, que era um país inimigo e vizinho. Desta forma, o ministro francês procurou convencer o czar de que não apoiaria a Áustria e a Inglaterra em seus esforços de impedir que a Polônia fizesse parte do Império russo, mas que também não aprovaria a entrega da Saxônia à Prússia. Embora os prus-sianos desempenhassem um papel secundário nos trabalhos do Congresso, lhes foi assegurado pelo czar que receberiam a Saxônia em troca da parte da Polônia que haviam perdido.

A França, desejosa em impedir o fortalecimento russo e prussiano e aproveitando a oposição que lhes fazia austríacos e ingleses, assinou, em janeiro de 1815, um acordo secreto com a Áustria e a Inglaterra. Este acordo, dirigido contra a Rússia e Prússia, definia que Áustria, França e Inglaterra se comprometiam em fornecer ajuda militar mútua se uma das partes contratantes fosse ameaçada por uma ou várias potências, bem como se propunham a não concluir separadamente tratados de paz com os inimigos. Esta aliança reforçou, significativamente, a oposição ao projeto da Saxônia, no qual Alexandre I se viu forçado a recuar, pois não entraria em confronto com as três potências em função da Prússia. Apenas uma parte da Saxônia foi concedida a este país e, embora com grandes perdas, o rei da Saxônia retomou suas possessões.

Outro ponto fundamental nas negociações do Congresso foram os assuntos alemães. Não era interessante para nenhum dos participantes do Congresso (a Inglaterra era indiferente e a Prússia não possuía força para se contrapor) promover a unificação. Ao contrário, em um esforço de reação, as

lideranças consideravam conveniente manter o fracionamento feudal da Alemanha. De acordo com o plano de Metternich, o Congresso decidiu criar uma organização, a qual se deu o nome de "Confederação Germânica", em substituição ao Sacro Império Romano-Germânico que Napoleão dissolvera. Faziam parte desta Confederação Áustria, Prússia e o restante dos Estados alemães, em um total de 38 (em lugar dos quase 400 que existiam em 1792), e segundo a concepção de Metternich, deveria representar uma barreira contra eventuais avanços franceses e ao mesmo tempo assegurar a hegemonia austríaca dentro da Alemanha. A Confederação seria dirigida pela Dieta Germânica, cuja presidência foi ocupada por um representante austríaco e os votos foram divididos de tal modo que a Áustria mantivesse voz decisiva.

No decorrer dos trabalhos, os membros do Congresso foram surpreendidos por uma notícia inesperada – Napoleão retornara à França. Não só o temor do restabelecimento do Império atingiu os membros do Congresso como uma inesperada transformação no rumo das alianças. Napoleão, ao chegar a Paris e ao retomar suas atividades de monarca, encontrou o tratado secreto de janeiro de 1815[4]. Napoleão o enviou imediatamente à Viena para que chegasse até Alexandre I. Embora a traição ficasse comprovada e os ânimos se acirrassem, a ideia de que havia um inimigo comum a ser combatido projetou-se como prioridade. Após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 18 de junho de 1815, foi estabelecida a segunda restauração dos Bourbons na França.

Mesmo diante das evidentes fragilidades do Congresso de Viena, em junho de 1815, na sua última reunião foi firmada a *Ata Definitiva*, composta de 121 artigos e 17 apêndices. Na verdade, o Congresso se baseava em uma tentativa reacionária que não levava em consideração as transformações de ordem econômica, política e social que se processava em quase toda a Europa. As novas relações de produção e as novas tendências políticas colocavam abaixo uma velha estrutura do feudalismo e do absolutismo. De qualquer forma, os dirigentes em Viena acreditavam estar reorganizando a Europa sobre uma base sólida, detendo a marcha da história.

O novo mapa europeu, então, se desenhava a partir das definições do Congresso. De um modo geral, é possível traçar esse panorama da seguinte forma: a Holanda conseguiu anexar a Bélgica formando o Reino dos Países Baixos, sob a soberania de Guilherme de Orange (o que agradou aos ingleses, pois a Antuérpia ficaria longe das ambições francesas), criando uma entidade nacional mais forte para resistir à França em suas fronteiras. Talvez essa fosse a preocupação mais efetiva em relação à Europa continental, pois para os ingleses o interesse era garantir o domínio dos mares, onde suas únicas anexações são a manutenção das conquistas coloniais. As iniciativas inglesas se dirigiam à ocupação de pontos estratégicos de apoio para sua frota no Mar do Norte (Helgoland), no Mediterrâneo (Malta e ilhas Jônicas), na rota das Índias (o Cabo e o Ceilão) e no Oceano Índico (a ilha Maurício), de baixo custo de ocupação e grande utilidade nas bases de intervenção.

À Dinamarca se confirmava, além de Schlesvig, o Holstein alemão, mas perdia a Noruega que passava, então, a estar vinculada à Suécia, impedindo que a saída do Mar Báltico fosse dominada por uma única nação e punindo os dinamarqueses por seu apoio a Napoleão. À Áustria foram entregues as regiões com população italiana da Lombardia e Venécia, enquanto a Alemanha ficava dividida em 38 Estados independentes. A Polônia foi novamente dividida em três partes, constituindo-se com as terras do antigo Ducado de Varsóvia o novo Reino da Polônia, o qual, segundo as definições do Congresso, encontrava-se sob o controle russo. Ponznan, Danzig e Torn ficavam em poder da Prússia e a Ucrânia ocidental (Galícia) em poder da Áustria. A Cracóvia e sua região eram decretadas "cidade livre, independente e neutra", sob a proteção da Rússia, Áustria e Prússia.

A Prússia, em função dos territórios poloneses perdidos, adquiriu a parte setentrional da Saxônia (punida por sua participação no sistema napoleônico, a ilha de Rügen, a Pomerânia sueca e, no oeste, a região do Reno-Westfália. Ainda que a Prússia ficasse dividida em dois – a parte oriental e a parte nova, ocidental – saiu fortalecida em 1815 e convertendo-se em um vizinho perigoso para a França podendo, assim, vigiá-la. A Áustria se fortaleceu consideravelmente com as anexações de Tirol, Valterina,

Trieste, Dalmácia e Ilíria. Em Modena, Toscana e Parma foram colocados no trono parentes próximos ao Imperador Francisco I, unidos à Áustria. Tratados de alianças uniam também a Áustria ao Reino das Duas Sicílias, dando à Viena o controle sobre os assuntos italianos, alem de se converter na protetora do Papado.

A Inglaterra e a Rússia saíram das longas guerras com a França consolidadas e fortalecidas. Se os ingleses garantiam seu controle sobre os mares, a Rússia engrandecia-se com as anexações territoriais da Polônia, da Finlândia e da Bessarábia. A França, embora menos favorecida, logrou se reinserir na ordem europeia e garantir suas fronteiras de 1792. O país não deixou de participar do concerto das grandes potências, mas lhe foi imposta uma pesada indenização de guerra e uma ocupação militar que iria durar até 1818. Além disso, foi criado uma espécie de "cordão sanitário" de Estados-tampão e vizinhos fortes, com o objetivo de preservar a Europa de um eventual contágio revolucionário. A política externa da França, ao longo do século XIX, primará pela tentativa de reverter o sistema estabelecido em Viena.

A Santa Aliança

O sistema de organização europeia que se pretendia criar deveria ser encabeçado pela Santa Aliança ("aliança entre o trono, a espada e o altar" entre a Rússia ortodoxa, Áustria católica e Prússia evangélica), instituição intervencionista conservadora que tinha como objetivo a contenção de uma eventual Revolução na França, já que só ela parecia ser uma ameaça. Na realidade, a Santa Aliança tinha pouca consistência e a organização que verdadeiramente se configurou foi a *Quádrupla Aliança*, assinada secretamente em novembro de 1815 entre a Rússia, a Inglaterra, a Áustria e a Prússia, contra a França. A Santa Aliança pouco podia fazer além de proclamar a solidariedade entre os soberanos, enquanto a Quádrupla Aliança servia como um instrumento mais eficaz no que se refere à contenção francesa. O artigo 6º institucionalizava o "acordo europeu", isto é, previa conferências que seriam realizadas periodicamente para discutir as

medidas para manter a paz e os interesses comuns[5].

Os dirigentes dos países vencedores reunidos em Viena se baseavam em três grandes princípios, a *legitimidade* (das dinastias), a *restauração* (das fronteiras de 1792) e a *solidariedade* (antirrevolucionária entre as potências conservadoras), com os seguintes objetivos: criar garantias contra uma possível agressão francesa; satisfazer suas ambições territoriais; e, destruir todas as consequências da revolução burguesa ocorrida na França e restaurar o velho regime do absolutismo feudal[6]. O primeiro propósito foi alcançado, enquanto que o segundo lentamente revelou sua debilidade. Quanto ao terceiro, apesar da restauração forçada das velhas dinastias, não foi possível ignorar os sentimentos nacionais que se desenvolviam entre os diferentes povos. A ideologia nacional cada vez mais tomava consistência e vigor.

Assim, o Congresso não fez mais que estabelecer certo equilíbrio político de caráter provisório na Europa. Este equilíbrio instável era reconhecido pelos membros do Congresso que, mesmo diante de sentimentos de hostilidade mútua, tinham a consciência do papel que deveriam desempenhar as cinco grandes potências da Europa, embora também lhes fosse evidente que a direção da política internacional estava concentrada nas mãos da Rússia, Áustria e Inglaterra. A Ata definitiva do Congresso de Viena não eliminava todas as contradições internacionais, nem poderia fazê-lo. A questão oriental, por exemplo, havia se convertido em um dos principais problemas.

Durante o Congresso, as questões relacionadas ao declínio do Império Otomano e à situação dos Bálcãs (mais especificamente os pedidos de ajuda dos sérvios, búlgaros e gregos, cristãos súditos do sultão) mesmo que sem nenhum apoio por parte de seus membros, tornou-se pauta das discussões. Apenas Alexandre I demonstrava interesse em intervir, pois acreditava que tal decisão contribuiria para ampliar a influência russa na região. Estes desequilíbrios evidentemente não cessaram com o término dos trabalhos do Congresso, mas de modo geral, a assinatura do tratado de paz em Paris com a França vencida, simbolizava a intenção dos vencedores em barrar

qualquer revolução democrática de forma definitiva.

Empenhada em eliminar qualquer traço da Revolução e das conquistas do Império, a Europa de 1815 era obscura e insensível à marcha da História. No entanto, as ideias de 1789 estavam vivas e não tardaram a ganhar força nos períodos subsequentes. As novas classes sociais desenvolvidas pela Revolução Industrial e toda uma estrutura de pensamento que as acompanhava, na verdade refletia uma Europa com condições para uma sucessão de revoluções. A Inglaterra, por seu turno, com sua condição insular e poderio mundial, mantinha-se como fiel da balança e jogava no equilíbrio europeu, quando necessário, como forma de manter o continente dividido, evitando a emergência de alguma potência desafiadora como foi o caso do sistema napoleônico. Com os mares sob o controle britânico, as nações do continente dependiam dela para ter acesso ao mercado mundial e, ao se concentrar em disputas de velho tipo (dinásticas e territoriais) e novas tarefas de repressão, retardavam seu desenvolvimento histórico. O liberalismo inglês apoiava o conservadorismo continental europeu, como forma de manter sua hegemonia mundial.

A difusão do liberalismo político e comercial

A consolidação do liberalismo na Inglaterra

Com o final das guerras napoleônicas a Grã-Bretanha[7] distinguia-se das outras nações europeias através de um regime político liberal e de uma supremacia econômica que iria se prolongar durante toda a primeira metade do século XIX graças à expansão de sua revolução industrial e a uma orientação da sua política aduaneira no sentido do livre comércio. A proeminência da Grã-Bretanha nas relações internacionais do século XIX, tanto nas relações intereuropeias quanto em nível global, é resultado de uma longa transformação no perfil social, político e econômico daquele país. A Grã-Bretanha, ao projetar-se como epicentro da revolução industrial, transformou-se em uma "potência diferente" e, assim, expandiu o seu padrão de desenvolvimento econômico.

Com os capitais acumulados na Revolução Comercial, Londres

converteu-se no maior centro financeiro da Europa, desenvolvendo um sistema bancário e bolsa de valores capazes de gerar capitais disponíveis para aplicar no processo de industrialização. Acompanhando a condição de centro econômico dinâmico, a supremacia naval inglesa garantia o crescimento de influência e poder político em níveis nunca percebidos. A hegemonia marítima britânica remonta ao declínio do poderio naval holandês, conduzindo o país ao domínio do comércio mundial, elemento decisivo para a formação de uma rede de bases militares e entrepostos comerciais nos grandes oceanos e pontos estratégicos ao largo dos continentes. O império colonial de perfil mercantilista, extremamente importante até o fim do século XVIII, foi mantido depois apenas nas zonas de povoamento (Canadá, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia) e resquícios do período anterior como ilhas do Caribe e do Pacífico, além da Índia, controlada até 1853 pela Companhia das Índias Orientais, uma empresa privada.

Outro fator explicativo das transformações estruturais na Grã-Bretanha foi a disponibilidade de mão de obra. Nos séculos XVI e XVII, com a expulsão dos camponeses das terras comunais pela nobreza inglesa transformando-as em pastagens para a criação de ovelhas ("cercamentos"), a sociedade sofreu um grande impacto com a oferta de trabalho maior que a de empregos, conduzindo ao rebaixamento dos salários, bem como com a ruína dos artesãos causada pela concorrência da indústria manufatureira. Corroborando com o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica, deve-se destacar a instauração da monarquia parlamentar, resultado dos acontecimentos gerados pela Revolução Gloriosa (1688) e pela Declaração dos Direitos (1689), que estabeleceram na Grã-Bretanha a supremacia do Parlamento sobre a Monarquia. A substituição do Absolutismo pelo Parlamentarismo possibilitou a burguesia maior participação no governo e na vida política do país.

O triunfo do pensamento liberal foi expresso na obra de John Locke, *O Segundo Tratado do Governo Civil* (1689), ferrenho defensor da Revolução Gloriosa. Adam Smith, posteriormente, publicou *A Riqueza das Nações* (1776)

legitimando decisivamente a lógica liberal, a partir da crítica ao mercantilismo e a defesa da livre concorrência. Outros fatores, como as inovações técnicas que permitiram o uso da energia mecânica, o desenvolvimento das fábricas e elevação dos níveis de produtividade, a posição geográfica insular que permitiu que o país fosse preservado da devastação das guerras e a existência de grandes jazidas de carvão e ferro também sustentaram a posição proeminente da Grã-Bretanha no cenário mundial.

A expressão *Revolução Industrial* foi difundida a partir de 1845 por Engels, para designar o "conjunto de transformações técnicas e econômicas que caracterizam a substituição da energia física pela energia mecânica, da ferramenta pela máquina e da manufatura pela fábrica no processo de produção capitalista". O primeiro processo de industrialização, a chamada "era do carvão e do ferro", foi realizado principalmente na Grã-Bretanha, França e Bélgica e caracterizou-se pelo desenvolvimento do capitalismo liberal e pelo sistema de livre concorrência baseado na liberdade de comércio e produção.

A revolução industrial trouxe consequências inesperadas para a sociedade. Parcelas crescentes da população rural foram atraídas para as cidades, modos de vida tradicionais desapareceram, as cidades cresceram em número, tamanho e população tendo como resultado penosas condições de vida da nova e crescente classe operária que produzirá movimentos de reação ao processo de industrialização. Todavia, esta industrialização permitiu o aumento acelerado da produtividade econômica e o crescimento da riqueza nacional em níveis muito superiores ao incremento populacional. Apesar dos altos custos sociais, a revolução industrial proporcionou em médio prazo benefícios generalizados para o país, com o aumento da média dos salários e um extraordinário incremento da participação do país na economia internacional.

Assim, a Grã-Bretanha, tendo conhecido, a partir da segunda metade do século XVIII transformações consideráveis, garantiu, pelo seu poder financeiro e pela sua preponderância comercial e industrial, a capacidade de

conduzir a política internacional. A evolução significativa das trocas internas e externas, estimuladas pelo desenvolvimento da agricultura e da indústria, conferiu ao país um sistema de transporte revolucionário. No domínio marítimo, a Grã-Bretanha superou todos os rivais pela tonelagem da sua frota mercante e pela amplitude de suas transações. Londres passou a ser o primeiro porto do mundo, centro de redistribuição de gêneros para toda a Europa.

Como tendência, os Estados europeus nas primeiras décadas do século XIX, eram extremamente protecionistas. Na Grã-Bretanha não era diferente: as importações eram sobrecarregadas de impostos e alguns produtos estrangeiros não chegavam a entrar em solo britânico. O comércio marítimo era regido pelos *Navigation Acts* de 1651, que proibiam um navio estrangeiro de importar para a Inglaterra outros produtos que não sejam os do país de origem e que reservam aos navios ingleses o direito de negociar com as colônias do Império Britânico, ou seja, um sistema exclusivo. Já os países do hemisfério Sul tinham de concorrer entre si para vender seus produtos tropicais, caracterizando de fato uma livre concorrência. A Inglaterra se tornaria liberal quando seus produtos industriais passaram a não ter concorrentes, uma vez que as demais potências do Norte eram ainda manufatureiras.

As primeiras alterações do antigo sistema protecionista surgem a partir de 1820. Estas mudanças estão relacionadas a uma virada na diplomacia britânica com a substituição de Castlereagh por George Canning como secretário de Estado de Assuntos Exteriores. Apesar de Canning pertencer ao partido conservador, suas origens não coincidiam com as de seus colegas aristocratas. A percepção do novo secretário era a de que, cedo ou tarde, a aristocracia deveria fazer concessões e garantir à burguesia uma reforma eleitoral, pois diante da nova condição do país, seria muito provável uma aliança entre operariado e burguesia contra a aristocracia.

Embora tivesse consciência de que não poderia forçar tais concessões, Canning chegou ao governo com um programa que abriria tais possibilidades para a burguesia industrial, comercial e bancária, oferecendo

oportunidades de expansão econômica e desenvolvimento. De acordo com este programa não se deveria combater os movimentos de libertação nacional na Europa e na América, mas, ao contrário, utilizá-los em todos os sentidos. Os povos que conquistassem sua liberdade e se constituíssem em Estados necessitariam de recursos como a indústria, marinha mercante, sistema de finanças. Em um primeiro momento, a Grã-Bretanha poderia oferecer-lhes tudo isso. A influência britânica seria ampliada e o papel dos Estados ibéricos e da França seria reduzido.

Em setembro de 1822 foi realizado o Congresso de Verona. Na ocasião o governo britânico tinha uma posição muito clara: a Grã-Bretanha não deveria envolver-se em nenhum acordo ou decisão que lhe comprometesse, direta ou indiretamente, a ajudar as potências no projeto de intervenção na Espanha ou defender a ideia de direito espanhol sobre as colônias da América do Sul. Além disso, deveria se opor a uma ação individual da Rússia contra a Turquia. Embora não tenha evitado o rápido confronto entre França e Espanha, a diplomacia de Canning visava ao enfraquecimento da Santa Aliança. Dois anos depois de sua posse eram evidentes as tentativas de limitar o poder das principais potências. Todavia, o adversário mais perigoso continuava sendo a Rússia.

Internamente, a Grã-Bretanha definia novas medidas para superar o protecionismo: redução dos direitos de importação de matérias-primas e de determinados produtos fabricados, supressão da maior parte das proibições e, em 1826, de diversas disposições das Leis de Navegação. Em 1833 foi abolido o monopólio comercial da Companhia das Índias. Em 1836, nova crise econômica se desenvolve acompanhada de iminentes conflitos sociais, fato que permitiu aos partidários do livre comércio a relançar a questão das tarifas aduaneiras. Através do impulso dos fabricantes de Manchester, foi fundada, em 1839, a *Anti-Corn Law League.* Assim, a "Escola de Manchester" desenvolveu uma intensa campanha a favor da abolição da protecionista lei do trigo e da adoção de uma política de livre câmbio. A abolição progressiva da *Corn Law* (permitindo o barateamento dos alimentos e a manutenção de baixos salários aos operários) e a supressão de inúmeros direitos

alfandegários, bem como o desaparecimento total da Lei da Navegação (em 1849 e 1854), conduziram a Grã-Bretanha ao caminho do livre comércio[8].

Embora a agricultura tenha se tornado um setor de importância secundária na Grã-Bretanha diante do desenvolvimento da indústria e do comércio, e considerando as crises que a afetaram, principalmente a partir de 1815, os níveis de produtividade (introdução de máquinas agrícolas e de novos adubos) eram significativos, bem como a orientação para a criação de gado. A Grã-Bretanha, então a "oficina do mundo", afirmava sua supremacia praticamente em todos os domínios. Essa condição reforçou igualmente a posição do país no tocante às trocas internacionais: o seu comércio externo, que dispunha da maior marinha mercante do mundo, progride deixando seus concorrentes para trás, numa conjuntura internacional pouco favorável. Entretanto, esta prosperidade não é extensiva a todos e esse período é igualmente marcado por graves tensões sociais que afetam não só a Grã-Bretanha, mas a Europa como um todo.

Os avanços do liberalismo na Europa e no sistema mundial

Os primeiros desafios impostos à ordem de Viena, além do poderio britânico, foram os conflitos políticos de inspiração revolucionária que se desenrolaram nas primeiras décadas do século XIX. Estes conflitos refletiam a transformação do pensamento social que ocorreu na França durante a Revolução, opondo as ideias liberais às instituições absolutistas. Nos primeiros cinquenta anos do novo século, à medida que a Revolução Industrial expandia-se pela Europa, a onda revolucionária que surgiu na França em 1789 chegou a novos espaços como Portugal, Espanha, Polônia, Alemanha, Bélgica, Grécia, Itália e retornou à França. Foram três grandes movimentos em 1820, 1830, 1848. Nesse percurso o ideal liberal mesclou-se com o nacionalismo. Em alguns casos, as potências conservadoras sufocaram energicamente as reivindicações liberais, em outros, como na Grécia e nas colônias ibéricas na América, prevaleceram outros interesses políticos e econômicos.

Na França, a monarquia de compromisso de Luis XVIII deu lugar, em

1824, ao reinado mais conservador de Carlos X, que, por favorecer a nobreza fundiária, gerou a oposição da burguesia. Tentando desviar a atenção da crise que se avizinhava, Carlos X iniciou a conquista da Argélia, o que não impediu sua derrubada em 1830, sendo substituído por Luís Felipe, conhecido como o "Rei Burguês", dado seu apoio aos financistas e industriais. Na década de 1820, Portugal, Espanha e Itália conheceram movimentos revolucionários com motivações semelhantes (acabar com o poder centralizador do Antigo Regime e instituir regimes constitucionais).

Já em 1830 as revoltas multiplicaram-se, iniciando em Paris e estendendo-se à Bélgica, ao norte da Península Itálica, aos Estados alemães e à Polônia, constituindo-se como movimentos de forte inspiração liberal e/ou nacionalista, que visavam à independência ou à unificação. Contudo, os camponeses franceses não aderiram ao levante, o que permitiu a rápida implantação de uma nova ordem burguesa, numa autêntica correção de rumo. Apesar de a ordem haver sido restaurada pelas potências da Santa Aliança na Polônia e nos Estados alemães e italianos, as Revoluções de 1830 marcaram, na prática, o fim da organização. A Europa estava dividida entre regimes liberais na parte ocidental (Inglaterra parlamentar e França, Holanda, Suécia, Baviera e, em parte do tempo, Portugal e Espanha, constitucionais) e absolutistas no centro e no leste.

Durante o período que se inicia em 1848, a França, que havia passado por uma crise agrícola e industrial em 1846-47, conheceu forte oposição liberal ao governo de Luís Felipe acompanhada de um importante crescimento do papel político da classe trabalhadora. As agitações também ocorreram na Europa centro-oriental (Império Austríaco e Confederação Germânica). O balanço da onda revolucionária que varreu a Europa é contraditório; em 1850 conquistou-se uma relativa estabilidade na região, mas as reformas liberais foram gradativamente introduzidas nos principais países da Europa.

Entretanto, o desenvolvimento comercial e industrial, os avanços técnicos e científicos, as novas correntes de pensamento e as novas classes sociais dissimulavam o caráter essencial da revolução que se processava na

Europa: antes de tudo, era uma revolução capitalista. Territorialmente, o capitalismo se expandiu a partir dos pontos iniciais de apoio industrial. Porém, cronologicamente, essa expansão se afirma a partir dos anos de 1820 e passa a tomar uma amplitude considerável sem conhecer nenhum refluxo, exceto por acidentes temporários.

À medida que os Estados passaram a derrubar as medidas protecionistas, foram gradativamente estruturando-se como mercados nacionais, onde o comércio externo transita pelos caminhos abertos pelo capital mercantil. As trocas progridem, assim, em três círculos bem hierarquizados: "no essencial, no centro de cada mercado nacional; a título complementar, entre os mercados nacionais dos próprios países capitalistas; a título subsidiário, por último, entre metrópoles e colônias ou semicolônias"[9]. O equilíbrio europeu assentado na pluralidade das potências europeias passou a ser transformado pelo mundo capitalista.

A predominância inglesa sobre o sistema mundial consagrada como *Pax Britannica* colocou o país em uma situação jamais alcançada até então por outra nação. O desafio mais sério enfrentado por ela na primeira fase de sua predominância político-econômica foi a Revolução Francesa (1789-99) e o Sistema Napoleônico (1799-1815), os quais, uma vez vencidos, permitiram à Grã-Bretanha consolidar sua hegemonia internacional mediante um sistema baseado no equilíbrio de poderes na Europa e numa espécie de império livre-cambista no plano mundial. O objetivo britânico, atingido no Congresso de Viena, era o de evitar a hegemonia de uma única potência sobre a Europa, ou aliança entre várias delas, tornando o continente uma força coesa na política mundial.

A materialização dessa estratégia consistia em manter uma balança de poder entre as potências europeias na qual estas consumiriam suas energias e potencialidades, especialmente em disputas territoriais e dinásticas. Além disso, as potências continentais, reunidas na Santa Aliança despenderiam parte de seus esforços nas tarefas de repressão social contra as revoluções de cunho popular, liberal e nacional. Contida a Europa continental, a Grã-Bretanha afirmava o livre comércio como princípio supremo do sistema

internacional. Na posição de *Senhora dos Mares* e *Oficina do Mundo*, a nova potência hegemônica assegurava sua supremacia sobre um *Império Informal,* já que o colonialismo tradicional recuara, cedendo lugar à Divisão Internacional do Trabalho, fundada em uma livre concorrência que só poderia ser vencida pela única nação industrial: a própria Grã-Bretanha. Ademais, a condição sua insular foi de extrema importância, pois representava segurança a custos reduzidos, uma barreira para os rivais e uma "estrada oceânica" para o mundo.

Londres manteve, como foi visto, apenas as colônias de povoamento (Canadá, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia), parte da Índia (que pertencia até 1853 à Companhia das Índias Orientais) e pontos estratégicos militares e comerciais em volta do mundo, como parte de uma infraestrutura imperialista (Cingapura, 1819; Malvinas, 1833; Aden, 1839; Hong Kong, 1841, entre outras). Geralmente, era a partir dessas bases que a marinha britânica realizava suas intervenções contra os governos recalcitrantes e contrários à aplicação do livre comércio. Nesse quadro, os Estados Unidos da América gozavam de uma posição particular. Desde sua independência até 1850 tiveram uma modesta participação internacional, concentrando seus esforços na expansão territorial, processo que os transformou em um país de dimensões continentais – estendendo-se do Atlântico ao Pacífico. A partir de então, o capitalismo americano conheceu uma arrancada impressionante.

Contudo, o sucesso da *Pax Britannica* gerava, dialeticamente, os elementos de sua própria negação e superação, pois desde meados do século XIX a industrialização expandia-se pelo continente, particularmente no norte da França, na Bélgica e no oeste dos Estados alemães, avançando depois, ao longo das vias de comunicação, em direção ao sul e ao leste. Ganhava fisionomia a "economia nacional", isto é, o nascimento da indústria moderna dentro dos limites do Estado Nacional. A industrialização revolucionava as estruturas dos países nos quais era implementada, servindo de base para a emergência do nacionalismo e, em seguida, de potências desafiadoras à liderança britânica.

Esse processo, aliás, obrigava a Grã-Bretanha a envolver-se gradualmente em cenários antes excluídos de seus interesses como foi o caso da *Questão do Oriente*, nos Bálcãs, no Mediterrâneo Oriental e na passagem para a Ásia. Nessa região, o declínio do Império Turco-Otomano punha Londres em confronto com a Rússia, que buscava abrir uma passagem para o Com Mediterrâneo. Esse confronto de interesses conduziu à Guerra da Crimeia (1853-56), na qual a Grã-Bretanha e a França derrotaram a Rússia. Contudo, a vitória não foi o suficiente para garantir a manutenção de sua liderança internacional. Ao contrário, mostrou um Estado que já mostrava suas fragilidades.

As ideologias do século XIX e as revoluções de 1848

Cultura e ideologia: a tensão entre progressismo e conservadorismo

Durante o século XIX, o avanço do capitalismo industrial foi acompanhado pela expansão da tradição iluminista e liberal, através do racionalismo, do pragmatismo e do individualismo. A liberdade individual, o Estado constitucional, a liberdade econômica e a participação dos cidadãos na vida política eram as principais bandeiras do liberalismo, forjado na luta da burguesia contra o absolutismo e os privilégios da nobreza. Montesquieu defendeu a monarquia constitucional e a separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), enquanto Rousseau apregoava a Vontade Geral e uma liberdade que somente seria possível com igualdade. Locke defendeu a liberdade e a produção e a obra máxima de Spencer denominava-se, significativamente, "O homem contra o Estado".

O liberalismo econômico teve em Adam Smith sua formulação mais avançada, com as noções de leis naturais na economia, conduzida pela "mão invisível do mercado", enquanto David Ricardo estudava a teoria da renda e a lei do salário, numa versão que prenunciava o surgimento do capital financeiro. J. Stuart Mill defendia o livre arbítrio e a livre concorrência em livros como *Os princípios da economia política*, ao passo que a obra filosófica de Jeremy Bentham defendia a moral utilitarista. Assim, a noção individualista, com seus corolários de egoísmo e hedonismo, era central para

o liberalismo e chocava-se com a ética paternalista cristã e, mais tarde, com os próprios desdobramentos do movimento democrático. Ideologia política e econômica era essencial ao desenvolvimento do capitalismo industrial, e o liberalismo afirmou-se ao longo do século, mas não sem oposição ferrenha, primeiro à direita, depois à esquerda.

Foi o caso do romantismo, que surgira na Alemanha, com forte apelo idealista, como uma reação à cultura racionalista-iluminista. Autores como Schlegel, Tiek, Novalis e Hörderlin enalteciam a cultura medieval, a poesia popular e a tradição clássica, dentro do livre jogo da fantasia, recusando a realidade científica. A geração que viveu a Revolução Francesa e seus desdobramentos imediatos sentia, como lembra o historiador Geoffrey Brunn, uma espécie de fadiga após aquele "assalto ao céu", e buscava refúgio em mundos abrigados da fria lógica da razão. Estes indivíduos, isolados, buscavam refúgio em romances sobre heróis lendários em terras exóticas, sentindo-se como uma espécie de Prometeu acorrentado.

Da Alemanha, o romantismo se expandiu para o restante da Europa, com os franceses Mme. De Stael, Lamartine, Musset, George Sand e Victor Hugo. Na Inglaterra, Wordsworth, Byron e Coleridge foram as maiores expressões, enquanto na Rússia despontavam Pushkin e Lermontov. Merece referência também o italiano Manzoni e o dinamarquês Andersen. Embora o romantismo tivesse uma face progressista e libertadora em diversos momentos, como no nacionalismo italiano e na crítica social francesa, a tendência dominante foi a de se tornar um instrumento a serviço de determinadas variantes do conservadorismo.

O conservadorismo moderno, por sua vez, emergiu durante a própria Revolução Francesa, com Edmund Burke, seu fundador, que mesmo tendo defendido o direito dos colonos americanos à independência (como liberal que era), ficou chocado com a evolução dos acontecimentos e argumentou em favor de certas *instituições naturais*, que apenas comportariam um desenvolvimento orgânico (a propriedade privada, o sistema de privilégios, as corporações profissionais e a família). Radicalmente contrário ao sufrágio universal, defendeu as instituições do Antigo Regime. Von der Marwitz,

Metternich, Chateaubriand e Von Hardenberg, por sua vez, exaltavam os valores da sociedade feudal, sendo que o último chegou a afirmar que o sistema europeu de Estados era incompatível com o cristianismo. A teoria romântica do Estado, por seu turno, era destacada por Adam Müller, Von Haller, De Bonald (teórico dos legitimistas) e F. J. Stahl, para quem a única legitimidade era a cristandade.

Já o nacionalismo, revelou-se uma das ideologias mais importantes do século, emergindo como desdobramento da Revolução Francesa e da Era Napoleônica ou reação a elas, representando um movimento paralelo à ascensão da burguesia ao poder. A ideia de soberania nacional, de autonomia como expressão da liberdade e certa concepção romântica do povo (*volkgeist*) contribuía para a formação da nação, que daria uma nova base ao Estado moderno. O nacionalismo potencializava os fatores etnográficos, linguísticos, religiosos e geográficos, e seu desenvolvimento, marcado por várias guerras, desgastou as estruturas regionais e supranacionais que ainda existiam no início do século XIX. De uma ideologia democrática e progressista o nacionalismo foi se tornando, gradativamente, numa concepção reacionária na Europa. As tradições inicialmente invocadas como formadoras de determinada identidade passaram a ser consideradas como traços permanentes da personalidade nacional. A emergência de um sentimento de superioridade coletiva serviu de instrumento para a opressão de minorias (um conceito que surgia com o nacionalismo), o chauvinismo e as políticas expansionistas, como o imperialismo do final do século.

Na Alemanha, onde o pensamento nacional já se esboçava antes da Revolução, o impacto desta foi terrível, devido às derrotas sofridas. No século XVIII o movimento *Sturm und Drang* caracterizava-se pelo repúdio ao iluminismo, defendendo os sentimentos (em lugar da razão) e as tradições alemãs. Goethe e Herder estudaram a língua e as canções populares para identificar o *volkgeist*, o espírito do povo alemão. Nesta versão atualizada, a nação constituía uma comunidade política (uma comunidade de homens livres aglutinados em um Estado, que refletia o da revolução francesa), cultural (uma síntese entre classicismo e ilustração) e de destino (um

nacionalismo romântico combinado com uma concepção imperial medieval). A ideologia nacionalista alemã, combinada com as vicissitudes da história do país, viria a produzir consequências dramáticas no futuro. A nação alemã, devastada pelas guerras religiosas dos séculos XVI e XVII, estava mais de dois séculos atrasada em relação à Europa ocidental, mantendo vivas estruturas de épocas anteriores.

No contexto ideológico-cultural do século XIX, também merece destaque a obra de Hegel que, inspirado no idealismo alemão, desenvolveu a concepção dialética. Augusto Comte, por sua vez, criou o positivismo, uma corrente autoritária, segundo a qual os engenheiros sociais poderiam organizar a sociedade de uma forma superior. Já o evolucionismo de Darwin, destacava os processos de seleção natural como propulsora da evolução das espécies, uma concepção que teve profundas implicações sócio-políticas. Tocqueville, por seu turno, advertia seus contemporâneos para os perigos da democracia de massas, cujas tendências igualitaristas (que acompanhavam a ampliação do sufrágio) eram consideradas pelo historiador suíço Burckhardt como uma forma de barbárie. O teólogo dinamarquês Kierkegaard defendia a fé até o martírio, enquanto Nietzsche, por outro lado, criticava o cristianismo como sendo uma moral de escravos e a cultura burguesa como algo vazio, defendendo, em seu lugar, uma cultura de senhores (o *super-homem*). Quando observamos a história ulterior, especialmente a alemã, a terrível consequência desta última concepção salta aos olhos.

A Igreja Católica, após 1815, tratou de contribuir ao máximo para a restauração conservadora. O Papa Pio IX publicou a Encíclica *Syllabus Errorum*, na qual condenava o racionalismo. Contudo, com o passar do tempo e o avanço da industrialização e da urbanização (que era acompanhada pela laicização, particularmente da educação), a religião começou a perder terreno e adeptos. Mais para o final do século, a Igreja tratou de desenvolver uma política social, como forma de recuperar sua audiência e de combater as correntes socialistas desde dentro do movimento operário.

As Revoluções de 1848 e o socialismo: rupturas da Revolução democrático-burguesa

Enquanto o liberalismo ganhava terreno e as ideologias conservadoras a ele se opunham, o movimento democrático se desenvolvia paralelamente, com suas concepções de igualdade, soberania do povo, direito da maioria, sufrágio universal e distribuição mais justa da propriedade. No plano filosófico, a Esquerda Hegeliana aplicava a antropologia como instrumento de análise explicativa da religião, que Feuerbach conceituou como ilusão do povo. Paralelamente, a ideologia socialista emergia fortalecida pelas terríveis condições sociais decorrentes da expansão do capitalismo industrial, pregando a eliminação da propriedade privada, a igualdade social e o pacifismo no plano internacional. O socialismo possuía antecedentes na *República* de Platão, em Campanella, na *Utopia* de Thomas Morus, em Winstanley, nos *levellers e diggers* da Revolução Inglesa e nos cartistas.

O *socialismo utópico*, por sua vez, representava um conjunto de críticas aos efeitos do capitalismo, propondo sociedades ideais onde os problemas contemporâneos não mais estariam presentes. Contudo, a estratégia para atingir tal objetivo era, em geral, bastante frágil e portadora de certa ingenuidade. Saint Simon propunha uma organização tecnocrática para promover a industrialização de uma forma harmônica capaz de proteger o povo trabalhador. Fourrier defendeu a implantação de uma nova sociedade organizada em *Falanstérios*, unidades coletivistas de produção e convívio social, enquanto Louis Blanc concebeu a implantação dos Ateliers Nacionais para minorar o desemprego existente e fomentar a organização socialista do trabalho. Auguste Blanqui, partidário de uma estratégia voluntarista de tomada do poder, pretendia a implantação de uma ditadura do proletariado como forma de implantar uma sociedade comunista tal como concebida por Babeuf por ocasião da *Conjuração dos Iguais*, durante a Revolução Francesa. Finalmente, Robert Owen, um empresário industrial britânico utilizou sua fábrica como experimento para estruturar uma organização comunista da produção.

Com Proudhon, que considerava a propriedade não adquirida através do trabalho um roubo, o socialismo utópico (ou romântico) transita para o anarquismo. O Anarquismo, defendido por Bakunin, Kropotkin e Sorel, era frontalmente anticlerical e considera o Estado apenas um instrumento da opressão capitalista e contra ele direciona suas investidas na tentativa de destruí-lo. Inimigos de qualquer forma autoritária de organização, os anarquistas serão atuantes através de greves e do sindicalismo, tentando chegar diretamente a uma sociedade comunista anarquista, sem hierarquias sociais. O anarquismo, cuja base social principal era os artesãos empobrecidos e em vias de desaparição, entrou em choque com o marxismo, que se apoiava no operariado moderno em formação, quanto à estratégia a adotar para conquistar o poder, oposto que era à conquista e manutenção (ainda que temporária) do Estado. Sua valorização libertária e individual levou alguns autores a considerar o anarquismo como uma versão radical do liberalismo.

O marxismo, ou materialismo dialético, por seu turno, tinha como tripé a ética crítica do capitalismo do socialismo utópico francês, a análise do capitalismo da economia clássica inglesa (liberal) e a concepção histórica da filosofia alemã, particularmente de Hegel. Os alemães Karl Marx e Friedrich Engels analisaram o desenvolvimento do capitalismo (*Introdução a Critica da Economia Política, O Capital)* e consideraram que a luta de classes era o motor da história, baseando-se numa concepção materialista da dialética. Ao proletariado, dirigido por sua vanguarda organizada num partido, conquistaria o poder e implantaria sua ditadura transitória, até a construção do comunismo.

Em 1848, embora independentemente da Revolução que se iniciava, Marx e Engels publicaram seu programa em um famoso panfleto político intitulado *O Manifesto Comunista*. Ao contrário do *socialismo utópico*, o autodenominado *socialismo científico* marxista não descreveu a utopia futura em detalhes, e sim estudou em profundidade o desenvolvimento do capitalismo. A partir dele, esboçou estratégias para sua superação e deduziu determinados objetivos históricos para o socialismo e, enfim, para o

comunismo, estágio este em que as desigualdades de classe e o Estado como aparato repressivo de classe (mas não como articulador da vida social) desapareceriam.

De fato, iniciava-se uma nova conjuntura histórica com a eclosão das Revoluções de 1848. Em 1847-1848 a Suíça conheceu uma violenta guerra civil, vencida pelos liberais. Ao mesmo tempo, a crise social que acompanhava a Revolução Industrial avançava especialmente na França, onde uma crise alimentar provocada por uma seca e outras dificuldades conjunturais tornava a situação explosiva. Distúrbios produziram um levante popular que destituiu, em fevereiro, o Rei Luís Felipe, que fora insensível a situação da população. A notícia do retorno das barricadas a Paris incendiou toda a Europa. O Governo Provisório que se instalou tinha como Ministro do Trabalho o socialista Louis Blanc, que tornou realidade sua utopia, implantando os Ateliers Nacionais para os desempregados, que em Paris eram cem mil. Contudo, as eleições de abril deram a vitória aos conservadores, apoiados por uma burguesia temerosa do protagonismo operário, pelos católicos e pelos camponeses.

Em maio os socialistas invadiram a Assembleia e pediram a implantação de um novo Governo Provisório. No mês seguinte, numa atitude provocativa, os Ateliers Nacionais (que serviam de base organizativa aos trabalhadores) foram fechados, conduzindo a um levante operário liderado por Blanqui, que o General Cavaignac sufocou com um saldo de dez mil mortos. Em novembro uma nova Constituição foi aprovada, mas a insegurança persistia. Em dezembro Luís Bonaparte, o boêmio e "populista" sobrinho de Napoleão, foi eleito presidente, constituindo um governo apoiado na burocracia, no exército e na Igreja (enviou uma guarnição a Roma para proteger o Papa dos revolucionários italianos). Em dezembro de 1851 deu um golpe de Estado, conhecido como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, perpetuando seu poder. No mês seguinte uma nova Constituição de perfil autoritário foi promulgada e, em dezembro de 1852, tal como o tio fizera meio século antes, proclamou-se Imperador, com o título de Napoleão III. Iniciava o Segundo Império francês.

Nos Estados alemães e italianos, na Prússia e no Império Austro-Húngaro as grandes cidades foram tomadas pelos revoltosos. Contudo, a reação reorganizou-se nas zonas rurais e reconquistou Berlim, Viena e Frankfurt, sede do parlamento da Confederação Germânica. Na Itália e na Hungria, onde a questão nacional também estava presente, a Revolução se prolongou até fins de 1849 e a reimplantação da ordem conservadora contou com o apoio da intervenção de potências: França e Áustria na Itália e Áustria e Rússia na Hungria.

Mais do que na pura e simples repressão, a chamada *Primavera dos Povos* era derrotada por um redirecionamento das alianças sociopolíticas. O levante iniciara com a clássica coalizão entre burguesia e povo contra o Rei e a aristocracia. Todavia, o proletariado já constituía uma classe com certa densidade e consciência social e tinha objetivos próprios, que o colocavam em rota de colisão com a burguesia assim que o inimigo aristocrático-absolutista saía de cena. A rápida evolução do confronto demonstrou que os trabalhadores agora tinham uma agenda própria e não podiam ser tutelados pela burguesia, a qual se configurava como sua inimiga. Assim, encerrava-se o tempo das *revoluções desde baixo* como a inglesa, a americana e a francesa, abrindo-se a era das *revoluções pelo alto*, em que a burguesia, quando em perigo, se aliava aos monarcas e aristocratas que controlavam a burocracia do Estado, compartilhando com eles o exercício do poder. Iniciar a derrubada da ordem vigente tendo o povo como ariete e aliado se tornara inviável, uma vez que a agenda liberal fora suplantada pela democrática.

1.3 A formação das nações e a inserção internacional das Américas no século XIX

A expansão e o desenvolvimento dos Estados Unidos

A formação territorial dos Estados Unidos

Mesmo concluído o processo de emancipação, os Estados Unidos ainda enfrentavam divergências internas e caracterizavam-se por estados que buscavam garantir sua autonomia, ainda que a União fosse assegurada com a ratificação da Constituição em 1788. O primeiro presidente, George Washington (1789-1796), tinha como preocupação inicial, além de consolidar a União, resolver as questões diplomáticas com os países europeus que possuíam colônias fronteiriças com o território norte-americano. Apesar da necessidade de fortalecer a economia e organizar o país, os acontecimentos políticos europeus não poderiam ser ignorados. Assim, o padrão de comportamento externo no período pós-independência e durante a consolidação da República foi caracterizado pela consciência da vulnerabilidade do país no sistema internacional, bem como pela preocupação com as questões de segurança. Nesse sentido, o posicionamento norte-americano estava atrelado à ideia de *isolamento*, devido a não proximidade de inimigos imediatos entre seus vizinhos, pelo não envolvimento direto nos conflitos europeus, pela autossuficiência interna e pela capacidade de expansão.

A política externa do governo norte-americano fundamentava-se, portanto, na manutenção da paz como primeira condição para recuperar o país das despesas com a guerra de independência e integrá-lo nacionalmente. Os conflitos europeus, todavia, não deixavam de criar problemas para os Estados Unidos. O desenvolvimento da Revolução Francesa e o fato desse país encontrar-se em luta aberta com a Grã-Bretanha e com a Espanha acabaram por recrudescer as divergências entre Federalistas e Republicanos – os primeiros defendiam a ideia de que a Revolução Francesa não passava de anarquia, enquanto, para os

Republicanos, tratava-se do choque entre a monarquia e o republicanismo. Ao mesmo tempo, agravava-se o antagonismo entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que ainda não aceitava a emancipação norte-americana como um fato consumado.

Ao término do segundo mandato presidencial de Washington, os Federalistas continuavam no poder através de John Adams (1797-1801), que continuou o processo de consolidação do governo, mas não considerou a adesão da opinião pública aos Republicanos. Essa alienação em relação à simpatia das massas possibilitou a ascensão do republicano Thomas Jefferson (1801-1809) à presidência, o qual, por sua vez, deu um caráter mais liberal ao país, estendendo o direito de voto aos não proprietários, estimulando a agricultura e a expansão para o Oeste. Encerrado, assim, o processo de independência e buscando a consolidação do Estado Nacional, os Estados Unidos entraram em uma nova fase, caracterizada pelo expansionismo interno, viabilizado por um rápido processo de ampliação das fronteiras (1800-1850) que envolveu iniciativas diplomáticas como a disputa direta pelas terras, justificada pelo Destino Manifesto. O país crescia rapidamente e estava aberto aos imigrantes europeus em decorrência da necessidade de mão de obra. No entanto, a grande atração eram as terras férteis do oeste, principalmente devido às facilidades que o governo oferecia aos pioneiros.

Quando James Madison (1809-1817) assumiu a presidência, as relações com a Grã-Bretanha eram insustentáveis e o confronto direto parecia inevitável. A Segunda Guerra de Independência (1812-1814), travada devido a conflitos comerciais e territoriais, nos quais os Estados Unidos acusavam a Grã-Bretanha de violar seus direitos marítimos, impedindo a livre realização de suas trocas comerciais e pela disputa dos territórios do norte, quando os Estados Unidos pensavam em expandir suas possessões ao Canadá, revelou o desejo britânico pela manutenção dos vínculos econômicos, principalmente com os estados agrícolas do sul. Washington chegou a ser ocupada e a Casa Branca incendiada pelos ingleses.

Ao término do conflito (Tratado de Gante), apesar das perdas impostas

aos Estados Unidos, o país não havia sofrido modificações em seu mapa político. Ao contrário, a União fortaleceu-se diante do reforço aos sentimentos nacionalistas. Nesse contexto, ainda sob a pressão das potências europeias, foi formulada a Doutrina Monroe (1823), extraída da mensagem do Presidente James Monroe (1817-1825) ao Congresso, em que definia a política norte-americana em relação às grandes questões mundiais. Na verdade, a Doutrina veio a reafirmar a independência dos países americanos, resguardando o continente de qualquer intervenção ou tentativa recolonizadora por parte das potências europeias; por outro lado, apresentava os Estados Unidos como uma possível liderança hemisférica.

A reafirmação da soberania norte-americana frustrou definitivamente as intenções das monarquias europeias da Santa Aliança (os russos procuravam se estender pela costa do Pacífico e as demais monarquias pretendiam socorrer a Espanha na reconquista de suas possessões coloniais) e reavivou os ideais nacionalistas e liberais contra uma possível intervenção na América. Concluídos os problemas com a Grã-Bretanha e seus aliados, os limites dos Estados Unidos ampliaram-se ainda mais. Quando da independência, o território norte-americano estendia-se do Atlântico ao Mississipi, incluindo as terras ocupadas pelos índios, entre os Montes Apalaches e o Mississipi. Posteriormente, foram compradas as regiões da Luisiana à França (1803), da Flórida à Espanha (1819) e do território de Gadsdem (1853), ao México. Em 1867, a formação territorial estaria completa com a compra do Alasca, à Rússia (contrariando os britânicos, que ambicionavam a região). Contudo, a expansão dos Estados Unidos não se consolidou apenas em função de tratados amigáveis e compra (em alguns casos não pagas), mas essencialmente às custas de guerras contra os índios e os mexicanos.

O Oeste era uma terra promissora. Após tentativas frustradas de converter os "peles-vermelhas" ao cristianismo, os pioneiros massacraram tribos inteiras, seja pela violência direta, seja pela rápida deterioração dos costumes, como a venda de bebidas alcoólicas aos indígenas ou pela expulsa das terras e transferência para locais inóspitos. Diversos fatores favoreceram o avanço para o Oeste. Além do grande afluxo de imigrantes

europeus, havia a dificuldade de obter terras no litoral do Atlântico, já ocupado. Diante da crescente necessidade de produtos agroindustriais para suprir as necessidades do Norte que se industrializava, da busca de metais preciosos, principalmente o ouro, e as perseguições religiosas, tornou-se uma obsessão controlar a região. E ainda, o investimento de capitais britânicos em infraestrutura facilitou esse avanço. Todavia, a conquista do Oeste se fez, em grande medida, em detrimento do México, cujas terras despertavam o interesse dos plantadores sulistas, que, progressivamente, foram ocupando o território mexicano do Texas. Em 1836, proclamou-se a República Independente do Texas, mais tarde incorporada à União.

Os Estados Unidos mantiveram com o México divergências em relação às fronteiras do Texas, bem como disputavam com a Grã-Bretanha as fronteiras do Oregon. Com a Grã-Bretanha os norte-americanos buscaram uma solução negociada, mas com o México entraram em guerra (1846-1848). Através da assinatura do Tratado Guadalupe-Hidalgo, no qual o México reconhecia a perda do Texas e cedia aos Estados Unidos a área do Texas à Califórnia (incluindo Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México), os norte-americanos avançavam ainda mais na configuração de seu território. O fundamental, entretanto, é que com as terras tomadas do México estava garantido o acesso direto ao Oceano Pacífico e, logo, o interesse pelo Extremo Oriente, abrindo o Japão ao comércio internacional (1854) e aproximando-se da China, revelando uma nova etapa da política externa norte-americana.

No âmbito doméstico, o expansionismo levou a distorções que conduziram à Guerra de Secessão (1861-1865); a expansão veio a consolidar a distância econômica e o desequilíbrio político entre dois sistemas – o trabalho livre, comercial e industrial do norte, e o do trabalho escravo, agrícola e latifundiário do sul. O período que se iniciou em 1865, colocou os Estados Unidos como uma das maiores sociedades industriais da época, oportunizando a transferência de *know-how* para a economia norte-americana através da imigração (principalmente de italianos, irlandeses e alemães). Entre 1865 e 1889, os EUA passaram por uma rápida e profunda

modernização de sua economia, com altos níveis de crescimento e de produção (apesar da primeira grande depressão de 1870). O resultado foi uma mudança de paradigma – do isolacionismo para a expansão. Regionalmente, a atuação norte-americana já estava presente desde 1823 com a Doutrina Monroe, que afirmava a posição dos Estados Unidos dentro de seu continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência, além de uma expansão silenciosa no Pacífico (Japão, 1856; Midway, Wake, Alaska, 1867; Samoa, 1878).

A despeito das vitórias militares e das extensas conquistas territoriais, os Estados Unidos emergiram da Guerra Mexicana (1846-1848) profundamente divididos. O término do conflito tornava indispensável que fosse promulgada alguma legislação que regulamentasse o funcionamento do governo nos novos territórios diante das divergências entre interesses nortistas e sulistas. A década de 1850 foi sem precedente em progresso econômico, o clímax da revolução do mercado e de um impulso ainda maior na revolução industrial. Ainda assim, o processo de crescimento econômico e a expansão física geraram o recrudescimento do conflito regional, que só foi resolvido pela guerra civil. O crescimento interno fomentava visões imperiais nas duas regiões: no Sul, um império em expansão baseado no algodão e na escravidão e, no Norte, um império em expansão de terra livre. Enquanto convergiam para a colisão, esses impulsos expansionistas e concorrentes eram inevitavelmente intensificados pela questão da escravatura, com a insegurança crescente do Sul, que perdia vitalidade.

Ao longo da década de 1850, o Norte estava rapidamente superando o Sul em população e poder político potencial. Paradoxalmente, no mesmo período, o Sul dispunha de maior poder no governo federal. Restringia-se cada vez mais o espaço para o estabelecimento de novos estados escravocratas dentro dos limites territoriais dos Estados Unidos nos termos dos acordos políticos em vigor, fato que levou os sulistas a voltarem sua atenção para a área do Caribe. O Partido Republicano, formado principalmente de antigos liberais e democratas dissidentes, cresceu

rapidamente no Norte. A ascensão do republicano Abraham Lincoln (1861-1865) e sua recusa em aceitar a secessão, posicionando-se em favor da preservação da União, deu início ao conflito.

Iniciada a guerra, havia a crença entre os nortistas de que a guerra seria curta e fácil, enquanto os sulistas pareciam alheios à superioridade em recursos humanos e materiais contra os quais teriam que lutar: os 5,5 milhões de homens livres dos 11 estados confederados enfrentaram uma população de 22 milhões nos 23 estados da União; o Norte concentrava 80% das fábricas do país e a maior parte do carvão e do ferro. A questão central, entretanto, transcendia as dissidências internas: para que os Estados Unidos pudessem se liberar definitivamente de toda a dependência econômica diante da Grã-Bretanha e desenvolver seu potencial capitalista próprio, era necessário que a elite nortista derrotasse a aristocracia do sul, que se opunha a uma política protecionista e de estímulo ao desenvolvimento industrial, pois defendia o princípio do trabalho escravo contra o trabalho livre assalariado.

Os chamados Estados Confederados da América foram cercados por mar e destruídos sistematicamente, para que sua estrutura produtiva não pudesse ser restaurada. De nada valeram suas conexões europeias. A atenção foi concentrada inicialmente na reconstrução do sul derrotado, em moldes capitalistas e marcada por uma corrupção impressionante. Ao mesmo tempo, enfrentavam questões difíceis relativas aos direitos dos escravos emancipados e à reação dos brancos, que fundaram a famigerada *Ku Klux Klan*, como forma de manter os negros aterrorizados e submissos.

A consolidação da indústria norte-americana e a nova política exterior

A expansão da indústria, fenômeno mais importante do pós-guerra civil, começara antes e prosseguiu durante todo o conflito. O crescimento do país não era excepcional, pois a Grã-Bretanha passara por transformação semelhante, a Alemanha experimentara o seu no mesmo período e esses processos, antes do final do século, ocorreram no Japão e em outros países. Todavia, a industrialização norte-americana ocorreu em uma escala maior,

num território de dimensões continentais e transformando profundamente a cultura nacional. Muitos analistas creditam a explosão industrial norte-americana à Guerra Civil. Nessa perspectiva, a produção de guerra, o sistema financeiro vigente no período e medidas favoráveis aos negócios tomadas durante o conflito, tais como a alta barreira tarifária protecionista, a estabilização da atividade bancária e da moeda, além da construção de estradas de ferro transcontinentais, foram fundamentais para o crescimento de uma economia industrializada.

Praticamente, todas as condições vigentes nos Estados Unidos pareciam favoráveis à formação de empresas em grande escala. Novas populações urbanas precisavam de bens de consumo, enquanto a agricultura, os transportes e a própria indústria precisavam de máquinas. A concorrência em ascensão ocasionou o declínio dos preços na última metade do século, valorizando a eficiência econômica e a produção em grande escala. As depressões expulsaram os concorrentes fracos, pondo às claras, segundo o pensamento que vigorava, as desvantagens da competição acirrada e ruinosa, indicando a fusão de empresas rivais em grandes unidades.

A evolução, em todo o período, foi no sentido do monopólio, embora, em muitos casos, o processo se detivesse ao chegar à etapa de *oligopólio* (termo usado pelos economistas para descrever o controle do mercado por poucos). Uma grande empresa poderia expandir-se ou *integrar-se horizontalmente*, na tentativa de monopolizar um único produto, comprando e tirando o negócio de empresas concorrentes, ou um império diversificado poderia *integrar-se verticalmente,* enfeixando numerosas empresas correlatas, mas não idênticas, em vários níveis de produção e distribuição (John D. Rockfeller e seus sócios construíram o primeiro *truste* em 1882, quando os acionistas das maiores refinarias da nação abandonaram a forma frouxamente estruturada de *cartel* – ou "acordo de cavalheiros" – e trocaram suas ações com direito a voto por certificados do *Standard Oil Trust*).

Em algumas áreas sobreviveu a concorrência, entre elas as indústrias intensivas de mão de obra e baixa tecnologia, como as de mobiliário,

alimentos e vestuário. Nas indústrias tecnologicamente mais avançadas, onde as economias de escala (a produção mais barata por unidade nas grandes fábricas) eram de grande importância, as consolidações geralmente prevaleciam (fosse através de trustes, de companhias de controle – *holding companies* – ou de criação de empresas gigantes). De 1888 a 1905, foram formados 328 conglomerados ou empresas consolidadas, representando 40%, ou US$ 7 bilhões do capital industrial da Nação, metade das quais exercia poder monopolista em suas indústrias. Incalculáveis foram os custos sociais decorrentes dessa forte concentração de poder econômico.

Um aspecto que viria a ser decisivo foi a forma como a produção passou a ser organizada, o *fordismo*. O método implantado por Henry Ford em sua fábrica baseava-se no aprofundamento da divisão do trabalho através da *linha de montagem*[10], e se transformou em um novo paradigma da produção capitalista, pois atingiu uma elevadíssima produtividade, contribuindo para a configuração da Segunda Revolução Industrial. Os produtos, ao mesmo tempo, tinham seu preço relativamente reduzido e demandavam um mercado consumidor ampliado, o que produziu forte impacto econômico-social e internacional, provocando a erosão do liberalismo e uma concorrência acirrada. Os desequilíbrios gerados somente seriam sanados por um novo equilíbrio com a implantação das medidas *keynesianas* nos anos 30, com o *New Deal* do presidente Franklin Roosevelt.

A emergência dos Estados Unidos na política mundial representa uma nova etapa do capitalismo norte-americano, constituindo a necessidade e o desejo de participar ativamente dos assuntos políticos e de assumir um papel decisivo nas relações internacionais. O interesse público por assuntos externos concentrava-se em quatro temas tradicionais: primeiro, a simpatia por instituições republicanas e constitucionais; segundo, a crença no interesse especial dos Estados Unidos pelo Hemisfério Ocidental desde a proclamação da Doutrina Monroe, assim devendo reivindicar o domínio do Caribe; terceiro, a relação especial e ambivalente com a Grã-Bretanha; e, quarto, desejo de expandir o comércio exterior e a influência militar, especialmente no Extremo Oriente.

Em 1880, a criação de uma organização multilateral dos Estados Americanos foi cogitada por dirigentes políticos e empresários como possível instrumento de ascendência política sobre o hemisfério. Os propósitos fundamentais da criação de uma união pan-americana visavam, por um lado, o estabelecimento de uma união aduaneira, pela qual a Grã-Bretanha e os demais países europeus seriam excluídos de posições comerciais e financeiras e os Estados Unidos assumiriam o papel de grande abastecedor e financiador no Hemisfério Ocidental e, por outro, no plano político se trataria de implantar um sistema de arbitragem obrigatório, através do qual os Estados Unidos assumiriam a posição anteriormente ocupada pelos britânicos.

Em 1889, ocorreu a I Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Washington. Antes de iniciarem os trabalhos da Conferência, os delegados latino-americanos foram convidados a visitar os centros industriais dos Estados Unidos, para gerar uma impressão favorável ao avanço técnico-industrial do país. Os países presentes foram Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Contudo, nenhuma das duas ideias mestras norte-americanas, união aduaneira e arbitragem obrigatória, foram aceitas na reunião.

O principal resultado concreto da Conferência foi a criação de uma União Internacional das Repúblicas Americanas, em 1890, com sua secretaria permanente em Washington. O propósito era o de receber e divulgar informação econômica e técnica sobre os países membros da união. Durante a década de 1890 a 1900, os Estados Unidos tomaram diversas iniciativas em política exterior: a discussão fronteiriça entre Venezuela e Grã-Bretanha constituiu um acontecimento importante para a diplomacia norte-americana ao descaracterizar a posição britânica de potência dominante na região. No entanto, foi o desencadeamento da Guerra hispano-americana, em 1898, que assinalou a mudança da posição norte-americana. Cuba era o obstáculo mais imediato ao controle do Caribe e o domínio naval norte-americano parecia incontestável. Quatro meses depois do início da guerra

era assinado o armistício.

Como condições do armistício, os Estados Unidos fizeram com que Espanha se retirasse de Cuba (Emenda Platt em 1902) e lhe cedessem Porto Rico, água (no Pacífico) e as Filipinas. Na verdade, o que se verificava na postura norte-americana era a retomada do Destino Manifesto e da aplicação do mesmo no exterior, através da anexação de novos territórios. Hawaí e Samoa também foram anexados. A partir de 1902, sob o impulso do governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), intensificaram-se as discussões em torno do Canal do Panamá e o controle dos Estados Unidos sobre o processo. Os mandatos de Roosevelt e de William Taft (1909-1913) definiram-se por suas atuações, em relação aos países latino-americanos, através da Diplomacia do Dólar ou Política do Big Stick, tratados adiante, embora a iniciativa visasse também impedir uma recolonização europeia de algumas regiões, durante a fase do imperialismo. Assim, legitimava-se a fase intervencionista da política externa norte-americana.

A independência das colônias ibero-americanas

A crise do Antigo Sistema Colonial e o impacto das Revoluções Burguesas

A luta pela independência das colônias hispânicas foi um processo prolongado e contraditório. Entre 1780 e 1810, ocorreram diversas tentativas emancipatórias, com destaque para as de Juan Guerrero, no México, e de Francisco Miranda, na Venezuela, ainda que a rebelião de Tupac-Amaru, no Peru, tenha representado o marco inicial. Ao longo desse período surgiram as Juntas Governativas (antigos Cabildos), ocupadas pelos *criollos*. Essa elite econômica e intelectual, integrada por imigrantes espanhóis, permanecia excluída da administração leiga e eclesiástica, além do comércio externo, sendo observada com desprezo e desconfiança pelos *chapetones* (espanhóis peninsulares).

No final do século XVIII o mercantilismo constituía um sistema em franco declínio e Portugal e Espanha eram nações enfraquecidas política e economicamente. A presença comercial inglesa era cada vez mais forte.

Portugal, desde o Tratado de Methuen (1703) já havia aceitado a posição de um aliado menor da Inglaterra. A Espanha enfrentava o relativo declínio da mineração e a perda de territórios às demais potências europeias, particularmente na região caribenha. Uma aristocracia decadente, que contrastava vivamente com a evolução social do resto da Europa ocidental, constituía a base social dessas desgastadas monarquias, que fracassaram nas tentativas de reformas modernizadoras ao longo do século XVII.

No contexto americano, a independência dos Estados Unidos e, posteriormente, a Revolução Francesa, para os *criollos*, além da fundamentação ideológica, representou uma autêntica afirmação do direito do povo contra o despotismo dos monarcas. Externamente, a Revolução acabou distanciando a Espanha de suas colônias: ao aliar-se à França contra a Grã-Bretanha, o país ficou impedido de controlar suas possessões na América. Posteriormente, as renúncias de Carlos IV e Fernando VII, forçadas por Napoleão, Bonaparte, acabaram por impulsionar a organização na América das Juntas Insurrecionais para lutar pelos direitos de Fernando VII. Contudo, o movimento tomou novos rumos (separatistas), em várias regiões, sem que a Espanha pudesse reagir, empenhada que estava nas guerras contra Napoleão.

Entre 1810 e 1816 ocorreram as primeiras grandes revoltas antiespanholas, a chamada Primeira Guerra de Independência, em um período de intensificação da repressão às Juntas americanas, por parte das forças espanholas localizadas na América (dado que os ingleses controlavam os oceanos). O temor dos *criollos* em perder as conquistas obtidas, fez com que diversas sublevações ocorressem em quase toda a América Espanhola, mas principalmente em suas áreas periféricas (Venezuela e Prata). No entanto, alguns fatores prorrogaram o sucesso de tal movimento, principalmente a divergência de interesses entre os *criollos* e o apoio que uma minoria concedeu às forças fiéis à Espanha, bem como o envolvimento da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na guerra de 1812, os quais não puderam, assim, socorrerem os rebeldes.

De 1817 a 1825, diante dos excessos da repressão espanhola, houve o

reinício das guerras que culminaram com a vitória sobre a Espanha (a Segunda Guerra de Independência). No entanto, é necessário observar que se tratou de uma nova conjuntura internacional, com a derrota de Napoleão, com a atenção da Grã-Bretanha voltada para a América e com o fortalecimento dos Estados Unidos no contexto da Doutrina Monroe. Por outro lado, a Espanha encontrava-se convulsionada (Revolução Liberal de Cádiz, 1820-1823) e viu-se impedida de socorrer suas tropas na América, justamente no momento em que sofriam as maiores derrotas. Além disso a Inglaterra vetou qualquer intervenção da Santa Aliança nas Américas, bem como o envio de reforços militares espanhóis. Nessa fase, evidenciou-se a ação de Simon Bolívar e José de San Martin.

As independências da Nova Espanha e da região andina

O movimento insurrecional no México diferiu de todos os demais. As primeiras insurreições foram populares, com forte conteúdo social e racial. O levante do padre Miguel Hidalgo, que reunia indígenas e mestiços, fracassou em decorrência da aliança entre os espanhóis e parte da elite *criolla*. Com a morte de Hidalgo, em 1811, outro padre, Miguel Maria Morellos, conseguiu melhores resultados, proclamando a independência da Nova Espanha, organizando a Junta Suprema Nacional e uma administração regular. Foi promulgada a Constituição que instituía a República, um Congresso eleito por sufrágio universal, a igualdade das raças e o fim da escravidão.

As tendências democráticas de Morellos conduziram aos mesmos efeitos anteriores – em 1815, os líderes foram fuzilados. Nessas sublevações Agustín Iturbide começou a se projetar nas fileiras do exército espanhol, atingindo o posto de general. Em novo levante, chefiado por Vicente Guerrero, Iturbide (mestiço que se fazia passar por *criollo*), compreendeu as vantagens pessoais que poderia tirar dos temores do alto clero e da aristocracia frente à notícia da Revolução Liberal na Espanha, em 1820, e uniu-se a Guerrero por meio do Pacto de Iguala (1821), em virtude do qual o México proclamava-se independente. Ficaria estabelecido que o México se organizaria como uma monarquia constitucional, e, logo, Iturbide proclamou-se imperador, sob o

nome de Agustín I. Seu governo foi assinalado por uma série de violências e despotismos que provocaram um levante chefiado por Antonio Lopes Sant'ana. Iturbide abdicou em 1823, sendo fuzilado no ano seguinte ao tentar recuperar o poder. Em 1824, foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do México, quando foi eleito presidente o general Guadalupe Vitória.

Em 1821 o México anexou a Guatemala, mas no ano seguinte houve um levante liderado por Delgado y Arce. O primeiro proclamou, em 1823, a independência das Províncias Unidas Centro-Americanas, integrada por Guatemala, Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica, que duraria até 1839, quando cada província ficaria independente. No Haiti, colônia francesa, entre 1791 e 1804 houve guerras civis, com o levante dos escravos, comandado por Toussaint de l'Ouverture. Seu sucessor, Dessalines, proclamou, em 1804, a independência do país, que chegou a prestar ajuda a Bolívar. O Haiti, posteriormente, passou por períodos de desorganização e divisão interna. No "Haiti Espanhol" (atual República Dominicana) o General Jose Juñez de Cáceres proclamou a independência em 1821, vinculando-se à Colômbia de Simon Bolívar. Mas o presidente haitiano Boyer invadiu a metade oriental da ilha, ocupando-a de 1822 a 1843, quando eclodiu uma revolta, a qual culminou, no ano seguinte, na proclamação da frágil República Dominica (que, por sua iniciativa, voltou a ser colônia espanhola de 1861 a 1865). Cuba e Porto Rico continuaram sendo colônias espanholas durante todo século XIX e as colônias francesas, holandesas e inglesas não foram afetadas pelo movimento independentista, obtendo a independência apenas na segunda metade do século XX (e não todas).

A independência de Nova Granada (Colômbia, Venezuela e Equador), em seus primeiros movimentos, teve como líder Francisco Miranda, natural de Caracas, que combatera pela emancipação dos Estados Unidos e lutara na Revolução Francesa. Após fracassar em 1806, proclamou a independência da Venezuela em 1811, mas foi derrotado no ano seguinte, quando os desentendimentos entre os rebeldes foram aproveitados pelos espanhóis e contrarrevolucionários. Durante a Segunda Guerra de Independência, Simon

Bolívar fez com que os espanhóis recuassem, emancipando a Venezuela. À frente de um exército bem equipado, atravessou os Andes, derrotou os realistas em Boyocá e libertou Nova Granada (Colômbia), constituindo a República da Grã-Colômbia, processo que se estendeu até 1821. No Equador, as tentativas locais não tiveram êxito. Somente quando o general José Sucre, auxiliar de Bolívar, apoiado por contingentes de San Martin, ganhou a batalha de Pichincha, a região foi incorporada a Grã-Colômbia, em 1822.

As independências do Chile, do Peru e da Bolívia foram igualmente motivadas pela conjuntura europeia. Após uma série de fracassos da elite *criolla*, San Martin concebeu o ousado projeto, que realizou ponto por ponto – partir da Argentina, atravessar os Andes, libertar o Chile, atacar Lima (coração do Império espanhol) e assegurar a liberdade do Peru e de toda a América do Sul. Comandando o Exército dos Andes, San Martin libertou o Chile em 1818. Este país proclamara a independência em 1810, sendo depois restaurado o poder espanhol. A ação de San Martin foi apoiada pelos patriotas chilenos, então liderados por O'Higgins. Depois conquistou Lima e libertou o Peru, após vencer a batalha de Ayacucho (1821). Os espanhóis continuaram a resistir no Alto Peru (Bolívia), mas, em 1825 o General Sucre derrotou os espanhóis e proclamou a independência, fundando a República de Bolívar (ou Bolívia), que se desvinculava definitivamente do antigo Vice-Reino da Prata. As ações militares de San Martin, Bolívar e Sucre foram concomitantes.

As independências na região platina

As independências do Vice-Reinado do Prata, constituído pelas regiões onde hoje se encontram Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, começaram em Assunção. Na ocasião, organizou-se uma Junta Governativa da qual fazia parte José Gaspar Francia (1811), que recebeu apoio das camadas médias e populares, propondo um regime nacionalista. Em 1813, Francia tornou-se Ditador Perpétuo da República do Paraguai e implementou uma política isolacionista por um período de 26 anos. É importante ressaltar que, no caso

do Paraguai, a população indígena (anteriormente aldeada) imprimiu características étnicas e culturais que diferenciaram a região dos seus vizinhos, bem como o papel desempenhado pelos jesuítas nas comunidades indígenas, agregando a população em um sistema coletivista.

Na Argentina, o movimento emancipatório teve início quando foi deposto o Vice-Rei e estabelecida a Junta Provincial chefiada por Manuel Belgrano (partidário de uma monarquia liberal sob a tutela espanhola), e Mariano Moreno, favorável à República (1810). Foi então que se projetou San Martin, também pertencente à elite *criolla*, mas educado na Espanha, onde havia servido como oficial do exército. No Congresso de Tucumã, proclamou-se a independência das Províncias Unidas da América do Sul, sob a direção do general Juan Martin Pueyrredón, em 1816. Quanto ao Uruguai, até 1817 permaneceu sob o poder da Espanha quando, então, foi anexado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, apesar da resistência de José Artigas, defensor de um projeto federativo para a região platina e de transformação social. Quando o Brasil tornou-se independente, em 1822, iniciaram-se as lutas pela independência uruguaia (1828). No Congresso da Flórida, proclamou-se a separação do país e a sua incorporação à República das Províncias Unidas. Tal atitude motivou a Guerra da Cisplatina, entre o Brasil e a Argentina, terminada pela Declaração do Rio de Janeiro, que estabeleceu a República Oriental do Uruguai, com apoio britânico, como forma da Inglaterra ter influência e acesso à navegação na região.

Embora os movimentos em direção à liberdade política fossem uma realidade que transformou a América Hispânica, bem como a projetou internacionalmente com novas capacidades no nível político e diplomático, as estruturas socioeconômicas coloniais não sofreram grandes alterações. A própria visão pan-americana concebida por Simon Bolívar (Bolivarismo), na prática, enfrentou uma série de resistências, não só por parte de países interessados em desenvolver maior influência na região (como a Grã-Bretanha, Estados Unidos e, também o Brasil), como pelo desinteresse dos novos Estados que se formavam no sul do continente americano. As ideias que propunham uma solidariedade continental assentada na posição de

igualdade entre todos os Estados, entretanto, renasceram de tempos em tempos, estimulando a integração que não ocorreu quando da independência das colônias espanholas.

Um caminho distinto: a independência do Brasil

A situação do Brasil foi peculiar, pois a vinda da Corte, do exército e da administração em 1808 em navio britânicos, quando Napoleão invadiu Portugal, gerou um processo de centralização e reforço dos laços de dominação (o Rio de Janeiro passava a ocupar o lugar de Lisboa), enquanto as colônias espanholas se dividiam. Em 1810 foi assinado um tratado de livre comércio com a Inglaterra e, em 1815, com a restauração absolutista do Congresso de Viena na Europa e as tendências liberais vigentes no novo mundo, a dinastia de Bragança temia retornar a Portugal e ver a proclamação da independência no Brasil, tal como acontecia nos países vizinhos (com mudanças sociopolíticas indesejáveis), com apoio inglês. Assim, proclamaram o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permanecendo no Rio de Janeiro. A revolta liberal de 1820 em Portugal levou o Rei Dom João VI de volta em 1821, deixando em seu lugar seu filho Pedro. Não podendo mais conciliar a situação, optaram pela solução dinástica de manter dois reinos sob sua soberania, sendo a independência proclamada em 1822.

Dada a forte linha de continuidade política e social, a consolidação da independência se deu rapidamente, embora tenha havido alguns conflitos militares localizados. Os brasileiros favoráveis à independência reuniram forças consideráveis para lutar contra as tropas portuguesas que aqui estavam desde a vinda da família real, em 1808. Os conflitos mais importantes ocorreram no sul, na Bahia e na província Cisplatina, atual Uruguai, onde as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Na Bahia, as forças brasileiras forçaram a retirada dos portugueses em julho do mesmo ano. A ação logo depois se estendeu ao Maranhão e ao Pará, províncias que tinham contatos mais próximos com Portugal do que com o resto do Brasil.

No plano externo, os Estados Unidos reconheceram diplomaticamente a independência do Brasil em maio de 1824. A Inglaterra, de maneira informal, já reconhecera, pois estava interessada em restabelecer a estabilidade na antiga colônia (o reconhecimento formal só foi postergado porque os ingleses intentaram obter do governo brasileiro a extinção abrupta do tráfico negreiro). Portugal reconheceu a independência brasileira em agosto de 1825, por um tratado no qual o Brasil concordou em compensar a metrópole em 2 milhões de libras pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia ao Brasil (caso de Angola). Essa indenização deu origem ao primeiro empréstimo externo, contraído pelo Brasil em Londres.

A independência não correspondeu a mudanças muito profundas, havendo uma continuidade surpreendente quando comparado com o processo das colônias hispano-americanas. A emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo; exemplo único na história da Ibero-América, o Brasil manteve a monarquia entre repúblicas, com a mesma dinastia europeia anterior. Uma das principais razões dessa continuidade se encontra na vinda da família real para o Brasil e na forma como se deu o processo de independência. Da mesma forma, os grandes proprietários mantiveram seus privilégios e, especialmente, o regime escravista.

A abertura dos portos por parte de D. João VI estabeleceu uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes da colônia, especialmente os que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os benefícios trazidos para essas regiões e a sua expansão econômica eram identificados com a presença do rei no Brasil. No Nordeste, ao contrário, o descontentamento com a Corte permaneceu, onde despontaram as ideias de república. A elite política promotora da independência não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem colocar em risco a estabilidade da antiga colônia. Assim, tornou-se significativo que os esforços pela autonomia, que desembocaram na independência, acabassem concentrando-se na figura do rei e, depois, do

príncipe regente.

Consolidação e evolução das nações ibero-americanas

Monroísmo, bolivarismo, o fracasso do pan-americanismo e a ascendência inglesa

A ordem internacional que emergiu do Congresso de Viena girou sobre dois mecanismos até meados do século XIX. O primeiro mecanismo foi o restabelecimento do equilíbrio de poderes na Europa, que funcionou como uma hegemonia coletiva, e, o segundo, a criação de condições de expansão das forças econômicas europeias em nível global, articuladas e impulsionadas pelo liberalismo econômico internacional, tendo como centro a Grã-Bretanha. As colônias americanas de Portugal e Espanha já haviam se inserido no capitalismo mundial entre os séculos XVI e início do XIX como importadores de produtos manufaturados e exportadores de matéria-prima, processo legitimado pelo pacto colonial. No entanto, a expansão da Revolução Industrial na Europa, articulada com a instabilidade política a partir de 1789 e estendida até o final das guerras napoleônicas, transformaram o quadro político na Ibero-América.

A decretação do Bloqueio Continental contra a Grã-Bretanha prejudicou o país no comércio com a Europa, mas os britânicos encontraram alternativas, entre elas, a América Latina. As colônias espanholas gozaram de relativa independência durante o período, e chegaram mesmo a manterem-se fiéis ao rei da Espanha quando aprisionado pelas forças francesas, recusando-se a reconhecer José Bonaparte, em 1808, como autoridade. Na América Portuguesa a situação foi distinta, com a transferência da família real para o Brasil. E, ainda, o estabelecimento do Princípio da Legitimidade, consagrado no Pacto da Santa Aliança, em 1815, não atingiu a Espanha e seus objetivos de restaurar a autoridade nas colônias americanas.

A conclusão dos processos de emancipação política das colônias ibéricas (no Brasil, em 1822, e na América Hispânica, em 1824) se fez acompanhar de um pensamento americano que buscou legitimar um sistema de poder autônomo com duas vertentes bem caracterizadas: de um lado a Doutrina

Monroe, na qual os Estados Unidos considerariam uma ameaça para sua paz e segurança qualquer tentativa de restauração pelas potências europeias, e, de outro, a proteção das independências das colônias ibéricas baseada na paz e na cooperação pan-americana (Bolivarismo). Lastreada no pensamento de Simon Bolívar e anunciada no Congresso do Panamá de 1826, essa era uma vertente menos efetiva, pois as antigas colônias já estavam divididas, tanto pelas diferenças políticas anteriores ao processo de independência, quanto pelas que se seguiram. A união das antigas colônias não interessava nem aos grandes atores regionais – como os Estados Unidos e o Brasil – nem, tampouco, à Grã-Bretanha, como visto anteriormente.

A conversão da América Latina em área privilegiada para a expansão econômica pela via do liberalismo imposto pela Grã-Bretanha teve importância fundamental para as relações internacionais da primeira metade do século XIX. Nesse contexto, o sucesso foi o da diplomacia britânica, que obteve dos novos Estados inúmeras vantagens econômicas na forma de tratados (principalmente tarifas e navegação), impediram o desenvolvimento de manufaturas locais e perpetuaram o esquema de inserção tradicional na nova fase de expansão do capitalismo global. E ainda, conquistaram vantagens políticas, a exemplo dos tribunais especiais para os súditos britânicos. Esse modo de relacionar-se com a nova periferia logo se transformou em um novo modelo mais lucrativo que o antigo colonialismo de exploração – mais lucros, sem custos com defesa e ocupação.

Limitações econômicas e políticas internas

O processo de emancipação deu autonomia política aos países da América Latina, mas não significou a ruptura dos laços econômicos e ideológicos do período colonial. A elite *criolla*, promotora da independência, mas dispondo de limitada margem de manobra internacional, acabou determinando as finalidades e os limites da mesma. Ao se tornar a classe dominante, esse grupo, não necessariamente, tinha interesse em alterar a ordem social vigente. No plano econômico, a herança colonial persistia na manutenção de uma estrutura interna montada em função da articulação

com os mercados europeus – a América Latina permaneceria como produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas para o mercado externo, segundo as diretrizes da divisão internacional do trabalho, no decorrer do período compreendido entre as guerras napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial.

Para a aristocracia local, a independência política foi um meio de rearticular, em novas bases, os vínculos com o mercado europeu, sem alterar o caráter de dependência. Na verdade, tratava-se da modernização e diversificação dessa dependência do capitalismo internacional em ascensão. Para tanto, importou-se a ideologia liberal utilizada na causa emancipatória. Se, na Europa, os ideais liberais propunham promover a ascensão política da burguesia e extirpar os obstáculos mercantilistas que obstruíam a expansão do projeto capitalista, na América Latina, o liberalismo também serviu para retirar tais obstáculos, mas não para levar uma nova classe ao poder, e sim, consolidar a que já era tradicionalmente dominante. O liberalismo, no Novo Mundo, atuou sobre uma base bem mais estreita. Na América, criaram-se verdadeiros enclaves capitalistas, fomentando-se a agricultura de exportação e a exploração de recursos minerais, ativo comércio de exportação e importação, criação de bancos, companhias de seguros, redes ferroviárias, etc., ao mesmo tempo em que vastas áreas permaneciam submetidas a uma economia de subsistência e a um estado de empobrecimento crônico.

Todavia, a desigualdade do desenvolvimento econômico era uma estratégia do capitalismo internacional, ao qual não interessava um avanço autossustentado. Assim, apenas alguns setores foram modernizados sob o impulso do capital estrangeiro. Diante disso, não houve espaço para a constituição de uma burguesia nacional nos Estados latino-americanos, dado seu comprometimento com o capital internacional. Agregada a essa situação, a implantação do capitalismo na América Latina no século XIX não possibilitou um maior nível de integração, pois o mercado interno era bastante reduzido ou inexistente. Com uma classe média enfraquecida e a massa da população, em sua grande maioria camponesa e analfabeta,

vivendo sob um sistema de relações pré-capitalistas, não havia um mercado consumidor consistente para produtos industrializados. Sob a vigência dessas condições socioeconômicas, o poder político pessoal dos líderes rurais, os *caudilhos*, ganhou peso na condução e constituição da maioria dos Estados latino-americanos.

Quanto ao Brasil, a constituição do Estado Nacional passou por redefinições, fragilidades e fortalecimento que afetou circunstancialmente suas condições de inserção internacional. Nos primeiros anos após a independência, a Monarquia se transformou em um símbolo de autoridade, mesmo quando D. Pedro I era contestado. Entretanto, afirmar que a emancipação política se realizou em tempo curto e sem grandes abalos não deve conduzir a conclusões errôneas, como por exemplo, a continuidade de dependência externa e a uma hegemonia da elite política.

A nova relação de dependência que vinha se afirmando desde 1808, com a abertura dos portos, representava mais do que uma troca de nomes (Portugal/Grã-Bretanha), importando em uma mudança na forma como a antiga colônia se inseria no sistema internacional (afinal, a independência impunha a construção de um Estado Nacional). Mesmo no interior do núcleo das elites dirigentes, não havia consenso sobre as linhas básicas que deveria ter a organização do Estado. Pelo contrário, os anos entre 1822 e 1840, foram marcados por uma enorme flutuação política, por rebeliões e por tentativas constantes de organizar o poder. Somente a partir do Segundo Reinado o Brasil alcançou maior estabilidade política e maior capacidade nas negociações internacionais, muitas vezes desenvolvendo propostas bastante ousadas, vinculadas ao interesse nacional.

Os conflitos entre os países ibero-americanos

O hemisfério ocidental conheceu, ao longo do século XIX, um conjunto de conflitos internos e intervenções externas, que no tocante à América do Norte (que inclui o México) já foram tratados anteriormente. O insucesso do pan-americanismo devia-se, ao lado da falta de contatos econômicos entre as diversas regiões, às rivalidades políticas ligadas à formação dos Estados

Nacionais, tanto no plano interno como externo. Assim, conflitos armados entre caudilhos provinciais e governos centrais (revelando as poderosas forças centrífugas), entre oligarquias e entre países (que buscavam delimitar territórios geralmente pouco habitados ou afirmar uma posição regional hegemônica), foram uma constante. Da mesma forma, com governos e Estados débeis, as intervenções de potências extracontinentais foram constantes, sempre que determinados interesses internacionais, econômicos ou geopolítico-estratégicos, fossem ameaçados.

Em 1830 as guerras internas na Grã-Colômbia levaram ao fim o que restava do projeto bolivariano, com Venezuela e Equador se independizando da Colômbia. Outras iniciativas confederadas também ruíram na região andina. A Bolívia havia sido invadida pelo Peru em 1828 e, em 1837 estabeleceu-se a efêmera Confederação Peru-Bolívia, que seria dissolvida em 1839. O insucesso foi decorrente da guerra que a Argentina e o Chile moveram contra a Confederação, um projeto geopolítico que ameaçava seus interesses de expansão para o norte.

No tocante às intervenções extracontinentais, em 1833 a Inglaterra, cinco anos após afirmar seus interesses regionais com a independência do Uruguai, ocupou as ilhas Malvinas, nominalmente argentinas. Aliás, a Inglaterra, às vezes aliada à França, vinha intervindo no Prata desde a época colonial, durante o processo de independência e, enfim, estabelecendo um bloqueio naval contra o governo de Rosas na Argentina. O Brasil, embora sem entrar em guerra direta com os ingleses, enfrentou crises diplomáticas sérias quanto à questão do tráfico de escravos e das medidas comerciais protecionistas, destinadas a incrementar a produção nacional. Finalmente, entre 1866 e 1868, a Espanha travou a Guerra do Pacífico, um conflito naval contra o Chile e o Peru, chegando a bombardear vários portos.

O Império brasileiro, por sua vez, que desejava satelizar o Uruguai (onde era aliado dos colorados de Montevidéu) e impedir que a Argentina dominasse completamente a desembocadura do Prata e constituísse uma potência regional, interveio várias vezes nas guerras civis de ambos os países. Em 1851 invadiu o Uruguai em socorro dos seus aliados e em 1852 a

Argentina, derrocando o regime de Juan Manuel Rosas. O caos que esta derrota criou na Argentina levou à independência da província de Buenos Aires e a uma guerra entre esta e o governo federal, culminando com a reincorporação da região portenha em 1859. Entre 1865 e 1870 a Tríplice Aliança brasileira, argentina e uruguaia travaram uma violenta guerra contra o regime jacobino-modernizador paraguaio, liderado por Solano Lopez. As ofensivas de Lopez, através do Rio Grande do Sul, em apoio aos blancos uruguaios, ao longo do Rio Paraná para fazer junção com o caudilho argentino Urquiza, seu aliado, e no Mato Grosso para contatar as forças também aliadas da Bolívia, todas com o intuito de garantir acessos ao mar, foram um fracasso.

O país foi isolado e conquistado, em uma guerra de extermínio. A divisão de imensas partes do território paraguaio entre os vencedores gerou nova rivalidade entre Brasil e Argentina, que saiu fortalecida do conflito. Esta nação logo se vinculou, através da exportação de trigo, carnes e couros, ao Império britânico, do qual importava produtos industrializados e capitais, além de receber centenas de milhares de imigrantes italianos e espanhóis, entre outros. Na virada do século, Buenos Aires era uma das cidades mais modernas do mundo (inaugurou seu metrô na primeira década do século XX). A Argentina se transformou na oitava economia e o país possuía a maior malha ferroviária e telegráfica da Ibero-América, deixando o Brasil numa posição secundária.

Finalmente, a (Segunda) Guerra do Pacífico (ou do Salitre) foi deflagrada em 1879 pelo Chile, que ocupou o deserto do Atacama, apossando-se de ricas jazidas de fosfato e cobre, a maioria das quais em benefício de capitais ingleses que as ambicionavam. Nesta guerra, a Bolívia perdeu sua saída para o mar e o Peru uma parte do seu litoral. O Chile fora, ao longo do século XIX, um país estável, bem organizado e conectado com as grandes potências. Na Guerra do Salitre e na campanha contra os índios do sul o país triplicou de tamanho: o centro, base da nação, de clima temperado e agricultura forte, conquistou o deserto tórrido do norte, rico em pesca e minérios, e a região fria do sul, com suas florestas, pesca e posição estratégica entre o Pacífico e

o Atlântico. Com o desenvolvimento que se seguiu à estabilidade do Uruguai na passagem do século (em muito semelhante ao da Argentina), levando o país a ser denominado "Suíça das Américas", o cone sul da América se tornou uma região próspera (com uma forte classe média), fortemente integrada ao capitalismo mundial, diferentemente do que se passava nos demais países latino-americanos.

2. Industrialização e construção de nações na Europa /1848-1890

A difusão do liberalismo político e da livre competição garantiu o fortalecimento da burguesia e a plena expansão do capitalismo. Com o aumento constante da produção e a ampliação do comércio, o sistema capitalista se expandiu para novos territórios, promoveu a reorganização econômica de diversas regiões e criou um mercado mundial, articulando zonas industriais e áreas produtoras de matérias-primas. O desenvolvimento industrial passou a ser o paradigma de uma nova sociedade liderada pela burguesia europeia.

A Revolução Industrial que se processou primeiramente na Inglaterra e na Bélgica, difundiu-se, a partir de 1815, para todo o noroeste da Europa, de acordo com as formas e os ritmos próprios de cada país. Os novos métodos na produção agrícola e industrial garantidos com a estabilidade política alcançada após as revoluções do século XVIII, o alargamento dos mercados, diante das condições para um acentuado crescimento demográfico, a maior oferta de empregos nas cidades e os avanços no campo da medicina e da higiene foram os pilares para a transformação na estrutura da produção material europeia.

A expansão da industrialização pelo continente, como já foi visto, propiciou o desenvolvimento do nacionalismo. Na Europa central ele possuía um caráter integrador, visando a reunir os povos alemães e italianos em Estados Nacionais relativamente homogêneos, ao passo que na Europa

oriental caracterizava-se pelas tendências centrífugas e desintegradoras, pois era sustentado pelas minorias étnicas (principalmente eslavas) em busca de independência dentro dos impérios multinacionais turco, austro-húngaro e russo. Esse fenômeno de dupla face traria sérias consequências para a Europa nas décadas seguintes.

O período compreendido entre o término das revoluções de 1848 e o término do conflito franco-prussiano, em 1871, caracterizou-se por um considerável recuo do movimento operário, bem como por uma mudança de rumo nos movimentos liberais, que passaram a encampar a via nacionalista sob a liderança de grupos conservadores. A partir de então, o panorama político europeu foi caracterizado pela chamada "política das nacionalidades". Foi nesse contexto que ocorreu a unificação italiana, com a formação do *Reino da Itália,* o surgimento do *Império Alemão* e a *Questão do Oriente*.

2.1 Capitalismo e construção de nações na Europa Continental (1848-1870)

A transformação europeia: industrialização e movimento operário

A industrialização da Europa continental

A industrialização, iniciada no centro da Inglaterra, expandiu-se gradativamente para o norte e leste da França, Bélgica e oeste da Prússia, na região renana, particularmente o vale do Rhur. Nestas áreas, encontravam-se grandes jazidas de ferro e carvão, além de se localizarem próximas dos grandes centros consumidores da Europa ocidental (especialmente a Inglaterra) e contarem com excelentes vias de comunicação fluvial e marítima. Estes Estados conheceram, então, vigoroso fortalecimento econômico e, consequentemente, político-militar. O norte da Itália, da Suíça e da Espanha (país basco), a Boêmia (austríaca) e a Silésia (prussiana) logo foram envolvidas no processo, que posteriormente atingiu a Rússia (Moscou, São Petersburgo, Odessa e o vale do Donetz).

A estes locais aonde chegavam a indústria siderúrgica e metalúrgica, podemos agregar a transição do artesanato à indústria de bens de consumo popular, como os têxteis em várias áreas tradicionais como a Saxônia. À medida que a industrialização inglesa avançava para etapas superiores, a tendência era a transferência de setores menos lucrativos para outros países europeus. Os investimentos eram facilitados pela acumulação de capital na Inglaterra e pela instalação de uma poderosa praça financeira em Londres, vinculadas a filiais espalhadas pelas principais cidades europeias. A Rússia, particularmente, foi visada por investimentos franceses, pois o país carecia de capitais.

Na Escandinávia, até então uma periferia agrária europeia, esta evolução se fez sentir de fora para dentro. À medida que os países europeus se industrializavam, crescia a demanda por novos produtos como madeira, minerais, carne, laticínios e cereais. A transformação que este processo trouxe gerou uma crise social que forçou a emigração de mais de um terço

da população destes países, geralmente em direção aos Estados Unidos. Gradativamente, contudo, este processo era acompanhado pela democratização e por certo grau de industrialização. A maior parte do comércio ocorria com a Alemanha, que se industrializava rapidamente. Em 1905 a Noruega se tornou independente da Suécia, enquanto a Finlândia, que gozava de autonomia dentro do império russo, sofreu com uma tardia tentativa de russificação do país no final do século XIX.

Ao lado da urbanização, que atraía os camponeses da respectiva região, observava-se a expansão da malha ferroviária pelo centro e leste do continente europeu, bem como uma rede de canais e novos portos ou ampliação dos existentes, gerando o crescimento do comércio. Ao mesmo tempo, o impacto político do processo se fazia sentir de forma acelerada. À medida que esta onda industrializante ia adquirindo novas características, típicas da Segunda Revolução Industrial, se intensificava o movimento operário. Sua atuação viria a ser fundamentalmente diferente da que ocorria na Inglaterra, pois a precocidade do liberalismo neste país havia criado condições para que o sistema político, gradativamente, absorvesse o protesto operário e o moderasse. No continente, particularmente no centro-leste, a persistência de sistemas políticos e estruturas socioculturais autoritárias viriam a potencializar certo radicalismo do movimento operário.

O movimento operário e sua evolução

As terríveis condições sociais em que se processou a Revolução Industrial, como foi visto, levaram os operários a desenvolver formas de solidariedade e autoproteção, como as cooperativas, associações de entre-ajuda e, finalmente, sindicatos. Os sindicatos tinham, fundamentalmente, a função corporativa de encaminhar as reivindicações salariais, redução da longa jornada de trabalho, melhoria nas condições laborais (no início, terrivelmente insalubres), folgas remuneradas e proteção nos casos dos frequentes acidentes. A greve e a mobilização política eram seus principais instrumentos de atuação. É importante ressaltar que os sindicatos raramente possuíam uma ideologia socialista, apesar de algumas lideranças o serem,

visto que suas reivindicações visavam melhorias dentro do sistema vigente, o que já era muito para a época. A Inglaterra teve o mais forte sindicalismo europeu e um dos mais fracos movimentos socialistas, a título de exemplo.

Muitos Estados desenvolveram políticas sociais, com o objetivo de enquadrar o movimento operário, sendo o principal exemplo a Alemanha bismarckiana, que promoveu políticas sociais avançadas no campo habitacional, por exemplo. O operário, ao contrário do que Marx vaticinara no final do Manifesto Comunista, passava a ter algo a perder além de seus grilhões. Em certa medida Napoleão III também tentou ter ascendência sobre o operariado francês, ainda que de uma perspectiva demagógica. A Igreja, por seu turno, buscou desenvolver uma doutrina social e criar ou influenciar sindicatos e associações operárias.

O movimento operário, ao lado de sua luta cotidiana dentro do sistema, foi capaz de se organizar também em partidos e estes em associações internacionais, especialmente por iniciativa marxista. Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou I Internacional, que se caracterizou por ruma feroz disputa entre Marx e Bakunin. A Internacional tinha por objetivo articular a luta do movimento operário em escala mundial. Seguiu-se a Comuna de Paris, o grande levante popular da capital francesa, em 1871, cercada pelas tropas prussianas e versalhesas. A ausência de uma organização centralizada e de uma estratégia definida contribuiu para o esmagamento da Comuna e, consequentemente, para o fortalecimento de certas teses marxistas.

Em 1889 foi fundada a II Internacional (social-democrata) com sede em Bruxelas, na Bélgica. Nela ocorreu a expulsão dos anarquistas pelos marxistas. Nos países latinos, geralmente os partidos operários eram denominados "socialistas", nos germânicos e eslavos "social-democratas" e na Inglaterra, apenas no século XX surgirá o "trabalhista", ou Labour Party. Esta cisão da ala esquerda dos liberais não era, contudo, nem marxista nem socialista, como no resto do Império (embora existissem indivíduos e facções que o eram). Os Estados Unidos, por sua vez, sequer conseguiram desenvolver um partido operário de massas, como ocorreu na Europa.

Tratava-se de um país de imigrantes acantonados em guetos e de fronteira econômica móvel, em que os mais explorados sempre podiam buscar novas oportunidades no oeste, sendo substituídos por novos imigrantes ainda mais miseráveis que eles, vindos da Europa mediterrânea e oriental.

De qualquer maneira, o movimento operário logrou criar partidos de massa, ampliar o sufrágio, criar bancadas parlamentares influentes, desenvolver o sindicalismo e melhorar a situação dos trabalhadores. Contudo, mais o movimento crescia e ascendia, mais se moderava política e ideologicamente, apesar do esforço de suas lideranças em contrário. A Segunda Revolução Industrial viria a constituir uma *aristocracia operária*, que não via a necessidade de uma ruptura violenta do sistema. O reformismo e o revisionismo ganharam uma base teórica com Bernstein e Kautsky, por mais que Marx e Engels (falecidos em 1883 e 1895, respectivamente) contra eles se batessem. Contudo, o imperialismo viria a exportar o movimento em direção ao mundo colonial e semicolonial, e a persistência de restrições legais, como na Rússia, fazia com que a perspectiva revolucionária se deslocasse para as novas áreas, onde a exploração do trabalho passou a ser mais intensa no final do século, correspondendo, mais ou menos, à realidade que Marx descrevera a partir de suas pesquisas realizadas no Museu Britânico.

Do Segundo Império francês às unificações italiana e alemã

O Segundo Império francês e a diplomacia europeia

O Império francês de Napoleão III, ainda que possa ser caracterizado como de tendência autoritária, manteve o liberalismo econômico, que produziu um expressivo crescimento da produção. Além de certa política em direção aos operários, o governo procedeu à execução de um amplo programa de obras públicas. Ferrovias, canais, pontes e estradas recortaram a França, enquanto o Barão Haussmann, prefeito de Paris, remodelava completamente a capital, abrindo largos *boulevares* e erigindo imensos monumentos. O modernismo e o urbanismo de prestígio visavam a dar uma impressão de grandeza, da qual o Segundo Império, em verdade, carecia.

Também era uma forma de impedir que o proletariado francês voltasse a construir suas barricadas nas estreitas ruas medievais de Paris.

Napoleão III também desenvolveu uma diplomacia de prestígio, que estava além das reais possibilidades, recursos e necessidades do país. A conquista da Argélia e do Senegal foi ampliada e Dakar foi construída como porto estratégico. Intervenções foram realizadas na China e no Líbano, a pretexto da proteção de minorias cristãs. A Indochina começou a ser ocupada e teve início a construção do Canal de Suez, no Egito. Contudo, a aventura mais complicada foi o envio da expedição ao México.

Este país havia suspendido o pagamento da dívida externa e, em 1861 (o mesmo do início da Guerra Civil americana), uma força inglesa, espanhola e francesa desembarcou no México. O governo, então, retomou os pagamentos, com ingleses e espanhóis se retirando. Mas, estimulado por conservadores mexicanos e católicos franceses, Napoleão III manteve as tropas imperiais e, em 1864 fez o austríaco Maximiliano Imperador do México. Simpatizando com a Confederação sulista e conservadores restauradores, este teve de enfrentar os patriotas mexicanos, municiados pelos Estados Unidos. Derrotado em 1867 ele foi fuzilado e as tropas francesas sobreviventes repatriadas. Este exército faria falta na Guerra Franco-prussiana, e não fora gratuito o estímulo de Bismarck à patética aventura mexicana de Napoleão III.

Na Europa, sem formular objetivos claros, ele se envolveu na Guerra da Crimeia (e, assim, na Questão do Oriente), nas questões dos Estados italianos, atritando-se com a Áustria (e entrando numa guerra que só beneficiou a unificação italiana) e nos Estados católicos alemães, antagonizando-se com a Prússia. Ao mesmo tempo em que não obtinha resultados satisfatórios no plano internacional, a crise política e econômica interna se avolumava. Em 1869 Napoleão III foi forçado a liberalizar seu regime, sem que isto revertesse a situação. O fim do Império, contudo, viria a ser deflagrado a partir de fora. A diplomacia de Bismarck, habilmente, explorou a questão da sucessão do trono espanhol, que cabia a um Hoenzollern prussiano. Sem pretender realmente reivindicar o trono

espanhol, o chanceler prussiano preparou uma armadilha diplomática, em que o imperador francês caiu, declarando guerra à Prússia.

A unificação italiana

Assim como os Estados alemães, os italianos se encontravam defasados dos demais países europeus ocidentais quanto ao desenvolvimento histórico. Enquanto guerras religiosas devastavam a Alemanha nos séculos XVI e XVII, a Itália, berço do Renascimento, mergulhava em conflitos e, gradativamente, a Igreja impulsionava a Contrarreforma. A península, assim, permanecia firmemente Católica, guardava traços de feudalismo no centro-sul, abrigava o "Patrimônio de São Pedro" (o território Papal, que abarcava um terço do país) e a influência da Áustria no norte, apesar de Maquiavel haver clamado por um Príncipe capaz de unificá-la.

Três concepções distintas buscavam a unificação. Uma, de base carbonária e de caráter democrático-republicano, defendia um Estado unitário e laico. Outra, apoiada pelo Papado e pela Áustria, denominada de *neogüelfismo,* preferia uma confederação sob a presidência do Sumo Pontífice e influência austríaca. A terceira, que viria a ser vencedora, tinha certa influência maçônica e se apoiava na conquista da península pelo Reino do Piemonte, instalando-se uma monarquia constitucional laica. Mas a unificação era impossível a partir apenas da força dos atores locais, sendo necessárias alianças internas e externas.

Assim, a unidade italiana viria a ocorrer mediante a anexação de toda a península pelo Reino do Piemonte, entre 1850 e 1870, onde se concentrava boa parte da nascente indústria italiana. O rei Vítor Emanuel II (1849-1878), ao assumir o trono do Piemonte-Sardenha, teve no seu primeiro-ministro Camilo Cavour a grande liderança no processo de unificação da Itália, sob a autoridade da Casa de Saboia. O maior problema para a sucesso da unidade italiana, segundo Cavour, era a influência da Áustria[11] na região. Após fortalecer política e economicamente o Reino Sardo-Piemontês, sob a égide do liberalismo, Cavour aproveitou-se habilmente das circunstâncias diplomáticas europeias para obter apoio de outros países para promover a

sua unificação.

Parecia claro à Cavour que seria fundamental construir uma aliança com uma potência em condições de enfrentar a Áustria. Assim, em 1858, concluiu-se a aliança entre o Piemonte e a França, em Plombières. Na ocasião da entrevista entre Cavour e Napoleão III, foram esboçadas as bases de um futuro acordo e também a distribuição dos papéis diplomáticos de cada um. Durante as negociações, Napoleão pediu que lhes fossem cedidas as regiões de Saboia e Nice em troca da conclusão de uma aliança com o rei Vítor Emanuel II; declararam de comum acordo a guerra com a Áustria e comprometeram-se em não depor armas enquanto os austríacos não fossem expulsos de Lombardia-Venécia. Pouco tempo depois da entrevista de Plombières, Napoleão recebeu apoio e ajuda diplomática de Alexandre II em seus preparativos para derrotar a Áustria.

Iniciado o conflito em 1859, italianos e franceses rapidamente derrotaram os austríacos e conquistaram a Lombardia. Pelo Tratado de Zurique a região foi entregue ao Piemonte-Sardenha. Entretanto, os italianos logo perderam o apoio francês diante do fato de que a possível unificação italiana significaria a perda espaços de interesses franceses na região, mais especificamente os Estados do centro, embora tenham incorporado Saboia e Nice. Outro aspecto importante para o recuo da França foi a preocupação com os reflexos das vitórias francesas na Alemanha (a Prússia concentrou poderoso exército nas fronteiras com a França) e com a reação dos católicos que protestavam contra o ataque aos Estados da Igreja.

Incômodo também aos governos conservadores europeus foi a repercussão do processo de unificação em toda a Itália, pois a derrota austríaca precipitou uma onda revolucionária por toda a península. Os voluntários esquerdistas e nacionalistas liderados por Giuseppe Garibaldi (os "camisas vermelhas") invadiram e conquistaram o Reino de Nápoles ou o das Duas Sicílias, em apoio aos movimentos aí eclodidos, tomando também o poder nos Ducados de Luca, Parma, Modena, Toscana e os Estados Papais, exceto o Lácio. Para impedir que a situação escapasse ao controle, a monarquia piemontesa encampou o movimento revolucionário e, através

da realização de plebiscitos, anexou essas regiões. Quando em 1861, Vítor Emanuel II foi proclamado Rei da Itália, ainda permaneciam sem solução Venécia, em poder da Áustria e Roma, em poder do Papa, que se encontrava protegido por uma guarnição francesa.

O resto da unificação teve de esperar por momento mais propício. Os garibaldinos estavam frustrados pela entrega de Nice (cidade natal do "herói de dois mundos") e Saboia, bem como por seu esforço não haver resultado na criação de uma nova Itália republicana, mas na ampliação do Reino do Piemonte. Apenas em 1866, quando a Itália aliou-se à Prússia contra a Áustria, e esta foi derrotada por Bismarck, a Venécia foi anexada aos domínios italianos. Finalmente, em 1870, quando Napoleão retirou suas tropas em função da guerra franco-prussiana, Roma foi conquistada e transformada na capital do Reino da Itália.

O Papado não aceitou a nova situação, pois mantinha o controle apenas sobre o Vaticano, declarando-se prisioneiro do novo Estado italiano. Este, de tendência laica e marcado pela influência maçônica, havia separado a Igreja do Estado, acabando com privilégios milenares. O Papa excomungou os novos dirigentes, que desencadeavam a industrialização do país e a abolição dos resquícios feudais. A geopolítica da região do mediterrâneo também se alterava significativamente, repercutindo na Europa central, frente ao enfraquecido Império Austro-Húngaro.

A unificação alemã

Já a unidade alemã foi mais complexa. A tese da *Pequena Alemanha* concebia o processo de unificação mediante a anexação ("a ferro e sangue", segundo Bismarck) pela Prússia, excluindo a Áustria. O projeto da *Grande Alemanha era* defendido pelo Papa e pela Áustria, ampliando a Confederação Germânica com o ingresso de todo o Império Austro-Húngaro, tornando a influência de Viena dominante, mas incorporando as populações alógenas no virtual novo Império alemão. De inspiração católica e agrário-feudal, esta solução tinha pouca viabilidade frente ao projeto de base industrial da militarmente poderosa Prússia. Havia ainda o projeto da

burguesia alemã, que achava que a unificação se faria pelo mercado, e o projeto democrático-republicano, que queria transformar o parlamento de Frankfurt no núcleo político do novo país. Ambos os projetos foram inviabilizados pela Revolução de 1848 e seus resultados na Alemanha.

O chanceler prussiano Otto Von Bismarck cuidou da preparação diplomático-militar apoiando-se no nacionalismo étnico antifrancês e em uma aliança com a aristocracia *Junker* e a burguesia industrial, liderada pelos primeiros. Ainda que a ideologia da Revolução Francesa tenha sido rejeitada, o Estado prussiano soube copiar as técnicas e a administração, fazendo reformas, modernizando e aparelhando o exército, ampliando a educação (especialmente a técnica) e criando uma poderosa infraestrutura, particularmente ferrovias. Um a um seriam derrotados os países que se interpunham a seu projeto: em 1864, a Dinamarca; em 1866, a Áustria; e, em 1870-71, a França de Napoleão III. Em todas essas guerras foram também derrotados e subjugados os Estados alemães contrários ao projeto da Prússia. Em janeiro de 1871 foi proclamado o Império Alemão, ou Segundo Reich, governado pelo *Kaiser* Guilherme I.

Assim como no caso italiano, a unidade alemã dependeu do fortalecimento político e econômico de um Estado que defendesse o princípio das nacionalidades. Quem desempenhou este papel foi o Reino da Prússia, governado pelos *Hohenzollern,* que, nas décadas de 1850 e 1860 sofreu um notável desenvolvimento do capitalismo industrial, embora politicamente persistisse o poder de uma aristocracia territorial, os quais eram monarquistas convictos, ultranacionalistas e partidários das soluções de força (*Junkers)*. Bismarck ocupava a posição de Primeiro-Ministro de Guilherme I acreditando que a unificação alemã só poderia ser conquistada através da eliminação da influência política da Áustria, o que, inevitavelmente, implicaria o emprego de força militar.

Apesar da organização da Confederação Germânica ter afetado o poder prussiano em detrimento do austríaco, a Prússia foi aos poucos ascendendo a uma posição de prestígio no contexto regional. Cabe recordar a manutenção do *Zollverein*, criado por iniciativa prussiana e responsável pela

crescente integração econômica dos Estados alemães. Ademais, a ampliação e aperfeiçoamento de seu poderio militar contribuíram para que o Exército prussiano se convertesse em uma disciplinada máquina de guerra. Em termos diplomáticos, Bismarck empenhou-se em criar uma imagem negativa da Áustria diante dos Estados confederados e, em 1864, aliou-se a eles na Guerra dos Ducados Dinamarqueses (Schlesvig e Holstein). Através da Paz de Viena, ampliada pela Convenção de Gastein (1865), Holstein foi colocada sob a administração austríaca e Slesvig, prussiana.

Insatisfeito com os resultados do conflito, Bismarck garantiu uma aliança com a Itália (interessada na Venécia) e a neutralidade de Napoleão III durante novo confronto. Na Guerra Austro-Prussiana (1866), o exército prussiano esmagou a Áustria que, pelo Tratado de Praga, saiu da Confederação Germânica, que foi então dissolvida. Com a derrota austríaca, a Confederação Germânica foi substituída pela Confederação da Alemanha do Norte, sob o comando do Rei da Prússia e fortalecida pela anexação de Estados aliados à Áustria. Entretanto, havia ainda dois grandes obstáculos à unificação: externamente, a França, e, internamente, os Estados do sul. Napoleão, em troca da sua neutralidade durante a guerra passou a exigir compensações territoriais. Baviera, Württemberg, Bade e Hesse-Darmstadt recusavam-se a reconhecer o predomínio prussiano.

Todavia, as exigências francesas que visavam aos territórios germânicos no Reno eram uma séria ameaça aos Estados do sul que não demoraram em organizar uma aliança militar com a Prússia. A ideia da necessidade de uma "unidade nacional" contra a França foi habilmente explorada por Bismarck. A Guerra Franco-Prussiana (1870-71) foi decisiva tanto para a unificação alemã, como teve consequências importantes para a França. Os franceses viram cair o Segundo Império, substituído pelo Governo de Defesa Nacional. Em fevereiro de 1871, em Versalhes, foram discutidas as condições preliminares para a paz. A França perdeu a Alsácia-Lorena e foi obrigada a pagar forte indenização, além de o país permanecer ocupado militarmente.

Embora Bismarck tenha sido responsável por essas três guerras, as preocupações do chanceler eram de ordem doméstica: em primeiro lugar

pretendia consolidar e promover a coesão do Império, eliminando a resistência das minorias (da Alsácia-Lorena, dos poloneses, dos dinamarqueses do Schlesvig)[12], bem como favorecer o desenvolvimento econômico. Externamente, a França derrotada ainda era uma preocupação. O Tratado de Frankfurt, que pôs fim à guerra franco-prussiana, não eliminou a velha hostilidade entre os dois países. Ao contrário, os receios mútuos e a desconfiança conduziram a uma corrida armamentista e ao incremento do militarismo, servindo como suporte não só para os problemas externos como também para a contenção do movimento operário em ambos os países.

Mais do que meros movimentos políticos nacionais, as unificações italiana e alemã marcavam o advento das chamadas *Revoluções Burguesas Tardias* ou *pelo Alto,* ou, ainda, *via bismarckiana ao capitalismo*. Tratava-se de revoluções pelo alto, com uma aliança entre o poder econômico e as elites político-militares, como forma de promover a industrialização e o desenvolvimento de tipo capitalista, mantendo o controle, simultaneamente, da classe operária. A via japonesa da Revolução Meiji, ocorrida simultaneamente, também se apoiava no mesmo paradigma, embora sua classe operária ainda não estivesse constituída. Não por acaso esses países, que chegavam mais tarde ao mundo industrial, manteriam as bases de regimes autoritários, que emergiriam com radicalismo nos anos 1930, constituindo o Eixo.

A Comuna de Paris e o advento da III República na França

O mais significativo levante operário, neste contexto, exerceu profunda influência sobre as relações internacionais. A Comuna de Paris de 1871 despertou o temor e a reação dos novos e velhos Estados. Nos primeiros dias que se seguiram ao 18 de março, Rússia Grã-Bretanha e o recém-proclamado Império Alemão supunham que o levante nada mais era que mera repetição das revoltas dos trabalhadores parisienses de outubro de 1870 e janeiro de 1871, ambas reprimidas pelo governo francês. E ainda, diante dos problemas domésticos da França, na visão de Bismarck, seria mais

fácil negociar os propósitos da paz definitiva, e não deixou de oferecer seu apoio ao novo governo francês no que se referia aos revoltosos de Paris. Depois de conversações entre os representantes da França e Alemanha, o governo de Versalhes estava autorizado a incrementar seu exército na região. Logo em seguida, Bismarck autorizou um novo aumento do exército destinado a lutar contra a Paris revolucionária.

O governo da Comuna tentou estabelecer um diálogo com as autoridades alemãs, iniciativa que, mesmo com a oposição de Guilherme I, foi acolhida por Bismarck. Na verdade, essa aproximação tornava-se um grande trunfo para pressionar o governo francês e acelerar as definições finais para a paz. Pouco a pouco os círculos dirigentes de todos os países europeus adquiriam uma noção mais clara do significado dos acontecimentos: um governo proletário instaurado em Paris, a grande simpatia do Conselho Geral da Primeira Internacional por este acontecimento, a alegria e o novo fôlego que tomava conta dos meios revolucionários. Crescia a convicção de que o regime social e político existente se via mais uma vez ameaçado. Rússia, Áustria e Itália declararam ao governo da Alemanha que a intervenção de suas tropas contra Paris receberia a aprovação de todas as grandes potências. A derrota da Comuna foi motivo de alívio para a reação internacional, enquanto o Governo Provisório de Versalhes se transformava na III República Francesa, num contexto marcado pelo sentimento de revanchismo e o pagamento de pesadas indenizações de guerra.

2.2 A emergência de potências desafiadoras (1870-1890)

A Segunda Revolução Industrial e seus impactos

De 1871 a 1890, as relações entre as grandes potências foram dominadas pelo sistema de alianças estruturado por Bismarck e pela corrida por novos territórios coloniais. Nessa fase, embora a Alemanha se apresentasse com potencial econômico e militar suficiente para romper com o equilíbrio de poderes consagrado em 1815, preferiu apostar em uma política mais cautelosa, na qual não se pusesse em risco sua unificação e o isolamento de seu grande rival, a França. A Grã-Bretanha persistia na política de manter-se afastada das disputas de poder na Europa que não afetassem seus interesses. O período inaugurado com a Segunda Revolução Industrial influencia e altera as dinâmicas internacionais universalizando um novo paradigma científico e tecnológico.

Neste contexto, as unificações alemã e italiana alteraram o equilíbrio europeu ao forjar duas novas potências no centro da Europa, cujo desenvolvimento viria a desequilibrar a balança de poder, na medida em que o Segundo Reich se tornava potência mais dinâmica no centro e depois no conjunto do continente. Além disso, esses processos marcaram o surgimento de um novo ciclo de revoluções burguesas, na busca da modernização e do desenvolvimento industrial: as *revoluções tardias* ou *pelo alto*, ou ainda as *vias autoritárias ao capitalismo*.

A Segunda Revolução Industrial está associada a um novo ciclo gerado pela extensão do sistema fabril a novos campos, à ampliação do papel da ciência na tecnologia, à busca de maiores mercados potenciais, ao aumento das dimensões das empresas e dos salários dos contingentes operários urbanos, à concentração da produção e da propriedade e à crescente competição dos novos países industriais. A nova Revolução Industrial desenvolveu setores como a eletricidade (aplicada à energia, motores e transportes), a química (responsável pelas novas matérias-primas sintéticas) e os motores de explosão, que revolucionariam os transportes e tornaram o

petróleo economicamente estratégico (Estados Unidos e Rússia eram seus maiores produtores). A metalurgia constituiu outra marca da nova industrialização, com aço e novos metais (níquel, alumínio, etc.) sendo intensamente utilizados em navios, trens, pontes, construções, armas (inventaram-se a metralhadora, o submarino e o torpedo) e veículos automotores.

A agricultura, com a utilização de máquinas, fertilizantes químicos e novos cultivos, ampliou a produção mundial de alimentos, contrariando as previsões de Malthus e tornando os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina celeiros mundiais. Os sistemas de comunicação e transportes desenvolveram redes em escala planetária, com telefones, telégrafo sem fio, cabos submarinos, ferrovias transcontinentais (transcontinentais na América do Norte, transandina, transiberiana e transeuropeias), canais interoceânicos (Suez, Panamá) e rodovias para automóveis. Adotou-se a produção em série utilizando-se intensivamente o maquinismo, a racionalização dos métodos de trabalho e a gestão empresarial científica (Taylor, Fayol e Ford), que em seu conjunto geraram o fordismo, o qual era acompanhado por um vertiginoso processo de concentração de empresas (as trustes e *holdings* norte-americanas e os cartéis alemães) e pelo progressivo domínio do capital financeiro sobre o processo produtivo.

A fusão do capital bancário e industrial produziu formas oligopólico-monopolistas que visavam a superar a instabilidade dos mercados, bem como reduzir a concorrência, gerando preços artificiais. A ascendência do capital bancário impôs o padrão-ouro, que estabilizou as finanças mundiais. O comércio internacional, entretanto, tornou-se cada vez mais protecionista (neomercantilismo) devido à crescente concorrência internacional e visando a evitar as crises cíclicas de superprodução típicas do capitalismo. Isto porque, como foi visto, o liberalismo vigorava como princípio quando a potência hegemônica não podia ser ameaçada. Na medida em que a competição se tornou ameaçadora para a Inglaterra no centro do sistema, ela começou a reconstruir o império colonial de velho tipo, baseado na dominação direta e, com isto, o liberalismo era gradualmente abandonado.

A dianteira inglesa também se deveu ao fato do país controlar uma rede de bases e cabeças de ponte nos continentes. O aprofundamento desse processo conduziria ao imperialismo, analisado adiante.

Os novos desafios à *Pax Britannica*

As revoluções burguesas "clássicas" (inglesa, americana e francesa) ocorreram quando a indústria moderna ainda não estava constituída e em uma aliança entre a burguesia emergente e os setores populares, unidos contra o absolutismo e os privilégios da nobreza. Essa combinação de forças possibilitou a liderança burguesa e legou regimes constitucionais, parlamentares e liberais, forjando as estruturas jurídico-sociais necessárias ao desenvolvimento capitalista industrial. No entanto, com as revoluções de 1848 o proletariado passou a ser considerado um aliado perigoso, o que a Comuna de Paris veio drasticamente a confirmar em 1871.

Os anos que se seguiram a 1870 trouxeram uma profunda transformação na situação internacional. Uma das principais causas foi o incremento da desigualdade de desenvolvimento própria do capitalismo, fenômeno que na Europa se manifesta com clareza no rápido progresso industrial da Alemanha, país anteriormente atrasado. Na fragmentação da Alemanha, e também da Itália, países como França, Rússia e Áustria percebiam uma importante garantia de sua segurança. O Império Alemão, sedento por novos domínios, dispondo de um grande poderio militar e inundando os mercados com artigos de sua indústria, era visto com maior desconfiança pelos seus vizinhos. O crescimento do capitalismo (e do imperialismo) alemão conduziu a um aprofundamento das contradições internacionais na Europa, e posteriormente, no mundo inteiro.

Nos novos países industriais, o Estado impulsionava o desenvolvimento não apenas pelas necessidades de controle social interno, mas também para superar o atraso econômico em relação aos países mais industrializados. Aos que necessitavam queimar etapas, o liberalismo não convinha, como argumentou o economista alemão do século XIX, Friedrich List, em seu livro *A Economia Nacional*, que inspirou a estratégia aplicada pela industrialização

alemã. O protecionismo comercial e a intervenção social e econômica do governo eram considerados indispensáveis para o rápido crescimento econômico, até que fosse atingido um nível suficiente de competitividade.

As *revoluções burguesas tardias* ou *pelo alto* marcaram o desenvolvimento histórico da Alemanha, da Itália e, ainda que num contexto totalmente diferente, do Japão. Neste contexto, o fortalecimento do jovem Império Alemão é inegável. No plano diplomático, a consolidação do Segundo Reich passava por uma política de isolamento da França, impedindo o revanchismo e estimulando esse país a desenvolver uma política de grandeza fora da Europa, em direção ao mundo colonial (como forma de sublimar seu nacionalismo humilhado). Esse conjunto de práticas ficou conhecido como *Sistema Bismarckiano* e foi implementado por meio de uma hábil política de alianças que perdurou até 1890, com a queda do chanceler. Iniciava-se um período de preponderância alemã na Europa, conduzindo ao progressivo declínio da política de equilíbrio de poderes estabelecida pela Grã-Bretanha.

O Tratado de Frankfurt consagrou simultaneamente a unidade da Alemanha e a elevação deste Estado à categoria de potência dominante no continente, tanto no plano industrial como militar. O primeiro Sistema Bismarckiano data de 1872-1873. Deveria ser efêmero e garantir a posição alemã no espectro europeu. Em 1872, Berlim articulou a Liga dos Três Imperadores como uma aliança entre as *potências continentais* – Alemanha, Rússia e Império Austro-Húngaro – objetivando isolar a França. Paralelamente, Bismarck procurava manter boas relações com Londres, mostrando-se como defensor do *status quo* no continente. Contudo, não era fácil manter dois Estados rivais sob uma mesma aliança. A eclosão da crise balcânica de 1875-78, opondo Rússia e Áustria, deixava a Alemanha em uma posição delicada. O Congresso de Berlim (1878), no qual Bismarck teve um papel preponderante, conseguiu preservar as relações entre as grandes potências.

Nos anos 1880, o Sistema Bismarckiano sofreu considerável evolução. Como reação à invasão da Tunísia pela França (que iniciara seu rearmamento

desde 1875), a Alemanha organizou, em 1882, a *Tríplice Aliança* com a Áustria e a Itália, tendo a Romênia aderido a ela no ano seguinte. O segundo Sistema Bismarckiano foi, então, construído. A situação balcânica, porém, manteve-se instável devido ao choque do pan-germanismo e do pan-eslavismo. Esses movimentos representavam, fundamentalmente, a forma ideológica da expansão austríaca (e posteriormente também alemã) devido à crise búlgara. Bismarck tentou um novo acordo, assinando secretamente o Tratado de Resseguro com a Rússia e renovando ao mesmo tempo a Tríplice Aliança.

A Alemanha, ao herdar o papel de principal perturbador, antes ocupado pela França e outrora pela Espanha, afirmou sua preponderância continental. Essa condição ficou evidente nas conferências de Berlim em 1878, sobre os assuntos balcânicos, destacada anteriormente, e em 1884-85, sobre os assuntos africanos. Por outro lado, o grande movimento de expansão colonial iniciado nos anos 1880 desbloqueou a força crescente do movimento das nacionalidades que, de certa forma, condicionou a diplomacia europeia nas décadas anteriores.

Após uma década de relativa calma, a França conquistou a Tunísia em 1881, partindo da Cochinchina tomou o Tonquim, em 1884-85, e, de 1880 a 1885, juntamente com a "Associação Internacional do Congo" (patrocinada por Leopoldo II, rei dos belgas) penetrou na África Equatorial. A Grã-Bretanha, a partir de 1882, se instalou no Egito, em breve se estendendo da Birmânia litorânea para o Norte. A Conferência de Berlim (1884-85) fixou as regras do processo, pois a expansão passou a ser uma necessidade, devendo ser notificada qualquer anexação às potências estrangeiras.

A Alemanha iniciou tardiamente sua expansão colonial. Somente em abril de 1884 se instalou no Togo, em Camarões, nos sudoeste e oeste africanos, depois em certas ilhas do Pacífico. Para Bismarck, o que realmente interessava eram os assuntos europeus. Todavia, não estava alheio ao novo movimento e às pressões internas. Havia a percepção de que no jogo de interesses coloniais seria possível transpor ao espaço africano as inquietações que se mantinham vivas em relação à reorganização territorial

da própria Europa no período que se seguiu às unificações. Para Bismarck a África não interessava, mas sim a Europa. Essa perspectiva torna-se aparente nas relações entre a Alemanha e a França. Para afastar a França da Alsácia-Lorena, estimulou-lhe com a possibilidade da expansão africana. Há, portanto, no movimento de expansão colonial a transposição, além-mar, dos hábitos da diplomacia de equilíbrio europeu. Mas há também uma nova contradição: esta expansão criou novas hostilidades e reanimou rivalidades antigas.

Se, por um lado, a expansão colonial solucionava provisoriamente o problema com os franceses, por outro, as pretensões britânicas em relação ao colonialismo tornavam-se um problema. A política exterior da Grã-Bretanha até então primava pelo denominado "esplêndido isolamento": supunha-se que o país poderia sempre se aproveitar dos conflitos entre as potências continentais para tratar tranquilamente dos assuntos relacionados com as colônias e mercados em todas as partes do mundo. As relações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, na segunda metade dos anos 1880, pautaram-se pela habilidade de seus representantes em explorar as contradições e rivalidades um do outro, evitando um confronto.

Os interesses antagônicos entre os dois Estados ganhariam, contudo, nova dimensão. Enquanto Bismarck pretendia formular e implementar uma política exterior que garantisse a independência e integridade do segundo Reich, obtendo a preponderância na política continental (conservando as condições de poder alemão e não as desperdiçando em aventuras coloniais), a Grã-Bretanha buscava a ampliação dos seus espaços de atuação em regiões estratégicas para a continuidade do seu desenvolvimento industrial. A situação de Bismarck complicou-se durante as negociações de 1889 com a Grã-Bretanha, embora as circunstâncias internas do Império Alemão tenham sido mais eficazes para sua queda.

Em março de 1888 morreu Guilherme I e, três meses depois, seu filho Frederico III. Guilherme II subiu ao poder e logo as divergências entre o novo *Kaiser* e Bismarck levaram o chanceler a pedir sua demissão depois de 28 anos de permanência no comando do Governo, primeiro da Prússia e,

depois, do Império Alemão. Este fato ocorreu no momento em que Bismarck e o governo russo iniciavam as negociações para renovar o Tratado de Resseguro, vigente até 1890. O novo chanceler, general Caprivi, em consonância com Guilherme II, trazia uma nova concepção para a política exterior do Império: o desenvolvimento industrial e financeiro impunha a necessidade de expansão do poder alemão em escala mundial. Assim, a *Weltpolitik* (política mundial) substituiria a política europeia conservadora de Bismarck, caracterizando as ambições da Alemanha a partir de 1890. A busca de um *status* de potência marítima por parte da Alemanha viria agravar o antagonismo com a Inglaterra.

2.3 Subordinação e reações da Ásia ao Sistema Mundial no século XIX

A Questão do Oriente, a Índia e o sudeste asiático

Até aproximadamente o final dos anos 60 do século XIX, apenas duas das grandes potências possuíam o *status* de potência com projeção colonial – a Rússia e a Grã-Bretanha. Os russos colonizavam por extensão territorialmente contínua, formando um coeso império continental eurasiano que se estendia do Mar Báltico ao Oceano Pacífico. Já os britânicos detinham possessões além-mar nas Américas (Canadá e Antilhas), na Índia, na Colônia do Cabo (África Austral), Austrália, Nova Zelândia e outros pequenos espaços no litoral ocidental africano. A França dominava a Argélia desde 1830 e pequenos enclaves na costa da África ocidental. Esse fraco interesse em obter possessões coloniais até o final dos anos 60 e início dos anos 70, decorria, em larga medida, do fato de que as colônias não tinham maior utilidade, até então, no processo de expansão do capitalismo industrial.

As potências europeias, particularmente a Inglaterra, optavam por formas de dominação indiretas, explorando a condição de dependência informal e a inserção desses espaços na esfera comercial pela via do livre-cambismo. De qualquer forma, com o desaparecimento do domínio colonial espanhol e português na América, o único Império verdadeiramente mundial era o britânico (dado que a Rússia não tinha uma motivação capitalista) e suas bandeiras inauguraram uma nova fase imperialista. Assim, em lugar dos impérios mercantis, até 1870-80 a Grã-Bretanha apresentava-se como o maior império marítimo colonial.

A ambição pelo controle absoluto de territórios africanos e asiáticos despertou tardiamente, embora algumas regiões tivessem valor estratégico como o Egito e o sul da África, devido a sua posição geográfica, facilitadora para o estabelecimento de rotas comerciais. E ainda, depois das descobertas de reservas minerais, essa última região ganhasse importância econômica.

Todavia, o final do século XIX viria a ser o período, por excelência, das guerras coloniais. Os conflitos intensificavam-se na medida em que as potências europeias ordenavam operações em qualquer ponto dos outros continentes.

Com exceção dos russos, todas as iniciativas expansionistas demandavam um esforço naval. Embora houvesse campanhas de curta duração, a maioria delas desenrolava-se em condições difíceis, exigindo tempo e grande esforço de homens e material. O pouco conhecimento das populações, de suas línguas, de suas culturas e de suas formas de combate implicava em problemas complexos. Não há dúvida de que a superioridade técnica e militar dos europeus era esmagadora, mas a necessidade de se adaptarem ao novo meio não garantia sucesso imediato. Em muito foi utilizada a cooptação de forças auxiliares entre os povos colonizados, como forma de manter a ordem. Mas, por outro lado, não se podem desconsiderar as forças precedentes existentes nas regiões dominadas.

Uma dessas forças era, sem dúvida, a diplomacia dos Estados orientais, organizada a serviço das classes dominantes, dos diferentes grupos feudais e dinastias. Esses grupos interessavam-se por ampliar seus territórios, controlar pontos estratégicos e rotas comerciais, em um movimento que pretendia impor o poder dos Estados sobre rivalidades tribais, por exemplo. A diplomacia desses Estados desenvolveu muitos modelos e formas de negociações e, por muitas vezes, garantiu a independências desses Estados frente às agressões externas. Porém, diante de seus limites para conter as pretensões colonialistas, com frequência a diplomacia foi utilizada para promover a concertação com os Estados europeus. Outros fatores agiram, igualmente, sobre a capacidade de autonomia dos Estados orientais. O atraso econômico e técnico condicionava a debilidade militar, bem como o isolamento entre os Estados e destes com o mundo exterior, marcando seus procedimentos e suas relações. Assim, o Oriente, entre o final do século XVIII e início do século XIX foi palco das rivalidades entre as grandes potências do Ocidente.

As potências coloniais e o controle da Ásia meridional

A conquista da Índia pelos britânicos foi realizada através da Companhia das Índias Orientais, sob a proteção do governo britânico. A região, com uma população bastante superior a das outras colônias, logo se transformou na base do monopólio colonial da Grã-Bretanha. A conquista da Índia foi resultado de longas guerras e complexas negociações diplomáticas. A superioridade militar britânica garantiu aos seus pequenos contingentes a vitória sobre as massas da infantaria e cavalaria da Índia. No entanto, os colonizadores britânicos não conseguiriam submeter os indianos somente pelo controle das armas, mas sim, através da aliança com os senhores feudais locais, que, por sua vez, não gozavam de uma unidade.

Após a desintegração do Império Mongol, a Índia transformou-se em um território fragmentado, com inúmeros principados feudais, hostis entre si. Sobre esse sistema fracionado, operou a clássica diplomacia britânica: a intervenção nas discórdias entre os príncipes indianos e as lutas entre os senhores feudais, nas diferenças de classes, nações e religiões. Os formuladores e executores da diplomacia britânica foram os governadores-gerais da Companhia das Índias Orientais que, apoiados na violência militar ou em atividades subversivas, exploravam todas as fragilidades estruturais do país.

A acumulação improdutiva de tesouros era um traço característico da política financeira das monarquias feudais indianas, como também de outros países do Oriente. Os conquistadores britânicos sabiam do costume dos príncipes indianos de guardar grandes quantidades de ouro, prata e pedras preciosas e aproveitaram qualquer oportunidade para se apoderarem dessas riquezas. Outra prática recorrente da Companhia era os "tratados subsidiários" com os príncipes indianos, quando o governador-geral enviava comissários ou agentes diplomáticos para ocuparem cargos de altos conselheiros desses príncipes, os quais, simultaneamente, deveriam se comportar como informantes para a Companhia e a Coroa britânica.

Muitos desses agentes permaneciam muitos anos no cargo e, para se

familiarizar com a situação da Índia, estudavam o persa, que servia como idioma diplomático. Os tratados subsidiários estabeleciam, de imediato, restrições à autonomia dos príncipes (direito de declarar guerra, de estabelecer a paz, envio de tropas, controle territorial), que deveriam submeter aos britânicos suas decisões. Mas, cabia aos príncipes e ao clero manter a ordem e controlar as massas da população.

O avanço dos britânicos sobre a Índia foi sistemático, ainda que, em algumas regiões, a resistência tenha sido efetiva. Por vezes a ação britânica esbarrava no poderio de um grande principado, a exemplo das guerras que tiveram que travar com o reino de Maisur. Esse era um reino grande, relativamente unido e centralizado, que ambicionava fortalecer seu poderio e sua independência, bem como sua dominação sobre o sul da Índia. O desenvolvimento agrícola e a produção de ferro permitiram à região manter um exército bastante forte. Ao perceber a ameaça que os britânicos representavam à sua independência, o reino buscou o apoio da França.

A Companhia das Índias Orientais, por sua vez, procurou realizar alianças com outros soberanos indianos, com principados com os quais havia firmado tratados subsidiários e que se ressentiam do poder do reino rival. Os resultados do conflito não conduziram a resultados definitivos, mas os britânicos não tardaram em burlar a paz de compromisso e acabar com o poderio do reino de Maisur. Com a derrota do Império napoleônico e a consolidação do monopólio comercial e industrial britânico, conjugada ao seu poderio marítimo, as novas conquistas na Índia e nos países limítrofes foram facilitadas. Os métodos da colonização britânica mudaram um pouco, mas nas regiões onde a Companhia se sentia forte ou onde podia se apoiar nos senhores feudais, a anexação pura e simples era a prática mais comum.

Ao término da guerra com o Nepal, em 1816, a Companhia das Índias Orientais se limitou a impor à região um regime de protetorado, concedendo parte do território aos chefes de uma tribo que havia combatido nas fileiras britânicas. Através da política de instigar as rivalidades entre as lideranças indianas, em 1817 e 1818, a Companhia conseguiu derrotar as tropas do principado de Marath, outro foco de rebeldia. Em 1829,

a guerra contra a Birmânia resultou na anexação de Assam e de uma faixa de terra ao longo da parte oriental do golfo de Bengala e, a partir do Tratado de Janabo, assinado em 1826, fixou-se um oneroso convênio comercial com os britânicos. Entretanto, mesmo perdendo parte de seu território e, depois, tendo que aceitar um tratado acordado em condições de desigualdade, a Birmânia conservou sua independência, graças à resistência de suas tropas e à luta de seus guerrilheiros.

Por outro lado, dentro das aspirações da Grã-Bretanha, tornava-se importante estender sua dominação ao noroeste da Índia para abrir um caminho seguro para a subordinação do Afeganistão. Em meados do século XIX, os britânicos controlavam vastos territórios da Índia com uma população que se calculava entre 170 e 190 milhões de habitantes. Uma grande parte do país havia sido anexada e era dirigida por funcionários da Companhia das Índias Orientais. Em 1849, sob o controle direto da Companhia se contabilizava dois terços do território e três quartos da população do país. O restante, mais de quinhentos principados dependentes, se encontravam sujeitos aos tratados subsidiários.

Esse sistema de tratados subsidiários e a aliança dos colonizadores britânicos com os marajás preservaram, por um longo período, tanto a dominação da Grã-Bretanha quanto o feudalismo indiano, ao mesmo tempo em que sufocava os anseios da grande massa da população. A exploração da Índia, além de dinamizar a empresa colonial e enriquecer um grande número de funcionários coloniais e oficiais, que obtinham postos altamente lucrativos, levava a cabo, mediante pesados impostos, contribuições de guerra, confiscos, utilização de mão de obra e comércio desigual, o crescimento sem precedentes que a Grã-Bretanha alcançou rapidamente no século XIX.

A Índia, diante da importância que assumia no desenvolvimento capitalista britânico, converteu-se em um negócio que transcendeu ao monopólio da Companhia, transformando-se em um espaço de interesse de todos os capitalistas britânicos. Os colonizadores mantiveram a exploração feudal, os preconceitos do sistema de castas e as diferenças nacionais e

religiosas, fatores que auxiliaram no controle do descontentamento popular. Todavia, a modernização que acompanhava os mecanismos de exploração, criou uma tensão que levou à eclosão, em 1857-58, da grande Revolta dos Cipaios, as tropas coloniais indianas. Após reprimir o movimento o governo inglês aproveitou a oportunidade para dissolver a velha Companhia das Índias Orientais (um resquício mercantilista) e assumir o controle direto da colônia, colocando-a a disposição do conjunto dos empresários britânicos.

A expansão britânica prosseguiu em direção ao sudeste asiático, com a anexação da Birmânia em 1866 e da Malásia em 1874, controlando a estratégica passagem do Oceano Índico para o Pacífico através do porto de Cingapura. A França havia iniciado a conquista da Indochina em 1862, com a anexação da Cochinchina (Saigon e o desta do Rio Mekong) e do Camboja no ano seguinte. Entre 1883 e 1893 o resto do Vietnã e o Laos (uma província tailandesa) foram anexados. No plano geopolítico a Tailândia (Sião), cercada entre britânicos e franceses, transformou-se num espécie de Estado tampão, logrando, assim, conservar sua independência, apesar das perdas territoriais que sofreu. Mais ao sul, os holandeses procederam à conquista da Indonésia (Índias Holandesas), partindo dos antigos enclaves mercantilistas que ainda detinham no arquipélago. O domínio colonial holandês foi estabelecido dentro de certa aliança com a Inglaterra, como se observa pela criação da companhia petrolífera anglo-holandesa Shell, que tinha uma de suas bases mais importantes justamente na Indonésia.

A Questão do Oriente e do Extremo-Oriente

Outro foco de problemas internacionais foi a chamada Questão do Oriente. O enfraquecimento e declínio do Império Otomano fez com que a área dos Estreitos de Dardanelos e do Bósforo e dos Balcãs passasse a ser alvo de disputa das principais potências europeias, entre elas Rússia, Grã-Bretanha, França e Áustria. A Rússia, afastada das rotas comerciais, desenvolveu a política de buscar uma saída para o Mediterrâneo através desses estreitos, conhecida como “acesso aos mares quentes e livres”. O país somente possuía acesso a mares semifechados, cuja saída era controlada

por outras potências, como o caso do Mar Báltico e do Mar Negro, totalmente fechado como o Mar Cáspio ou gelado em boa parte do ano, como o Oceano Ártico e Oceano Pacífico. Assim, ainda que constituindo um Estado continental, a Rússia possuía um complexo de cerco.

No Oriente Médio, em decorrência da intervenção napoleônica, formou-se em 1808 o Egito autônomo, comandado por Mohamed Ali, um general albanês do exército turco. Mohamed Ali criou uma verdadeira potência, com políticas modernizadoras e desenvolvimentistas e um grande exército, que chegou ameaçar o sultão turco. A intervenção europeia em defesa da Turquia, em 1839-41, obrigou Ali a acatar o domínio turco e a desmantelar seu regime econômico, aceitando os interesses econômicos semicoloniais anglo-franceses no Egito em troca do estabelecimento de sua dinastia no país (que perduraria até os anos 50 do século XX). Em 1841, como recompensa pelo apoio ao Sultão turco, a Inglaterra obtém o fechamento dos Dardanelos aos navios russos.

Assim, o decadente império turco ganharia uma sobrevida até a Primeira Guerra Mundial. A Grã-Bretanha não admitia a expansão russa à custa do Império Otomano, pois tinha grandes interesses políticos e econômicos na região procurando garantir o controle sobre as rotas terrestres e marítimas em direção à Índia, fundamental para o Império Britânico. A França, por sua vez, isolada na Europa, tinha interesse em várias áreas do Império Otomano, especialmente o Egito. Por fim, a Áustria, também carente de bons portos estava interessada na livre navegação do Rio Danúbio. Dessa forma, o Império Otomano sofreu constantes fraturas em decorrência dos choques internacionais das potências interessadas nos Bálcãs. Como resultado, os turcos acabaram por recuar gradativamente da península, contribuindo para a efervescência dos diferentes nacionalismos: búlgaros, romenos, gregos, sérvios, entre outros, organizaram-se em novos Estados tornando bem mais complexa a situação europeia.

A conquista da Índia e a constituição de tropas anglo-indianas transformaram-se em pontos de apoio para a expansão dos domínios britânicos e para a ação diplomática em direção aos Estados vizinhos, Irã,

Afeganistão, países da Indochina e o Extremo Oriente, como foi visto. A diplomacia britânica utilizou várias vezes a justificativa de que suas conquistas no Oriente Próximo e Médio eram necessárias para defender a Índia e os países limítrofes de possíveis agressões externas, principalmente por parte da França e da Rússia. Já no final do século XVIII, agentes diplomáticos da Grã-Bretanha e da França penetraram inúmeras vezes no Irã. O mercado iraniano atraía a burguesia britânica e francesa.

Sua posição estratégica em relação às fronteiras com a Rússia, com a Turquia e os acessos da Índia à Ásia Central conferiam ao país significado colonial. Em 1801, a Companhia das Índias Orientais assinou um tratado político e um convênio comercial com o Xá do Irã. Nesses acordos foi estipulada uma aliança entre os dois países contra o Afeganistão (os iranianos ambicionavam anexar as terras afegãs limítrofes com o seu território) e o compromisso iraniano de não permitir a passagem, pelas suas terras, das tropas de nenhuma potência europeia que se dirigisse às fronteiras da Índia. Em contrapartida, o Irã receberia armas e dinheiro. Os comerciantes britânicos estariam autorizados a exportar tecidos e ferragens ao país e a estabelecerem-se nos portos iranianos.

A Rússia, após sua contenção em relação à Turquia, desviou sua expansão mais para leste, avançando sobre o Império persa nas duas margens do Mar Cáspio e sobre os decadentes cantos da Ásia central, como o Turquestão. A região foi ocupada entre os anos 60 e 80 do século XIX e, a partir de então, as tribos afegãs passaram a ser visadas por São Petersburgo. Mas nessa região, chocou-se com a expansão dos ingleses, a partir da Índia. Assim, a Pérsia e o Afeganistão (na realidade uma confederação tribal) viriam a se tornar Estados-tampão entre o imperialismo russo e inglês, mantendo suas independências. A Pérsia chegou a ter áreas de influência dos dois países em 1907, com uma zona neutra no centro. Evoluindo por uma linha de menor resistência, a Rússia então acelerou sua expansão em direção às periferias oriental e setentrional da China, anexando territórios e estendendo sua influência sobre a Mongólia Exterior, o Turquestão chinês (Sinkiang) e a Manchúria. A *Questão do Oriente* evoluía para a *Questão do Extremo-Oriente*.

A projeção do poder russo em direção à Coreia provocaria um choque com o Japão e, indiretamente, com a Inglaterra.

Quanto às relações entre a China e a Rússia, até 1860, não havia nenhum comércio marítimo entre os países. Ao contrário da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que se dedicavam ao contrabando do ópio, a Rússia praticava minimamente tal atividade. As enormes distâncias, a baixa densidade populacional e as dificuldades em atravessar a Sibéria faziam da China um espaço mais débil para a atuação da Rússia que, até a Guerra da Crimeia, era vista como uma grande potência militar na Europa. Diante das preocupações russas em sufocar o movimento revolucionário na Europa e de manter sua política no Oriente Próximo, era mais interessante que a China mantivesse sua independência e debilidade, do que servir como instrumento de uma Grã-Bretanha poderosa. A abertura dos portos chineses ameaçava o comércio entre os dois países que se desenvolvia por terra. De qualquer forma, os russos procuraram firmar alguns acordos comerciais com a China, visando principalmente as regiões periféricas do noroeste chinês, onde as condições geográficas fariam impossível a concorrência ocidental.

Em relação ao Japão, a Rússia tinha necessidade de estabelecer relações comerciais para abastecer os povoados do Alasca (que venderiam aos EUA em 1867, evitando que fosse controlado pelos britânicos a partir do Canadá), das ilhas Aleutas e Kurilas, bem como as costas do Mar de Okhotsk. Contudo, o alargamento dos domínios russos no Oceano Pacífico despertou certa hostilidade e inquietude nos círculos dirigentes japoneses. Na primeira metade do século XIX, tanto o Japão quanto a Coreia seguiram isolados do resto do mundo. Porém, a primeira guerra do ópio e os tratados desiguais estabelecidos com a China, prepararam o terreno para a exploração colonial de toda a região asiática pelas potências coloniais.

O Império chinês e os Tratados Desiguais

Na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento capitalista da Europa e dos Estados Unidos conduziu ao incremento da expansão colonial também na Ásia Oriental. Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e outros

países capitalistas aspiravam converter a China em um espaço de exploração colonial. Os empreendimentos na China resultaram em uma ação bem mais difícil do que no caso indiano. O Império chinês, apesar da autonomia da administração provincial, possuía certa unidade política e centralização. A resistência do Estado chinês e o maior afastamento dos países ocidentais foram fatores que também contribuíram para as dificuldades ocidentais em efetivar suas ambições coloniais.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que realizou grandes conquistas e mantinha como vassalos inúmeros países vizinhos, entre eles, Coreia, Mongólia, Turquestão Oriental, Birmânia e Vietnã, sendo o Tibete também parte do império como vassalo. Uma hábil política de casamentos e tributos em troca de proteção garantia a estabilidade deste Império, que era mais uma civilização confuciana que um Estado territorial de tipo europeu. Devido ao relativo isolamento da China, entre 1760 e 1790 foi fixada uma legislação na qual o comércio externo era realizado sob a supervisão de um superintendente chinês que articulava as transações com um pequeno grupo de privilegiados mercadores. Essa medida, na verdade, representava a capacidade de independência econômica da China, que não necessitava da importação de artigos estrangeiros. A política de isolamento, embora reacionária, tinha o propósito de também preservar o país das possíveis agressões externas. Todavia, esse mesmo isolamento contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas.

Os representantes diplomáticos que chegavam a China eram recebidos em raras ocasiões. A resistência dos diplomatas em cumprir na audiência com o cerimonial *ke-tou*[13] e a entregar suas credenciais a outros funcionários que não o imperador, o que servia como pretexto para não deixá-los chegar à capital e à corte. O isolamento do país contribuía para que os altos dirigentes do Império não conhecessem ou tivessem uma noção mais exata do modo de vida e da força dos outros países. O governo nunca enviava representantes diplomáticos aos Estados ocidentais e, portanto, orientava-se mal sobre os assuntos da política internacional. Esse posicionamento auxiliou, por algum tempo, no fortalecimento do império e na manutenção

do regime feudal. Porém, gradualmente, o atraso econômico e militar em relação às potências que desejavam penetrar em seu mercado e subjugá-la economicamente tornou-se evidente. A política de isolamento acabou sucumbindo diante das agressões externas, iniciadas pela Grã-Bretanha. Com base nas colônias da Índia para penetrar na China, os britânicos até 1833 gozaram do monopólio comercial com o país. No início do século XIX, os britânicos levavam à Cantão lã, estanho, ferro, chumbo e algodão, comprando dos chineses chá e seda crua.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, trazido da Índia. O comércio do ópio era controlado pela Companhia das Índias Orientais, que lucrava extraordinariamente com a concessão de licenças. Os impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio proporcionaram grande lucro aos britânicos e logo passou a ser o principal produto de exportação para a China, como forma de financiar as importações britânicas de produtos chineses. A transformação da Grã-Bretanha em primeira potência industrial com uma grande produção mecanizada, a crise de 1836 e o incremento do movimento cartista, acentuaram a sua necessidade por mercados exteriores.

Cada vez mais aumentava a pressão dos capitalistas britânicos para que o governo empregasse a força na abertura do mercado chinês e, paralelamente, a Companhia das Índias Orientais procurava dar caráter legal à venda do ópio. Embora a justificativa dos colonizadores britânicos para a abertura da China ao comércio estrangeiro fosse a de incorporar o país à esfera da "civilização" e ao intercâmbio internacional, seu propósito prático era o de impor ao país uma relação desigual e onerosa, de apropriar-se de parte de seu território e imensas riquezas e de subordinar a China a sua dominação econômica e política.

O governo chinês não desconhecia as consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e produzia a ruína de muitas atividades econômicas, como o artesanato. Também prejudicava a disciplina no exército e entre os funcionários e, acima de tudo, drenava a riqueza do país para o exterior. O governo chinês logo passou a divulgar informes aconselhando a proibição ao consumo de ópio.

Em 1939, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra os consumidores de ópio, mandou confiscar e destruir mais de 20.000 caixas do produto de propriedade de comerciantes britânicos.

A ação legítima das autoridades chinesas desencadeou a primeira guerra do ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada diante da maior capacidade técnica dos britânicos. O prolongamento da guerra dava uma chance de vitória aos chineses, pois as reações populares e guerrilheiras dificultaram bastante o avanço dos colonizadores. As guerrilhas nos arredores de Cantão, Hong Kong e outras localidades estimulavam o povo contra os invasores. No entanto, a pilhagem e as violências contra a população civil fizeram com que o governo optasse pelo seu término e a preservação social, embora gerando a subserviência econômica aos britânicos.

Em agosto de 1842 foi assinado o Tratado de Nanquim, no qual a China cedeu Hong Kong à Grã-Bretanha, comprometeu-se a pagar 21 milhões de yuans como reparação de guerra e a abrir cinco portos ao comércio britânico, onde, posteriormente, seriam criadas concessões estrangeiras. No ano seguinte, foi estabelecido um acordo complementar no qual a China concedia à Grã-Bretanha os direitos de nação mais favorecida e os privilégios da extraterritorialidade (de jurisdição consular). Na verdade, a primeira guerra do ópio significou apenas o primeiro passo para a exploração colonial da China. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de tratados desiguais com a China. Os Estados Unidos, na primeira metade do século XIX, já tomavam parte na expansão colonialista das potências ocidentais no Oceano Pacífico.

Os Estados Unidos apareceram no Oceano Pacífico como competidores da Grã-Bretanha. Embora o volume do comércio marítimo com a China fosse inferior ao realizado pelos britânicos, os norte-americanos controlavam o contrabando de ópio que procedia da Turquia e era introduzido na China, ao mesmo tempo em que realizavam negócios no Sião e na Indonésia. Entretanto, a expansão norte-americana na Ásia concentrava-se, predominantemente, na China e no Japão. Entre 1830 e 1840, em função do

crescimento da sua indústria têxtil, aumentou o interesse em comercializar tecidos de algodão no mercado chinês. O temor do governo chinês de que as potências ocidentais se empenhassem em estabelecer alianças, fez com que a China se submetesse a prática de concessões a todas as potências.

Assim, os Estados Unidos garantiram os direitos de nação mais favorecida, obtendo todas as vantagens antes outorgadas à Grã-Bretanha. Logo, os norte-americanos pretendiam expandir os tratados desiguais para o Japão e a Coreia, mas a guerra contra o México estancou tais projetos circunstancialmente. As atividades políticas voltadas para o Extremo Oriente foram retomadas por volta de 1850, ao término da expansão territorial interna e da transformação do país em uma potência do Pacífico. A França também exerceu sua influência na região e procurou concertar com a China um tratado desigual e a possível anexação de uma ilha para o estabelecimento de uma base naval.

Em outubro de 1844 foi subscrito um tratado franco-chinês, no qual a França garantiu, também, a concessão de nação mais favorecida. O tratado permitia aos chineses professar o cristianismo, os missionários franceses poderiam construir templos e pregar nos portos abertos da China. A "defesa do cristianismo" passou a ser o instrumento favorito dos colonizadores no país enfraquecido, mas atento ao processo que ganhou peso a partir da segunda metade do século XIX. Os tratados desiguais significaram para as potências capitalistas a liberdade para a exploração e a subserviência econômica da China, envenenada pelo ópio.

A China da Dinastia manchu dos Qing (no poder desde 1644), ao mesmo tempo em que era vítima de agressões externas, enfrentava a desorganização e os protestos internos, pois estava começando a perder o "mandato celeste". Nos anos 50 e 60 foi sacudida pela revolta camponesa dos Taiping. Em 1872 os japoneses ocuparam as ilhas Ryukyu e, com a vitória destes sobre a China em 1894-5, perderam a Coreia e Formosa. As reações antiocidentais fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchu, como a Revolta dos Boxers em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, mais concessões comerciais e de

extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e em guerras civis e externas que durariam um século.

A Revolução Meiji e a industrialização japonesa

As *revoluções burguesas tardias* ou *pelo alto* marcaram o desenvolvimento histórico da Alemanha, da Itália e, ainda que num contexto totalmente diferente, do Japão. Depois que a esquadra norte-americana, liderada pelo Comodoro Perry, forçou a abertura desse país em 1853, as elites nipônicas procuraram evitar que a nação sucumbisse ao colonialismo ocidental, tal como estava ocorrendo com a China. Para tanto, desencadearam uma revolução modernizadora a partir de 1868, a Restauração Meiji. O país iniciou então uma industrialização acelerada, em padrões semelhantes aos da "via prussiana". Tal sucesso não se deveu apenas à vontade política da elite japonesa, mas à situação particular do país, que, graças à limitação de seu mercado interno e de seus recursos naturais, escapou da voracidade colonialista, a qual se dirigiu então para a China, devido às maiores perspectivas que o país apresentava para os interesses ocidentais.

A abertura forçada do país provocou uma violenta reação entre os que defendiam o desenvolvimento de relações com o exterior e os partidários de uma política isolacionista. Este último grupo, que responsabilizava o *Shogun* pela invasão, encabeçou uma reação nacionalista e xenófoba, promovendo o enfraquecimento do xogunato. Após uma série de conflitos internos, em 1868 o xogunato foi eliminado e foi proclamada, então, uma restauração imperial. O novo imperador toma o nome de Meiji (Governo esclarecido ou iluminado) e, com efeito, só irá exercer influência de 1875-1880. Entretanto, o movimento nacionalista que repõe a autoridade imperial percebe a necessidade de adaptar-se às novas tendências do mundo moderno.

Entre 1868 e 1873, várias reformas aboliram o sistema feudal. A antiga divisão social (guerreiros, camponeses, artesãos e comerciantes) é extinta em 1869 e substituída por uma nova hierarquia: a nobreza (aristocratas e

antigos senhores feudais); os guerreiros da categoria superior (*samurais*); os guerreiros da categoria inferior; e, o povo. Logo essa situação viria a se alterar, com a autorização dos casamentos entre classes (1870) e a instituição do serviço militar obrigatório (1873). Os senhores feudais promoveram uma reforma agrária, tornando-se uma nova classe que liderava o Estado e se tornavam industriais. Os camponeses, que deveriam indenizar os nobres, aumentaram a produção agrícola e formaram um excedente populacional que se converteu na nova classe operária urbana.

Houve, então, uma forte acumulação primitiva de capital em escala doméstica. De qualquer forma, o objetivo primordial dos dirigentes da era Meiji era o de dotar rapidamente o país de uma indústria moderna, nos padrões ocidentais. Contudo, a ideia era copiar as técnicas ocidentais, mas manter a identidade cultural, nacional e histórica do povo japonês. Sendo uma sociedade confuciana, em que o conhecimento e a educação são bens preciosos, milhares de estudantes foram enviados ao exterior para aprimorar-se nas técnicas industriais. O sistema financeiro foi reorganizado (a nova moeda, o *yen*, foi instituída em 1871 e o Banco do Japão e 1882), estradas de ferro são construídas e as primeiras grandes fábricas são inauguradas (siderúrgicas, estaleiros navais, tecelagem, etc.).

Devido a uma grande adesão nacional aos objetivos econômicos e militares do Governo Meiji, o Japão rapidamente se apresenta como uma potência asiática e, depois, mundial. O desenvolvimento industrial avança a passos largos e é acompanhado por um sensível crescimento do setor agrícola, que já ocupava um papel expressivo na economia japonesa, pois, devido aos melhoramentos técnicos, apresentou um progresso substancial. Ao contrário da China, o Japão não sofreu durante muito tempo com o colonialismo do Ocidente. Em pouco tempo o país se apresentaria como um rival ao mundo ocidental através de uma agressiva política de expansão regional. Em 1895 a China foi derrotada e, dez anos depois, a Rússia também o era, com o Japão tornando-se uma potência colonial e imperialista na região. A Restauração Meiji, ao abolir as antigas estruturas feudais sem, todavia, alterar profundamente as bases da sociedade japonesa, permitiu

aos privilegiados da antiga ordem reconverter-se em homens de negócios mantendo a crença social nas fortes tradições ancestrais.

Parte II

O declínio do predomínio europeu: rivalidades e transição (1890-1945)

3. A crise do sistema e a emergência das rivalidades (1890-1914)

Durante o século XIX, a Inglaterra havia baseado sua liderança internacional num sistema baseado no *equilíbrio de poderes* na Europa e no *imperialismo livre-cambista* no plano mundial. O objetivo britânico era evitar a hegemonia de uma única potência sobre a Europa. Esta estratégia consistia em manter equilibrada a balança de poder entre as potências europeias, para que consumissem suas energias e potencialidades em disputas territoriais e dinásticas. Paralelamente, a Grã-Bretanha afirmava o livre comércio como princípio supremo do sistema internacional. Na posição de *senhora dos mares* e de *oficina do mundo*, assegurava sua supremacia sobre um *império informal*. Assim, o sistema europeu, que domina a literatura histórica, constituía um elemento regional secundário, dentro se um sistema realmente mundial (e dominante em longo prazo), assentado nos oceanos e nos circuitos da economia anglo-saxônica.

Entretanto, durante a década de 1870 desencadeou-se uma nova revolução industrial, baseada na siderurgia, na química, na eletricidade, nos motores a combustão e no uso do petróleo como combustível, e a Grã-Bretanha começou a perder o controle da balança de poder na Europa, sobretudo como decorrência da unificação alemã. Logo a seguir, isto também ocorria no plano mundial, com a crescente influência dos Estados

Unidos sobre a economia internacional anglo-saxônica.

O século XX iniciou-se, então, no Ocidente em clima de otimismo, com a *belle époque*. A Europa dominava imensos impérios coloniais e ostentava a posição de centro do mundo. Sob o impacto da Segunda Revolução Industrial, o progresso material e científico expandia-se rapidamente, fundamentando a crença de que a humanidade avançava linearmente rumo a um futuro promissor. As grandes potências, ainda que mantendo certo nível de rivalidade, conviviam em relativa paz recíproca há décadas, enquanto a democracia liberal emergia como forma política dominante.

O planeta parecia integrar-se econômica e culturalmente, sob o impulso do desenvolvimento das comunicações (telégrafo, cinema), dos transportes de longa distância (ferrovias e navios a vapor), dos fluxos comerciais e financeiros, da urbanização e da adoção quase universal de padrões culturais ocidentais. Um quadro, diga-se de passagem, muito semelhante ao do fim do mesmo século, com a revolução científico-tecnológica, a Internet, a onda democratizante e a globalização econômico-financeira e cultural. Só que este ciclo de globalização era ainda mais intenso que o atual, na medida em que havia grande circulação de mão de obra, com milhões de imigrantes se estabelecendo nas Américas e nas colônias. Contudo, sob tal aparência acumulavam-se contradições que logo explodiriam numa grande guerra, seguida por outros conflitos violentos.

A liderança da ordem mundial anglo-saxônica estava, na passagem do século, gradativamente passando das mãos da Grã-Bretanha para as dos Estados Unidos. Comparando-se esta ordem com a da Antiguidade Ocidental, os ingleses desempenhavam papel semelhante ao exercido pelos antigos gregos, enquanto os norte-americanos, que herdavam e desenvolviam o sistema, assemelhavam-se aos romanos. Contudo, este fenômeno somente seria visível após algumas décadas, na medida em que emergisse um desafio interno na disputa pela liderança do sistema.

A Alemanha, recém-unificada, buscava ocupar um lugar de destaque dentro da ordem vigente, sem ter que ligar-se ao sistema mundial através da Inglaterra, que então conectava a Europa ao mundo e, com isto, a

controlava. Tal situação conduziu à Primeira Guerra Mundial, com a derrota e a punição parcial da Alemanha. Enfraquecendo-se a Europa, abriu-se, em consequência, espaço para a revolução socialista triunfar na Rússia e para a ascensão dos Estados Unidos. Com a Alemanha marginalizada, mas não destruída, o desafio soviético, a instabilidade social e, finalmente, com os Estados Unidos negando-se em assumir um papel político de liderança mundial surgiam condições para a eclosão de uma nova crise, de dimensões ainda maiores. Daí a eclosão de uma nova guerra mundial, potencializada pela Grande Depressão dos anos 1930. Apenas então os Estados Unidos estabeleceriam uma nova ordem mundial.

3.1 O imperialismo e a partilha afro-asiática (1890-1904)

Os novos impérios e suas rivalidades

A consolidação do II Reich, no plano diplomático, passava por uma política de isolamento da França, impedindo o revanchismo e estimulando este país a desenvolver uma política de grandeza fora da Europa, em direção ao mundo colonial (como forma de sublimar seu nacionalismo humilhado). Este conjunto de práticas ficou conhecido como Sistema Bismarckiano, e foi implementado através de uma hábil política de alianças que perdurou até 1890, com a queda do Chanceler. Iniciava-se um período de preponderância alemã na Europa, conduzindo ao progressivo declínio da política de equilíbrio de poderes estabelecida pela Grã-Bretanha.

Em 1872 Berlim articulou a Liga dos Três Imperadores, como uma aliança entre as *potências continentais*, Alemanha, Rússia e Império Austro-Húngaro, com o objetivo de isolar a França. Paralelamente, Bismarck procurava manter boas relações com Londres, mostrando-se como defensor do *status quo* no continente. Contudo, não era fácil manter dois Estados rivais sob uma mesma aliança. A eclosão da crise balcânica de 1875-78, antagonizando Rússia e Áustria, deixava a Alemanha numa posição delicada. O Congresso de Berlim (1878), no qual Bismarck teve um papel preponderante, conseguiu preservar as relações entre as grandes potências.

Nos anos 80 o Sistema Bismarckiano sofreu considerável evolução. Como reação à invasão da Tunísia pela França (que iniciara seu rearmamento desde 1875), a Alemanha organiza em 1882 a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália, tendo a Romênia aderido no ano seguinte. A situação balcânica, porém, mantinha-se instável, devido ao choque do pangermanismo e do pan-eslavismo. Estes movimentos representavam, fundamentalmente, a forma ideológica da expansão austríaca (e posteriormente também alemã) e russa em direção ao Império Turco Otomano em desagregação. Em 1887, devido à crise búlgara, Bismarck tenta um novo acordo, assinando secretamente o Tratado de Resseguro com a Rússia e renovando ao mesmo

tempo a Tríplice Aliança.

Durante a década de 1870 a Grã-Bretanha começou a perder o controle da balança de poder na Europa, e logo também no plano mundial. Bismarck tivera sucesso em isolar a França, e elevou a Alemanha a uma posição de predominância no velho continente, em relação ao qual a diplomacia inglesa mantinha-se em postura de isolamento. Mas sobre o sistema europeu existia uma política mundial protagonizada pela Grã-Bretanha e pela Rússia, onde logo a França ingressaria como o terceiro membro, e na qual a Alemanha desempenhava um papel insignificante. O *Novo Rumo* adotado pela política externa alemã dos sucessores de Bismarck a partir de 1890 constitui, justamente, uma tentativa de participar desta política mundial, atitude também tomada pelos Estados Unidos e pelo Japão neste mesmo período.

Que razões estavam levando as potências industriais a orientar-se rumo à expansão colonial mundial? A Grã-Bretanha, potência dominante do sistema anterior, começava perder sua capacidade de manter-se como centro da economia mundial e, devido ao crescente *déficit* comercial com os EUA e a Alemanha, adotara desde 1880 uma política de expansão na África, Ásia e Oceania, que ficou conhecida como *imperialismo*. A questão fundamental em relação ao sistema internacional é que a Segunda Revolução Industrial estava criando novas realidades econômicas internacionais, as quais começavam a subverter a relação existente entre as várias potências, que até agora havia sido controlada pela diplomacia inglesa. A partir de então a existência de um mercado interno de porte e com uma capacidade potencial de crescimento, passou a ser uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico, num mundo onde crescia a concorrência e o protecionismo.

Neste contexto, os Estados Unidos apareciam como forte candidato à supremacia mundial, apesar das excelentes relações diplomáticas que o país possuía com a Inglaterra. Os EUA se haviam expandido pela América do Norte, criando um *império doméstico compacto*, detentor de uma dimensão continental, com grandes recursos naturais, e uma posição insular, devido à

inexistência de vizinhos que pudessem ameaçá-lo e a projeção para dois oceanos, que além de proteger o país, colocavam-no face ao cenário europeu e asiático, simultaneamente. Além disso, Washington adotou uma eficaz política comercial protecionista, fechando seu mercado interno às mercadorias estrangeiras, mas não aos capitais, imigrantes e empreendimentos de outros países. Este conjunto de fatores obviamente operava no sentido de uma erosão do liberalismo, prejudicando a Inglaterra, cuja reação era a de buscar a expansão colonial.

Já o caso da Alemanha configurava-se mais problemático ainda. Potência emergente com grande dinamismo econômico, o II Reich não possuía as vantagens internas dos EUA, e teria que vencer uma larga distância para alcançar a Grã-Bretanha na expansão colonial que se iniciava. Só restou-lhe a alternativa de criar um complexo industrial-militar, como forma de compensar suas debilidades (Arrighi, 1995, p. 61). Isto, entretanto, não resolveu seus problemas, pois o país passou de tributário da Inglaterra a tributário dos Estados Unidos, a quem exportava capitais, mão de obra e recursos empresariais. Esta situação explica a obsessão alemã com a política expansionista do *Lebensraum* (busca do espaço vital), uma vez que o país não lograva converter sua capacidade industrial em cacife para liderar a economia mundial. O resultado foi o desenvolvimento de uma geopolítica particular pela Alemanha, com será visto adiante.

Em relação à política continental, os sucessores de Bismarck optaram por estreitar seus vínculos com a Áustria, deixando espaço para uma aproximação entre a França e a Rússia. Os investimentos franceses na economia russa criaram as condições para a assinatura de um acordo militar secreto, de caráter defensivo, contra a Tríplice Aliança. É importante lembrar que a aliança franco-russa criava uma ameaça para a Alemanha em suas fronteiras oeste e leste, simultaneamente. Outro aspecto fundamental a destacar é que este acordo terminava com o isolamento da França e restabelecia uma forma de equilíbrio europeu. A partir deste momento, as potências europeias passaram a buscar a expansão colonial através do imperialismo, e a política de alianças passou a resultar principalmente de

eventos extraeuropeus.

O imperialismo e a expansão colonial

O termo imperialismo foi definido pelo economista inglês Hobson, num livro lançado em 1902. Seu estudo teve o mérito de demonstrar o caráter econômico do fenômeno imperialista, bem como que a existência de excedentes de capitais para exportação nas metrópoles, era uma decorrência da falta de distribuição de renda. O trabalho pioneiro de Hobson foi desenvolvido posteriormente por Lênin no livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Para este revolucionário marxista russo, o imperialismo caracterizava-se por uma concentração da produção e dos capitais, que conduziam aos oligopólios, à fusão do capital bancário e industrial, gerando o capital financeiro, à exportação de capitais, à associação dos grandes monopólios econômicos, que repartiram o mundo e, finalmente, à conquista e divisão dos territórios periféricos pelas grandes potências, criando imensos impérios coloniais.

As sociedades metropolitanas justificavam ideologicamente a conquista e dominação dos povos coloniais através de teorias como o darwinismo social, que concebia a existência como uma luta pela sobrevivência (onde os fortes predominam), pela consciência de uma missão civilizadora da raça branca e pelas teorias da superioridade racial. Além disso, o nacionalismo teve um papel fundamental na expansão imperialista, encontrando suporte em autores como Nietzsche e sua tese da "vontade de potência" das nações. A política colonialista foi defendida por políticos e intelectuais como Jules Ferry na França, Disraeli e Joseph Chamberlain na Inglaterra, Leopoldo II na Bélgica, Guilherme II na Alemanha e Theodore Roosevelt nos Estados Unidos.

Além de invocar os argumentos acima esboçados, estes e outros defensores da expansão imperialista justificavam que esta era necessária à elevação do nível de vida das classes trabalhadoras metropolitanas. Esta tese, inclusive, acabou convencendo muitas lideranças operárias a apoiar o expansionismo de seu país, criando assim interesses comuns com as

burguesias nacionais. Era o fenômeno do social-patriotismo, que viria a implodir a II Internacional em 1914.

No início deste processo a principal rivalidade internacional opunha a Grã-Bretanha e a Rússia, na região que ia desde os estreitos turcos até a Ásia central. O império russo expandia-se para esta área por terra, incorporando partes dos decadentes impérios turco, persa e outros, enquanto a expansão britânica dava-se a partir do oceano e da Índia. A crescente gravidade dos problemas europeus levou ambos os países a chegar a um acordo, dividindo a região em áreas de influência. Enquanto isto, a corrida colonial acelerava-se. A Europa possuía bases e enclaves litorâneos, de onde foi desencadeada a conquista do interior dos continentes.

Desde a segunda metade do século XIX, missionários religiosos e expedições de exploração científica penetravam para o interior dos continentes, particularmente a África. Exploradores como Livingstone, Speke, Brazza, Burton e Stanley, geralmente financiados por sociedades geográficas, por mais idealistas que fossem, objetivamente abriam caminho para as potências colonialistas, na medida em que elaboravam um inventário dos povos e dos recursos naturais das regiões a serem conquistadas. A partilha da África resultou numa disputa particularmente acirrada entre os Estados europeus, obrigando-os a estabelecer algumas regras comuns, o que foi conseguido na Conferência de Berlim em 1885.

No norte do continente africano, a realidade dominante era o gradual recuo do Império Turco Otomano ao longo do século XIX e início do século XX. No restante do continente o fim do tráfico de escravos para o Ocidente (mas não para o Oriente) gerou forte marginalização em relação aos circuitos comerciais internacionais durante o século XIX, mantendo-se no interior impérios tribais de caráter despótico e tributário. Havia Estados islâmicos como o Sudão e Zanzibar, o qual sobrevivia com o tráfico de escravos para o Oriente e o comercio no Oceano Índico.

O Reino cristão da Abissínia (atual Etiópia) conservou sua independência em relação aos árabes e italianos, que fracassaram em sua conquista, e a Libéria representava um curioso fenômeno de país criado por ex-escravos

norte-americanos. O canal de Suez, por sua vez, foi construído entre 1859 e 1869 por um consórcio, num Egito dominado pela França e Inglaterra, interligando o Ocidente e o Oriente através de uma nova rota mais lucrativa de navegação. No sul do continente, onde foi encontrado ouro e diamantes, os colonos *Boers* (de origem holandesa) migravam para o interior, fundando repúblicas independentes. A perseguição britânica levou à guerra anglo-*boer* de 1899-1902, que consolidou o poder de Londres na rica e estratégica região.

A conquista dos imensos territórios coloniais foi possível graças à superioridade militar, econômica e tecnológica dos europeus, e foi obtida pela guerra e pela exploração das rivalidades existentes entre os povos destas regiões. Civilizações inteiras foram destruídas, com suas populações sendo reduzidas à apatia, e alguns grupos foram praticamente exterminados. Em muitos lugares houve intensa resistência, raramente bem-sucedida em longo prazo. Do ponto de vista macro-histórico é importante considerar que este fenômeno produzia uma espécie de *ocidentalização do mundo,* às vezes superficial, outras vezes profunda. Também convém salientar que a dinâmica do desenvolvimento social e nacional destas regiões ficava abafada, pelo menos momentaneamente. Contudo, as administrações coloniais criaram redes de infraestrutura, saneamento e introduziram modernas estruturas econômico-sociais em algumas áreas conquistadas, obviamente na tentativa de maximizar a exploração econômica destas.

Há também outro problema importante a destacar. A dinâmica imperialista poucas vezes obedecia a um cálculo de custo-benefício de curto prazo. A maioria das colônias era deficitária inicialmente, o que levou grupos conservadores metropolitanos a opor-se ao imperialismo, com a finalidade de equilibrar o orçamento doméstico. Contudo, isto não significa que a expansão das potências da época tenha constituído um fenômeno irracional ou apenas motivado por uma política de prestígio. A concorrência entre os polos desenvolvidos havia adquirido tal intensidade, que era necessário preparar o futuro. Não ocupar uma região por ser relativamente

pobre, era deixar espaço para outra potência, que posteriormente poderia aí descobrir recursos importantes.

Assim, a motivação econômica era um elemento decisivo *em última instância*, decorrente estruturalmente das necessidades da Segunda Revolução Industrial, e não um objetivo imediatista. Por isso um país como a Alemanha, apesar das poucas colônias, constituía uma potência mundial, na medida em que possuía uma indústria expressiva, um comércio de âmbito mundial, capacidade de exportar capitais e um exército forte. Mas como o desenvolvimento histórico posterior viria a demonstrar, com o crescente protecionismo mundial, a Alemanha acabaria tendo que conquistar um império colonial expressivo ou lograr outra forma de expansão territorial.

A expansão da Grã-Bretanha gerou rivalidades que a forçaram a abandonar seu isolamento e a buscar alianças na Europa. No Pacífico, Londres se inquietava com a crescente presença norte-americana através da diplomacia do dólar e de sua política de *portas abertas* na China; na África, a França conquistara a Tunísia, e procurava controlar o Alto Nilo, o que produziu o incidente de Fachoda, sendo que Londres teve também que travar uma dura guerra contra os *Boers* sul-africanos de 1899 a 1902; no continente asiático, a rivalidade com a Rússia foi sempre um motivo de preocupação. Assim, a Inglaterra procurou aproximar-se da Alemanha (com a qual ainda não possuía litígios) visando compensar a aliança franco-russa. Mas a crescente rivalidade comercial e a decisão alemã de ampliar seu poderio naval inviabilizaram este acercamento. O Kaiser Guilherme II definira como princípio "a política mundial como missão, a potência mundial como meta e o poderio naval como instrumento". Londres então se voltou para a França, com a qual negociou e solucionou as rivalidades coloniais no Marrocos e no Egito.

Este acercamento, entretanto, apresentava problemas, pois a Inglaterra era contrária à política russa nos Balcãs. Mas quando a Alemanha passou a colocar-se como protetora da integridade turca, Londres e São Petersburgo (então capital do império russo) encontraram um terreno comum de cooperação, ao menos em relação à *Questão do Oriente*. As crescentes

disputas nesta região evidenciavam a tentativa de expansão geoeconômica em direção a uma área que ganhava importância com a exploração do petróleo. Já no tocante à *Questão do Extremo Oriente*, a Grã-Bretanha se opunha à presença russa na região, e apoiava o Japão, que despontava como potência imperialista regional, após derrotar a China em 1895 e arrebatar-lhe Formosa e a Coreia. A China, aliás, era um dos pontos sensíveis da política mundial da época, pois com a decadência da Dinastia Manchu, o país sofreu desmembramentos com os *Tratados Desiguais* e ainda enfrentou a Revolta dos Boxers, que só foi derrotada graças à intervenção conjunta das potências imperialistas.

O cenário internacional da época passou a caracterizar-se pela existência dos: a) antigos impérios coloniais de épocas anteriores, como os da Espanha (Filipinas e Cuba), Portugal (Angola, Moçambique e enclaves asiáticos) e Holanda (Indonésia e Guiana Holandesa), que sobreviveram e ampliaram-se (geralmente sua exploração era compartilhada por outras potências ou empresas estrangeiras, especialmente inglesas); b) grandes impérios coloniais da Inglaterra (o maior de todos, com o Canadá, Caribe, grande parte da África, Índia, Austrália, Nova Zelândia, ilhas do Pacífico, Malásia) e da França (África Ocidental, Madagascar, Caribe, Indochina e ilhas do Pacífico); c) novos impérios da Bélgica (Congo), Alemanha (partes da África e ilhas da Oceania), Itália (trechos da África muçulmana), e do Japão (Formosa, Coreia e ilhas da Oceania), país que passou de uma condição "continental" (voltado para dentro), para uma posição "oceânica" (voltado para fora); impérios continentais, de expansão em territórios contíguos como a Rússia e os Estados Unidos.

Este país, que já havia conquistado posições importantes no Pacífico e estava presente na Bacia do Caribe, fez sua entrada triunfal na política mundial em 1898. Neste ano, os EUA entraram em guerra com a Espanha, arrebatando-lhe Cuba, Porto Rico e Filipinas. Os dois últimos tornaram-se territórios coloniais norte-americanos e Cuba uma espécie de semicolônia, frustrando as aspirações dos grupos que lutavam pela independência nestas possessões espanholas, quando ocorreu a invasão americana. Em 1903

Washington promoveu a independência do Panamá em relação à Colômbia, onde anexaram a área em que se encontravam interrompidas as obras do canal transoceânico, que os EUA concluíram e inauguraram em 1914. As Filipinas eram estratégicas para a presença norte-americana na Ásia, dando maior consistência à política de *portas abertas* em relação à China.

A diplomacia europeia, no início deste período, não estava subordinada a um sistema político global, pois as regras do livre comércio haviam perdido sua eficácia como elemento regulador das relações internacionais. Contudo, da interação das políticas europeias e extraeuropeias surgirá um conjunto de práticas características da era imperialista. A maioria dos antagonismos surgidos nesta época geralmente foi solucionada de forma pacífica entre as potências imperialistas, mas através de uma política preventiva de demonstração de força. Seria apenas uma questão de tempo para que as boas maneiras diplomáticas cedessem lugar a um confronto aberto, quando as possibilidades de resolver os problemas através da expansão colonial terminassem. Neste contexto, em 1904 o acordo entre a Grã-Bretanha e a França para resolução das disputas sobre o Egito e o Marrocos lançaram as bases da *Entente Cordiale*. Contudo, no âmbito diplomático e do Direito Internacional, Londres ainda não assumira compromissos formais, o que só se daria com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A emergência dos EUA e a América Latina

Os Estados Unidos, que já haviam conquistado posições importantes no Pacífico e estavam presentes na Bacia do Caribe, fizeram sua entrada triunfal na política mundial em 1898. Neste ano, entraram em guerra com a Espanha, transferindo para seu controle Cuba, Porto Rico e Filipinas. Os dois últimos tornaram-se territórios coloniais norte-americanos, e Cuba, uma espécie de semicolônia, frustrando as aspirações dos grupos que lutavam pela independência nestas possessões espanholas quando ocorreu a invasão americana. Em 1903 Washington, agindo através de dissidentes panamenhos emigrados, promoveu a independência do Panamá em relação à Colômbia, anexando a área em que se encontravam interrompidas as

obras do canal transoceânico, concluindo-o e inaugurando-o em 1914. As Filipinas eram estratégicas para a presença norte-americana na Ásia, dando maior consistência à *política de portas abertas* em relação à China.

Quanto ao Caribe, por sua vez, transformava-se no *mare nostrum* estadunidense, controlando a passagem marítima do Atlântico para o Pacífico, e abrindo caminho para a expansão econômica que se iniciava em direção à América do Sul. No subcontinente sul-americano os Estados Unidos apoiavam-se numa "aliança não escrita" (expressão de Bradford Burns) com a recém-proclamada república brasileira, como forma de penetração comercial e financeira, com a qual esperavam contrabalançar a presença econômica inglesa, principalmente na Argentina.

Em relação à América Central e aos países mais fracos do continente, valia o *Corolário Roosevelt* à *Doutrina Monroe,* ou *big stick*, o "grande porrete" com o qual o presidente Ted Roosevelt impunha os interesses *yankees*. A rapidez com que emergiu a nova política exterior norte-americana deveu-se tanto às dimensões alcançadas pela economia deste país, que precisava projetar-se para fora, como também à preocupação dos Estados Unidos em relação à presença de enclaves europeus no Caribe, na América Central e nas Guianas. Estes poderiam vir a servir de cabeça de ponte para o estabelecimento de impérios coloniais europeus na região, tendo em vista a debilidade da maioria dos Estados latino-americanos de então. A Amazônia foi uma das regiões que, com o ciclo da borracha, correram este risco.

A América Latina, no início do século, possuía uma economia primário-exportadora, com Estados Nacionais recém-consolidados. Apesar da existência de enclaves coloniais na América Central e no Caribe e da ascendência da economia europeia sobre a região, esta constituía uma área de países independentes e ocidentalizados. Gradativamente, contudo, a penetração norte-americana estava subordinando a região e desalojando os interesses europeus, do norte para o sul. As Conferências Pan-Americanas, as intervenções na Bacia do Caribe (Cuba, Porto Rico, Nicarágua, Haiti e Panamá) e a "aliança não escrita" com o Brasil (mútuo apoio não declarado entre os dois países na política continental, articulada pelo Barão do Rio

Branco) eram os instrumentos de tal política. Dela resultou a sujeição de Cuba, o controle sobre o canal do Panamá, o estabelecimento de bases militares e a instalação de regimes ditatoriais que garantiam os interesses das companhias dos Estados Unidos no *mare nostrum* norte-americano.

Na América do Sul, o Brasil encontrava-se no auge da monoexportação agrícola e de um sistema federativo liberal-oligárquico que procurava disputar a supremacia regional com a Argentina. A região andina, por sua vez, vivia uma situação de agitação social e instabilidade política, alternada com regimes ditatoriais, e uma limitada presença na economia mundial, fenômeno agravado pela constituição dos impérios coloniais europeus. A área de maior importância era o Cone Sul, onde o Chile, o Uruguai e, principalmente, a Argentina encontravam-se fortemente vinculados à economia europeia, especialmente a inglesa.

Esses países eram receptores de capitais e imigrantes europeus, principalmente italianos, e atravessavam uma etapa de forte expansão das exportações de trigo e carnes frigorificadas, além da modernização das cidades, dos transportes e das instituições políticas (sufrágio universal). A eleição de Battle y Ordoñez em 1903 no Uruguai, de Irigoyen em 1911 na Argentina e de Alessandri em 1920 no Chile representava a afirmação da burguesia modernizadora. Na primeira década do século Buenos Aires já possuía metrô subterrâneo e a Argentina era a oitava economia do mundo.

Contudo, o fenômeno latino-americano de maior impacto foi a Revolução Mexicana. Em 1911 foi derrubado Porfírio Diaz, que em quase quatro décadas à frente do governo mexicano promoveu uma modernização econômica bastante excludente no plano social. Desde então o país viveu uma intensa mobilização popular e agitação sociopolítica, além de intervenções militares norte-americanas. O componente camponês, indígena e anticlerical levou a uma guerra civil, com as campanhas de Zapata no sul e as de Pancho Villa no norte ameaçando o perfil burguês da revolução. O presidente Carranza conseguiu derrotar Villa em 1915, adotando uma constituição progressista em 1917, e o presidente Calles institucionalizou posteriormente o domínio do Partido Revolucionário

Institucional (PRI).

3.2 A Paz Armada e a formação dos blocos (1904-1914)

As massas na política: nacionalismo e socialismo

As transformações geradas pela Segunda Revolução Industrial, analisadas adiante, fomentaram um forte incremento demográfico e o crescimento e uma concentração urbana acelerada. Esta expansão das cidades resultava da lógica do capital e constituía um modelo ocidental triunfante, que se generalizava pelo planeta. O crescimento populacional, combinado com a modernização econômica que afetava a Europa, ensejou a formação de um expressivo fluxo migratório em direção às colônias de povoamento, à região platina e, principalmente, aos Estados Unidos. Contudo, se a emigração europeia servia para aliviar determinadas tensões sociais, nem por isto diminuía o impacto da formação de uma *sociedade de massas*, pois o aumento da população e sua concentração nas cidades produziam novos fenômenos sociais.

Como foi visto, a Segunda Revolução Industrial acelerou tecnicamente as comunicações e criou novos meios de difusão de ideias. Este fenômeno se dava paralelamente ao ingresso de grandes contingentes humanos na vida política. A entrada das massas na política, longe de constituir um mero problema quantitativo, representou um salto qualitativo na vida social. Dois elementos que acompanharam este processo tiveram impactos particularmente importantes: a expansão do aparelho educacional público e o surgimento de uma imprensa popular acessível ao homem comum.

A escolarização constituía uma necessidade inerente ao progresso técnico-industrial, mas seus efeitos não se restringiam à alfabetização e à obtenção de conhecimentos técnicos, pois a escola mostrava-se também como um meio eficaz de socialização. Se por um lado, a educação teve um caráter predominantemente secular, estabelecendo a crítica à religião e estimulando o pensamento materialista e cientificista, por outro serviu largamente como meio para a difusão do nacionalismo pelos governos. Sem

dúvida que o nacionalismo revestiu-se de variados matizes, mas geralmente foi utilizado como meio de legitimação do Estado e dos governos, como fator de unidade social e como forma de apoio ao imperialismo e ao colonialismo. Isto permitia a união dos trabalhadores com a burguesia de seu país, na luta contra as potências rivais.

Nesta mesma linha, os governos conseguiam estimular uma ideologia mobilizadora para combater a propagação das ideias socialistas, que ganhavam terreno. A convergência dos novos elementos técnicos com os fenômenos sociais acima descritos dotou o nacionalismo de uma sólida base popular (cujo núcleo ativo foi geralmente a classe média), o qual serviu também para embasar a formação de um mercado e de uma economia nacional. A política internacional passou, desde então, a contar com um componente popular, identificado como "opinião pública", vinculando-se desta maneira diretamente à política interna de cada Estado.

Em alguns países, o nacionalismo revestiu-se de contornos raciais, desenvolvendo-se como correntes políticas pan-germanistas, pan-eslavistas e anglo-saxônicas. Este fenômeno foi particularmente importante no caso da Alemanha, pois a unificação deixara de fora as minorias alemãs da Europa centro-oriental. Na medida em que a expansão econômica passou a dirigir-se para os Balcãs, o pan-germanismo também se tornou um elemento de peso na política austríaca, servindo como elemento de legitimação da política destes países para esta região. Mas a península balcânica também era o lar dos eslavos do sul (a maioria deles de religião ortodoxa), submetidos aos impérios multinacionais austríaco e turco. Assim, o pan-eslavismo servirá como instrumento ideológico para o império russo alcançar seus interesses nesta região, justificando-se como defensor da religião ortodoxa e das minorias eslavas da região. Os anglo-saxões, por sua vez, concebiam como missão histórica o desenvolvimento do império colonial e a primazia mundial de sua civilização.

O operariado urbano-industrial consolidou-se como classe durante esse período, e suas organizações políticas e sindicais expandiram-se constantemente. Este fenômeno terá um impacto decisivo sobre o

desenvolvimento histórico subsequente, inclusive porque suas organizações articularam-se por meio de estruturas supranacionais. Em 1864 foi criada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional. Protagonizada por Marx e Bakunin, a Internacional deixa de existir em 1872. A Segunda Internacional, fundada em 1889 em Bruxelas, já possuía mais força e coesão, baseada que estava em poderosos partidos operários como o Partido Trabalhista britânico, os Partidos Socialistas da França e da Itália e, os Partidos Social-Democratas alemão, austríaco e russo. Esta Internacional foi marcada pela luta entre a corrente marxista e a anarquista, que culminou com a expulsão da última em 1896. Em 1904 a tendência reformista foi oficialmente condenada e em 1912 a Segunda Internacional decidiu utilizar a greve geral como meio de evitar o desencadeamento da guerra que se avizinhava.

Apesar destas decisões, o movimento operário estava sofrendo uma transformação qualitativa rumo à moderação. A Segunda Revolução Industrial, com seu avanço tecnológico e novas formas de organização do trabalho, logrou um elevado incremento da produtividade, contendo o fenômeno de empobrecimento dos trabalhadores industriais. Os mais especializados dentre estes passaram a receber aumentos salariais reais e a gozar de uma situação de estabilidade, transformando-os no que se convencionou chamar de *Aristocracia Operária*. Ora, era justamente este grupo que fornecia os quadros dirigentes dos sindicatos e dos partidos da Segunda Internacional. Assim, sob a influência dos evolucionistas fabianos da Inglaterra, os adeptos do revisionismo de Bernstein ampliam sua influência no meio operário, substituindo a concepção revolucionária de destruição do capitalismo pela estratégia de uma transformação gradual e pacífica deste sistema.

Neste contexto, o movimento operário e seus partidos cresciam em número e em influência, paralelamente à moderação de suas posições. Seus partidos cresceram eleitoralmente, ampliaram seu espaço nos parlamentos e na sociedade, desenvolvendo um luta pela secularização (de contornos anticlericais em alguns países), pelo reforço do parlamento e da constituição,

mas principalmente pelas reformas sociais, tais como a redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, seguro contra acidentes de trabalho e acesso à educação e habitação. Esta luta obteve alguns êxitos, o que foi facilitado em determinados países, como a Alemanha bismarckiana, que desenvolveram uma política social, com o objetivo de reduzir os conflitos internos e dotar o país de maior coesão, enfrentando em melhores condições os desafios internacionais.

Nos anos que antecederam ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, o movimento operário de viés socialista crescia rapidamente, embora, como foi ressaltado, suas posições políticas fossem moderadas. Justamente por isto, as burguesias de muitos países temiam que o movimento socialista estivesse em vias de se tornar uma alternativa de poder. A polarização entre esquerda e direita era cada vez mais forte nesta época, como demonstra o caso Dreyfus na França. No verão de 1914 as barricadas haviam voltado às ruas de Moscou, o Partido Social-Democrata alemão e o Socialista francês já possuíam mais de uma centena de deputados nos respectivos parlamentos, sendo que este último, algumas semanas antes do início da guerra, venceu as eleições. Mas o desencadeamento do conflito impediu-os de assumir o poder, pois Poincaré instituiu um governo de União Sagrada, congregando todos os partidos.

A geopolítica e os projetos estratégicos

Na passagem do século XIX ao XX, desenvolveram-se teorias específicas para a compreensão da política internacional das grandes potências. A *Geopolítica*, teoria considerada ciência por muitos estrategistas, foi formulada especialmente a partir da publicação do livro *Politische Geographie* pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em 1897. Segundo este estudioso, a posição e as características geográficas de um país determinavam sua política externa. Particularmente importante foi o conceito de espaço (*Raum*), segundo o qual este elemento seria indispensável para o desenvolvimento de uma grande potência. Como vimos, este conceito era perfeitamente adequado para a Alemanha

desenvolver uma política que superasse os fatores que entravavam sua ascensão à posição de primeira potência mundial. Historicamente, a geopolítica alemã considerou o Leste Europeu e os Balcãs como sua área natural de expansão contígua, visando formar sua *Mittleuropa*.

O inglês Mackinder, em 1904, partindo dos estudos de Ratzel elaborou o que viria a ser a base da geopolítica inglesa e, depois, norte-americana. Segundo ele, o planeta estaria dividido em duas zonas antagônicas: o centro da massa continental eurasiana (ou *Heartland*), e a ilha mundial, ou zona oceânica, controlada por uma potência marítima (naquele momento a Grã-Bretanha, depois os EUA). Segundo Mackinder, se uma potência controlasse a totalidade do *Heartland*, poderia ameaçar a ilha mundial. Já o Almirante norte-americano Mahan, em 1900, desenvolveu uma teoria segundo a qual a hegemonia de uma potência marítima perduraria enquanto ela controlasse uma série de pontos de apoio ao longo das costas da Eurásia.

Ciência ou não, a geopolítica nos revela muito sobre as percepções, os desejos e os fantasmas que atormentavam seus formuladores. É perceptível a importância conferida aos recursos naturais, no momento em que a Segunda Revolução Industrial aumentava a demanda por matérias primas, e a noção de espaço, quando a Europa estava repartindo o mundo. Também é visível a oposição entre uma estratégia de domínio mundial centrada no controle dos oceanos (concepções anglo-saxônicas) e outra que prioriza a posse de grandes extensões terrestres contíguas (perspectiva alemã). Cada potência adaptará suas concepções conforme suas necessidades (mais históricas que geográficas), expressando estratégias particulares de expansão, o que nos permitirá uma maior compreensão de suas atitudes durante a Grande Guerra. A seguir, são esboçados esquematicamente os objetivos estratégicos de cada um dos principais protagonistas.

O imperialismo alemão tinha como prioridade a expansão para o leste da Europa e para o Oriente Médio, onde se encontravam os recursos naturais necessários a seu crescimento industrial. A aliança com a Áustria-Hungria, a ideologia pan-germanista, os investimentos no petróleo turco e a construção da ferrovia Berlim-Bagdá evidenciam esta orientação. Uma

guerra com a Rússia afigurava-se inevitável, para ocupar a Polônia, os países bálticos e a Ucrânia, esta última rica em minérios, cereais e espaços infinitos para a colonização alemã. É importante lembrar que havia minorias alemãs até o rio Volga, nos limites da Rússia europeia.

Ao lado desta tendência "natural", a Alemanha tinha que responder ao desafios de seus competidores ocidentais em termos econômicos e militares. Considerava necessário estabelecer uma espécie de confederação econômica que lhe permitisse controlar a Holanda, Bélgica, Luxemburgo e os departamentos industriais do norte da França. Suas ambições no mundo colonial, representavam muito mais um ressentimento contra Londres e Paris e uma diplomacia de prestígio do que um projeto consistente. Apenas as pretensões de expulsar os ingleses do Egito e da Índia, bem como o controle sobre a Turquia, parecem adequar-se mais à sua realidade.

Já a Grã-Bretanha, que era o maior e mais populoso império na época, desejava destruir a capacidade comercial e naval alemã, apoderar-se do Império Turco e dividir as colônias alemãs com a França. Esta, por sua vez, além de partilhar as colônias alemãs com seu aliado, visava recuperar a Alsácia-Lorena e ocupar o Sarre e parte da Renânia, destruir a capacidade industrial e militar alemã e participar do desmembramento da Turquia. A Rússia, por sua vez, tinha objetivos geopolíticos que bem demonstravam sua defasagem no plano internacional. Além de ampliar suas fronteiras sobre a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, desejava, sobretudo ocupar a cidade de Constantinopla, os estreitos e parte do litoral turco, para ter um acesso ao Mar Mediterrâneo.

A Itália, por seu turno, realmente estava numa posição indefinida, oscilando entre priorizar seu irredentismo e expansionismo balcânico ou lançar-se na aventura colonial. A *Entente* oferecia-lhe os territórios austríacos povoados por italianos, a Dalmácia, a Albânia e alguma parte da Turquia. Já a aliança alemã oferecia a Córsega, Nice, Saboia e parte das colônias francesas do norte da África. De qualquer forma, os Balcãs e o Mediterrâneo Oriental parecerão mais interessantes, já que o desenvolvimento industrial italiano ainda não tinha porte para tirar vantagens de um amplo império colonial

africano. Quanto ao Japão desejava ampliar suas possessões na China e no Pacífico. Neste sentido, a conquista das colônias alemãs na Ásia convinha-lhe perfeitamente (península de Chantung e arquipélagos do Pacífico). O caos se aprofundava na China, particularmente após a queda da dinastia Manchu e a proclamação da República em 1911, o que estimulava ainda mais as ambições japonesas sobre este país.

Finalmente, no que diz respeito aos Estados Unidos, seus objetivos ainda não se encontravam tão claramente definidos antes da guerra, esboçando-se gradativamente ao longo deste processo. De qualquer maneira, o rígido controle do *Mare Nostrum* caribenho, a ascendência econômica sobre a América do sul e a política de *portas abertas* em relação à China, eram questões em relação às quais Washington não fazia concessões. Começa ainda a perceber-se que, gradativamente, os EUA passam a adotar a política inglesa de equilíbrio de poder em relação à Europa, além de manifestar uma discreta hostilidade em relação ao colonialismo. Como se pode ver, os objetivos geopolíticos de *todas as potências* e a estratégia para alcançá-los, permitem caracterizar a guerra iminente principalmente como um conflito pela redivisão do planeta, devido ao ritmo desigual de desenvolvimento das nações industriais. Em 1870 a Inglaterra possuía a maior produção industrial do mundo, vindo os EUA em segundo, a França em terceiro e a Alemanha em quarto. Em 1913 os EUA ocupam a primeira posição, a Alemanha a segunda, a Inglaterra a terceira e a França a quarta.

Os blocos militares e as crises diplomáticas

No mundo afro-asiático, o predomínio europeu afirmava-se gradativamente, com o esmagamento das revoltas anticoloniais de tipo tradicional. Apenas algumas poucas áreas como a Abissínia (Etiópia), Pérsia (Irã), Sião (Tailândia) e China escaparam ao domínio direto das potências europeias, sofrendo, entretanto, uma exploração econômica compartilhada por parte destas. Neste último país, a dinastia Manchu foi derrubada em 1911, instaurando-se uma república liderada por Sun Yat-Sen. Mas o país mergulhou no caos e numa guerra civil que durariam quatro décadas, com a

disputa do poder pelos *senhores da guerra* (militares que controlavam as províncias) e depois entre o *Kuomintang* (Partido Nacional da China) e os comunistas, sempre em meio a intervenções estrangeiras.

O ano de 1904 marcou uma inflexão na evolução diplomática, dando início a uma fase de crises que conduziria à Primeira Guerra Mundial. Neste ano foi estabelecida a *Entente Cordiale* franco-britânica e no Extremo Oriente eclodiu a Guerra russo-japonesa. As pretensões dos dois países na Manchúria e Coreia eram excludentes e, contando com o beneplácito inglês, o Japão atacou as forças russas na região, derrotando-as numa ofensiva terrestre e, em 1905, batendo completamente a esquadra naval do Báltico (batalha de Tsushima), que o Czar enviara ao Pacífico em reforço à sua armada.

Durante o conflito eclodiu a Revolução de 1905 na Rússia, comprometendo definitivamente a política internacional do país, que já se encontrava em dificuldades. Esta revolução popular teve início espontaneamente quando a guarda do palácio do Czar abriu fogo contra uma manifestação pacífica que ia entregar uma petição. A revolta de operários, soldados (motins e a rebelião dos marinheiros do encouraçado *Potemkin*) e camponeses se espalhou pelo país, sem uma liderança unificada. O czar Alexandre II procurou ganhar tempo, propondo reformas aos revoltosos, cuja ação expandira-se por todo país, enquanto negociava a paz com o Japão. Com o fim da guerra, e recebendo ajuda internacional, o governo russo iniciou uma feroz repressão contra os revolucionários.

A derrota russa na guerra custou-lhe a perda das ilhas Curilas, de metade da ilha de Sacalina e de suas possessões na China, que passaram ao domínio japonês, e evidenciou a fragilidade e o arcaísmo do país, bem como os riscos existentes de uma ampla revolução social. Por outro lado, era a primeira vez que uma nação asiática vencia uma europeia, colocando o Japão em posição equivalente à das demais potências na Ásia, rebaixando a Rússia na escala de grandeza internacional e acabando ainda com sua expansão na região.

No mesmo ano de 1905, ocorreu a primeira crise do Marrocos. Desde

1904, numa reação à *Entente Cordiale*, a Alemanha vinha tentando romper o sistema de alianças da França, e para tanto o Kaiser Guilherme II optara pela *Weltpolitik* (política mundial), apoiado no nacionalismo pan-germanista, na concepção geopolítica e na expansão naval. Ao manifestar pretensões em relação ao Marrocos, Berlim desejava barrar a expansão francesa na África do Norte, testar a solidez da *Entente* e obter um ponto de apoio no Mediterrâneo, num momento em que a Rússia encontrava-se em dificuldades no Oriente e não poderia honrar seus compromissos com Paris. A jogada alemã foi mal recebida pela Inglaterra, uma vez que a França já estava presente no Marrocos. Assim, a Conferência de Algeciras, em 1906, teve como resultado o fracasso da Alemanha, que foi obrigada a reconhecer a supremacia francesa na região.

O que o conflito russo-japonês e a crise franco-alemã demonstraram, como manifestação das *forças profundas,* foi a crise do imperialismo de tipo colonialista. Em suas linhas gerais, a expansão rumo ao mundo colonial atingira seus limites, pois a quase totalidade das regiões "vazias", isto é, não pertencentes a nenhuma das potências, já havia sido conquistada. Quanto às demais, ou já se encontravam destinadas a alguma potência, sendo sua ocupação uma questão de tempo, ou haviam tido sua exploração coletiva decidida pelos grandes protagonistas das relações internacionais. Assim, tanto quantitativamente não existiam mais áreas a serem ocupadas, como qualitativamente a intensificação do *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo (a defasagem entre o ritmo e o nível de desenvolvimento econômico entre regiões integradas dentro de um mesmo sistema) pressionavam por uma redivisão dos impérios coloniais, premiando os mais dinâmicos. A partir de então a tensão e as rivalidades cresceriam até a eclosão da guerra.

Uma das consequências da crise do Marrocos foi a criação da *Tríplice Entente*, um processo gradativo de aproximação entre Grã-Bretanha, França e Rússia. Londres, temendo a expansão naval alemã, mudou sua atitude com relação à Rússia, uma vez que esta renunciara à sua expansão na Ásia e voltara-se agora para os Balcãs, através do pan-eslavismo. Enquanto isto, a

corrida armamentista intensificava-se, despertando temores generalizados. Assim, em 1907 reuniu-se uma conferência sobre desarmamento em Haia, no qual ingleses e franceses procuraram obter o congelamento da corrida armamentista. Ora, como a Alemanha considerava-se em condição de inferioridade neste terreno, e estava realizando um esforço maior (que também correspondia a seu dinamismo econômico), recusou as propostas da *Entente*, levando a conferência a um fracasso.

Em 1908 eclodiu a primeira crise balcânica, quando o Império Austro-Húngaro anexou a província turca da Bósnia-Herzegovina. A nova onda de expansão austríaca na região procurava aproveitar a fraqueza russa e eliminar a Sérvia, protegida desta. A Alemanha estimulou e apoiou esta iniciativa, visando debilitar a *Tríplice Entente*. A Rússia não conseguiu impedir a manobra austríaca, mas estreitou então seus vínculos com a França e a Inglaterra, aproximando-se também da Itália, que começava a preocupar-se com a voracidade de seus aliados nos Balcãs. Em 1911 teve lugar a segunda crise do Marrocos, com nova pressão alemã para o estabelecimento de uma esfera de influência econômica. Mas a Inglaterra opôs-se resolutamente às pretensões alemãs, obrigando Berlim a recuar e mostrando que, em caso de conflito, a França poderia contar com seu apoio.

A segunda crise balcânica ocorreu logo em seguida, em 1912 e 1913. A Rússia, que já se havia recuperado da derrota contra o Japão, voltara-se decididamente para a região balcânica. Tentando tirar proveito das constantes revoltas contra a Turquia Otomana (que continuava vulnerável, apesar das reformas modernizantes logradas pelo movimento renovador dos *jovens turcos* em 1908), o Czar promoveu a formação de uma coalizão antiturca, a Aliança Balcânica, entre Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro.

Em 1912 as forças dos quatro pequenos Estados atacaram os turcos e, para surpresa geral, os derrotaram e chegaram às portas de Constantinopla, onde se detiveram por pressão das grandes potências. Para a Tríplice Aliança a questão fundamental era impedir o acesso da Sérvia ao Mar Adriático e evitar o acesso da Rússia aos estreitos turcos, por onde a esquadra russa do Mar Negro poderia alcançar os mares quentes e abertos, no caso o

Mediterrâneo. A Sérvia era o reino mais nacionalista entre os eslavos do sul e o maior obstáculo à expansão austríaca na região. Assim, foi criado o reino da Albânia, para impedir o acesso dos sérvios ao mar.

A partir deste momento, as grandes potências procuram estabelecer alianças com os pequenos reinos da região, explorando ódios, interesses locais e ressentimentos. Assim, mal terminada a Primeira Guerra Balcânica, eclodiu outro conflito pela divisão dos territórios cedidos pela Turquia. A Bulgária, com apoio político da Áustria, atacou a Grécia e a Sérvia, país que Viena desejava evitar que saísse fortalecido. A Romênia, o Montenegro e a Turquia uniram-se à Grécia e à Sérvia, derrotando a Bulgária, que teve de ceder parte dos territórios conquistados. A região constituía um verdadeiro barril de pólvora, que explodiria dois anos depois.

Neste momento, tornaram-se intensos os movimentos pela busca de alianças, bem como se intensificou a corrida armamentista. Apesar da rivalidade naval, existiam setores políticos na Grã-Bretanha e na Alemanha que eram favoráveis à cooperação entre os dois países, mas a obstinação alemã em prosseguir seu esforço armamentista conduziu ao bloqueio do processo de negociações em 1912. A consequência imediata foi o reforço da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança, pois a Alemanha preocupava-se com a debilidade austríaca em enfrentar os nacionalismos balcânicos.

Contudo, a Itália reagiu com certa frieza, devido à política balcânica de seus aliados. Os diversos governos europeus intensificaram a preparação militar, incrementando a produção de novos armamentos (sobretudo canhões de grande calibre, metralhadoras e os encouraçados *Dreadnough*, de grande porte) e reorganizando os exércitos, particularmente com a ampliação do serviço militar. Além disso, multiplicaram-se por todos os países as manifestações chauvinistas (nacionalistas extremados) e militaristas. Em Berlim falava-se na necessidade de uma guerra preventiva, e o cenário para ela já estava montado.

Em 28 de junho de 1914 o estudante bósnio Príncipe, militante da organização secreta sérvia Unidade ou Morte, assassinou o herdeiro do trono austríaco em Sarajevo, o arquiduque Francisco Ferdinando,

desencadeando a chamada Crise de Julho de 1914. Embora o governo sérvio não estivesse diretamente envolvido no incidente, a Áustria radicalizou suas demandas sobre Belgrado (capital sérvia), buscando uma confrontação para acabar com o que considerava como "irredentismo eslavo". Em 23 de julho apresentou um *ultimatum* ao governo sérvio, com condições inaceitáveis para a soberania deste, e, uma vez recusado o documento, declarou guerra à Sérvia dia 28.

A Alemanha estimulou desde o início a Áustria no rumo da confrontação, tentando criar um conflito localizado, semelhante aos de 1912-1913. A Rússia, para evitar um novo revés como o de 1908, iniciou a mobilização geral do exército, inclusive contra a Alemanha, transformando a crise num *affair* europeu. Embora os diplomatas de todos os países fizessem esforços para desativar o mecanismo da guerra, os generais e os estados-maiores já estavam dando as cartas e desejavam implementar seus planos e estratégias. Dia 1º de agosto de 1914 a Alemanha declarou guerra à Rússia e dia 3 à França. O Deus Marte iniciava sua dança da morte.

4. As disputas com os novos projetos estratégicos (1914-1945)

As duas guerras mundiais, separadas por duas décadas de crise, marcaram as relações internacionais como um período de disputa estratégica entre potências e projetos para a estruturação de uma nova ordem internacional. Este período representou, principalmente, o declínio da Europa como centro do sistema mundial, a emergência dos Estados Unidos e do desafio socialista. O fundamento econômico-sistêmico da crise foi o efeito das rupturas produzidas pelo paradigma produtivo fordista, que geraram uma produtividade ampliada, sobre mercados ainda restritos. Foi necessário disciplinar este paradigma com a regulação keynesiana de um capitalismo planejado e politicamente orientado. E o país capaz de fazer esta transição e adaptação foi os Estados Unidos do *New Deal*. Apenas assim o impulso destrutivo de potências competidoras foi detido, estabelecendo-se uma nova hegemonia mundial, a *Pax Americana*.

A violência que acompanhou este processo e se estendeu pelo século XX levou o historiador inglês Eric Hobsbawm a denominá-lo de *Era dos Extremos*. Outros o chamaram de *Século das Sombras*. Mas a violência foi resultado não só da crise, mas da reação de segmentos sociais e de nações que até então tinham sido vitimas da ordem vigente e, especialmente, das tentativas do *status quo* de sufocar as novas formas de contestação. Assim, o século XX será o da manifestação concreta das ideologias do século XIX.

4.1 A Primeira Guerra Mundial e o Sistema de Versalhes-Washington (1914-1931)

A Primeira Guerra Mundial e suas rupturas

Da guerra de movimento à guerra de trincheiras

A iniciativa alemã de desencadear a Primeira Guerra Mundial deveu-se ao fato do desenvolvimento da *Entente* encontrar-se em vias de colocá-la em superioridade em 1916-1917. Sua estratégia baseava-se em derrotar a França numa guerra rápida, neutralizando seu flanco ocidental, lançando então todas suas forças contra a Rússia. Seguindo o Plano Schlieffen, em 4 de agosto o exército alemão invadiu a Bélgica, violando a neutralidade desse país.

Apesar do sucesso inicial, a Alemanha não contava com a resistência belga e subestimou a atitude inglesa, que lhe declarou guerra. Outro erro de cálculo foi menosprezar as possibilidades militares da Rússia no início do conflito. Mas a deflagração da guerra foi acompanhada por uma explosão de júbilo patriótico entre a população. Até os partidos social-democratas votaram nos respectivos parlamentos os créditos de guerra solicitados por seus governos, além de endossarem a política nacionalista dos mesmos. Todos, enfim, esperavam uma guerra curta e vitoriosa, que transformaria seu país na primeira potência da Europa.

Em fins de agosto os alemães aproximaram-se de Paris, mas o exército russo lançou um ataque na Prússia Oriental, obrigando os alemães a transferir tropas da frente de Paris para o leste. Hindenburg e Ludendorff conseguiram, então, deter os russos, mas, devido às derrotas de seus aliados austríacos na região, viram-se obrigados a lançar uma ofensiva na Polônia, ocupando parte do país. Em dezembro, ambos os lados entrincheiraram-se, iniciando-se a guerra de posições. A transferência de tropas reduziu consideravelmente o ímpeto da ofensiva sobre Paris e em setembro os franceses contra-atacaram no Rio Marne, forçando os alemães a recuar.

O outono trouxe então chuvas e neblinas, reduzindo as atividades

militares. Além disso, havia sido atingido um equilíbrio e os dois lados começaram a fortificar suas posições. Nos 700 km que vão do Mar do Norte aos Alpes foram construídos complexos sistemas de trincheiras, barreiras de arame farpado, blindagens, posições de tiro, postos de observação, cercas eletrificadas em alguns setores e terrenos minados, em linhas defensivas paralelas. Isto modificou as táticas militares, pois os golpes frontais exigiam grande superioridade material, vantagem que nenhum dos lados possuía, iniciando-se uma guerra de desgaste.

O esforço produtivo passou a ser decisivo para o resultado da guerra, e neste campo já em 1915 a *Entente* ultrapassava os Impérios Centrais. Em decorrência da maior amplitude das possessões coloniais da *Entente*, do bloqueio naval que os ingleses impuseram à Alemanha e do apoio financeiro e comercial dos Estados Unidos aos anglo-franceses (apesar da "neutralidade imparcial" de Washington), este bloco controlava recursos em âmbito planetário, como centro de um sistema econômico mundial, enquanto a Alemanha e seus aliados constituíam somente um bloco regional. Outra questão fundamental para a diplomacia dos beligerantes era a própria manutenção de suas alianças e a tentativa de desfazer a dos adversários. Neste sentido, os Impérios Centrais possuíam uma aliança mais sólida que as potências da *Entente*, que haviam entrado em guerra por razões diferentes.

O ano de 1915 caracterizou-se pelo equilíbrio no ocidente e pela tentativa alemã de derrotar a Rússia, que a expulsou da Polônia e da Lituânia durante o verão. Apesar desta grande vitória, o Estado Maior alemão não atingiu o objetivo de destruir o exército russo. Na frente ocidental, os alemães lançaram uma ofensiva na Flandres belga (Rio Ypres), empregando armas químicas (gás), que causaram 5 mil mortes, mas a ofensiva foi detida. Em 1916 a superioridade numérica e material da *Entente* era visível, levando os alemães a tentarem uma batalha de desgaste das forças francesas em Verdun. A ofensiva alemã iniciou em fevereiro, empregando lança-chamas e gases. Esta batalha tornou-se sinônimo de carnificina, pois os alemães perderam 600 mil soldados e os franceses 350 mil, sem que a frente tivesse

se alterado mais que poucos quilômetros.

Em junho, forças anglo-francesas desencadearam uma ofensiva no Rio Somme, iniciando-a com um bombardeio que lançou uma tonelada de aço e explosivos em cada metro da frente e empregou aviões e tanques pela primeira vez. Os alemães retiraram tropas de Verdun, enviando-as para o Somme, e, com a chegada do outono, as operações militares se reduziram novamente. A *Entente* conquistou apenas 200 km^2, sem conseguir romper a frente alemã, ao custo de 1 milhão e 300 mil homens para ambos os lados. No mesmo ano, a ofensiva do general russo Brussilov fracassou na Polônia, ao custo de meio milhão de baixas.

Havia também *fronts* secundários, como os Balcãs, o Oriente Médio e o mundo colonial e oceânico, onde ocorreram operações militares sem caráter decisivo para o resultado do conflito. Em 1914 o exército austro-húngaro fracassou em seu ataque à pequena Sérvia e no ano seguinte a Itália entrou na guerra ao lado da *Entente* e a Bulgária ao lado dos Impérios Centrais. Os austríacos então puderam conquistar os Balcãs, exceto a Grécia, aliada da *Entente*. No Oriente Médio, a Turquia entrou em guerra contra a *Entente,* que fracassou em suas ofensivas nos estreitos (Gallipoli) e na mesopotâmia (atual Iraque). Os turcos, por sua vez, fracassaram nas tentativas de conquistar o Canal de Suez, enquanto no Cáucaso os russos ocuparam o norte da Pérsia e a Armênia turca em 1916. Nesta última região, os otomanos esmagaram a revolta deste povo em um gigantesco massacre (1,5 milhão de mortos).

Preocupados com a futura repartição do Império Turco Otomano e seu petróleo e, mais imediatamente, com os elevados custos da guerra na região, os ingleses aliaram-se aos árabes. Prometeram ao xerife Hussein de Meca apoio à independência das províncias árabes do império turco em troca do auxílio militar dos beduínos contra a retaguarda turca. Em junho de 1916 Hussein iniciou a revolta árabe e conquistou Meca aos turcos. Mas ao mesmo tempo Londres e Paris assinavam secretamente os Acordos Sykes-Picot, preparando a repartição do Crescente Fértil (região que compreende o litoral palestino-libanês, a Síria e a mesopotâmia iraquiana) entre si. Como se não bastasse, em 1917 os ingleses divulgaram a Declaração Balfour,

prometendo a criação de um *lar nacional* judaico na Palestina. O problema judaico tinha suas raízes na emergência do nacionalismo no Leste Europeu, no final do século XIX. No início da década de 1880, os judeus começaram a ser vítimas de *pogroms* (massacres) na Rússia e perseguições na Áustria-Húngria e reagiram com a formulação de um nacionalismo próprio, o sionismo, que desejava criar um Estado judaico na Palestina.

No mar, os ingleses estabeleceram um bloqueio no Mar do Norte, que isolou a Alemanha de suas colônias e do comércio mundial, enquanto destruíam as esquadras alemãs isoladas no Pacífico, Índico e Atlântico. Sem alternativa nos mares, em maio de 1915 a Alemanha desencadeou a guerra comercial submarina, tentando enfraquecer o fornecimento de suprimentos à Inglaterra e França. Isoladas da metrópole, as colônias alemãs caíram rapidamente, exceto na Tanganica (África oriental alemã), onde as guerrilhas se mantiveram até o fim da guerra.

Da Grande Guerra à Revolução Soviética

A guerra impôs aos combatentes e civis da retaguarda enormes sacrifícios, particularmente a partir do inicio da guerra de trincheiras. A Alemanha e seus aliados possuíam menos recursos que a *Entente*, mas sua economia estava melhor organizada para a produção industrial bélica, além de dispor de uma excelente rede de transportes, o que explica sua capacidade de resistência. Em todos os países o resultado foi o aumento de preços e impostos, racionamento de alimentos e desvalorização da moeda. Além disso, o prolongamento do conflito e o crescente número de baixas começaram a exasperar a população.

Assim, logo declinou o entusiasmo patriótico em relação a uma guerra que parecia cada vez mais insensata. A União Sagrada de todas as forças políticas começou a desgastar-se em 1915 e a ser contestada em 1916. A pequena fração socialista que se opusera à guerra em 1914 começou a crescer, além de aumentar dia a dia o número de greves e protestos, inclusive nas indústrias armamentistas. Em todos os países o pacifismo crescia. Em alguns, as minorias nacionais começaram a agitar-se e na

Alemanha e na Rússia eclodiram os *motins da fome*, nos quais multidões saquearam os depósitos de alimentos. A Grã-Bretanha, além das greves, teve que enfrentar o levante irlandês durante a Páscoa de 1916, que proclamou uma efêmera república. Os ingleses sufocaram a revolta com extrema brutalidade e tiveram que deixar tropas de ocupação na Irlanda.

Em 1917 a guerra chegara a um impasse, e os povos estavam fartos de um conflito que se tornara um gigantesco e interminável massacre e gerava toda sorte de privações. Deserções e insubordinação cresciam entre os soldados, apesar das punições e dos fuzilamentos. A Rússia, dentre todos os beligerantes, foi a nação onde estes fenômenos se manifestaram com mais força. Em 1916 ocorreram gigantescas sublevações nas províncias muçulmanas da Ásia Central e em 1917 o campo se convulsionava e o exército começava a desintegrar-se. Enquanto isso, a dinastia dos Romanov comemorara seu tricentenário em 1915.

Tentando salvar o país e impedir a revolução que amadurecia, o governo czarista aceitou discutir secretamente as propostas de paz da Alemanha. Os rumores sobre estas negociações alarmaram a *Entente* – para a qual a saída da Rússia da guerra seria um desastre –, que resolveu agir em conjunto com a burguesia russa, intimamente associada aos capitais franceses. Preparava-se um golpe de Estado, para obrigar o Czar a entregar a coroa a seu filho, esperando, assim, acalmar o povo e manter o país na guerra. Mas ao mesmo tempo os revolucionários russos deflagravam uma insurreição em março de 1917 (a Revolução de Fevereiro). A burguesia russa, contudo, rapidamente organizou um Governo Provisório e a Duma (Parlamento), estabelecendo-se uma *dualidade de poderes*, embora os Sovietes (Conselhos) geralmente fossem controlados pela esquerda moderada. A Revolução de Fevereiro e a agitação russa repercutiram profundamente na Europa, com greves crescendo na Alemanha e na Áustria e o movimento pacifista se alastrando na França.

Como foi visto, no início de 1917 a guerra chegara a um impasse: os Impérios Centrais não mais conseguiam competir com a produção industrial da *Entente*, que também era cada vez mais apoiada pelos Estados Unidos.

Contudo, a Alemanha mantinha sua capacidade militar e sua produção industrial, além do que a crescente desagregação do exército russo permitia ao país concentrar maiores esforços na frente oeste (norte da França e Bélgica). Assim, se a Alemanha não tinha mais condições de vencer militarmente, também não poderia ser derrotada sem um elevado custo. Os anglo-franceses perceberam que não seria mais possível contar com o socorro das ofensivas russas sempre que a situação estivesse difícil no *front* ocidental. Nesta situação, os generais Foch e Joffre, defensores de operações cautelosas, foram substituídos pelo general Nivelle, partidário de ataques impetuosos e ações decisivas de grande envergadura.

No norte da França, a gigantesca ofensiva franco-britânica do Rio Aisne, em abril de 1916, transformou-se em um enorme fracasso. A indignação pelos sacrifícios inúteis produziu uma onda de distúrbios no exército, que empregou até artilharia conta os amotinados. Neste momento, os Estados Unidos começaram a preocupar-se com os rumos da guerra, particularmente com a intensificação da ofensiva submarina alemã, com a radicalização sociopolítica na Europa e, principalmente, com o esgotamento da Inglaterra e da França, países aos quais haviam feito empréstimos gigantescos. Até o fim de 1916, os Estados Unidos defendiam uma "paz sem vitória", pois sua "neutralidade imparcial" tinha-lhe permitido obter muitas vantagens econômicas, passando de devedores a credores do velho continente. Em abril de 1917, Washington declarou guerra à Alemanha, mas era preciso criar um exército apto para este tipo de guerra, que o país não possuía. Todavia, se sua entrada definia os rumos da guerra, seu impacto ainda tardaria a manifestar-se.

A permanência da Rússia na guerra, por seu turno, agravou a precária situação interna e deu aos bolcheviques a oportunidade de conquistar o poder em 7 de novembro de 1917 (outubro no antigo calendário), encontrando uma resistência limitada. A Revolução de Outubro criou o que viria a ser o primeiro regime socialista, decretando reforma agrária, nacionalização das grandes indústrias e bancos (inclusive estrangeiros) e, principalmente, propondo a paz imediata, sem anexações ou indenizações.

Embora tais propostas fossem então pouco realistas, a paz era uma necessidade premente para a Alemanha, devido ao aumento da agitação na Europa, além da entrada dos Estados Unidos na guerra exigir que Berlim agisse com rapidez, tentando encerrar o conflito de maneira vantajosa antes que a correlação de forças se tornasse totalmente desfavorável.

A proposta de paz dos bolcheviques teve consequências imediatas. A *Entente* começou a enviar tropas para as regiões periféricas da Rússia, apoiando a contrarrevolução, de forma a esmagar o novo regime e a manter o país na guerra. A outra consequência foi a divulgação do programa de paz do presidente Wilson, os *Quatorze Pontos*, em janeiro de 1918, que defendia o direito à autodeterminação dos povos e referia-se à criação da Liga das Nações (LDN) para garantir a paz.

Logo após a Revolução Bolchevique, iniciaram-se as conversações de paz russo-alemães na cidade de Brest-Litovsk, mas a tese soviética de uma "paz sem anexações" não era aceita pelos Impérios Centrais. Os chamamentos de paz aos povos e soldados, à margem de seus governos, lhes pareceu um absurdo. Mas em janeiro de 1918 a Alemanha e a Áustria-Hungria enfrentaram gigantescas greves, revoltas de fome e atos de insubordinação. Na dupla monarquia danubiana, intensificava-se a agitação nacionalista entre as minorias eslavas e em fevereiro a esquadra austríaca amotinou-se, içando a bandeira vermelha. Só o envio de tropas alemãs conseguiu esmagar os revoltosos. Os alemães precisavam da paz no leste e dos recursos alimentícios e minerais russos para tentar um golpe de força no oeste e, com isto, obter uma saída honrosa da guerra. A Rússia bolchevique poderia ser liquidada depois.

Para os soviéticos, a paz era urgente, pois o exército czarista se desintegrara e nos confins do país preparava-se a reação, pois a revolução era ainda muito frágil. Trotski, o negociador russo, negou-se, contra as ordens de seu governo, a assinar uma paz que considerava espoliativa. Em resposta, os austro-alemães retomaram a ofensiva e impuseram condições ainda mais duras. Em 3 de março foi assinada a paz e a Rússia teve de ceder a Ucrânia, a Polônia, a Bielorrússia e os países bálticos, alguns deles anexados

e outros transformados em Estados satélites dos Impérios Centrais.

A Alemanha imediatamente enviou a maior parte de suas tropas para a frente oeste, lançando a grande ofensiva de março de 1918, visando destruir os exércitos anglo-franceses e conquistar Paris. Efetivamente, a frente inglesa foi desfeita e os alemães avançaram 65 km, de onde puderam bombardear Paris com os canhões Grande Bertha (artilharia de grande calibre). Mas cometeram erros táticos e não conseguiram vencer os franceses. Lançaram outra ofensiva em maio, sendo detidos a 70 km de Paris, sem destruir as forças do adversário. Uma terceira ofensiva em julho, denominada Batalha pela Paz, foi contida pelo novo comandante supremo da *Entente*, Foch.

As tropas americanas começaram a chegar à Europa, enquanto a Alemanha não conseguia repor suas perdas humanas. As forças da *Entente* passaram então à ofensiva em fins de julho. Os alemães sofriam perdas e já recuavam no interior da Bélgica, mas conservavam a frente e a organização de seus exércitos. No Oriente Médio, apesar das tropas turco-alemãs haverem ocupado o Cáucaso, na esteira da revolução russa, os ingleses também passaram à ofensiva, ocupando a Pérsia (abandonada pelos russos) e tomando Bagdá em outubro de 1918, enquanto tribos árabes, coordenadas pelo coronel Lawrence e apoiadas por unidades inglesas, avançavam pela Palestina e tomavam Damasco no mesmo mês.

Na Alemanha, Ludendorff exigiu um armistício, para salvar o exército da desagregação, mas a *Entente*, ciente de sua vantagem, não se apressou em responder, pensando terminar a guerra em 1919. O pedido de paz feito pelo Kaiser ao presidente Wilson em 29 de setembro não foi respondido. Berlim então chegou a aceitar uma aproximação com a Rússia soviética, que a esta altura lutava contra as forças de intervenção da *Entente* em seu território, mas esta iniciativa chegou tarde demais. O flanco sul dos Impérios Centrais começou a desmoronar, com os aliados da Alemanha saindo da guerra.

Na Bulgária houve várias rebeliões no exército no verão de 1918 e os ingleses, sérvios e gregos passaram à ofensiva, levando o país a render-se em 29 de setembro. O colapso da Bulgária criou o perigo de um ataque aos Impérios Centrais pela retaguarda e em 30 de outubro a Turquia capitulou

ante as potências ocidentais. A Áustria, por sua vez, começou a perder terreno para os italianos e teve que enfrentar a rebelião das minorias nacionais. Em 14 de outubro, uma greve geral em Praga espalhou-se por toda Boêmia-Morávia (atual Tchéquia), que se retirou do Império Austro-Húngaro, seguida pela Ucrânia e Polônia, e em 31 de outubro os operários sublevaram-se em Budapeste, proclamando a independência da Hungria. Em meio à mobilização popular, as elites destes povos rapidamente assumiram a direção dos movimentos nacionalistas, visando consolidar as independências, mas principalmente evitar uma radicalização social. No dia 3 de novembro o governo austro-húngaro, cujo país de fato não mais existia, pediu um armistício.

Na Alemanha, a própria burguesia preocupava-se com derrota que se aproximava e com crise econômico-social, responsabilizando os militares e o Kaiser Guilherme II por não obterem uma paz vantajosa. Em fins de outubro, o Comando alemão decidiu lançar uma nova batalha naval contra os ingleses, mas, ao receber ordem de zarpar, os marinheiros de Kiel se rebelaram. O movimento espalhou-se rapidamente para outros portos e centros industriais alemães, sendo criados sovietes de soldados e operários emvárias cidades. A *Entente*, que não se havia preocupado em responder ao pedido de paz da Alemanha, comunicou-lhe rapidamente que aceitava a solicitação de armistício. Manobrando imediatamente para evitar a radicalização revolucionária que se esboçava, a ala moderada do Partido Social-Democrata (SPD), com o apoio dos industriais alemães, assumiu o poder e proclamou a República. No dia 11 de novembro a Alemanha assinava o armistício.

Os Tratados de Paz e o prosseguimento dos conflitos

As consequências da guerra e os tratados de paz

As consequências da guerra mundial foram terríveis. Morreram oito milhões de soldados, nove milhões de civis e, posteriormente, mais seis milhões devido à epidemia de gripe espanhola. Vinte milhões de pessoas ficaram inválidas. Assim, a Primeira Guerra foi o primeiro conflito moderno

com mais mortos civis que militares. O número de soldados mortos foi o dobro dos que pereceram em todas as guerras dos 125 anos anteriores (desde a Revolução Francesa, inclusive). A esses números devem-se agregar milhões de refugiados da guerra, revoluções e mudança de fronteiras no imediato pós-guerra. A destruição material foi imensa nas zonas afetadas por combates. Também foram elevados os gastos com o conflito: a Inglaterra gastou 35% de sua riqueza nacional, a Alemanha 24% e a França, o Império Austro-Húngaro e a Itália 20% cada.

Em janeiro de 1919 teve início a Conferência de Paz em Versalhes, protagonizada por estadistas como o francês Clemenceau, o norte-americano Wilson, os britânicos Balfour e Lloyd George, o italiano Orlando e o japonês Sayonji. Os vencidos não participaram da conferência e os pequenos Estados do grupo vencedor não tinham poder decisório. Em maio as condições de paz foram entregues à Alemanha, que procurou barganhar condições melhores. Com a exigência de assinatura imediata e o medo de uma invasão pela *Entente*, o parlamento alemão aceitou o Tratado, que foi assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919.

O Tratado criava a Liga das Nações (LDN, denominação inglesa) ou Sociedade das Nações (SDN, denominação francesa), impunha à Alemanha a entrega de territórios (Alsácia-Lorena à França e um corredor de acesso ao mar à Polônia) e de todas suas colônias, do material pesado de guerra e da armada, a redução do exército a 100 mil homens, o desmantelamento das defesas, a entrega de parte da frota mercante, locomotivas, gado e carvão e o pagamento de enormes somas como reparação de guerra (insistência, sobretudo da França, pela destruição de seu território), sob o argumento de que a Alemanha e seus aliados eram responsáveis pelo início da guerra.

Em setembro de 1919 foi firmado o Tratado de St. Germain-en-Laye com a Áustria, pelo qual esta cedeu a maior parte de seus territórios, reconheceu a independência dos novos Estados danubianos e ficou proibida de unir-se à Alemanha. Tratados de paz foram assinados com a Bulgária em Neuilly (novembro de 1919), que cedia territórios aos vizinhos, e com a Hungria em Trianon (junho de 1920), que, da mesma forma que a Áustria, cedeu a maior

parte de seu território e teve de reconhecer os novos Estados, além ser proibida de voltar a unir-se com a Áustria. Quanto à Turquia, a paz foi assinada em Sèvres (não ratificada pelo Parlamento turco), com o Império perdendo as províncias árabes, a Armênia (temporariamente independente) e territórios da Anatólia e Trácia para a Grécia, além de ser obrigado a internacionalizar os estreitos do Bósforo e Dardanelos.

Os tratados europeus de paz foram complementados quanto à Ásia pela Conferência de Washington em 1921-1922, a qual fixava a tonelagem para cada potência no Pacífico, de modo a limitar a expansão da armada japonesa, garantia o *status quo* na região, assegurava a independência da China e a *política de portas abertas* e obrigava o Japão a retirar-se de regiões ocupadas na China e Sibéria soviética. O conjunto dos tratados pós-guerra criava o *Sistema de Versalhes*, que consistia numa estratégia de contenção da Alemanha, do Japão e da União Soviética, bem como na manutenção de um precário equilíbrio entre os vencedores da guerra.

O prosseguimento dos conflitos e a contenção das revoluções

A assinatura dos armistícios não significou o fim dos conflitos armados na Europa. O que se seguiu foi uma guerra civil generalizada, na esteira do colapso dos Impérios continentais, pois bruscamente desapareceram as dinastias Romanov, Habsburgo, Hohenzollern e dos sultões otomanos. Na Alemanha, um dos países mais afetados por este processo, enquanto o presidente do SPD, Friedrich Ebert, assumia a chefia do governo, apoiando-se na ala direita de seu partido, os Conselhos de Operários e Soldados tomavam o controle das cidades mais importantes do país. Em Berlim, a ala esquerda deste partido transformou-se no grupo revolucionário Espártaco, liderado por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e mobilizou seus partidários para a tomada do poder em janeiro de 1919. O governo social-democrata, com apoio dos políticos conservadores e de seus *Freikorps* (corpos francos, de soldados desmobilizados), esmagaram a revolução em Berlim depois de alguns dias de combate, assassinando os dois líderes espartaquistas.

A República Soviética da Baviera, proclamada em abril, levou um mês para ser sufocada, além de ocorrerem novos levantes revolucionários na Turíngia (1921) e em Hamburgo (1923). A revolução alemã, apesar do ruído que produziu, não possuía raízes profundas e, na medida em que o país capitulara quando suas estruturas ainda estavam intactas, a direita manteve o controle da situação. O regime republicano de Weimar (cidade onde foi promulgada a nova Constituição alemã) também sofreu tentativas de golpes de direita e extrema-direita, como o *Putsch* monarquista de Kapp em Berlim (1920) e o *Putsch* nazista de Hitler em Munique (1923), ambos malogrados.

Na Itália ocorreram ocupações de terras e fábricas pelos trabalhadores, além de greves e protestos generalizados, que o governo liberal era incapaz de controlar. As classes dirigentes lançaram mão do movimento fascista, que chegou ao poder através da marcha sobre Roma, pondo fim a esta situação em 1922. Em abril de 1923 os comunistas conseguiram controlar parte da Bulgária por quatro semanas, com o suporte de uma rebelião camponesa. Mas a situação foi mais grave e complexa no Império Austro-Húngaro, pois, com seu colapso, eclodiram tanto movimentos políticos de caráter étnico-nacional como socialistas.

À independência tcheca, já referida, seguiram-se levantes populares em Viena, Budapeste e Zagreb. Os povos eslavos do sul rebelaram-se, separando-se do Império e unindo-se à Sérvia para formar o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (logo denominado Iugoslávia). O novo país não era "artificial", como afirmam alguns autores, pois se baseava não apenas no arranjo diplomático dos vencedores da guerra para impedir a reconstituição do Império Austro-Húngaro, mas na ideologia nacionalista comum dos pequenos eslavos para alcançar a independência frente aos germânicos e, pouco tempo antes, aos turcos.

Os deputados do Parlamento de Viena proclamaram a República austríaca, unida à Alemanha, o que posteriormente foi vetado pela *Entente*. Na Hungria, a República foi proclamada e o conde Karolyi nomeado presidente, mas renunciou devido às duras condições do acordo de paz, dando início a uma crise política. A agitação popular desembocou numa

revolução em março de 1919, formando-se uma República Soviética sob a liderança de Bela Kun, com suporte dos socialistas e comunistas. A aristocracia fundiária, apoiada por tropas romenas e assessores franceses, mobilizaram suas forças, conquistando Budapeste e esmagando os sovietes húngaros em agosto. Na Eslováquia, que depois se juntaria aos tchecos formando a Tchecoslováquia, também se implantou um regime soviético, que durou apenas um mês (julho de 1919).

A agitação social, entretanto, foi generalizada, atingindo tanto a Europa como as Américas e o mundo colonial. Mesmo em países neutros como Suíça e Noruega, ocorreu uma onda de agitação popular. Era como se a ordem vigente houvesse sido sacudida por um terremoto. As classes dirigentes burguesas temiam as reivindicações do movimento operário revolucionário em seus países, bem como a influência do exemplo da Rússia soviética. Neste país, aliás, foi travada a mais prolongada e violenta das guerras civis do pós-guerra. Dos países que se separaram definitivamente da Rússia, houve conflitos intermitentes na Estônia e Lituânia, enquanto na Finlândia e Letônia os comunistas estiveram no poder de janeiro a maio de 1918. A revolução nestes países foi derrotada pelas forças conservadoras locais e pelos *Freikorps* alemães, com apoio logístico anglo-francês.

Dias antes da assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, o governo bolchevique criou o Exército Vermelho, devido à debilidade militar da Revolução, pois o exército czarista desintegrara-se. A paz com a Alemanha, embora tenha evitado uma derrota imediata, não alterou a difícil situação. Forças contrarrevolucionárias (guardas brancos) organizavam-se nas regiões periféricas do país, reforçadas por tropas da *Entente*, enquanto os alemães ocupavam grande parte do território. Em março de 1918 ingleses, canadenses e americanos desembarcaram no norte, ocupando Murmansk e Arkangelsk. A partir de abril japoneses e norte-americanos ocuparam Vladivostok e parte da Sibéria, enquanto forças inglesas penetravam pela Ásia Central. Iniciava-se a guerra civil e a intervenção internacional contra a Rússia soviética, que durariam quatro anos.

A rendição da Alemanha agravou a situação, pois suas tropas foram

reforçadas por franceses e ingleses na Ucrânia e nos países bálticos. Apesar da desesperada situação da Revolução em 1919, que controlava apenas a região central da Rússia europeia, eclodiram vários motins nas tropas intervencionistas, pois os soldados estavam fartos da guerra e manifestavam certa simpatia pela revolução. A *Entente,* então, retirou a maior parte de suas tropas, exceto japoneses e americanos, que continuaram no Extremo Oriente, mas aumentou seu apoio político e material (armas e dinheiro) aos diversos governos brancos, que enfrentavam os vermelhos.

O almirante czarista Kolchak controlava grande parte da Sibéria, o general Denikin a Ucrânia e o general Yudenitch o Báltico. E tentaram avançar em direção a Moscou, para onde a capital havia sido transferida. Mas o Exército Vermelho tornara-se eficaz e contava com apoio popular, conseguindo derrotar estes ataques. Quando a Revolução se encontrava em maiores dificuldades militares e hostilizada pela comunidade internacional, foi fundada em Moscou a Internacional Comunista (Terceira Internacional ou Komintern), agregando os partidos revolucionários do mundo e tentando coordenar sua luta por uma revolução mundial. A Terceira Internacional pretendia substituir a Segunda Internacional, que implodira com o desencadeamento da guerra e encontrava dificuldades para se rearticular.

Em abril de 1920, quando o Exército Vermelho começou a avançar sobre os territórios sob o controle dos brancos, a Polônia invadiu a Ucrânia e tomou Kiev, mas suas tropas foram vencidas e perseguidas até a fronteira. A liderança bolchevique então hesitou em continuar o avanço em território polonês, mas finalmente decidiu prosseguir a ofensiva. Contudo, os trabalhadores não os acolheram como "Exército da Internacional", mantendo-se numa perspectiva nacionalista. O exército polonês, reforçado por unidades francesas, derrotou o Exército Vermelho frente a Varsóvia e, na paz logo celebrada, arrancou mais territórios à Rússia.

Além desta derrota, os bolcheviques observavam que a Revolução refluía na Europa e que eles ficariam sozinhos por muito tempo. Na Sibéria, os soviéticos expandiram sua influência sobre um Estado-tampão por eles criado, a República do Extremo Oriente (devido à presença japonesa na

região), derrotaram os brancos e os perseguiram através da Mongólia (que se tornou uma República Popular aliada em 1921). A guerra civil chegava ao fim, embora na Ásia Central ainda houvesse focos de resistência muçulmana (apoiados pelos ingleses) até meados da década de 20.

Do precário equilíbrio dos anos 1920 à crise de 1929

A crise do liberalismo no núcleo do sistema mundial

A fragilidade e a instabilidade deste sistema foi uma das causas da futura crise e da guerra mundial. Aos Estados Unidos coube um papel particular dentro deste sistema, analisado adiante. Os tratados de paz agravaram os problemas de fronteiras contestadas e minorias nacionais e todas as nações do campo perdedor reivindicavam sua revisão. No tocante à Alemanha, as consequências foram desastrosas. Uma potência industrial, que em 1914 aspirava à liderança europeia, foi reduzida em Versalhes a uma nação de segunda grandeza. Isto prejudicava a própria Europa, pois a Alemanha era justamente sua potência industrial mais dinâmica. Além dos graves efeitos econômicos das indenizações e perdas territoriais, as consequências políticas deste tratado foram piores. A humilhação promovida pelo *Diktat* (imposição) de Versalhes constituiu um verdadeiro caldo de cultura para a radicalização do nacionalismo alemão pelas forças conservadoras. Contudo, convém ressaltar que a Alemanha manteve sua soberania e suas estruturas econômicas básicas, uma situação muito melhor que a do segundo pós-guerra.

Ao lado do problema alemão e do soviético, a formação de novos e frágeis Estados na Europa oriental ocupou grande parte da agenda diplomática. Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia e, fora desta região, Irlanda (1921) e Islândia eram os novos Estados. Além de rivalidades mútuas, existia o antagonismo entre os vencidos (que desejavam rever os tratados de paz) e os novos (defensores do novo *status quo*), além de a maioria deles estar localizada na fronteira soviética. Quando se considera a fragilidade deles, tem-se uma ideia das tensões permanentes que envolviam suas políticas exteriores e da

ingerência das grandes potências.

O conflito enfraqueceu a posição europeia no mundo e fortaleceu a dos Estados Unidos, embora esta situação não tenha sido claramente percebida na época. A Sociedade das Nações, instalada em Genebra em 1919 como organização internacional que visava regular os conflitos mundiais, formou-se como um verdadeiro clube de vencedores da Primeira Guerra (excetuando os Estados Unidos, que a ela não aderiram). Nesta fase, sobrepunha-se uma economia capitalista internacional impulsionada pelos Estados Unidos a uma organização política dividida em Estados nacionais ainda centrada na Europa, sem a disciplina e a liderança de uma potência industrial.

Em parte, este problema decorria do *isolacionismo* adotado pela política externa norte-americana com a volta dos republicanos ao poder. Não se tratava de um isolamento absoluto em relação ao cenário mundial, mas da recusa em assumir compromissos coletivos, uma vez que o país tinha consciência de sua força individual. Era também um relativo distanciamento dos problemas europeus, uma vez que a prioridade dos republicanos era a América Latina e a Ásia oriental. Assim, o grande problema das relações internacionais dos anos 1920 consistia na posição americana, que achava possível gerir uma economia mundial em bases isolacionistas, isto é, sem criar um sistema político internacional que lhe desse suporte. Na ausência deste, continuou vigente o defasado sistema europeu anterior, agravado pelo fato de a Revolução Soviética haver rompido o sistema internacional, separando um sexto das terras emersas do mercado capitalista mundial.

O Ocidente, com o fracasso da contrarrevolução e da intervenção internacional, adotou uma política de isolamento da Revolução Soviética através do *cordão sanitário* (aliança diplomática dos países europeus que eram limítrofes com a URSS, sustentada pelas potências capitalistas), que, a pretexto de impedir a "exportação da revolução", procurava arruinar a economia soviética e criar condições políticas para a derrubada do regime. Moscou, por sua vez, buscou apoiar politicamente os vencidos na Primeira Guerra, adotando uma política anti-Versalhes.

A situação da Alemanha de Weimar fez deste país o principal alvo da política externa soviética. As duas ovelhas negras do cenário mundial do pós-guerra formalizaram sua aproximação através do Tratado de Rapallo, celebrado em 1922 entre ambos os países durante a fracassada Conferência Econômica de Gênova. O Tratado estabelecia relações diplomáticas entre Berlim e Moscou e um item secreto permitia a instalação na URSS de fábricas alemãs de armamentos e o adestramento militar em armas proibidas pelo Tratado de Versalhes (tanques e aviões). Os soviéticos, além do comércio, obtiveram assim uma ligação mais sólida com uma potência industrial, o que, por outro lado, dificultava qualquer iniciativa para a formação de uma coalizão antissoviética, possibilidade sempre considerada e temida por Moscou.

Seguiram-se tentativas ocidentais de recuperar a Alemanha economicamente (para evitar uma revolução social) e de afastá-la da URSS: o Plano Dawes (1924) investiu capitais, sobretudo norte-americanos e ingleses, na Alemanha; a Conferência de Locarno (1925) estabeleceu tratados bilaterais de paz, melhorando suas relações com os aliados; em 1926 a Alemanha foi convidada a ingressar na SDN (em seu Conselho de Segurança), no lugar pretendido pelo Brasil, que então abandonou a Organização; além disso, as condições das reparações de guerra foram atenuadas ainda nos anos 20. Temendo perder a posição obtida, a URSS assinou com a Alemanha o Tratado de Berlim (1926), pela manutenção dos vínculos estabelecidos em Rapallo. Chamberlain, um dos mentores de Locarno, conduziu da Grã-Bretanha uma nova onda de hostilidade contra a União Soviética. A greve geral britânica de 1926, apoiada pela Komintern, forneceu o pretexto desejado pela direita para isolar Moscou ainda mais.

O pós-guerra apresentou um quadro de crise generalizada na Europa. O desemprego, a inflação e a recessão somaram-se a uma intensa mobilização política e a conflitos sociais acentuados. Os sintomas de uma revolução social eram fortes já desde fins de 1916 nos países beligerantes. A queda da monarquia e depois o triunfo dos bolcheviques na Rússia reforçaram este movimento. A rendição alemã e a desintegração do Império Austro-Húngaro

precipitaram revoluções nestes países. O esmagamento sangrento destes levantes não restaurou, entretanto, a estabilidade político-social. Os anos de 1919 a 1923 foram marcados pelas graves dificuldades da reconversão econômica e pelo esforço de contenção das tendências revolucionárias. O período que se estende de 1924 a 1929 ficou conhecido como os *anos da grande ilusão* ou da *falsa prosperidade*, marcados que foram na Europa pela recuperação econômica e pelo relativo afrouxamento das tensões sociais.

A guerra legou, especialmente à Europa, uma série de graves problemas. A questão das minorias nacionais, que havia sido um dos estopins da guerra, acentuou-se com o fortalecimento da consciência nacional e do princípio de autodeterminação dos povos. As mudanças de fronteiras não só não resolveram os problemas das minorias da Europa oriental, como ainda os transferiram aos novos e instáveis Estados da região. Esta questão afetava particularmente a Alemanha, pois o desmembramento do Império Austro-Húngaro fez com que as minorias alemães do leste passassem de uma posição dominante a uma de inferioridade dentro dos novos países. Isto aumentou o nacionalismo étnico alemão, o que, dentro deste país fragilizado pela hiperinflação de 1923, também se revestiu de hostilidade em relação aos imigrados do Leste Europeu, detentores de moedas fortes, os quais ocuparam parcialmente o lugar da classe média alemã (que os considerava "judeus").

No plano social observa-se a consolidação da sociedade de massas, configurada, sobretudo com a emergência da classe operária e de seus partidos políticos, ainda que estivesse dividida entre social-democratas (reformistas) e comunistas (revolucionários), com estes últimos associando-se à Internacional Comunista (Komintern). O sindicalismo tornou-se particularmente atuante e obteve muitas concessões das classes dirigentes, que desejavam evitar novas revoluções socialistas e precisavam superar ideologicamente o comunismo, provando a superioridade do capitalismo. Nos anos 20 foram obtidas muitas das conquistas sociais pelas quais os trabalhadores lutavam por mais de um século.

A crise do liberalismo, que é a característica fundamental do

entreguerras, está relacionada ao desenvolvimento de uma economia fortemente monopolizada, enquanto as estruturas políticas e a organização social do trabalho permaneciam ainda as do capitalismo liberal. A guerra também gerou a crise da democracia liberal. Já durante o conflito processou-se certa centralização das decisões políticas no aparelho estatal. Além disso, a desilusão, o ceticismo e a incerteza em relação ao futuro, que marcaram o pós-guerra (fim da *belle époque* anterior a 1914), a crise socioeconômica e o temor das elites, a pressão dos grupos financeiros e industriais pelos seus interesses e a crescente organização operária conduziram ao descrédito das instituições liberais e à ascensão do autoritarismo e do fascismo, que pregavam a violência, o nacionalismo expansionista e a ditadura e que passaram a utilizar amplamente os novos métodos de propaganda e comunicação de massa.

A Igreja, por sua vez, encontrou na cruzada anticomunista um novo campo para expandir sua ação política e recuperar a influência perdida. Não se pode perder de vista que a guerra acabara derrubando muitas das instituições europeias e abalara os mecanismos de dominação social anteriores. Além da queda de antigos impérios e do descrédito das classes dirigentes frente à população, o número de regimes republicanos igualou o de monarquias no velho continente, passando de três em 1914 para catorze em 1921.

Já antes da crise de 1929, regimes autoritários e fascistas chegaram ao poder: em 1919 na Hungria (Horty), em 1922 na Itália (Mussolini), em 1923 na Espanha (Primo de Rivera) e Turquia (Kemal Atatürk), em 1925 na Albânia (Ahmed Zogu), em 1926 na Polônia (Pilsudski), na Lituânia (Smetona Voldemaras) e em Portugal (Gomes da Costa) e em 1929 na Iugoslávia (onde o rei Pedro suspendeu a constituição e organizou um governo autoritário). Entretanto, apesar dessa onda direitista, as relações internacionais continuam caracterizando-se nos anos 20 por uma diplomacia tradicional, mais preocupada com os resultados da guerra passada (pela manutenção ou revisão de seus resultados) do que com projetos para o futuro, como nos anos 30.

A diplomacia do sistema de Versalhes buscava, inicialmente, isolar a Alemanha e a URSS. No início dos anos 1920 a tônica era o isolamento delas pela França, Bélgica, Polônia e Tchecoslováquia e, depois, lentamente, a reintegração da Alemanha no concerto das nações, afastando-a da URSS, como no caso do Pacto de Locarno, firmado em 1925 (Briand, Chamberlain e Stressemann). Nos Bálcãs, a Itália, a Áustria e a Hungria procuravam se contrapor à Iugoslávia (Protocolos Romanos, em 1934), a qual, por sua vez, se aliava à Romênia e à Tchecoslováquia para impedir o ressurgimento da Hungria (Pequena *Entente*, de 1920-21). Iugoslávia, Romênia, Turquia e Grécia, por sua vez, através da *Entente* Balcânica de 1934 se opunham ao revisionismo búlgaro.

A Finlândia, os países bálticos, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Romênia compunham o Cordão Sanitário, informalmente apoiado por Londres e Paris, voltado contra a ameaça soviética nos anos 1920 e 1930. A ascensão de Hitler levou a URSS a integrar a Liga das Nações (da qual o III Reich se retirara) e a França assinou com Moscou um Pacto de Assistência em 1935. Pela mesma razão, a Conferência de Stresa, realizada em 1935 pela Itália, Inglaterra e França, procurava manter Mussolini afastado de Hitler. Assim, a diplomacia da velha Europa permanecia mergulhada em contradições e questões locais, enquanto o Sistema de Versalhes se desarticulava progressivamente.

A situação dos Estados Unidos era diferente, pois o país reforçara sua posição econômica internacional frente à Europa e aumentara qualitativamente sua penetração na América Latina. No plano interno, o capitalismo americano conheceu um desenvolvimento e um dinamismo expressivos. A indústria fordista produziu uma euforia consumista na classe média, que passou a adquirir automóveis e eletrodomésticos, como rádio e geladeira. Havia uma febre de investimentos na Bolsa de Valores, e as expectativas pareciam otimistas, o que era retratado em outra megaindústria, o cinema de Hollywood, que dominou a sociedade americana e expandiu o *american way of life* pelo mundo.

Contudo, a década foi também marcada pela ação dos *gangsters* e pela

repressão das minorias e do movimento operário. Em 1928 o presidente Hoover declarou que em poucos anos a pobreza estaria erradicada do país, mas em 24 de outubro de 1929 ocorria a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, ponto de partida de uma grande crise econômica mundial, que na década seguinte se transformaria numa grande depressão do mundo capitalista. As falências e as demissões atingiram cifras astronômicas nos Estados Unidos, logo se espalhando pelos demais países.

Tratava-se de uma crise cíclica de superprodução, cujas graves consequências serão analisadas adiante. A economia americana conhecera notável expansão durante a Primeira Guerra Mundial, mas após o conflito a Europa retomou parcialmente seu lugar na economia mundial. Isto era agravado pelo incremento crescente da produtividade, gerado pelo sistema fordista, e devido à gestão liberal da economia promovida pelos sucessivos governos Republicanos, no quadro de uma especulação desenfreada na bolsa de valores. A "mão invisível do mercado" foi incapaz de deter a tendência à superprodução. Quando a crise ocorreu, o presidente Hoover (que havia prometido acabar com a pobreza) deixou a cargo do mesmo mercado a resolução do grave desequilíbrio macroeconômico. Assim, a crise se transformou em recessão e, logo, em depressão.

A agitação anticolonial na periferia

No mundo colonial, a "guerra civil europeia" repercutiu como um incentivo às lutas anticoloniais. As metrópoles europeias, além de saírem enfraquecidas do conflito, durante o mesmo tiveram de mobilizar os recursos humanos e materiais das colônias, as quais avançaram politicamente. A ideologia da Revolução Soviética e os princípios de autodeterminação contidos nos *Quatorze Pontos* do presidente Wilson, por sua vez, constituíram um enorme estímulo para os movimentos emancipatórios. Até a Primeira Guerra Mundial o colonialismo era apresentado como uma virtude. Depois dela passou a ser visto como uma política negativa.

A Guerra do Riff no Marrocos espanhol (1921-26) e as guerrilhas na

Somália britânica e na Líbia italiana, os violentos protestos na Índia e no Egito britânico (este tornado independente em 1922), a forte agitação política na Indonésia holandesa e na Indochina francesa, o amadurecimento do nacionalismo árabe no frustrado Oriente Médio e o aprofundamento da luta social e de libertação nacional na China são os exemplos mais significativos deste processo. A rivalidade econômico-militar nipo-americana na Ásia oriental e no Pacífico avolumou-se, enquanto o colonialismo europeu se enfraquecia na região, influenciada pela Revolução Soviética e pela intensificação dos conflitos sóciopolíticos na China. A Conferência de Washington, regulando os problemas na Ásia no pós-Primeira Guerra, apenas adiou o confronto entre os interesses japoneses e anglo-saxões no Extremo Oriente e na bacia do Pacífico.

No Oriente Médio, a Grã-Bretanha ocupou a Palestina, a Transjordânia e o Iraque, enquanto à França coube o Líbano e a Síria. Esta política colonial radicalizou o nacionalismo árabe, responsável por vários levantes contra estas potências. Embora estes tenham sido sufocados, nem tudo saiu conforme os planos de Londres. Na Turquia, o nacionalismo laico e modernizador liderado por Kemal Atatürk levantou-se contra o Sultão e as potências da *Entente*, estabelecendo um governo republicano em Ankara, no planalto da Anatólia, a parte asiática da Turquia. Suas forças rechaçaram a ofensiva grega, recuperando os territórios ocupados por este país ao fim da guerra, derrotaram e reanexaram a Armênia independente e venceram o Sultão, tomando Constantinopla. As potências ocidentais retiraram-se dos estreitos e das áreas de influência que haviam estabelecido na Turquia. Kemal Atatürk ("pai dos turcos") modernizou as estruturas sociais e políticas do país, além de recuperar sua soberania e evitar o desmembramento que se processava.

Na península arábica, o xerife Hussein de Meca, aliado dos ingleses, dominava o reino do Hedjaz, mas foi derrotado militarmente por seu rival Ibn Saud, da região de Nedj. Saud uniu estas regiões e expandiu militarmente seus domínios na península, criando um reino que em 1932 seria denominado Arábia Saudita, o primeiro a aliar-se aos Estados Unidos na

região e a permitir a instalação das empresas petrolíferas americanas, organizadas no conglomerado ARAMCO (Arabian-American Company). Esta era a rival da empresa anglo-holandesa Shell, estabelecida na região através das empresas Anglo-Iranian Oil e Anglo-Irakian Oil. Os ingleses acolheram seus aliados da família Hussein, presenteando-os com os tronos de suas colônias da Transjordânia e do Iraque. Assim, ao lado do nacionalismo anticolonial, o Oriente Médio se caracterizava também por um antagonismo anglo-americano motivado pelo controle do petróleo da região.

Com o isolamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em dezembro de 1922, e o refluxo da revolução na Europa, os bolcheviques substituíram a ideia do assalto pela do assédio. Entretanto, o Congresso dos Povos do Oriente, realizado em Baku (l923), mostrou que na perspectiva soviética a revolução bloqueada no oeste estendia-se ao leste colonial e semicolonial. As revoltas e agitações anticoloniais na Ásia e norte da África, aliadas à Revolução Chinesa em desenvolvimento, reforçavam as convicções bolcheviques. Da Mongólia e do Extremo Oriente soviético, a Rússia bolchevique conseguiu estabelecer contato direto com o movimento revolucionário chinês, apoiando o governo de Sun Yat-Sen, sediado em Cantão. A China achava-se convulsionada e dividida entre *senhores da guerra* que lutavam entre si, apoiados pelas potências imperialistas rivais.

Os soviéticos organizaram a Academia Militar de Whampoa, para adestrar o exército do Partido Nacionalista (Kuomintang), pressionando o jovem Partido Comunista da China (PCC) a apoiá-lo, no quadro da política de frente única da Internacional Comunista. Com a morte de Sun Yat-Sen, o líder nacionalista aliado da URSS e admirador da Revolução Soviética, o gen. Chiang Kai-Chek assumiu a direção do *Kuomintang* (KMT) em 1925. Após vários desentendimentos com os conselheiros soviéticos sobre a condução da guerra, Chang lançou uma grande ofensiva, derrotando os adversários do centro e norte da China em 1927. Todavia, à medida que os objetivos *nacionais* do KMT eram atingidos, mais se reforçava a corrente hostil às transformações *sociais* contidas em seu programa, e isto afetava diretamente a aliança com o PC. Instigado pela elite financeira e feudal chinesas, bem

como pelas potências coloniais, Chang massacrou os comunistas em Cantão em abril de 1927.

O PC chinês, após o desastre provocado pelo atrelamento aos nacionalistas imposto pela Internacional, adotou uma estratégia heterodoxa com Mao Zedong (Mao Tsé-Tung) e Chu Teh, transferindo o eixo da luta revolucionária para o campesinato, retirando-se das cidades e criando sovietes camponeses nas províncias de Kiangsi e Fukien, no sul. A reforma agrária então promovida deu aos comunistas uma consistente base camponesa e atraiu a ira do *Kuomintang*, o qual passou a dirigir expedições militares contra as bases do PC. A Revolução Chinesa, entretanto, só viria ter seu desfecho em 1949, com a vitória dos comunistas.

Assim, a Primeira Guerra Mundial realizou a nova repartição do mundo colonial, desejada pela Inglaterra e pela França, mas a expansão do colonialismo coincidiu com o início de sua contestação e declínio. A vitória anglo-francesa foi, sobretudo, uma *vitória de Pirro*,[14] pois não apenas estas potências se enfraqueceram com a guerra como o sistema que dera suporte à sua projeção mundial começou a declinar. Pior do que isto: novas ameaças se levantavam no horizonte, enquanto a Europa se enganava, pensando continuar sendo o centro do mundo, e os Estados Unidos equivocavam-se, ao considerar a primazia econômica como condição suficiente para o exercício da liderança mundial, sem arcar com os custos da estruturação de um sistema político mundial. Enfim, a década posterior ao fim da Primeira Guerra Mundial foi marcada pelas ilusões de um mundo que se encontrava voltado para o passado.

Da crise de 1929 à Grande Depressão

A crise de 1929 desembocou na Grande Depressão nos anos 1930, que ameaçou estruturalmente o sistema mundial anglo-saxônico. Assim, criaram-se condições para a reemergência do desafio alemão, já então radicalizado pelo nazismo e aliado ao Japão e à Itália, potências capitalistas de médio porte que também não encontravam espaço na ordem mundial anglo-saxônica e que foram fortemente atingidas pela crise. Esses países,

desta vez, procuraram não reverter o predomínio anglo-saxão no plano global, mas criar subsistemas regionais autônomos dentro da ordem vigente, o que, mesmo assim, contrariou a perspectiva norte-americana de uma economia mundial aberta.

Além disso, este contexto foi marcado pela radicalização política e contestação social generalizada, bem como pela ascensão da URSS à condição de potência industrial. Deste conjunto de tensões e antagonismos resultou a Segunda Guerra Mundial, na qual os anglo-saxões não puderam enfrentar simultaneamente os dois desafios (do Eixo e da URSS), negociando com um deles. Desta vez, contudo, os desafiadores internos seriam severamente punidos, com a destruição de suas bases industriais pelos bombardeios estratégicos, nuclear no caso japonês, bem como de seus sistemas políticos.

A quebra de Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 foi o ponto de partida de uma crise, que se prolongaria pela década de 1930 como uma grande depressão econômica do mundo capitalista e com falências e demissões atingindo cifras astronômicas. Esta crise cíclica de superprodução parecia paradoxal: havia excesso de produção e uma população carente da mesma; existiam fábricas fechadas, mas tanta matéria-prima e mão de obra quanto antes; havia terras férteis sem cultivo, e também fome e agricultores sem trabalho. A solução parecia ainda mais paradoxal: destruir os excedentes, enquanto milhões de pessoas deles careciam (matar gado nos Estados Unidos ou queimar café no Brasil), para que os preços aumentassem, a economia recuperasse o crescimento e o mercado voltasse a se tornar lucrativo.

A crise atingiu todos os países capitalistas, na intensidade de sua associação ao mercado mundial, devido à retração do comércio e dos fluxos financeiros internacionais. Assim, a depressão gerou um protecionismo comercial que acentuava as diferenças entre as “potências ricas”, que possuíam grandes impérios coloniais e reservas financeiras e materiais (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França), e as “potências pobres”, carentes de colônias e recursos naturais, além de relativamente superpovoadas

(Alemanha, Itália e Japão).

Esta situação corresponde ao conceito fascista de oposição entre "nação imperialista" e "nação proletária". A depressão econômica e a agitação social daí decorrentes, em sociedades fortemente urbanizadas, favoreceram a ascensão ou radicalização de regimes autoritários nestes últimos, nos quais existiam também fracas tradições liberais. Nas nações agrícolas houve um retrocesso à produção de subsistência, que não chegou a desestabilizar os pequenos países. Mas os de desenvolvimento intermediário sofreram notável impacto, como no caso do Brasil.

A solução para a crise, no caso dos Estados Unidos (após a ascensão do democrata Roosevelt em 1933) era a adoção do livre comércio mundial, retomando a ideologia internacionalista wilsoniana contida nos Quatorze Pontos. As potências europeias como Inglaterra, França, Bélgica e Holanda, pouco dinâmicas, mas que detinham imensos impérios coloniais desejavam manter suas possessões e o *status quo* internacional, pois qualquer redivisão do mapa do mundo seria feita em seu detrimento. Em ambos os casos, devido ao pujante mercado e aos recursos internos (nacionais nos EUA e coloniais no caso europeu), a queda do comércio mundial os afetou de forma limitada, conservando-se a estrutura social e o regime democrático-liberal.

Já nos países do Eixo, carentes parcial ou totalmente de colônias, superpovoados e com poucos recursos naturais, o colapso do comércio mundial representou um golpe terrível. Para superar a crise desejavam controlar um espaço regional pelas armas, onde encontrariam recursos e mercados para seu desenvolvimento capitalista. A profunda crise sociopolítica que acompanhou a depressão levou à implantação ou radicalização de regimes ditatoriais e militaristas. Já a União Soviética, com base na doutrina do *Socialismo num só país* e em plena industrialização autárquica, desejava se manter fora do conflito, explorando as contradições internacionais dos distintos projetos capitalistas (liberal, colonialista e militar-expansionista regional).

4.2 O colapso da LDN e a Segunda Guerra Mundial (1931-1945)

A Grande Depressão e a ascensão do fascismo

Crise socioeconômica e radicalização política

A estas contradições internacionais, somou-se outra, de caráter social. Milhões de trabalhadores desempregados ou empobrecidos adotavam uma atitude cada vez mais contestatória nos países capitalistas e a expansão dos partidos de esquerda preocupava as forças conservadoras. Enquanto a decepção com o liberalismo não cessava de crescer no Ocidente, a URSS lançava seu primeiro Plano Quinquenal. Mesmo privada de investimentos externos e marginalizada do comércio internacional, iniciou em fins dos anos 1920 a coletivização de sua agricultura e uma industrialização acelerada, com recursos próprios. Assim, consolidava-se sua base socialista e o país ascendia à condição de potência industrial no momento em que o capitalismo mergulhava numa profunda depressão econômica e intensificavam-se os conflitos sociopolíticos.

Grande parte dos trabalhadores ocidentais encarava com admiração o exemplo soviético, especialmente porque o desemprego na URSS praticamente desapareceu na segunda metade dos anos 1930. Na época, pouco se sabia da situação política interna e, no Ocidente, o quadro não era muito melhor. Deste modo, o fortalecimento dos movimentos de esquerda nos países capitalistas e a ascensão da URSS à condição de Estado industrial criaram, na percepção dos grupos políticos de direita, o espectro de uma revolução social mundial, que se sobrepunha às disputas entre potências capitalistas.

A Alemanha de Weimar foi a potência mais atingida pela crise. Os partidos do centro enfraqueceram-se, enquanto o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, ou Nazista) e o Partido Comunista da Alemanha (KPD) (extrema-direita e extrema-esquerda do sistema político weimariano) cresciam rapidamente. Segundo H. R. Knickerbocker[15], um autor da época, "os comunistas eram gente que nada

possuíam, e os nazistas [eram gente] que possuíam e estavam perdendo", num quadro de grande miséria existente no país em 1932. A elite industrial e financeira alemã, bem como certos grupos econômicos e políticos britânicos e norte-americanos, sentiam-se profundamente preocupados não apenas pelos capitais investidos no país como também pela repercussão que uma revolução alemã poderia trazer para a ordem mundial.

Através do Plano Young (1930) e da Conferência da Lausanne (1932), as potências Ocidentais tentaram salvar a Alemanha de Weimar, limitando as indenizações devidas e permitindo o rearmamento parcial. Mas as dimensões da crise tornavam inúteis estes esforços. Era tarde demais. O liberalismo weimariano desintegrava-se, enquanto nas ruas as forças paramilitares das SA e SS (ligadas ao Partido Nazista) enfrentavam-se com os grupos da Frente Vermelha (ligada ao KPD) e do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que defendiam a sede dos sindicatos e os bairros operários. As autoridades e a polícia, por sua vez, geralmente eram impotentes ou coniventes com a violência, especialmente quando partia dos nazistas, considerados um mal menor.

Que tipo de movimento político era o fascismo? Qual era sua ideologia? Quais seus propósitos? As propostas do fascismo alemão e italiano são fundamentais para determinar-se o caráter da Segunda Guerra Mundial. A ideologia do fascismo italiano aglutinava-se em quatro postulados principais: o primado do Estado, que nega o indivíduo como instância política, defendendo um Estado forte e centralizado (segundo Giovanni Gentile, ideólogo do fascismo, *totalitário*); o primado do chefe, que procura legitimar a centralização da autoridade numa liderança unipessoal ("o Duce tem sempre razão"); o primado do partido, que se vincula às questões ideológicas, propagandísticas e de mobilização popular, e finalmente o primado da nação, que constitui o elemento nacionalista e patriótico, destinado a conduzir a Itália ao nível das grandes potências mundiais, com fins expansionistas.

O fascismo católico apresentava, ainda que de forma um tanto difusa, as características nacionalistas, um sistema político centralizado geralmente

unipessoal (embora em muitos casos sem partidos políticos), um forte clericalismo e aversão ao liberalismo e a todas as formas de socialismo, além de buscar uma organização corporativa para a sociedade. Entretanto, possuía um caráter desmobilizador de massas, ao contrário do fascismo italiano e alemão. O fascismo católico implantou-se em países de periferia europeia, de base agrícola, como Portugal, Espanha, Áustria, Hungria e Polônia. Seu caráter desmobilizador e devia-se ao atraso da estrutura socioeconômica. Esta forma de fascismo constituía um regime intermediário entre fascismo ítalo-alemão e as ditaduras conservadoras da direita tradicional. No plano internacional, a diplomacia destes países se orientava pela política do Vaticano.

A ascensão do nazismo

Quanto ao fascismo alemão, ou nazismo, sua estrutura ideológica era bem mais complexa. O Partido Nazista, fundado em 1919 e liderado pelo austríaco Adolf Hitler a partir de 1921, era um movimento político contrarrevolucionário e antiparlamentar. Carecia de unidade ideológica e de uma base lógica, apoiando-se em fontes heterogêneas, tais como A *vontade da potência*, de Nietzsche, as teorias racistas de Gobineau e Chamberlain, a *Fé no destino*, de Richard Wagner, as teorias sobre herança, de Mendel, a G*eopolítica*, de Haushofer, o neodarwinismo, de A. Ploetz, e *A decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler. Assim, o nazismo apoiava-se em teorias nebulosas, românticas, místicas e medievais. Fazia apelo ao sentimento e à violência e baseava-se no irracionalismo. Adotava uma postura reacionária, ao buscar no passado medieval ou ariano uma idade de ouro perdida.

O obscurantismo do fascismo alemão visava a destruir a civilização oriunda do Renascimento, do iluminismo e do liberalismo do século XIX. Era também firmemente anticomunista e antimarxista, embora manipulasse a ideia de um *nacional-socialismo*. Em relação à nação, sua postura era de um ultrachauvinismo expansionista e militarista. O *Deutscheraum*, ou incorporação dos alemães do exterior ao Grande Reich, e o *Lebensraum*, ou conquista de regiões aos eslavos (que deveriam ser em parte exterminados,

em parte escravizados), para fornecer o *espaço vital* necessário ao progresso do povo alemão, eram as orientações fundamentais deste expansionismo violento. É importante notar que o racismo funcionava como um complemento e um impulso ao velho imperialismo alemão, justificando-o. A expansão para o leste (Polônia e URSS) não seria mais apenas uma decisão governamental, mas o destino de uma raça eleita.

No plano interno, tratava-se de um Estado policial que extirparia, também pela violência, os "males" que corroíam a sociedade alemã. Estes princípios eram pregados abertamente como valores positivos, sendo que os propósitos nazistas encontram-se descritos no livro *Minha Luta*, redigido por Hitler. Mas a ideia-força que movia todos estes valores era o racismo (que considerava os arianos, em especial os alemães, como uma raça superior) e sua derivação antissemita (o mito do *judeu malvado*). Os germânicos, como raça superior, deveriam dominar, escravizar e até exterminar povos inteiros, como apregoavam com convicção os chefes nazistas.

Quanto à questão judaica, na perspectiva nazista, baseava-se em parte no velho antissemitismo alemão medieval, mas constituía principalmente um bode expiatório, no qual os judeus eram responsabilizados por todos os males que afligiam a Alemanha: o cristianismo, o comunismo e o capitalismo financeiro (liderados pelos "judeus", Jesus Cristo, Karl Marx e Rothschild). É importante mencionar que as teorias racistas de superioridade da raça ariana, geralmente elaboradas por alemães que viviam em núcleos minoritários em outros países (como Alfred Rosenberg), ou germânicos não alemães (como o inglês Houston Stewart Chamberlain e o aristocrata francês Gobineau), careciam de base científica e possuíam uma visão romântica e a-histórica.

Esquematicamente, a ideologia nazista correspondia ao conservadorismo da classe média (pequeno-burguesia) alemã, e esta foi a origem do movimento e sua principal base de apoio. Hitler, Himmler, Bormann, Hess e outros chefes nazistas eram a própria síntese e encarnação das aspirações, dos temores, das torpezas e do conservadorismo deste

segmento social. A linguagem, os símbolos, os desfiles, entre outros elementos, não foram usados pelo NSDAP para "enganar" a classe média alemã: a propaganda foi autêntica porque representava exatamente os valores e formas do conservadorismo de amplos setores da sociedade alemã, radicalizados pelas dimensões da crise, como salientou Wilhelm Reich na obra *A psicologia de massas do fascismo*.

O partido formado por pequeno-burgueses, soldados desmobilizados e frustrados, bem como por desempregados, tentou um golpe de Estado em 1923 (o *Putsch* de Munique), que fracassou e levou Hitler à prisão, o qual aproveitou para ditar sua obra a Rudolf Hess, que a organizou. O NSDAP perdeu força com a recuperação econômico-social, mas em 1929 a conjuntura tornou-se novamente favorável para a exploração política das frustrações acumuladas e renovadas. Os nazistas partiram para a conquista de bases operárias, despolitizadas ou desiludidas, duramente disputadas com o KPD. A capitalização das frustrações patrióticas (anti-Versalhes) e um populismo pseudossocialista (um *socialismo nacional* agradava ao operário conservador) propiciaram aos nazistas também uma base operária. Numa sociedade em profunda crise, o lema *ein Volk, ein Reich, ein Führer* (um povo, um império, um guia), parecia suplantar as divisões sociais e partidárias.

Mas a resistência existia. Os intelectuais, os social-democratas, os comunistas, os liberais e alguns setores religiosos e até conservadores, ainda que a partir de uma postura defensiva, opunham-se à ascensão fascista, enquanto os confrontos se acirravam. Os generais alemães (organizados no Estado-Maior da Reichswehr), a maior parte da polícia e da burocracia estatal, a grande burguesia industrial e financeira alemã (Krupp, Thyssen e muitos outros), bem como alguns grupos econômicos estrangeiros e movimentos políticos de direita articulados internacionalmente, apoiavam Hitler política e economicamente. Ainda que a ideologia nazista repugnasse a muitos deles, necessitavam de um político com algum respaldo popular e de um governo ditatorial. Hermann Goering e Rudolf Hess constituíram, dentro do Partido Nazista, os elementos de ligação com o grande capital alemão e internacional, especialmente o cartel do carvão e do aço. Assim, a

alta burguesia respaldava e impulsionava a ascensão nazista.

As divisões e a postura defensiva das forças democráticas acabaram sendo fatais. Os intelectuais possuíam diferentes posturas e os grupos religiosos e liberais encontravam-se divididos internamente. Afinal, o Partido Nazista defendia o capitalismo e, para muitos, isto era mais importante que a democracia, a qual, aliás, não estava funcionando. Os comunistas, por seu turno, evitavam aliar-se com a social-democracia, seguindo a sectária e equivocada orientação do VI Congresso da Komintern (1928), que a considerava igualmente inimiga. Os líderes social-democratas, por sua vez, tentavam salvar a democracia liberal de Weimar, cujos expoentes não desejavam ser salvos, enquanto parte da sua base operária, atemorizada ou desiludida, escorregava para o NSDAP ou para o KPD.

O SPD revelava, assim, suas contradições e a acomodação de parte de sua base, comandada por uma elite ou *aristocracia operária*. No caso específico da Alemanha, o massacre dos espartaquistas (comunistas) em 1919 pelo governo social-democrata minara desde então as possibilidades de uma aliança mais sólida das forças de esquerda. Após eleições marcadas pela violência, conspirações e intrigas palacianas e golpes em governos regionais, Hitler foi nomeado chanceler em 30 de janeiro de 1933. Nesta eleição (06/11/1932), os nazistas obtiveram 11 milhões de votos, contra seis dos social-democratas e seis dos comunistas, mas foram apoiados por outros partidos conservadores, num governo de coalizão. Na verdade a esquerda alemã não acreditava que os nazistas conseguiriam firmar-se no poder, minimizando o perigo que estes representavam.

A década de 1930 conheceu a ascensão ou radicalização de novos regimes e ditaduras conservadoras, além da Alemanha: entre 1930 e 1938 na Romênia (rei Carol II), em 1932 na Hungria (Horthy implantou estruturas políticas fascistas), em 1933 na Áustria (Dollfus) e em Portugal (Salazar), em 1934 na Letônia (Karlis Ulmanis), na Estônia (Konstantin Paets) e na Bulgária (rei Boris), em 1936 na Grécia (general Metaxás), entre 1936 e 1939 na Espanha e na Finlândia, onde o movimento fascista Lapua apoiou as reformas autoritárias do governo. Também quase todos os países latino-

americanos tornam-se ditaduras nos anos 30. O liberalismo sobreviveu apenas na Europa do norte e noroeste, bem como na América do Norte. Mas os golpes fascistas apoiados pela direita internacional fracassaram na França (1934), graças à reação popular, e na Espanha (1936), país em que eclodiu violenta guerra civil, vencida pelas forças do general Francisco Franco.

O conservadorismo extraeuropeu

No Japão dos anos 1930, a articulação das forças conservadoras era cada vez maior devido aos conflitos internos e ao impacto da Grande Depressão sobre a economia exportadora. A oligarquia dirigente temia o crescentemente combativo e consciente movimento operário. As *ideias perigosas*, como as autoridades qualificavam o socialismo, foram combatidas pela censura, pela polícia e por uma educação voltada ao nacionalismo e ao tradicionalismo. O forte incremento demográfico, ligado aos efeitos da crise mundial sobre as exportações, levou a burguesia japonesa a elaborar um plano para a criação de uma grande zona econômica no Oriente como saída para a crítica situação do país, o Plano Tanaka de 1927, que visava a criação da chamada Esfera de Coprosperidade Asiática.

Os grupos conservadores do exército e da marinha enfrentavam-se com os políticos democráticos e militares moderados, enquanto crescia a força de um nacionalismo totalitário, embasado na religião xintoísta. À noção de uma missão histórica a ser executada pelo povo japonês somava-se a de lealdade dos súditos a um imperador divinizado (Hirohito). Neste contexto, o primeiro-ministro Konoye Fuminaro era empurrado pela direta militarista, proclamando em 1938 a instauração de uma *nova ordem* na Ásia oriental. Os partidos políticos foram então fechados, estabelecendo-se um partido único em 1940.

Estes efeitos econômico-sociais e políticos-ideológicos também atingiram a América Latina. A retração do comércio e dos investimentos mundiais afetou severamente as economias agroexportadoras, afundando-as na recessão e estagnação, enquanto a instabilidade social resultante

conduziu à implantação de regimes ditatoriais em quase todo o continente. No Brasil, a crise da República do "café com leite" levou Vargas ao poder com a Revolução de 1930, aprofundada com a implantação do regime autoritário do Estado Novo (de caráter nacional-desenvolvimentista) em 1937, como resposta à difícil situação do país.

Na Argentina, o colapso das exportações produziu forte agitação social e a quebra do sistema político, com as ditaduras militares de Uriburu (1930-32) e Justo (1932-38), e com o Movimento dos Coronéis nos anos 40. Neste quadro de crise e generalização dos regimes autoritários, eclodiram conflitos como a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-35), uma disputa territorial estimulada pela virtual existência de jazidas petrolíferas da região, e a guerra entre o Peru e o Equador em 1941, na qual este último país perdeu metade de seu território. Além disso, o nacionalismo reformista também se manifestou com intensidade, com a ascensão do APRA ao poder no Peru em 1933, o golpe do MNR na Bolívia em 1943 e a nacionalização do petróleo mexicano pelo presidente Cárdenas em 1938.

Desde a ascensão de Roosevelt ao poder, em 1933, os Estados Unidos cessaram as intervenções nos países da Bacia do Caribe e lançaram a *Política da Boa Vizinhança*, materializada através das Conferências Pan-Americanas: Havana em 1928, Montevidéu em 1933, Buenos Aires em 1936, Lima em 1938 e Rio de Janeiro em 1942. Tal estratégia visava a reaproximação com as nações latino-americanas, para contrapor-se aos interesses europeus e construir uma área de influência regional, como primeira etapa para a estruturação de um novo sistema mundial sob sua liderança. Dentro desta estratégia, as questões de segurança hemisférica forneciam justificativas para a subordinação diplomático-militar e econômica do continente aos interesses de Washington. Além disso, os Estados Unidos utilizaram intensamente a indústria cultural, especialmente o cinema de Hollywood, como forma de afirmar sua influência continental e mundial.

Os projetos em conflito nos anos 1930

Os conflitos periféricos (1931-1938)

Em 1931 iniciou-se a primeira de uma série de guerras regionais, que conduziriam à Segunda Guerra Mundial e que possuíam características comuns: foram desencadeadas ou fomentadas pelos países do Eixo. A debilidade da economia japonesa fez com que o país fosse duramente atingido pela crise de 29 e pelo protecionismo comercial dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Com a radicalização dos conflitos sociais internos, acelerou-se por parte do exército a aplicação do Plano Tanaka, que visava a conquista do norte da China, Sibéria e das colônias europeias do Sudeste Asiático (a zona ou Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental).

A Manchúria foi invadida em setembro de 1931 e o Jehol em 1933. Nestas regiões o Japão criou uma monarquia dependente, o Manchukuo, coroando o último imperador chinês da dinastia Manchu, Pu-Yi, como monarca. Esta região era rica em minérios e possuía grandes potencialidades agrícolas, além de ser pouco povoada. Era a primeira etapa do Plano Tanaka, pois a Manchúria estava estrategicamente localizada entre a Sibéria, a Mongólia e o restante da China, além de ligada diretamente ao Japão através da Coreia.

A invasão da Manchúria representava também um balão de ensaio, uma provocação destinada a testar a reação da LDN (da qual a China era membro) e dos Estados Unidos, para o prosseguimento da expansão japonesa. A LDN protestou timidamente, enquanto Chang Kai-Chek foi obrigado a aceitar este fato consumado, devido às reticências de seus aliados e à guerra civil chinesa. O presidente Hoover considerou que a invasão japonesa era útil aos Estados Unidos para "manter a ordem e impedir a bolchevização da China", o que levou ao abandono do sistema estruturado pela Conferência de Washington. Esta atitude instigava implicitamente Chang Kai-Chek a concentrar seus esforços contra os comunistas chineses e não contra os japoneses. A ofensiva do KMT contra o Partido Comunista da China (PCC) levou então Mao Zedong (Mao Tsé-Tung) a empreender a Longa Marcha em 1935, do sul até o norte do país (Chen-Si), para escapar ao cerco e à aniquilação.

Paralelamente, a situação europeia tornava-se mais tensa com a ascensão de Hitler ao poder. A Alemanha, aplicando uma versão autoritária do keynesianismo, reativou as indústrias, montou um grande exército moderno e iniciou ousadas jogadas diplomáticas, destruindo o Tratado de Versalhes e ocupando países e regiões vizinhas sem maiores dificuldades. Como isto foi possível a uma potência que se encontrava em profunda estagnação econômica e em tão curto espaço de tempo?

Na verdade, o rearmamento alemão já começara na primeira metade dos anos 20, pois a Alemanha de Weimar contou com o apoio da URSS para burlar o Tratado de Versalhes (através do Tratado de Rapallo). Na segunda metade dos anos 20, os créditos necessários ao reerguimento da indústria bélica alemã vieram dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Em 1932, o fracasso das conversações sobre o desarmamento em Genebra significou, na realidade, um aprofundamento da política das potências ocidentais em permitir o rearmamento alemão, ainda antes de Hitler chegar ao poder. Mas com que propósito?

Segundo o historiador Alexandre Roche, os *mercadores de canhões*, como Krupp (alemão) e Schneider (francês), ou da indústria do aço e carvão, como Thyssen (alemão) e De Wendel (francês), buscavam apoios numa Europa tensa, já antes de 1929. Neville Chamberlain e Lord Halifax, expoentes de um grupo do Partido Conservador britânico, juntamente com o casal Astor, organizaram o chamado grupo de Cliveden, que articularia politicamente um cartel do aço e do carvão em escala internacional. Segundo este grupo, a Grã-Bretanha não resistiria à outra luta fratricida europeia.

Era necessário criar uma frente de potências capitalistas, onde o Império britânico e a França exerceriam seu poder no mundo colonial e à Alemanha caberia a tarefa de controlar a Europa centro-oriental, o que implicaria na possível destruição do Estado soviético e da agitação esquerdista no continente. O apoio desses políticos e industriais a Hitler foi decisivo quando as opções políticas se esgotaram na Alemanha em crise, no início dos anos 30. Foram eles os principais mentores da chamada política de *apaziguamento*, que permitiu aos nazistas ampliarem o território e o poder

militar-industrial da Alemanha sem encontrar resistência séria.

Com a ascensão de Hitler, a *Reichswehr* (o exército alemão do Império e da República de Weimar) se transformou na *Wehrmacht* (o exército da Alemanha nazista). A forma como o Alto Comando estruturou o pequeno exército de Weimar fez com que este fosse o núcleo de um grande exército. A concentração de oficiais permitiu que cada companhia se transformasse num batalhão, cada batalhão num regimento, este em divisões, e estas em exércitos, com a incorporação de milícias paramilitares. Toda a estrutura estava preparada para este salto qualitativo. Mesmo na República de Weimar, os militares alemães constituíram um verdadeiro Estado dentro do Estado e uma força política decisiva. Paralelamente, eram encerrados em campos de concentração ou mortos os elementos ligados às correntes antifascistas, personalidades destacadas exilavam-se, os judeus eram perseguidos e o obscurantismo dominava a vida cultural.

Em 1935 a região do Sarre com seus grandes recursos econômicos foi incorporada à Alemanha, foi instituído o serviço militar obrigatório e permitida a expansão da marinha alemã até 35% da inglesa, através do Acordo Naval Anglo-Germânico. No ano seguinte a Renânia foi remilitarizada e iniciou-se a construção da Linha Sigfried. O sistema de Versalhes desmoronava com o consentimento das potências Ocidentais. Mas o avanço da direita internacional e do fascismo não foi, entretanto, tão tranquilo como aparentava. Na Alemanha, seria necessário um expurgo dentro do próprio Partido Nazista em junho de 1934, a Noite das Longas Facas, um massacre no qual os líderes mais ligados aos setores populares foram eliminados (o Partido, para viabilizar a aliança com a elite econômica, se tornava mais *nacional* e menos *socialista*), e o esmagamento completo da oposição antifascista. Neste mesmo ano fracassou um golpe fascista na França, enquanto na Áustria os nazistas assassinavam o ditador fascista católico Dollfus, sendo, todavia, impedidos de tomar o poder por Mussolini e pelo Papa.

Em outubro de 1935 a Itália invadiu a Abissínia (atual Etiópia) a partir de suas colônias da Eritreia e Somália. A LDN, da qual a Abissínia era membro,

além dos tradicionais protestos verbais, aprovou um embargo comercial à Itália, por pressão de Londres, pois o controle da região por Mussolini poderia ameaçar os interesses petrolíferos britânicos no Oriente Médio. Mas o embargo constituía apenas uma pressão limitada para impedir novos ímpetos expansionistas de Roma, pois nada de concreto foi feito para defender o país agredido. A dificuldade na conquista do país (só completada em maio de 1936), apesar da desproporção de forças, evidenciou a fragilidade do fascismo italiano e católico. Mas a guerra na África oriental serviu para enterrar a política da Conferência de Stresa (na qual Londres e Paris procuraram atrair Roma e afastá-la de Berlim), pois Mussolini aproximou-se de Hitler para fazer frente ao embargo britânico, criando o Eixo Roma-Berlim em 1936.

Neste mesmo ano, as frentes populares (coalizão de partidos antifascistas proposta pela Komintern, reunindo os liberais e a esquerda) venceram as eleições na França e na Espanha. Além disso, Roosevelt e o Partido Democrata dos Estados Unidos, com apoio dos interesses judaicos (preocupados com o fortalecimento dos nazistas "ideológicos" – Hitler, Himmler, e Bormann) reagiram contra a política de conivência com o nazismo. Na Grã-Bretanha, Churchill (ligado à City e à Royal Navy), com parte do Partido Conservador e o Partido Trabalhista, opuseram-se à colaboração com Hitler. As dificuldades cresciam para a política de apaziguamento defendida pelo Grupo de Cliveden.

Como observou Alexandre Roche,

> depois de 1920, o Cartel (da siderurgia) e seus aliados perderam a batalha dos meios de comunicação mundiais. (...) Não puderam desenvolver Agências de Informação como Reuters, Havas, UPI, Associated Press, que possuem redes mundiais. (...) Apesar das tentativas, nem Alemanha, nem Itália puderam desenvolver um cinema como o de Hollywood, que domina o mundo. Ora, estes novos meios de comunicação são pela democracia liberal, contra o Grupo de Cliveden. Da mesma forma, a esquerda não se deixa abater. Os intelectuais conduzem um combate constante. Hemingway, Malraux, Thomas Mann, como também outros, denunciam as atrocidades dos fascistas e nazistas. *Guernica* de Picasso alertará (...) sobre o perigo do nazismo. A opinião dos povos se cristaliza, apesar das intrigas dos diplomatas[16].

Em julho de 1936, o general Franco, na Espanha, sublevou-se contra a

República, com o apoio da ala reacionária do exército, da Igreja Católica e dos grandes proprietários rurais. Itália e Alemanha forneceram um apoio logístico decisivo para o desencadeamento do golpe. Mas a população reagiu ao golpe fascista, que visava destruir os sindicatos, os partidos de esquerda e a democracia liberal, devendo estar concluído em uma semana. Em lugar disto, a Guerra Civil durou quase três anos, impedindo Franco de ajudar Hitler na Segunda Guerra Mundial. Com o aprofundamento do conflito na Espanha, a Alemanha começou a estruturar alianças internacionais e a tentar tirar proveito da política de apaziguamento, nesta conjuntura difícil, através de uma postura anticomunista. Em novembro de 1936 assinou com o Japão o Pacto Anti-Komintern (colaboração na luta contra a URSS e a Internacional Comunista), a qual, juntamente com o Eixo Roma-Berlim, embasaria a aliança fascista, o *Eixo* (a Espanha uniu-se ao Pacto em 1939).

A Guerra Civil Espanhola constituiu um exemplo das misérias e grandezas da época. A luta encarniçada entre espanhóis envolveu outros povos, para os quais se tratava de uma luta entre o fascismo e a democracia. A República recebeu apoio material da URSS e a Internacional Comunista organizou os voluntários de todas as origens nacionais e ideológicas antifascistas nas Brigadas Internacionais (15 mil homens aproximadamente). Franco, por sua vez, foi apoiado pela Legião Condor alemã (10 mil soldados) com aviação e blindados modernos, pelo Corpo Expedicionário Italiano (120 mil soldados), além de centenas de fascistas de outros países. Assim, houve combates entre brigadistas alemães e italianos contra seus conterrâneos fascistas. Além disso, Franco recebeu apoio estratégico de Portugal, petróleo de empresas americanas e foi favorecido indiretamente pela política anglo-francesa de não intervenção. Apesar da vitória franquista em março de 1939, o conflito demonstrou a importância da resistência ao avanço político e militar do fascismo.

Em 1937, entretanto, a crise econômica mundial voltou a se intensificar, depois de uma efêmera recuperação. O boicote de Chang Kai-Chek aos produtos *made in Japan* e a proposta de Mao Zedong para a formação de

uma aliança antijaponesa entre o PCC e o KMT (com uma trégua na guerra civil), aliados ao recrudescimento da crise, levaram o Japão a invadir o restante da China em 1937. A cidade de Xangai foi bombardeada pela aviação japonesa, com milhares de vítimas. A grande ofensiva nipônica em 1937-38 permitiu a conquista do litoral do país e do baixo e médio vale dos rios Huang-Ho e Yang Tsé-Kiang.

Esta região, embora menor que a controlada pelo KMT (que recebia apoio financeiro e militar não oficial dos Estados Unidos), era mais povoada e economicamente desenvolvida, abrigando as cidades mais importantes e a rede de transportes. Os japoneses, que haviam longamente preparando alianças no país, criaram um governo colaboracionista em Nanking, dirigido pelo número dois do KMT, o general Wang Ching-Wei. A partir de então a frente estabilizou-se, ocorrendo somente escaramuças entre o KMT e o exército nipônico. Nas áreas ocupadas, desenvolveram-se guerrilhas defensivas, lideradas ou instigadas, sobretudo pelos comunistas. Assim, a atual China abrigava quatro governos: o Manchukuo no nordeste e o de Nanking no litoral (ambos pró-japoneses), o do *Kuomintang* no sul (capital em Chunking) e o comunista no norte (Yenan).

A industrialização soviética e o stalinismo

Paralelamente à instabilidade do Ocidente nos anos 1920 e sua crise nos anos 1930, o socialismo soviético se consolidava através da *revolução pelo alto* (uma revolução na revolução), desencadeada pela liderança stalinista a partir do aparelho estatal. Durante o inverno de 1920-21 o Exército Vermelho derrotou as principais forças antirrevolucionárias e intervencionistas das potências capitalistas. Entretanto, o preço da vitória fora elevado, e seus limites bastante sérios. A produção encontrava-se paralisada, a população debilitada e os camponeses descontentes. A fome assolava vastas regiões do país, causando milhões de mortes, além de desencadear epidemias de tifo e cólera, que causaram milhões de vítimas adicionais.

A isto se deve acrescentar os mortos da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil, totalizando mais de dez milhões. De outra parte, a Rússia

perdera de 900 mil km^2 economicamente importantes e 30 milhões de habitantes (a população do Império russo em 1914 alcançava 160 milhões). A consciência das limitações da Revolução levou Lênin e outros dirigentes bolcheviques a abandonar o *comunismo de guerra* (um conjunto de medidas excepcionais introduzidos durante a guerra civil) e adotar a *NEP* (Nova Política Econômica).

O triunfo da Revolução de Outubro fora possível graças à aliança operário-camponesa, cujo fundamento era a *combinação de uma revolução proletária e de uma revolução burguesa*, sob o comando dos bolcheviques. A primeira, socialista, apoiava-se nos operários urbanos e visava a supressão da propriedade privada; a segunda, de tendência capitalista, desejava a extensão e o desenvolvimento da propriedade privada no campo. O campesinato aceitou os sacrifícios do comunismo de guerra enquanto havia o risco de retorno dos antigos proprietários, mas, com a derrota da contrarrevolução, recuou para uma economia de subsistência. A vontade de usufruir o *status* de proprietário passou a predominar.

A NEP, como política que favorecia o camponês, permitiu a rápida recuperação da economia russa, devido ao caráter primitivo da agricultura, a qual necessitava modestos investimentos. O setor industrial era o grande sacrificado, gerando uma grande massa de desempregados. Ressurgiu gradativamente uma elite proprietária, os *nepmen*: comerciantes, industriais e especuladores. O meio rural, por sua vez, era um viveiro do capitalismo, onde a maior parte dos pequenos proprietários entrava em declínio, cedia suas terras aos *kulaks* (camponês médio ou grande) e tornava-se assalariada. Apesar dos problemas, o regime conseguiu criar milhares de escolas, sobretudo no campo, instituindo o ensino gratuito até os 12 anos, e ampliou enormemente a estrutura médico-sanitária, com um impacto positivo sobre a recuperação demográfica. Em 1922 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como Estado federal multinacional, que contava com mais de cem povos.

O precoce desaparecimento de Lênin (falecido em janeiro de 1924) afetou seriamente o Partido e o novo regime. Seu papel ultrapassava de

longe o dos demais líderes da Revolução, devido ao prestígio e à autoridade de que gozava e aos talentos como teórico, político e estadista. Ele teve o mérito de aclimatar o marxismo às condições russas e elaborar a estratégia da Revolução. Além disso, representava um elemento de equilíbrio entre os diferentes grupos do Partido bolchevique, que era integrado por um setor de militantes cosmopolitas e intelectualizados, em sua maioria de origem pequeno-burguesa, que viveram exilados no exterior a maior parte do tempo, antes da Revolução (Trotski, por exemplo), e por um segundo setor, constituído de elementos oriundos em sua maioria do operariado, da pequena-burguesia e do campesinato, que tinham em comum certa limitação teórica e uma militância essencialmente dentro do país, executando tarefas difíceis e vivendo nas mais duras condições de clandestinidade (como Stalin).

A disputa sucessória foi travada entre estes dois grupos, e se estendeu pela década de 1920. Stalin e Trotski foram os principais expoentes desta luta, cujo antagonismo localizava-se nos elementos acima descritos, além das concepções sobre o caráter da revolução, que Trotski pretendia *permanente e mundial*. Stalin, por sua vez, havia formalizado a teoria do *socialismo num só país*, argumentando que, frente ao insucesso da Revolução no Ocidente, a URSS teria que construir as bases econômicas do socialismo num esforço próprio. A evolução internacional e a situação interna da URSS facilitaram a vitória do grupo stalinista em 1927, que desde então passou a implementar parte do projeto de Trotski de coletivização da agricultura e industrialização, combinados com as estruturas do *socialismo num só país*.

No inverno de 1927-28, a especulação com os cereais pelos camponeses mais abastados (*kulaks*) serviu de pretexto para Stalin colocar em marcha o projeto de coletivização da agricultura, com vistas a enfrentar um triplo problema: o abastecimento alimentar das cidades, a possibilidade de restauração do capitalismo (decorrente da crescente força dos *kulaks*) e a necessidade de promover a acumulação de capital para financiar a industrialização e obter mão de obra para as fábricas. Grande parte dos

camponeses reagiu à coletivização e aos seus métodos, levando o governo a empregar a força, transformando este conflito numa verdadeira segunda guerra civil, com a "eliminação dos *kulaks* como classe" e a deportação de comunidades inteiras em direção às novas zonas econômicas, muitas vezes em pleno inverno. Neste trágico processo, mais de um milhão de pessoas pereceu devido à repressão, ao frio e à insalubridade dos campos de trabalho forçado, que constituíam a ponta de lança da implantação dos novos polos industriais e mineradores em zonas distantes. A maneira pela qual se deu a coletivização gerou no camponês russo um ressentimento prolongado.

Paralelamente, era lançada a industrialização intensiva através do I Plano Quinquenal (1928-33). O planejamento constituía um mecanismo oposto ao mercado capitalista, pois partia de objetivos políticos, organizando a economia em função desses. Em alguns meses construíram-se indústrias e cidades onde antes sequer havia estradas, criando a base da indústria pesada e a infraestrutura de transportes e energia. A título de exemplo, entre 1917 e 1940, a geração de energia elétrica cresceu de 2 bilhões para 50 bilhões de Kwh, a de aço de 4 milhões para 18 milhões de toneladas e a de calçados de 60 milhões para 211 milhões de pares. Contudo, as alterações sociais foram ainda mais profundas, sobretudo a urbanização. No lapso de uma geração, a população urbana passou de 15 para 50%, o que nos Estados Unidos levou um século quanto ao percentual e 160 anos quanto ao número de pessoas (100 milhões). As cidades cresceram, mas ruralizaram-se socialmente, o que conduziu à adoção de medidas draconianas para disciplinar os novos operários à rotina de uma sociedade industrial, regulada pelo relógio e não pela natureza.

A vida dos trabalhadores era, entretanto, superior a do *mujik* (antigo camponês), com satisfações concretas que legitimavam o regime, como a possibilidade de ascensão social. Enquanto o acesso à educação, à cultura e ao atendimento médico universalizavam-se, a mulher era emancipada. Como lembra Isaac Deutscher, "a cultura russa perdeu em profundidade, mas lucrou em extensão". Contudo, na ausência de uma consciência popular

socialista, o regime lançou mão de uma camada técnica e burocrática calcada em estímulos materiais, mas rigidamente controlada politicamente.

As necessidades de disciplinamento de uma população em rápida urbanização, os efeitos sociais da industrialização e o controle de uma burocracia em expansão, em meio a uma conjuntura internacional crescentemente adversa, estimularam Stalin a desencadear uma série de depurações nos escalões médios e superiores do Partido e da burocracia estatal entre 1936 e 1938. O terror desencadeado pelos expurgos stalinistas dentro do próprio grupo dirigente não visava conter uma revolta popular, que inexistia, nem uma oposição, que se encontrava dispersa, mas manter um estado de tensão interior, exagerando os inimigos de classe, numa fase de forte pressão externa. Stalin tomava a resistência da realidade pela dos homens (do Partido), atribuindo os insucessos à sabotagem e à conspiração, manipulando o tema para afirmar seu poder pessoal. Isto também fornecia uma satisfação ao povo por falhas e dificuldades decorrentes das novas formas de organização, e lhe permitia manter o controle sobre a burocracia por ele próprio estimulada.

O stalinismo gerou uma simplificação do marxismo que acabou comprometendo o desenvolvimento ulterior da Revolução, mas a curto e médio prazo transformou um país atrasado e continental na segunda potência mundial e numa nação moderna, num tempo histórico extremamente breve. Tal transformação permitiria à URSS enfrentar com sucesso a dura prova da Segunda Guerra Mundial. O caráter muitas vezes brutal desta transformação decorreu tanto da personalidade rude do líder como das limitações estruturais em que se deu a revolução bolchevique.

As ambiguidades da diplomacia triangular (1938-39)

A nova conjuntura levou Hitler a iniciar a segunda etapa de seu plano de expansão. Estando agora aliado à Itália, ele utilizou os nazistas austríacos para criar no país uma situação propícia ao *Anschluss* (anexação da Áustria à Alemanha), o que foi logrado sem dificuldades em março de 1938, com tímidos protestos franco-britânicos. A política anglo-francesa de

apaziguamento, liderada por Chamberlain e Halifax, aproximou-se de seu ápice. Segundo Pierre Thibault, esta curiosa política consistia "em evitar a agressão cedendo antecipadamente ao agressor".

Tal vitória levou Hitler a avançar suas pretensões de expansão territorial rumo à Tchecoslováquia, exigindo a incorporação dos Sudetos, a região fronteiriça e montanhosa da Boêmia-Morávia, próspera e povoada por alemães. Praga opôs-se, pois possuía um exército forte e uma indústria poderosa. A URSS prometeu-lhe apoio, mas o presidente Benes foi convencido pelos ingleses e franceses (onde a centro-direita voltara ao poder) a ceder a Hitler e recusar o apoio da URSS, aceitando suas garantias. Assim, em Munique, Chamberlain, Daladier e Mussolini reuniram-se com Hitler em 30 de setembro, sem a presença de uma única autoridade tchecoslovaca, e entregaram-lhe parte de um país soberano, democrático e aliado. Em outubro, a Polônia dos coronéis (um regime fascista-corporativo e antissemita) anexou a região siderúrgica de Teschen e em novembro a Hungria fascista católica incorporou a faixa sul da Eslováquia, o Felvidék (etnicamente polonesa e húngara, respectivamente).

Enquanto isto, na Ásia, em 1938, tropas do I Exército japonês atacaram a URSS na região do Lago Khassan, na fronteira com a Coreia, mas foram derrotadas pelo Exército Vermelho. No ano seguinte, foi a vez do território da Mongólia (único aliado da URSS) ser atacado pelo exército nipônico na região do rio Khalkhin-Gol, sendo novamente derrotado pelas tropas soviético-mongóis, após meses de combates. Esses ataques foram possíveis graças à atitude tolerante das potências ocidentais na Europa, que isolou a URSS, e à expectativa de enfraquecimento do Exército Vermelho depois dos expurgos de 1938. Tais derrotas teriam profundas repercussões na estratégia japonesa, que resistiria às pressões alemãs para uma invasão à URSS.

Em março de 1939 Hitler anexou o que restara da Boêmia-Morávia (primeiros não alemães dominados pelo Reich) e criou um Estado fascista católico na Eslováquia, dependente da Alemanha e governado pelo monsenhor Tiso. À Hungria coube a anexação da Rutênia, que pertencia à Eslováquia e era povoada por ucranianos. Assim, um importante país

industrial, democrático-liberal e membro da LDN, que aceitara as garantias anglo-francesas, desapareceu e teve seus recursos incorporados à economia alemã. Neste mesmo ano a Itália anexou a Albânia, dando prosseguimento à sua política de expansão no Mediterrâneo. Na sequência, a Lituânia cedeu a região de Memel, pressionada pela Alemanha, enquanto a Romênia concedeu-lhe a coparticipação na exploração de seu petróleo.

A anexação da Áustria e da metade industrial da Tchecoslováquia fizeram da Alemanha a segunda potência industrial do planeta – apenas superada pelos Estados Unidos –, com a incorporação de imensos recursos humanos e materiais à sua indústria militar. A expansão fizera-se rumo a leste, permitindo a Berlim ampliar sua influência sobre os países balcânicos, ricos em recursos naturais, como petróleo, de que o Terceiro Reich carecia. Apesar de tudo, capitais privados internacionais continuavam a reforçar o potencial econômico da Alemanha, indústrias americanas auxiliavam o desenvolvimento de materiais sintéticos (sobretudo borracha), que o país necessitava, reforçando a indústria bélica alemã.

A LDN se tornara praticamente inoperante, devido à política de apaziguamento anglo-francesa (líderes da organização), que a desmoralizou. A Alemanha retirou-se em 1933 e a URSS ingressou em 1934, para dela ser expulsa em 1939. A falta de uma reação firme frente aos ataques japoneses de 1931 a 1937 à China, à invasão da Abissínia e à ocupação da Áustria e Tchecoslováquia, além da injustificável política em relação à Espanha (onde a República, com seu governo legitimamente eleito e membro da LDN, era tratada em nível de igualdade com os golpistas de Franco) levaram à falência da organização, paralisada em 1939. Todas as nações atacadas eram membros da LDN.

Em 1939 começou a se configurar mais claramente uma diplomacia triangular: potências capitalistas liberais (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França), potências capitalistas fascistas (Alemanha, Itália e Japão) e a potência socialista (URSS). Guerra e/ou aliança de quem contra quem? Como foi visto, as metrópoles europeias, de industrialização antiga, desejavam a manutenção do *status quo* internacional como garantia de seus

impérios coloniais, enquanto as potências fascistas, de industrialização recente e mais afetadas pela Grande Depressão, almejavam a redivisão das esferas de influência, buscando constituir espaços econômicos regionais. Quanto aos Estados Unidos, a maior e mais dinâmica potência industrial, objetivava a implantação do livre comércio em âmbito mundial, opondo-se a áreas de influência, enquanto a URSS lutava por manter-se fora do confronto que se avizinhava.

A política internacional passou, então, a oscilar entre dois caminhos possíveis: a redivisão das áreas de influência econômica poderia ser resolvida por uma guerra entre o bloco fascista e o das democracias liberais, menos atingido pela crise, com apoio de Moscou (uma variante desta seria a neutralidade soviética) ou por um acordo entre os dois blocos para uma guerra com a URSS (a política do Grupo de Cliveden, de apoio discreto ao Eixo contra a URSS, e a cruzada anticomunista do Vaticano). No primeiro caso, o conflito de ambições hegemônicas dentro do capitalismo estaria resolvido, mas o socialismo sobreviveria, enquanto no segundo caso, sua destruição seria, provavelmente, apenas um adiamento do confronto entre os dois blocos.

A Segunda Guerra Mundial vai representar uma combinação ambígua das duas vias: aliança do bloco liberal-democrático com a URSS, deixando espaço para o Eixo desgastar os soviéticos e se desgastar. Não se deve esquecer que o conflito resultava das contradições existentes no interior do capitalismo (o desenvolvimento desigual entre os países industriais, que conduz periodicamente à necessidade de redivisão das esferas de influência econômica), e era isto que determinava, em momentos-chave, o interesse das potências Ocidentais, desde que o socialismo não representasse uma ameaça séria e imediata ao sistema, naturalmente.

Sendo a URSS o único país socialista, a diplomacia de Moscou tentou evitar uma coalizão das potências ocidentais contra si, através da exploração das rivalidades de tipo imperialista, desde Brest-Litovsk e Rapallo, quando o Kremlin procurou impedir que a Alemanha (o país com melhores condições estratégicas para derrotar a Rússia) se aliasse às potências ocidentais. Mas a

ascensão do nazismo fez com que este país voltasse a ser a principal ameaça à sua segurança, o que no início foi subestimado. Stalin e Litvinov procuraram, então, junto ao Ocidente e à LDN, desde 1934, uma aliança com os anglo-franceses que barrasse a expansão de Hitler, a *segurança coletiva*, preconizada pelo grupo de Litvinov. Mas a política de apaziguamento inviabilizou tal estratégia.

A expansão pacífica de Hitler e os ataques japoneses de 1938-39 foram interpretados por Stalin como signos de uma política antissoviética comum por parte dos países capitalistas, liberais e fascistas. O temor e a paranoia tornaram-se cada vez maiores, contribuindo para os expurgos de 1936-38. Além disso, a Abwehr e a Gestapo (polícias secreta e política alemãs) vazaram documentos falsos sobre ligações de generais soviéticos com o Estado Maior alemão, iniciadas na época do Tratado de Rapallo. Esta conspiração visava à eliminação da cúpula militar soviética (a maioria foi executada). Um ano depois, o Japão foi tentado a "testar" o Exército Vermelho na Ásia.

Após ocupação completa da Tchecoslováquia, em março de 1939, a mudança de atitude do Kremlin não se fez esperar. No mesmo mês, Molotov assumiu as rédeas da política exterior soviética, ocupando o lugar do cosmopolita Litvinov, que se tornou seu vice, e abandonando a diplomacia da *segurança coletiva*. Molotov representava a facção interna ou nacional (stalinista), favorável à manutenção do país fora da guerra, procurando a explorar as divergências existentes entre as potências capitalistas. Durante o tenso verão de 1939, quando a guerra se avizinhava, a URSS iniciou uma derradeira tentativa de aliança militar com a Grã-Bretanha e a França. Estas, todavia, enviaram a Moscou diplomatas e militares de segundo escalão, sem poder de decisão, aumentando a desconfiança da URSS.

Os diplomatas soviéticos deduziram então que o Grupo de Cliveden, contra a crescente oposição da opinião pública anglo-francesa, pretendia jogar seu trunfo decisivo sobre a Polônia. Ocupando-a, a Wehrmacht atingiria a fronteira soviética, ficando então em posição de atacar a URSS. A falta de preparação militar anglo-francesa, em meio a uma situação tão

tensa, era entendida como uma estratégia para encorajar Hitler a atacar a Polônia. Afinal, de que serviam as garantias diplomáticas a Varsóvia sem um respaldo militar?

Foi então que os soviéticos jogaram sua perigosa e polêmica cartada diplomática: Molotov ofereceu um acordo a Hitler. O Pacto de Não Agressão Germano-Soviético de 23 de agosto de 1939 deixou a Itália e o Japão confusos. Liberais, trotskistas e social-democratas somaram-se aos conservadores para denunciar a traição de Stalin com este pacto paradoxal, celebrado entre os inimigos extremos. Mas para a URSS ele permitiu ganhar tempo para a preparação militar e para tentar dissolver uma eventual coalizão antissoviética. Era, literalmente, uma réplica ao Acordo de Munique. O item secreto sobre a partilha da Polônia fazia a fronteira soviética avançar aproximadamente 200 km para oeste, aumentando a zona defensiva da URSS. É conveniente lembrar que neste momento a União Soviética se encontrava em guerra não declarada com o Japão na Mongólia, o que reforçava o sentimento de que existia uma convergência entre seus inimigos.

Para Hitler, era uma maneira de explorar a fraqueza anglo-francesa, visando ampliar suas conquistas territoriais, bem como ganhar tempo para melhor se preparar militarmente (as derrotas japonesas mostraram a Hitler que vencer o Exército Vermelho seria mais difícil que o previsto). Além disso, os vantajosos acordos econômicos com a URSS permitiram tornar ineficaz um possível bloqueio comercial anglo-francês à Alemanha. No fundo, as rivalidades internacionais levavam Hitler a não desejar ser apenas um peão da estratégia dos aliados mas a utilizá-los como parte de *sua* estratégia. Não bastava apenas a Europa oriental: a Alemanha queria a devolução de suas colônias e o domínio de regiões sob a influência anglo-francesa. O cenário para a guerra estava preparado.

A Segunda Guerra Mundial e suas consequências

Drôle de guerre, Sitzkrieg

No dia 1º de setembro de 1939 a Wehrmacht invadiu a Polônia,

empregando a *Blitzkrieg*, ou guerra-relâmpago. Esta foi eficaz mais por demérito do adversário que por méritos próprios, na medida em que o governo polonês abandonou o país no dia 19, deixando atrás de si uma resistência obstinada, mas descoordenada e sem recursos. Mesmo assim, os alemães levaram um mês para controlar o país. No dia 17 as forças soviéticas cruzaram a fronteira e ocuparam as regiões do leste, majoritariamente povoadas por bielo-russos e ucranianos. Curiosamente, durante os oito meses que se seguiram ao início da guerra, as tropas franco-britânicas permaneceram praticamente inativas na fronteira ocidental da Alemanha, no que ficou conhecido como *drôle de guerre* (guerra estranha ou engraçada) ou *Sitzkrieg* (guerra sentada ou parada), inclusive em setembro de 1939 e abril de 1940, quando o exército alemão encontrava-se combatendo na frente polonesa e escandinava, respectivamente. Durante este período, a mobilização militar aliada foi apenas parcial e projetos franceses de aviões e tanques modernos permaneceram arquivados. Era como se a verdadeira guerra ainda não houvesse começado.

Atentos a estes "não acontecimentos", os soviéticos procuraram controlar as repúblicas fascistas da Lituânia, Letônia e Estônia, que pertenciam à sua esfera de influência de acordo com o Pacto Nazi-Soviético, através de pactos de defesa que permitiam a instalação de bases e tropas em seus territórios. Mas a mesma estratégia fracassou em relação à Finlândia (que foi apoiada pelas potências ocidentais), produzindo-se uma guerra entre os dois países no inverno de 1939-40, vencida pelos soviéticos com extrema dificuldade. Ao preparar uma força para desembarcar na Noruega, como elemento de pressão em apoio aos finlandeses, bem como de controle das jazidas de ferro suecas, a Inglaterra levou Hitler a acelerar seus planos de invasão da Escandinávia. Em abril de 1940 a Alemanha ocupou a Dinamarca e a Noruega, enquanto a Inglaterra ocupava a Islândia, colônia dinamarquesa.

No dia 10 de maio de 1940 os alemães atacaram a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo e a França, utilizando o velho Plano Schlieffen, agora executado com a *Blitzkrieg*, enquanto Churchill assumia o poder na Inglaterra, com uma postura mais combativa em relação ao III Reich. A queda dos pequenos

países foi rápida, com a Wehrmacht contornando a Linha Maginot pelo norte e encurralando os ingleses em Dunquerque, os quais foram evacuados por mar para a Inglaterra, sem que os alemães pudessem realmente impedi-los.

A segunda fase da campanha, a Batalha da França, evidenciou a política que vinha sendo seguida pelos conservadores franceses, que não ofereceram uma resistência muito forte a Hitler. Pareciam mais preocupados em conter a oposição esquerdista, desmantelar as conquistas sociais da Terceira República e buscar algum acordo com a Alemanha, minimizando a derrota. O velho marechal Petáin assumiu o poder e rendeu-se aos alemães, que consentiram com a instalação de um governo fascista francês em Vichy, o qual, sintomaticamente, foi reconhecido pelos EUA e pela URSS. Enquanto isto, o general De Gaulle evadia-se para o exterior e passava a organizar a resistência dos chamados *Franceses Livres*.

Em lugar de atacar a Inglaterra, tarefa impossível face à superioridade naval inglesa e ao apoio dos Estados Unidos (ainda formalmente neutros) a este país, Hitler optou por bombardeá-la, visando enfraquecê-la, enquanto preparava a invasão da URSS. Os ataques aéreos alemães apoiavam-se na *teoria do bombardeio estratégico*, criada pelos próprios ingleses durante a Primeira Guerra Mundial, e que consistia em destruir a infraestrutura do adversário com bombardeiros de grande raio de ação e atemorizar a população, quebrando a capacidade de resistência. Mas a capacidade aérea dos alemães se revelou limitada, o que também ocorreria com sua campanha submarina no Atlântico, com vistas a revidar o bloqueio naval inglês.

Enquanto os britânicos enfrentavam os italianos na Grécia e no norte da África, os alemães intervieram nos Balcãs, como preparação à invasão da URSS. Berlim conseguiu assinar acordos diplomático-militares com os países balcânicos, mas um golpe de Estado antifascista na Iugoslávia e as debilidades italianas obrigaram Hitler a invadir a Iugoslávia (que foi desmembrada) e a Grécia, além de enviar tropas à África em socorro de Mussolini. Mas as dificuldades encontradas pelos paraquedistas alemães

para conquistar Creta, a queda das colônias italianas no leste da África e das francesas no Oriente Médio (Síria e Líbano, controladas pelo regime de Vichy) frente aos aliados, a derrubada do governo germanófilo da Pérsia, bem como o fracasso do levante antibritânico de Rachid Ali no Iraque, destruíram os planos alemães para a região.

As façanhas do Afrika Korps, liderado pelo general Rommel, jamais ameaçaram verdadeiramente o canal de Suez. Além do atraso na invasão da URSS que estas operações implicaram, as negociações tentadas por Rudolf Hess junto à liderança inglesa nesta oportunidade, buscando um compromisso político para facilitar a operação antissoviética em articulação pela Alemanha (evitando uma guerra em duas frentes), também fracassaram.

A guerra total e mundial

Apesar disso, o III Reich podia dispor da economia de toda a Europa (exceto a Inglaterra), integrada à sua indústria, o que lhe propiciou a capacidade de mobilizar um imenso e bem aparelhado exército, apoiado nos recursos humanos e materiais de todo o continente (inclusive de países neutros). Assim, no dia 22 de junho de 1941 tropas alemães, húngaras, romenas e finlandesas desencadearam a Operação Barba Ruiva (Barbarossa), uma gigantesca invasão da União Soviética em três eixos: Leningrado, Moscou e Kiev. Iniciava-se assim a guerra total, com a completa mobilização dos recursos dos beligerantes e a não distinção entre alvos civis e militares.

Embora a resistência encontrada fosse considerável, Stalin não realizara os preparativos necessários, e os alemães avançaram rapidamente, cercando Leningrado por 900 dias e tomando Kiev, mas esbarrando na bem-sucedida contraofensiva soviética frente a Moscou em novembro (a primeira derrota militar alemã na guerra). Mais do que ao frio, a vitória soviética deveu-se à motivação dos soldados e, principalmente, à capacidade organizativa da URSS, que transferiu indústrias para a Sibéria e mobilizou a população, deitando por terra a previsão alemã de encontrar um povo apático e um regime desacreditado. Pelo imenso volume de recursos humanos e materiais

empregados na frente leste, a guerra na Europa constituía principalmente um conflito terrestre entre o III Reich e a URSS, travado dentro do território desta última, a um custo incrivelmente elevado. Desde a invasão alemã, Churchill e Stalin começaram a discutir uma aliança anglo-soviética, que se formalizaria posteriormente, com a adesão dos Estados Unidos, após sua entrada na guerra.

Paralelamente, os Estados Unidos e seus aliados na Ásia estabeleceram um bloqueio econômico ao Japão, para impedi-lo de atacar a URSS, pois a derrota deste país daria à Alemanha um poderio insuperável, tanto em recursos como no controle da massa continental eurasiana, a *Heartland* das teorias geopolíticas. Além disso, para Washington o Japão era o inimigo principal e chegara a hora de atraí-lo para o confronto definitivo. Com sua reserva de petróleo chegando a um nível crítico e com todas suas propostas de acordo sendo recusadas pelos anglo-saxões, os japoneses não tiveram alternativa senão atacar, o que era esperado pelos norte-americanos.

Mas Roosevelt, face a uma opinião pública pacifista e à oposição dos políticos isolacionistas, precisava de uma justificativa para entrar na guerra. O traiçoeiro ataque a Pearl Harbor deu-lhe a justificativa de que necessitava, com amplo apoio interno. Assim, a guerra tornava-se *mundial,* com a participação de todas as grandes potências. A guerra no Pacífico constituía essencialmente um conflito aeronaval, em que a capacidade tecnológico-industrial é decisiva. Considerando-se que quando o conflito iniciou o PIB dos Estados Unidos era de 70 bilhões de dólares e o do Japão de apenas 6, depreende-se que este país não tinha reais chances de vitória.

Nos seis meses seguintes a Pearl Harbor os japoneses ocuparam alguns arquipélagos do Pacífico e as colônias europeias do Sudeste Asiático, chegando até a fronteira da Índia. Nestes territórios Tóquio implantou a Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia que, apesar de propagandear uma missão asiática libertadora contra o imperialismo branco, constituía essencialmente um mecanismo de pilhagem dos recursos da região para sua indústria bélica. Com a perda da maioria de seus porta-aviões e a batalha de Guadalcanal (que durou vários meses), seguiu-se um período de

estagnação, que só se encerrou em julho de 1943, quando os Estados Unidos passaram à ofensiva, ocupando seletivamente apenas um corredor de ilhas estratégicas em direção ao Japão e ao continente asiático. Ou seja, durante a maior parte da guerra, apenas em algumas fases e regiões ocorreram conflitos intensos na Ásia-Pacífico.

Na Europa, os alemães avançaram em 1942 em direção a Stalingrado e ao Cáucaso, produtor de petróleo, atingindo o máximo de sua expansão no final do ano. Nos territórios sob seu controle, os nazistas implantaram sua *nova ordem*, calcada na exploração intensiva dos recursos econômicos e das populações locais e numa repressão intensa, em cooperação com boa parte das elites dos países dominados. Campos de concentração e, logo, de extermínio consumiram a vida de milhões de russos, judeus, poloneses e iugoslavos, entre outros, além dos que morreram fora deles por inanição, trabalho escravo, epidemias e extermínio puro e simples.

Mas os povos dominados reagiram organizando movimentos de resistência, sabotagens e guerrilhas, levando os alemães a desencadear sangrentas punições coletivas, particularmente severas contra os eslavos. Desde o início, entretanto, a resistência esteve dividida em grupos nacionalistas-conservadores, interessados em restaurar o *status quo ante,* e organizações de esquerda, geralmente lideradas pelos comunistas (dominantes no Mediterrâneo e nos Balcãs), que aliavam as tarefas de libertação nacional com as de transformação social, os quais se fortaleciam cada vez mais ao longo da guerra.

Em Stalingrado travou-se durante o inverno de 1942-43 a maior batalha da guerra, envolvendo um milhão e setecentos mil soldados, numa luta casa por casa que resultou na completa derrota dos alemães com o cerco e a rendição de seu VI Exército. Com a simultânea vitória inglesa em El Alamein, no norte da África, o III Reich passou definitivamente à defensiva. Em julho de 1943 ocorreu a batalha de Kursk, no sul da Rússia, a maior de tanques da história, colocando frente a frente os Tigres alemães e os T-34 russos, com nova vitória do exército soviético. Este passou então à ofensiva ininterrupta, apesar das enormes baixas causadas pela encarniçada resistência dos

alemães, que praticavam uma política de terra arrasada em sua retirada.

Enquanto isto os anglo-americanos, que auxiliavam materialmente os soviéticos, bombardeavam intensivamente as cidades e transportes alemães, empregando sua aviação estratégica (*fortalezas voadoras*). É importante ressaltar, entretanto, que estes bombardeios afetaram limitadamente a capacidade militar da Alemanha, que descentralizou suas indústrias e continuou mantendo uma produção elevada, a qual atingiu o auge no segundo semestre de 1944.

No plano diplomático, as vitórias do Exército Vermelho e o recuo contínuo dos alemães na frente leste criaram uma situação política mais definida. As negociações entre os aliados da coalizão antifascista formalizaram-se numa série de conferências, em que foi acertada uma estratégia comum para a derrota do Eixo e começaram a ser discutidos alguns problemas da reorganização europeia do pós-guerra. Entretanto, paralelamente a estes eventos, intensifica-se a diplomacia secreta, sem a qual é impossível compreender certos acontecimentos, político-militares da guerra. Esta diplomacia secreta foi, na verdade, uma continuação das ambiguidades da diplomacia triangular, e que não foram interrompidas mesmo durante a fase de expansão do bloco fascista.

A conferência de Casablanca (janeiro de 1943), a V Conferência de Washington (maio) e a Conferência de Quebec (agosto) foram encontros diplomáticos entre os aliados anglo-saxões. Acertados alguns dos pontos divergentes entre estes, reúnem-se com os soviéticos nas conversações de Moscou (outubro), onde se decide a manutenção da aliança até a derrota completa do Eixo, solicita-se a participação da URSS na guerra contra o Japão, a instalação de um tribunal internacional para julgar os crimes do III Reich (o julgamento de Nuremberg) e a criação de uma organização internacional para substituir a Liga das Nações (a ONU).

A questão da abertura de uma segunda frente foi durante estas conferências um tema delicado nas relações entre soviéticos e seus aliados anglo-saxões e será vista adiante. Na Conferência do Cairo (novembro), Roosevelt e Churchill entrevistaram-se com Chang Kai-Chek, regulando

questões relativas à luta contra o Japão. A tentativa de fortalecer o governo do Koumintang, elevando a China à condição de um dos quatro grandes devia-se à tentativa de estruturar um polo asiático capaz de impedir o ressurgimento do poder japonês no pós-guerra, à preocupação em relação ao fortalecimento dos comunistas de Mao Zedong e à crescente hegemonia dos grupos anticoloniais e socialistas nas guerrilhas antijaponesas das colônias do sudeste asiático.

A Conferência de Teerã (novembro-dezembro) consolidou os princípios definidos na de Moscou e reforçou a posição internacional da URSS, graças a sua decisiva contribuição na luta contra a Alemanha nazista, a que os soviéticos denominaram *Grande Guerra Nacional* ou *Grande Guerra Patriótica*. Foi designado o norte da França para a abertura da segunda frente, em maio de 1944. Também foi acertado que a fronteira soviético-polonesa seria demarcada pela Linha Curzon.

Um problema que evidenciou a fragilidade e as contradições da aliança entre os anglo-saxões e os soviéticos foi a abertura de uma segunda frente na Europa ocidental, que aliviaria a pressão dos exércitos alemães sobre a frente oriental. Seguidamente solicitado por Stalin, o desembarque foi sistematicamente negado, por pretextos técnicos. Quando finalmente ocorreu um desembarque aliado, durante a batalha de Stalingrado, foi na África do norte francesa (novembro de 1942). Com a rendição do Afrika Korps em maio de 1943, o novo desembarque aliado se deu no sul da Itália, dois meses depois.

Isto não afetou decisivamente a marcha da guerra, pois o Mediterrâneo era um teatro secundário e a Itália, por sua configuração geográfica, podia ser defendida pelos alemães com poucas tropas. Mas o desembarque aliado provocou um golpe de Estado no país, que ficou dividido em dois governos: uma monarquia pró-aliada no sul, sob a proteção das tropas anglo-americanas, e um regime fascista no norte (a República de Saló), protegido pelas tropas alemãs. Nesta última região desenvolveu-se uma forte guerrilha comunista.

O verdadeiro desembarque aliado, na Normandia (norte da França), só

ocorreu em junho de 1944, quando os soviéticos já estavam entrando na Polônia e nos Balcãs. A Operação Overlord encontrou uma resistência parcial por parte de tropas alemães de segunda categoria, composta de soldados acima e abaixo da idade regulamentar, bem como estrangeiros. Três quartos da Wehrmacht, as melhores tropas, continuaram lutando na frente leste. Todavia, com os aliados anglo-americanos presentes no continente e os soviéticos alcançando as fronteiras do III Reich, setores da elite econômica e militar alemã procuraram se desvencilhar de Hitler, como forma de criar condições para obter uma paz em separado com os ocidentais, invertendo as alianças e, talvez, o rumo da guerra. Mas a Operação Walquíria, que visava assassinar Hitler, fracassou em julho, fazendo com que o componente político-ideológico nazista dominasse de forma exclusiva daí em diante, determinado a lutar "até o amargo fim", como se intitula o famoso livro de Hans Gisevius. As famosas *armas secretas* alemãs, como aviões a jato e bombas-voadoras, não podiam inverter os rumos do conflito, pois constituíam, sobretudo protótipos para futuras guerras.

A derrota do Eixo e as consequências da guerra

Enquanto isto, os soviéticos e as guerrilhas esquerdistas expulsavam os alemães dos países balcânicos e da Polônia até o início de 1945. Logo o Exército Vermelho cercou Berlim, onde Hitler se suicidou em 30 de abril, conquistando a cidade numa luta feroz casa por casa. Ao mesmo tempo, os anglo-americanos penetravam pelo oeste da Alemanha, ocupando o vale do Ruhr e outras regiões, encontrando uma resistência limitada, pois os alemães preferiam render-se a eles aos soviéticos, que agiam impulsionados pelo ressentimento em relação ao sofrimento de seu povo. No norte da Itália e da Iugoslávia, bem como na Tchecoslováquia, as guerrilhas esquerdistas sublevavam-se contra os alemães, tornando inútil a continuação da luta. No dia 8 de maio de 1945 o Terceiro Reich se rendia, encerrando a guerra na Europa, e deixando um continente materialmente destruído e politicamente convulsionado.

O Japão se encontrava agora sozinho, esgotado, constantemente

bombardeado pelos americanos e com sua marinha destroçada. Em fins de 1944 ele conquistou uma parte do sul da China para controlar as ferrovias que vinham do sudeste (sua última fonte de abastecimento) por terra. Estavam, assim, com seus recursos militares e econômicos concentrados mais na China que no próprio Japão, mas como não havia mais esperanças, o país buscava negociar uma rendição. Mas no início de agosto, a pedido dos americanos, os soviéticos atacaram suas forças nipônicas entrincheiradas no norte da China e da Coreia, enquanto os Estados Unidos jogavam sobre Hiroshima e Nagasaki duas bombas atômicas (uma de urânio e outra de plutônio), militarmente questionáveis. Simultaneamente, as guerrilhas antijaponesas, nacionalistas e esquerdistas, passavam à ofensiva na China e no Sudeste Asiático. Assim, no dia 2 de setembro o Japão capitulava incondicionalmente, encerrando a Segunda Guerra Mundial.

O custo social e econômico da Segunda Guerra Mundial foi elevadíssimo. Além da destruição propriamente dita, foram gastos um trilhão e meio de dólares – ao valor de 1939 – durante o conflito, que envolveu diretamente 72 países e mobilizou 110 milhões de soldados. Houve 55 milhões de mortos, 35 milhões de mutilados e 3 milhões de desaparecidos. A maioria das vítimas era constituída de civis. As perdas humanas abarcaram, também, outras dimensões: milhões de crianças órfãs, de pessoas traumatizadas, além de milhões de desabrigados e refugiados devido à própria guerra, despovoamento e colonização com fins políticos, bem como retificação de fronteiras. As marcas da destruição cobriam quase toda a Europa e grande parte da Ásia.

No plano político-ideológico, a derrota do nazifascismo significou um importante revés da extrema-direita, do racismo, da barbárie, do obscurantismo, do militarismo, do genocídio, da reação mais torpe e de seus valores opressivos, representando, por contraposição, a afirmação da democracia, das liberdades individuais, sociais e nacionais e um inesperado prestígio para o socialismo. Além disso, se o início da guerra aprofundara a derrota da esquerda, a opressão nazista estimulou os povos à resistência, e esta conheceu um crescimento contínuo, em meio à intensa mobilização

popular. Os grupos de resistência tornavam-se, tanto na Europa como na Ásia, importantes movimentos político-militares, nos quais a força da esquerda se acentuava, como resultado da própria luta. O peso destes pode ser avaliado pela preocupação dos próprios aliados, pois haviam se tornado um fator político de primeira grandeza como condicionantes de todo processo de reordenamento do pós-guerra.

A análise dos resultados da guerra é fundamental para a compreensão do desencadeamento da Guerra Fria. Os Estados Unidos emergiram do conflito como os maiores beneficiados, pois ele reativou e expandiu seu parque industrial, absorveu a enorme massa de desempregados dos anos 30, além de sofrer poucas perdas humanas e nenhuma destruição material. Sua economia tornou-se mundialmente dominante, respondendo por quase 60% da produção industrial de 1945, posição reforçada pela semidestruição de seus rivais (Alemanha, Itália e Japão) e pelo enfraquecimento dos aliados capitalistas (França e Grã-Bretanha), que se tornavam devedores dos Estados Unidos. Mas não se deve perder de vista que o crescimento do capitalismo norte-americano ocorreu em grande parte sobre as ruínas dos outros capitalismos, aliados e rivais. A derrota do nazifascismo marcou o triunfo de uma forma de capitalismo moderno e cosmopolita, sob a hegemonia dos Estados Unidos, sobre um capitalismo marcado por contornos retrógrados em termos de dominação social e de inserção no mercado mundial.

A URSS, por seu turno, exercera um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista e gozava de grande prestígio diplomático e militar, tendo seus interesses reconhecidos em uma esfera de influência junto à suas fronteiras europeias. O fortalecimento da esquerda em todo mundo e a presença do Exército Vermelho no centro da Europa e no Extremo Oriente também acentuavam o poderio soviético. Entretanto, a URSS mantinha um comportamento tático nas relações internacionais e agia nos moldes da diplomacia tradicional, silenciando sobre a contenção dos comunistas fora de sua área de influência, procurando, inclusive, conter a revolução dos comunistas chineses e iugoslavos e incentivando os comunistas italianos e

franceses a participarem de governos de coalizão, ajudando na reconstrução do capitalismo e da democracia liberal nesses países.

Qual a razão para esta atitude, considerada por setores da esquerda uma traição? Tal comportamento atendia principalmente a um imperativo de defesa nacional, pois o país sofrera perdas colossais: 25 milhões de mortos, o que, somado aos inválidos, representava a perda de metade da população economicamente ativa, além da destruição de quase 2/3 da economia do país. Ainda que o Exército Vermelho pudesse rechaçar uma invasão terrestre, a URSS não possuía marinha de longo curso e aviação estratégica, além do que os homens em armas eram necessários para a reconstrução econômica e demográfica. Assim, Stalin limitava-se a tentar obter o reconhecimento internacional do país, se não *de jure* (de direito) ao menos de fato. Daí comportar-se de forma moderada, procurando salvar a política traçada nos acordos de Moscou, Teerã e Yalta.

Parte III

A ***Pax Americana*** e a Ordem
undial Bipolar (1945-1991)

5. A Guerra Fria, a ONU e a *Pax Americana (1945-1961)*

A Segunda Guerra Mundial marcou a ascensão dos Estados Unidos e a formação de um sistema mundial bipolar, marcado pelo antagonismo entre o capitalismo (um sistema mundial) e o socialismo (um sistema regional), a Guerra Fria. Esta constituía tanto um conflito quanto um sistema coerente e articulado. EUA e URSS ostentavam o novo *status* de superpotências, suplantando as potências anteriores, derrotadas na guerra ou em vias de perder seus impérios coloniais, no contexto do declínio da Europa como centro do sistema mundial. O velho continente, aliás, estava dividido entre as duas superpotências. O conceito de potência, forjado no Congresso de Viena, era agora aplicado às *potências médias*, rebaixadas na hierarquia internacional.

A hegemonia dos Estados Unidos, a *Pax Americana*, se apoiava no sistema das Nações Unidas, o qual garantia, também, um espaço para a inserção da União Soviética no concerto das nações. Paralelamente à tensão existente no hemisfério Norte, a descolonização afro-asiática avançava no hemisfério Sul, expandindo o sistema de westfália ao conjunto do planeta. Duas décadas depois de fundada por 51 países, a ONU contava com o triplo de membros.

O caso da União Soviética era peculiar, pois o Estado nacional soviético, que substituíra a velha Rússia imperial, devido ao seu caráter socialista não foi aceito no concerto das nações capitalistas, uma vez que sua concepção

de mundo e das próprias relações internacionais era frontalmente antagônica. Entre 1917 e 1945 o Ocidente lidara com a questão através da alternância de fases de isolamento e pressão ou invasão armada. A resposta soviética, na linha stalinista, foi a adoção do *socialismo num só país*. Contudo, como resultado da Segunda Guerra Mundial, Moscou obtivera legitimidade (e capacidade) para fazer parte da ordem mundial (o que não era totalmente inconveniente para Washington), daí o desejo do Kremlin de apresentar o país como nação e não revolução (vários símbolos internacionalistas foram nacionalizados, passando de comunistas a soviéticos), inclusive exercendo pressão sobre os comunistas de outros países.

No início isto foi possível, mas à medida que a Guerra Fria se configurava, contrariando a perspectiva inicial soviética, novas forças comunistas emergiam nos Bálcãs e na Ásia oriental, com limitado controle por parte de Moscou. De qualquer forma, com a incapacidade de lograr a formação de um sistema europeu de equilíbrio de poder, no qual pudesse influir, Stalin viria a sovietizar o leste do continente e a explorar o avanço dos comunistas asiáticos, como forma de buscar na Ásia uma compensação, através da configuração político-diplomática equilibrada que não pudera lograr na Europa.

A busca de segurança se tornara uma verdadeira obsessão, com um temor infundado de algum ressurgimento do poder alemão. Ironicamente, em sua área de influência no Leste Europeu os comunistas eram fracos e a sovietização se revelou problemática. Os comunistas eram fortes na França, Itália e Grécia, países onde foram contidos, e na Iugoslávia e Albânia, onde sobreviveram, mas sem controle soviético. Assim, apesar do discurso americano denunciar a "ameaça soviética", o verdadeiro desafio para a ordem liderada pelos Estados Unidos era a "ameaça comunista e nacionalista".

5.1 A Ordem Bipolar, o Sistema das Nações Unidas e seus conflitos (1945-1955)

O Sistema das Nações Unidas e a *Pax Americana*

A superpotência americana e as Nações Unidas

A situação hegemônica dos EUA em âmbito mundial permitiu-lhes estruturar uma nova ordem internacional quase inteiramente a seu molde – a *Pax Americana*. A posição do capitalismo norte-americano no mundo só encontrava paralelo na do inglês da metade do século XIX. No plano político-militar, os EUA detinham vantagens talvez nunca obtidas por outra potência: dominavam os mares, possuíam bases aéreas e navais, além de exércitos, em todos os continentes, bem como a bomba atômica e uma aviação estratégica capaz de atingir todas as áreas do planeta. Em termos financeiros e comerciais, o dólar se impôs ao conjunto do mundo capitalista a partir da Conferência de Bretton Woods (1944) e da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, dentro do sistema da ONU.

Em face da debilidade das demais nações na época, o capitalismo norte-americano tornou-as tributárias de sua economia, graças à utilização do dólar como principal moeda do comércio mundial. Além disso, a liderança econômica americana foi importante não apenas pelo seu sistema produtivo, mas especialmente como paradigma, pois o fordismo foi estabilizado pelo keynesianismo *a la New Deal*, criando-se um *capitalismo organizado* (que também respondia ao acicate socialista). O chamado Sistema de Bretton Woods logrou estabilizar o sistema monetário internacional, que entrara em colapso com o abandono do padrão ouro e a Grande Depressão, adotando um mecanismo macroeconômico multilateral de regulação baseado em taxas de cambo fixas (mas adaptáveis) e de socorro aos países em dificuldades na balança de pagamentos (através do FMI).

A luta pela redução de barreiras alfandegárias favorecia a dominante

economia americana, ao que se agregava o fato de Nova Iorque haver se tornado o centro financeiro mundial. Dessa forma, os EUA passavam a regular e dominar os investimentos e o intercâmbio de mercadorias em escala planetária. Além disso, o avanço tecnológico americano durante a guerra permitia ao país ampliar ainda mais sua vantagem no plano militar e econômico. Ao final do conflito, os EUA possuíam também um quase monopólio dos bens materiais – inclusive os estoques de alimento – necessários à reconstrução e à sobrevivência das populações da Europa e da Ásia Oriental.

A hegemonia americana consubstanciou-se também no plano diplomático. Na Conferência de Dumbarton Oaks (1944) e na de São Francisco foi estruturada a Organização das Nações Unidas (ONU), visando a salvaguardar a paz e a segurança internacional. Os soviéticos, temendo que os EUA repetissem o boicote de 1919 à Sociedade das Nações, insistiram para que a nova organização fosse sediada em território norte-americano. A medida foi desnecessária, pois a ONU era um organismo de grande relevância para os objetivos diplomáticos de Washington no pós-guerra, uma vez que representou o instrumento jurídico, político e ideológico do *internacionalismo* necessário aos seus interesses.

O Conselho de Segurança da ONU tinha como membros permanentes, com poder de veto, os EUA, a URSS, A Grã-Bretanha, a França e a China ("nacionalista"). Os demais países estavam representados pela Assembleia Geral, que constituía um fórum, o qual, apesar de não dispor de poder de decisão, era um espaço importante de representação para nações mais fracas. No início, os EUA e seus aliados europeus e latino-americanos representavam maioria esmagadora, havendo alguns países socialistas e uma escassa representação afro-asiática. Contudo, a ONU evoluiria de uma correlação de forças pró-americanas para um quadro de maior complexidade nos anos 1960.

Assegurar a paz, contudo, não era a única tarefa da organização. Ela dava um marco institucional que permitia o avanço do processo de descolonização, possuía um conjunto de organismos especializados na área

econômica (já referidos) e outros na área social. A Unicef (infância), a FAO (alimentação), Unesco (ciência e educação), OIT (trabalho) e OMS (saúde), entre outras, realizavam um trabalho vital nas nações em desenvolvimento. Mas apesar de representar a correlação de forças existente em decorrência dos resultados da Segunda Guerra Mundial, a ONU possuía uma dinâmica capaz de evoluir, incorporando as novas realidades internacionais.

O internacionalismo da ONU representava, paralelamente, a formulação ideológica do capitalismo de livre investimento articulado pelos EUA a partir de 1933, como forma de superação da Grande Depressão. O capitalismo internacionalista norte-americano opunha-se aos capitalismos aliados e rivais que monopolizavam a exploração de impérios coloniais ou o domínio econômico sobre determinadas regiões. Assim, a guerra serviu para derrotar os capitalismos de expressão regional (Alemanha, Itália e Japão) e para enfraquecer as velhas metrópoles coloniais europeias, que saíam do conflito como devedoras dos Estados Unidos graças às Leis de Empréstimos e Arrendamentos.

As Conferências de Yalta e Potsdam

As Conferências de Yalta e Potsdam constituíram o fórum de discussão das questões sobre a reorganização mundial no pós-guerra. As origens da Guerra Fria encontram-se, em grande parte, nas divergências entre os aliados ocidentais e os soviéticos acerca dessas questões. Em Yalta (fevereiro de 1945), foi referendada por Churchill, Roosevelt e Stalin a fixação da fronteira soviético-polonesa na Linha Curzon e a entrega, à Polônia, de territórios alemães situados a Leste dos rios Oder-Neisse, como reparação pela destruição perpetrada pelos nazistas nesse país.

Decidiu-se, ainda, a formação de governos de coalizão na Polônia e na Iugoslávia. Foi também acordado que a Alemanha não seria partilhada, mesmo que em curto prazo fosse dividida em zonas de ocupação americana, soviética, inglesa e francesa. Os EUA obtiveram da URSS o compromisso de entrar em guerra contra o Japão na Manchúria, três meses após a rendição alemã. A decisão de manter a Grande Aliança até a derrota

completa do Eixo fez de Yalta o ápice da colaboração entre EUA e URSS, estabelecendo *áreas de influência* entre ambos em algumas regiões – e não uma "partilha do mundo".

Yalta promoveu, concretamente, um acordo pelo qual os países limítrofes com a URSS na Europa não deveriam possuir governos antissoviéticos, como forma de garantir suas fronteiras ocidentais (foi por meio desses países, e com o apoio de alguns deles, que os nazistas a invadiram). Tudo o mais foi decorrência da Guerra Fria. Alguns historiadores, posteriormente, afirmaram que um Roosevelt "velho e doente" fora fraco nas negociações, introduzindo Stalin na Europa Oriental e no Extremo Oriente.

Isso não representava uma "concessão", pois essas zonas haviam sido libertadas pelo Exército Vermelho e pelas guerrilhas comunistas nacionais, que controlavam efetivamente a região. Além disso, o reconhecimento da influência soviética na estreita faixa de países pobres da Europa Centro-Oriental, enquanto o resto do planeta permanecia sob o domínio do capitalismo, evidencia o exagero da expressão *partilha do mundo*. Mesmo no concernente à Europa, essa "partilha" não teria termo de comparação.

A Conferência de Potsdam (arredores de Berlim, 17 de julho a 2 de agosto de 1945), embora formalmente referendando as decisões de Yalta, foi bem diferente. Era Truman quem representava os EUA – Roosevelt falecera em abril – e defendia uma posição bastante rígida em relação à URSS. O presidente norte-americano informou Stalin sobre a existência da Bomba A, sem explicar o seu potencial. Potsdam deixou clara uma alteração política fundamental, ocorrida próxima à morte de Roosevelt. A cúpula do PC Soviético estendera ao conjunto do governo americano a confiança que possuía no presidente, sem atentar para as lutas internas em Washington. O bombardeio de Dresden foi um sinal da nova política consubstanciada com a vinculação de Truman ao emergente Pentágono e, dentro deste, ao grupo do bombardeio estratégico. Este passaria praticamente a dominar as decisões militares do governo a partir do momento em que a bomba atômica entrou em cena.

Em outubro de 1942, quando retornou de uma visita a Moscou, Churchill

elaborou um *Memorandum Secreto*, no qual afirmava que, assim que o Eixo deixasse de constituir uma ameaça, os aliados anglo-saxões deveriam recordar que a URSS socialista era um inimigo permanente. Ora, em 1945 a derrota germano-japonesa era certa e a contradição estrutural capitalismo *versus* socialismo emergia gradualmente. Todavia, somente com o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki Stalin se daria conta da amplitude da mudança ocorrida.

As bombas atômicas lançadas sobre um Japão à beira da rendição eram militarmente questionáveis, como atestam estudos recentes. Seu significado diplomático-estratégico, na verdade, constitui numa demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, na Coreia e nos países do sudeste asiático, bem como uma intimidação à agitação do mundo colonial. Nesse sentido, tal política visava a limitar os acordos de Yalta referentes à Europa e a impedir sua aplicação na Ásia. Mesmo enfrentando algumas resistências, os EUA eram os senhores da nova ordem mundial. A Guerra Fria permitirá a Washington consolidar sua posição de vantagem. A *Pax Americana* caracterizou-se, nesse sentido, pelo monopólio norte-americano das decisões estratégicas.

Da aliança antifascista à Guerra Fria

A deterioração da Grande Aliança

A URSS fez várias concessões para tentar salvar os acordos de Yalta, aos quais a administração Truman se opunha de forma cada vez mais resoluta. No dia da rendição alemã o governo americano interrompeu sem comunicação prévia a ajuda fornecida, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, à URSS, chamando de volta um comboio que se encontrava a meio caminho desse país. Washington também voltou atrás no tocante à cobrança de reparações de guerra no conjunto da Alemanha por Moscou.

Com sua economia arrasada e sem possibilidades de obter financiamentos para recuperar-se, os soviéticos apoiaram o estabelecimento de governos autônomos em parte da zona que ocupavam ao norte do Irã

(República Curda de Mahabad e República do Azerbaijão), como forma de pressionar esse país a assinar um acordo para o fornecimento de seu petróleo à URSS. Truman exigiu, então, a retirada soviética do país, e quando isso ocorreu, em 1946, os aliados aí se instalaram, sobre a fronteira soviética.

O impacto desse acontecimento para um país que acabara de sofrer uma gigantesca invasão (a terceira em menos de três décadas) foi profundo, criando o chamado *efeito Irã*. Este foi decisivo para o futuro da Europa Oriental, pois evidenciou ao Kremlin que qualquer recuo em sua área de influência representaria a presença de um inimigo potencial em suas fronteiras, um fenômeno a ser evitado nas chamadas Democracias Populares. Além disso, Washington adotou uma posição contrária à revisão dos acordos sobre os estreitos turcos (a qual permitiria à URSS um acesso ao Mediterrâneo), bem como defendeu e obteve o ingresso da Argentina na ONU (esse país apoiara o Eixo e agora concedia refúgio a nazistas).

Em 1946, Churchill, discursando em uma Universidade do interior dos EUA (tendo Truman na assistência), lançou seu famoso brado antissoviético, segundo o qual uma *cortina de ferro* descera sobre metade da Europa. Esse símbolo maior dos ventos da Guerra Fria, que começavam a soprar em 1946, vinha acompanhado de outros eventos que atestavam a progressiva deterioração da situação internacional. Os americanos explodiram uma bomba atômica no atol de Bikini, no Oceano Pacífico. O Partido Republicano obteve a maioria no congresso e, juntamente com a ala direita do Partido Democrata, empurrava o governo Truman para uma política ainda mais dura. Nesse mesmo ano, a guerra civil reiniciou na Grécia.

Apesar dos riscos políticos contidos na nova conjuntura, a URSS prosseguiu a desmobilização militar, pois se vira na contingência de reconstruir sua economia em bases autárquicas, sendo que os soldados eram indispensáveis para suprir a carência de mão de obra e para a recuperação demográfica. A falta de apoio externo levou o país a reeditar as durezas do stalinismo dos anos 1930, mas, apesar dos sacrifícios exigidos, a reconstrução econômica foi relativamente rápida. No Leste Europeu, por sua vez, a democracia liberal funcionava normalmente em uma Tchecoslováquia

sem tropas de ocupação, e os nacionalistas de vários matizes ainda eram majoritários dentro da coalizão no poder da Polônia. Nos Bálcãs, os comunistas iugoslavos, liderados por Tito, mantinham sua independência frente a Stalin e articulavam, com o prestigiado líder comunista búlgaro Dimitrov, a ideia da criação de uma confederação balcânica que fosse autônoma em relação a Moscou e que incluísse também outros países vizinhos (ao que Stalin se opunha resolutamente).

Enquanto isso, cresciam as dificuldades financeiras da Europa Ocidental, pois os países dessa área sofreram grande desgaste econômico com a guerra e se tornaram importadores, sobretudo dos EUA, até a exaustão de suas reservas monetárias. Por outro lado, as tendências democratizadoras dos movimentos antifascistas conferiram grande força a uma esquerda que, em certa medida, se opunha à penetração norte-americana. Esse fenômeno, aliado à existência de vias nacionais autônomas tanto no oeste como no Leste Europeu e ao movimento sindical dentro dos EUA (que lutava para não perder os privilégios obtidos durante a guerra, agora ameaçados pela reconversão industrial) representavam uma ameaça, segundo a percepção da Casa Branca.

A partir desse momento, a administração Truman passou a trabalhar na estruturação de um mercado europeu rentável para as finanças e comércio privados dos EUA, o que permitiria também lançar os fundamentos materiais necessários ao desencadeamento da luta contra as tendências políticas opostas aos seus interesses. Esse projeto iniciou-se pela criação da bizona alemã (unificando as áreas de ocupação da Grã-Bretanha e dos EUA), que em seguida deveria ampliar-se por toda a Europa Ocidental. A implementação dessa política ocorreu em 1947, com a proclamação da *Doutrina Truman* (12/3) e o lançamento do *Plano Marshall* (5/6).

1947: a formalização da Guerra Fria

A Doutrina Truman foi lançada a partir de um discurso do presidente americano no qual ele defendia o auxílio dos EUA aos povos livres que fossem ameaçados pela agressão totalitária, tanto de procedência externa

como por parte das minorias armadas. Tal política foi formalizada quando a Grã-Bretanha, enfraquecida e sem condições de manter seu convulsionado império, retirava-se da guerra civil grega e era substituída pela ajuda americana. A ajuda solicitada estendia-se também à Turquia, que não possuía ameaças externas ou internas. A Doutrina Truman foi proclamada durante a realização dos trabalhos da Conferência Econômica de Moscou, que tratava da concessão de ajuda americana para a reconstrução europeia, e reforçava a noção de *divisão do mundo* expressa por Churchill no ano anterior, ao mesmo tempo em que lançava uma verdadeira cruzada do *mundo livre* contra seu inimigo.

O Plano Marshall, por seu turno, concedia aos governos europeus empréstimos a juros baixos, para que eles adquirissem mercadorias dos EUA. O custo político de sua aceitação era considerável, pois as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos norte-americanos, o que, no caso das economias fracas (como as Democracias Populares do Leste) ou devedoras (como a Europa Ocidental) representava o inevitável abandono de parte da soberania desses países. Além disso, o plano propunha o aprofundamento da divisão do trabalho entre uma Europa Ocidental industrial e o leste agrário do continente.

Obviamente, a URSS e as nações sob seu controle se recusaram a aceitar uma ajuda percebida como uma espécie de invasão econômica, a qual os conduziria à perda do controle político (pois a abertura da economia reforçaria as enfraquecidas burguesias leste-europeias). A Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa e lançaram as bases para a formação dos blocos político-militares. O problema é que ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo espírito de Yalta, pelo antifascismo e pelo pacifismo, a qual atrasava e perturbava a formalização da Guerra Fria. Era preciso explorar poderosos mitos e imagens que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A *ameaça soviética* e a *defesa do mundo livre* constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria.

Os partidos comunistas (PCs) da Europa Ocidental, consonantes com

Moscou, promoveram greves desesperadas e infrutíferas como oposição ao Plano Marshall. Se em longo prazo esses países perdiam parte de sua autonomia, no plano imediato a chegada de mercadorias entusiasmava uma população cansada pelos sofrimentos da guerra e pelas privações materiais, as quais persistiam após dois anos de encerramento do conflito. As elites nacionais, por sua vez, viam nessa política a sua salvação. A ajuda americana, já empregada como instrumento de pressão em eleições europeias, foi condicionada à expulsão dos comunistas dos governos de coalizão ocidentais, sobretudo na França e na Itália, onde estes constituíam os partidos mais fortes.

Após as expulsões dos PCs ocidentais dos governos, os fatos se sucederam numa avalanche em 1947. O discurso do soviético Jdanov sobre o antagonismo irredutível entre socialismo e capitalismo representava uma réplica à Doutrina Truman e ao Plano Marshall, sendo esse último rejeitado pela URSS e pelas Democracias Populares. Em seguida, os EUA criaram a CIA (Agência Central de Inteligência) para atuar em âmbito mundial, mediante a espionagem e a organização de ações clandestinas. Na sequência, os PCs no poder na URSS e na Europa Oriental, bem como os da França e da Itália, criaram o *Kominform* (Agência de Informação Comunista), visando à coordenação das ações dos PCs na Europa contra o Plano Marshall.

Na esteira desse processo, os confrontos políticos na Tchecoslováquia em fevereiro de 1948 acabaram adquirindo uma projeção mundial. A recusa do Plano Marshall pelo governo de Praga deixou os partidos conservadores do país em uma situação difícil, decidindo lançar mão do último recurso disponível, a expulsão dos comunistas do governo por meio de uma ação de bastidores. O PC, que havia vencido as últimas eleições, e os social-democratas reagiram mobilizando seus ministros e uma impressionante massa de trabalhadores armados para dar uma demonstração de força ao Presidente Benes. Foram então os conservadores que tiveram de se retirar do governo. A impressa ocidental denunciou a ação como "o golpe de Praga". Em junho, os aliados ocidentais realizaram uma reforma econômica nas zonas que controlavam na Alemanha, visando integrá-la

economicamente à Europa Ocidental, na linha que já vinha sendo seguida. Esse ato complicava a questão de Berlim e fazia de sua parte ocidental uma ameaça econômica à débil zona de ocupação soviética.

Stalin respondeu ao desafio decretando o bloqueio terrestre de Berlim Ocidental, na esperança de que os EUA recuassem em sua política na Alemanha. Durante essa primeira crise de Berlim, a cidade foi abastecida por uma ponte aérea durante quase um ano. Os soviéticos acabaram levantando o bloqueio, face ao seu fracasso, em meio ao júbilo da população alemã. Junto com o golpe de Praga, o bloqueio de Berlim foi mostrado pela mídia ocidental como evidência do perigo soviético. Nesse particular, Truman foi bem-sucedido, pois o espectro de um comunismo agressivo representou um valioso elemento para desmobilizar a opinião pública antifascista. A Escandinávia, que se encaminhava para uma política neutralista, se voltou para o lado dos EUA (Noruega, Dinamarca e Islândia ingressarão na Otan). Apenas a Suécia manteve-se neutra, num sutil jogo diplomático, aceito por Moscou, o qual, sem dúvida, evitou a inclusão da Finlândia no rol das Democracias Populares. A esquerda liberal em todo o ocidente aliou-se à centro-direita, tornando-se anticomunista e antissoviética desde então.

Essa verdadeira *marshallização* da opinião ocidental permitiu eliminar a oposição à política de rearmamento maciço, que representaria a base de sustentação de políticos como os irmãos Dulles. Enquanto essa nova corrida armamentista reativava setores ameaçados da economia norte-americana, obrigava os soviéticos a mobilizar 1,5 milhão de soldados, reduzindo o ritmo da reconstrução da URSS e do Leste Europeu. Iniciava-se então nas Democracias Populares a austeridade material e a construção de corte staliniano, que foram uma das bases das futuras crises em 1956. No plano estritamente político, Moscou enquadrou então esses países à sua estratégia, expulsou os nacionalistas e conservadores dos governos de coalizão e, após o conflito com Tito, expurgou os comunistas mais independentes.

Essa ampla *Revolução pelo alto* visava a estreitar o controle político-econômico soviético sobre a região, com o objetivo de garantir a defesa da

URSS. A Europa Oriental se tornava o *glacis* da URSS, devido ao temor do *efeito Irã*, da bomba atômica, da aviação estratégica (com seus planos de ataque preventivo) e das bases militares inimigas estendidas em torno do país. A reação soviética, no plano interno, constituiu na elaboração de um acelerado programa atômico, no desenvolvimento da aviação de caça, na implementação de um poder militar terrestre como forma de desencadear uma represália às posições americanas na Europa e no *segredo geográfico* para cegar o *Strategic Air Command* (o segredo geográfico e a profundidade terrestre eram vitais para a defesa aérea na época). Ironicamente, a sovietização do Leste Europeu foi apontada como fruto de uma expansão externa da URSS ocorrida atrás de suas próprias linhas.

O conflito URSS-Iugoslávia, à parte toda a querela ideológica e os aspectos predominantemente personalistas ou nacionalistas, envolve problemas tão profundos quanto sutis. Obviamente, as divergências entre Stalin e Tito nos planos ideológico, nacional e tático-estratégico eram reais, pois o líder soviético realmente desejava subordiná-lo. Contudo, por que somente nessa conjuntura adquiriram tal importância? Até 1947 os países fronteiriços da URSS na Europa eram *área de influência da Rússia*, e a questão da Revolução Socialista não se encontrava na ordem do dia. A zona de ocupação soviética na Alemanha era parte do problema alemão, ao passo que a Iugoslávia e a Albânia representavam um caso especial, no qual os comunistas eram, autonomamente, as forças hegemônicas nacionais.

A situação desses países, com litoral no mar Mediterrâneo, de frente para uma Itália que era vital para a estratégia militar americana na Europa, e ainda sem fronteiras com a URSS, complicou-se dramaticamente com o advento da Guerra Fria. O Ocidente não toleraria sua inclusão em um bloco controlado pelos soviéticos. Assim, a Iugoslávia tornou-se oficialmente autônoma frente ao Kremlin, Tito foi saudado pela opinião pública como "bom comunista" e seu país tornou-se um Estado-tampão, neutro, em uma época de acelerada militarização, o que também convinha, de certa maneira, a Stalin. Já os comunistas albaneses, se sentido vulneráveis perante a Iugoslávia na nova situação, mantiveram-se aliados à URSS, embora seus

vínculos militares não fossem mais que simbólicos. Não podendo ser neutra, a Albânia isolou-se do contexto regional para poder sobreviver.

Em 1949, a Guerra Fria intensificou-se. Em janeiro, a URSS criou o Conselho de Assistência Mútua Econômica (CAME ou Comecon), integrando os planos de desenvolvimento e lançando as bases de um mercado comum dos países socialistas, em uma clara resposta ao Plano Marshall. Em abril, a iniciativa para a réplica coube aos EUA e seus aliados da Europa Ocidental, que criaram a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a qual perpetuava, intensificava e legalizava a presença militar norte-americana no continente europeu.

A divisão da Europa agora era completa, repercutindo na questão alemã. A URSS punha fim ao bloqueio de Berlim em maio, e em setembro era fundada a República Federal da Alemanha (RFA), com capital em Bonn, reunindo as zonas de ocupação americana, francesa e britânica, nas quais se encontravam a ampla maioria das indústrias alemãs. Konrad Adenauer, político conservador protegido dos EUA, tornou-se o dirigente da Alemanha capitalista (ocidental). No mês seguinte ocorria a fundação da República Democrática Alemã (RDA) em Berlim-Leste. A criação da Alemanha socialista (oriental) na zona de ocupação soviética era uma resposta de Moscou ao estabelecimento da RFA.

Paralelamente a esse processo, ajuda Ocidental começava a chegar à Iugoslávia, enquanto a esquerda grega, sem auxílio soviético, era esmagada. Contudo, ao mesmo tempo a URSS detonava sua primeira bomba atômica e os comunistas chineses venciam a guerra civil e proclamavam, em 1° de outubro, a República Popular da China, o país mais populoso do planeta. A Guerra Fria chegava a um impasse, e outros conservadores europeus pediram então negociações para encerrar o conflito, já que apenas ameaças e pressões econômico-militares não haviam sido suficientes para bloquear o comunismo. A resposta norte-americana foi, entretanto, contrária à mudança de estratégia, com a decisão de fabricar a Bomba de Hidrogênio e de enfrentar com firmeza o desafio representado pelo início da Guerra da Coreia.

Apesar de certas formas exaltadas e maniqueístas da Guerra Fria, esta possuía sua racionalidade, pois permitia aos EUA manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus como sobre a periferia, sobretudo latino-americana. Ao explorar a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. A manutenção de um clima de tensão militar conferia aos EUA uma posição privilegiada para consolidar sua expansão econômica e administrar convenientemente o processo de emancipação das colônias, que desejava subtrair ao controle de seus próprios aliados europeus. Essa permanente tensão permitiria a hegemonia inconteste da formidável máquina militar americana em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constitui-se, assim, em uma verdadeira *Pax Americana*.

Guerras e revoluções na Ásia e no Magreb-Machrek

Os movimentos anticoloniais

A Segunda Guerra Mundial afetou decisivamente a periferia colonial e aprofundou de forma irreversível as tendências rumo à descolonização latente desde o final da Primeira Guerra e da Revolução Russa. As potências metropolitanas em guerra tiveram de lançar mão dos recursos humanos e materiais de suas colônias e a mobilização de contingentes afro-asiáticos teve efeitos tanto político-sociais como ideológicos. Após séculos de inculcação de um sentimento de inferioridade, o mito do super-homem branco desmoronava abruptamente, ao passo que os povos coloniais despertavam de seu torpor. Nas zonas em que ocorreram operações bélicas, o processo era mais profundo e imediato.

Nas colônias europeias ocupadas pelo Japão, formaram-se movimentos de guerrilha que oscilavam desde o nacionalismo anticolonial até formas socialistas: comunistas na Coreia e China, Exército Popular Antijaponês na Malásia, Movimento Hukbalahap nas Filipinas, Liga Popular Antifascista de Libertação na Birmânia, Partido Nacionalista na Indonésia e Viet-Minh no

Vietnã. No Magreb (norte da África) e no Machrek (Oriente Médio), o nacionalismo árabe atingira níveis elevados de consciência e mobilização popular. Tratava-se de um movimento amplo, profundo e irreversível, que ultrapassara largamente as expectativas dos Estados Unidos no tocante à eliminação das velhas formas de colonialismo. Essa gigantesca convulsão do mundo afro-asiático é fundamental para a compreensão da Guerra Fria, pois após 1949 a Europa torna-se um cenário relativamente estabilizado quanto às áreas de influência e da política bipolar.

O movimento de descolonização ocorreu em três grandes ondas cronologicamente subsequentes, com características políticas e implantação geográfica específica. A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e no início dos anos 1950 na Ásia Oriental e Meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. Nessas regiões o movimento de emancipação nacional foi marcado por grandes enfrentamentos armados e revoluções, adquirindo predominantemente um conteúdo socialista (China, Coreia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia).

No início da década de 1950, o epicentro do processo de descolonização deslocou-se para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egito, Iraque, Argélia) até a passagem dos anos 1950 aos 1960. A partir desse momento, a África Negra, ou subsaariana, tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pelas ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocolonialistas. Até a segunda metade dos anos 1960, a maioria dos países da África Tropical havia obtido a independência. Restaram os regimes de minoria branca e as colônias portuguesas da África Austral, cujo processo de emancipação foi mais violento e radical, estendendo-se da década de 1970 até o início da de 1990. Esta, contudo, seria uma fase particular.

As Revoluções Chinesa e Vietnamita e a Guerra da Coreia

O conflito periférico de maior impacto mundial foi, sem dúvida, a

Revolução Chinesa. A guerra civil da China, com algumas interrupções, arrastava-se desde os anos 1920. Entre 1937 e 1945 o PCC e o Partido *Kuomintang* (Nacionalista) acertaram uma relativa trégua e constituíram uma frente antijaponesa. Nesse período de guerra mundial, os comunistas fortaleceram-se política e militarmente, tendo incorporado a questão camponesa e nacional. Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, reiniciaram-se os choques entre os dois grupos.

Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e acompanhadas de pressões soviéticas sobre os comunistas para que estes formassem um governo de coalizão com os nacionalistas. Na verdade, Chang Kai-Chek (líder do *Kuomintang*) preservara suas forças durante a guerra mundial visando a eliminar o PCC. Entretanto, subestimava o fato de que Mão Zedong havia ganhado o apoio da massa camponesa e crescido qualitativamente no plano militar. As ofensivas de 1946-47 permitiram ao *Kuomintang* controlar as cidades grandes e médias, bem como as vias de comunicação. Exultante, Chang não percebeu que na realidade encontrava-se ilhado em um oceano rural e camponês, no qual a influência comunista era dominante.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1948 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul. Com a intensificação da Guerra Fria na Europa, em particular a crise da Alemanha e a criação da OTAN, Stalin decidiu estimular politicamente e apoiar materialmente os comunistas chineses para completarem sua revolução. O exército do *Kuomintang*, derrotado, refugiou-se na ilha de Formosa (Taiwan), enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava para a diplomacia americana um sério revés, pois o país chinês era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental e do Pacífico.

Os EUA, que ocupavam o Japão e o sul da Coreia e que haviam se estabelecido nos imensos e estratégicos arquipélagos japoneses do oceano Pacífico, decidiram então restaurar a economia japonesa e criar um novo centro de poder para apoiar sua política na região. Uma vez que o "Vice-Rei"

americano em Tóquio, o General MacArthur, já havia reprimido a esquerda, foi fácil chegar a um acordo com as elites nipônicas sobre a reconstrução econômica do país.

Na Indochina, a obtusa política colonial francesa encontrou forte resistência do Movimento Viet-Minh, liderado por Ho Chi Minh. A tentativa de recolonizar o país e reverter a independência da República Democrática do Vietnã, conduziu a uma longa guerra, que se aprofundou com a chegada dos comunistas chineses ao poder. Após oito anos de luta, a guerrilha infligiu uma demolidora derrota ao exército francês em Dien Bien Phu, no Vietnã. A França viu-se obrigada a repassar a guerra aos EUA e a assinar os acordos de Genebra em 1954, que dividiam o Vietnã até a realização de eleições, previstas para dois anos depois.

Os EUA haviam tentado evitar uma vitória comunista no Vietnã, após a perda da China e o empate na Guerra da Coreia, aumentando a ajuda militar. No entanto, a derrota da França em Dien Bien Phu levou à convocação da Conferência de Genebra, em 1954, como foi dito, a qual decidiu a partilha temporária do país, com a manutenção de um regime comunista ao norte do Paralelo 17. Como a monarquia foi derrubada não sul por um golpe apoiado pela CIA e o novo regime nunca realizou as prometidas eleições, no fim dos anos 50 a guerrilha reapareceria no sul e se espraiaria para o Laos e o Camboja, com o envolvimento direto crescente dos Estados Unidos.

No mesmo ano da Conferência de Genebra (1954) realizou-se a Conferência de Colombo, autêntico signo de mudanças no cenário mundial. Nela, Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia e Ceilão (Sri Lanka) discutiram a articulação de uma frente neutralista, devido ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa e criavam mais um bloco militar, a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste, que agrupava Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Filipinas, Tailândia, Paquistão e os próprios EUA). Este bloco militar, através do Paquistão, EUA e Grã-Bretanha, se ligava a outro no Oriente Médio, a CENTO (Organização do Tratado do Centro), e através desse, com a OTAN na Europa. Agregando-se a estes os pactos militares bilaterais dos EUA na Ásia oriental (Japão, Coreia do

Sul, Taiwan e Filipinas), obtinha-se uma linha de contenção do mundo comunista, o qual se estendia de Berlim ao Oceano Pacífico, o qual englobava um terço das terras e da população mundial.

Dentre os conflitos que sacudiram a linha que se estende do norte da África ao Extremo Oriente asiático durante a década que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia constituiu o ponto de inflexão mais significativa da Guerra Fria. Esse conflito, ainda pouco conhecido, teve notável impacto mundial e foi o epicentro de um colossal confronto entre o mundo capitalista e o socialista.

A guerrilha antijaponesa da Coreia criou Comitês Revolucionários por todo o país, os quais se reuniram em assembleia em Seul e proclamaram a República Popular em 6 de setembro de 1945, quando o Japão capitulara e os russos se estabeleciam ao norte do Paralelo 38. Dois dias depois, os americanos desembarcaram e ocuparam o sul da Coreia, enquanto dissolviam os Comitês, efetuavam numerosas prisões e traziam dos EUA Syngman Rhee (que vivera na América 37 do seus 60 anos) para formar um governo apoiado nos notáveis que haviam colaborado com o Japão. No Norte manteve-se a República Popular, liderada pelo então jovem comunista Kim Il Sung, e foi implementada uma reforma agrária que agregou apoio ao regime. Uma pequena comissão da ONU supervisionou as eleições no Sul e declarou Rhee governante dessa parte do país, apesar do clima de instabilidade reinante. Em 1948 eclodiram revoltas nas províncias sulistas de Yosu e Cheju Do, e líderes moderados pró-unificação foram assassinados, ao passo que os soviéticos, por seu turno, retiravam-se do Norte.

Ao lado desses graves problemas internos, Rhee passou a enfrentar uma ameaça externa ainda maior. Em janeiro de 1950 o Secretário de Estado Dean Acheson declarou que o perímetro defensivo americano estendia-se das Aleutas (no Alaska) às Filipinas, passando pelo Japão (o que excluía Formosa e Coreia do Sul). Esse controvertido discurso objetivava buscar um dialogo com a RP da China, pois a queda de Formosa era vista como provável, bem como a afastar Pequim de Moscou. A resposta dos setores

confrontacionistas foi imediata: Mac Arthur conseguiu o envio da esquadra para o estreito de Formosa e insuflou um clima de guerra com apoio dos ameaçados Chang e Rhee (que acabara de ser derrotado nas eleições legislativas).

A "perda" da China representava para os Republi-canos, que conferiam primazia à bacia do Pacífico, a falência da política de *Contenção* dos democratas, excessivamente voltados para a Europa. Provocações sul-coreanas na fronteira multiplicaram-se (assassinato de emissários, exercícios militares e discursos ameaçando invadir o Norte), e Kim Il Sung passou a preparar-se militarmente, acreditando que o regime sul-coreano estava para entrar em colapso. Assim como em Pearl Harbor, um ataque traiçoeiro precipitaria uma guerra legítima e representaria o início da escalada na Ásia. Era a resposta negativa à exortação de Churchill à abertura de negociações.

No dia 25 de junho de 1950, as tropas norte-coreanas atacaram, cruzando o paralelo 38 e conseguiram avançar rapidamente, para sua própria surpresa. Embora ainda não se tenha informações fidedignas sobre quem tomou a decisão de atacar (Stalin, Kim ou Mao), o desencadeamento do conflito vincula-se mais à situação confusa reinante no sul e à precipitação norte-coreana (entusiasmados pela vitória chinesa), pois os soviéticos, nessa época, eram contrários a aventuras arriscadas, mormente quando haviam alcançado um equilíbrio (divisão da Alemanha, triunfo na China e detonação de sua primeira bomba atômica).

Imediatamente, o Conselho de Segurança da ONU condenou a invasão e decidiu o envio de tropas sob sua bandeira (composta basicamente por americanos, além de pequenos contingentes de França, Grã-Bretanha, África do Sul, Bélgica, Canadá, Colômbia, Etiópia, Grécia, Nova Zelândia, Austrália, Holanda, Filipinas, Tailândia e Turquia). Enquanto o Senador MacCarthy desencadeava uma onda de histeria nos EUA, Washington iniciava a assistência militar às Filipinas, aos franceses na Indochina, bem como os preparativos políticos para o rearmamento da Alemanha Ocidental.

Em dois meses, o exército norte-coreano controlou quase todo o Sul, cercando americanos e sul-coreanos no perímetro de Pusan; entretanto,

com o desembarque dos *marines* em Inchon (ao lado de Seul), as forças comunistas recuaram para evitar o cerco. Duas semanas depois (1/10), as forças da ONU, comandadas por MacArthur, cruzaram as fronteiras para criar um fato consumado que extrapolava a decisão da ONU (retorno ao paralelo 38). Segundo o General Bradley, "o maior perigo que o Ocidente tinha de enfrentar residia na possibilidade que os Estados Unidos pudessem 'baixar a guarda' após haver obtido a vitória na Coreia".

Enquanto isso, MacArthur, eufórico, declarava que poderia invadir a China e, mesmo, a URSS. Até a invasão do Norte, o número de mortos fora insignificante, e só então teve início o massacre que custou quatro milhões de vidas. Os chineses advertiram que não tolerariam a destruição da Coreia do Norte, de modo que, quando MacArthur ocupou Pyongyang, a capital, e aproximou-se do rio Yalu, eles iniciaram seus preparativos militares. O Yalu, que demarcava a fronteira, produzia a energia utilizada pelo principal núcleo industrial da RP da China, localizado na Manchúria, a pouca distância. Era um risco que Mao não iria correr.

Em novembro, os MIG 15, de fabricação soviética, faziam sua aparição – no que foi o primeiro combate entre aviões a jato – contra os F80 americanos, enquanto tropas chinesas entravam maciçamente na luta, derrotando as forças da ONU. A China empurrou os americanos para o sul, os quais revidaram lançando a *Operação Killer*, com uma política de terra arrasada, utilizando o napalm (bomba incendiária de gasolina gelatinosa) e ameaçando lançar bombas atômicas sobre o norte. Mesmo o sul foi considerado mais como zona inimiga do que território a libertar.

Todo o país foi reduzido a escombros, enquanto os combates prosseguiam. Certo equilíbrio foi atingido no início de 1951, em torno do Paralelo 38, embora os combates continuassem até meados de junho, quando se iniciou um cessar fogo seguido de negociações. Para que isso pudesse ocorrer, Truman teve de destituir o todo-poderoso MacArthur, por haver "envolvido os EUA numa má guerra, num mau momento, contra um mau inimigo", segundo argumentou. Seu objetivo era também o de barrar a pretensão de MacArthur de se apresentar como candidato Republicano às

eleições presidenciais de 1952, vencida por um general Republicano mais equilibrado, Eisenhower.

Truman desejara um conflito limitado e só conseguira, a um custo quatro vezes maior, conservar os mesmos resultados já obtidos quando fora atingido o paralelo 38 em outubro. Ainda que alcançando ganhos importantes em âmbito político (rearmamento alemão e aumento do orçamento de defesa), o empate militar na Guerra da Coreia constituiu um limite à hegemonia americana na região. No plano doméstico, essa autêntica guerra civil com intervenção estrangeira teve como resultado a consolidação da ditadura policial de Rhee no Sul (proclamado Presidente Vitalício), com apoio das tropas americanas aí aquarteladas. A reconstrução do Norte foi mais rápida, e, ao contrário da Alemanha, a metade socialista da nação coreana foi a primeira a exibir seu "milagre econômico". O continente asiático ficou, então, com sua massa continental dominada pelo comunismo, sua periferia oriental insular e peninsular do Pacífico pelos EUA e inserida no mundo capitalista, enquanto a franja meridional banhada pelo Índico se tornava predominantemente neutralista.

O processo de descolonização na Ásia meridional e no Oriente Médio

Além do caso vietnamita, outra tentativa de recolonização forçada que redundou em grave revés para o colonizador foi a guerra promovida pela Holanda contra os nacionalistas indonésios, liderados por Sukarno. As sucessivas ofensivas holandesas, além de não conseguir destruir a resistência, recebiam a condenação da ONU (articulada pelos EUA). Sem perspectivas de vitória, a Holanda concedeu independência à Indonésia, mas ainda a vinculava à União holandesa (1949). Em 1954, os últimos vínculos com a metrópole foram cortados, estabelecendo-se um regime nacionalista e neutralista, apoiado pelo poderoso partido comunista indonésio.

Duas outras revoltas anticoloniais, entretanto, foram derrotadas. Na Malásia, uma das mais rentáveis colônias britânicas, a guerrilha esquerdista antijaponesa retomou a luta armada contra os ingleses em 1948. Trezentos

mil soldados imperiais levaram quatorze anos para derrotar dez mil guerrilheiros, oriundos dos trabalhadores de origem chinesa em um país povoado por malaios. Para realizar essa "façanha", a população rural foi agrupada em *aldeias estratégicas*. Nas Filipinas, colônia americana, a independência ocorreu apoiada pelos próprios Estados Unidos em 1946, seguindo padrões neocoloniais. Isto, somado à falta de reformas sociais, levou ao reinício da luta armada pela guerrilha antijaponesa de forte tendência comunista, em 1949. A revolta dos *huks* só foi sufocada em 1952, graças à intervenção militar dos EUA, que mantiveram no país suas maiores bases naval e aérea, Subic Bay e Clark Field, respectivamente, e que seriam fundamentais para as operações no Vietnã.

Na Ásia Meridional, a Índia britânica conquistou a independência após Londres convencer-se da inutilidade da manutenção do colonialismo direto perante a crescente reação interna e à pressão externa. Entretanto, a política colonial britânica, caracterizada pelo fomento das divisões internas, e as manobras que envolveram o processo de descolonização do subcontinente indiano resultaram na partilha deste e na eclosão de conflitos étnicos e nacionais que ainda persistem. Em 1947 sucederam-se as independências da Birmânia, da Índia e do Paquistão. Confrontos étnico-religiosos e migrações maciças marcaram o difícil nascimento dos dois últimos Estados, que também travaram uma guerra inconclusa pelo controle da Caxemira. O Ceilão (depois Sri Lanka) e o arquipélago das ilhas Maldivas também ficaram independentes em seguida.

Enquanto a Birmânia e a Índia adotaram uma linha diplomática neutralista, o Paquistão, mais frágil, aproximou-se gradativamente dos EUA. O país estava geograficamente dividido em duas partes, distantes mais de mil quilômetros, com o vale do Indo no oeste (Paquistão ocidental, que era dominante) e o delta do Ganges no leste (Paquistão oriental, atual Bangladesh, mais pobre e bangali em termos etnolinguísticos), que somente tinham em comum a religião islâmica. Aliás, 10% da população da Índia também eram muçulmanas. Este país, apesar da linha laica do Partido do Congresso (agora liderado por Nehru), manteve o sistema de castas e um

atraso social impressionante, apesar do avanço industrial logrado. A estratégia pacifista de Ghandi, visando evitar uma revolução social, legou ao país esta situação.

Os conflitos do Oriente Médio (Machrek) eram bem mais complexos, pois estavam presentes o nacionalismo árabe, o problema judaico e do Estado de Israel, além da luta de interesses norte-americanos e britânicos pelo controle do petróleo da região. A Guerra Fria propriamente dita só adquiriu importância na área algum tempo depois. Os interesses petrolíferos americanos estavam representados pela ARAMCO (Arabian-American Co.), truste de empresas estadunidenses aliadas ao capital financeiro cristão-maronita do Líbano e à dinastia Saudita pró-ocidental da Arábia.

A Shell, com suas subsidiárias Anglo-Iranian Oil Co. e Anglo-Irakian Oil Co., aliava os interesses petrolíferos britânicos aos setores feudais árabes da dinastia Hachemita (Faiçal do Iraque e Hussein da Jordânia). Sem levar esse antagonismo em consideração, muitos conflitos e ambiguidades que marcam a política dos países da região seriam incompreensíveis. Uma nação tocada diretamente por essa situação foi o Irã, onde a Frente Nacional do primeiro-ministro Mossadeg nacionalizou o petróleo, majoritariamente sob o controle inglês, em 1951. Submetido a uma terrível pressão interna e externa, o nacionalismo reformista de Mossadeg foi eliminado por um golpe coordenado pela CIA, em 1953. A indenização paga então à Anglo-Iranian Oil Co. representou o declínio dos interesses britânicos no país e a vitória dos EUA.

A Síria e o Líbano já se haviam independizado da França em 1943, e a Transjordânia, por sua vez, da Grã-Bretanha em 1946, quando a questão do Mandato Britânico na Palestina agravou-se. A análise das raízes históricas do problema judaico-palestino escapa aos objetivos deste breve estudo, sendo que o importante aqui é o impacto regional dos conflitos ligados à implantação do Estado de Israel. De qualquer maneira, o problema judaico moderno teve início na Europa, especialmente oriental, com a onda de antissemitismo e *Pogroms* que acompanharam a ascensão do nacionalismo na região, e o surgimento do sionismo como resposta a tal situação.

Como decorrência das perseguições nazistas, nos anos 1930 intensificou-se a migração judaica para o território do Mandato e a consequente resistência palestina a ela. A chegada dos sobreviventes do holocausto e o impacto psicológico do genocídio nazista tornaram ainda mais complexa a situação. Não podendo deter a imigração judaica clandestina, em 1947, Londres encaminhou à ONU a questão palestina. As Nações Unidas elaboraram um plano de partilha, pelo qual o território passaria a abarcar um Estado judeu e outro árabe-palestino, enquanto cresciam os atos de terrorismo de ambas as partes. Concretamente, o resultado desses atos era a expulsão maciça de palestinos de áreas que passavam então a ser ocupadas por imigrantes judaicos.

Em 1948 os britânicos encerraram seu mandato na Palestina, os judeus proclamaram o Estado de Israel e as forças da Liga Árabe entraram em guerra contra a nova nação (isto é, entravam na guerra que já existia na Palestina). Apesar de menos numerosas, as forças judaicas eram melhor equipadas, treinadas e motivadas, contando com a participação de pilotos experientes, ao passo que os árabes manifestavam complexas divisões internas, sendo que alguns países, como o Líbano, apenas simularam haver atacado Israel. Como resultado dessa primeira guerra, os judeus puderam ampliar os territórios que controlavam na Palestina, enquanto crescia o fluxo de refugiados.

Em 1950, a Jordânia anexou o território residual ainda em mãos palestinas (a atual Cisjordânia). As posições dos EUA, da URSS e da Grã-Bretanha quanto à criação de um Estado judaico de inspiração sionista, Israel, foram ambíguas e bastante mutáveis, oscilando conforme as circunstâncias, ainda que, a princípio, Washington e Moscou a tivessem apoiado. Além de estar vinculada ao problema do controle do petróleo, a criação do Estado de Israel foi percebida pelos países árabes como uma espécie de enclave ou colônia ocidental, atrás da qual novos interesses imperialistas estariam penetrando na região. As divisões sociais e políticas do mundo árabe, seu nacionalismo emergente, o ressentimento pelas derrotas humilhantes e o renascimento do islã conferiam ao problema contornos

ainda mais complexos.

No Magreb, o nacionalismo árabe era o fator político mais importante. Os levantes antibritânicos no Egito questionaram a presença semicolonial inglesa em um país formalmente independente, até que em 1952 um golpe militar derrubou o Rei Faruk. Na esteira desse movimento, o país tornou-se uma república, logo liderada pelo oficial nacionalista Gamal Adbel Nasser. A questão do controle do Canal de Suez encontrava-se no cerne desse processo. Manifestações e levantes anticoloniais também ocorreram na Tunísia, na Argélia e no Marrocos, colônias francesas. Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes em 1956, mas na Argélia, onde havia expressiva colonização francesa, a metrópole resistiu à descolonização. As primeiras manifestações, logo no final da Segunda Guerra Mundial, foram reprimidas com um banho de sangue (Revolta da Cabília). No entanto, em 1956 a Frente Nacional de Libertação (FLN) argelina iniciou a luta armada contra uma metrópole que não soubera extrair da derrota no Vietnã os devidos ensinamentos.

5.2 Descolonização: o Sistema de Westfália no Terceiro Mundo (1955-1961)

Do Não Alinhamento à Coexistência Pacífica

Os fundamentos históricos do imenso processo de descolonização afro-asiático encontram-se no declínio dos velhos impérios coloniais, no processo de transnacionalização do capital – sobretudo norte-americano – e na maturação dos movimentos de libertação nacional. O domínio autárquico das metrópoles sobre suas colônias enfraquecera em decorrência das guerras mundiais e da ascensão dos EUA como novo polo hegemônico do capitalismo mundial. A ideologia *internacionalista* norte-americana fora consagrada na Carta da ONU, que defendia a emancipação política do mundo colonial e que representava um eficaz instrumento da estratégia estadunidense.

A economia e as finanças dos EUA haviam atingido um grande desenvolvimento durante a Guerra, e o país necessitava exportar produtos manufaturados e investir seu excedente de capital, bem como permitir a expansão de suas empresas transnacionais, o que tornava vital a abolição de qualquer forma de protecionismo que entravasse a livre circulação desses manufaturados. Sob tal aspecto, Washington travou uma verdadeira guerra paralela contra seus aliados europeus, em plena vigência da Guerra Fria. O terceiro componente da descolonização foi a crescente mobilização e consciência anticolonialista dos povos dominados, um resultado da Segunda Guerra Mundial também reforçado pelo apoio da URSS e da China Popular mediante propaganda e, em alguns casos, ajuda material.

As consequências da primeira onda de descolonização não tardaram a aparecer. Em abril de 1955 realizou-se em Bandung, Indonésia, uma conferência que reunia 29 países afro-asiáticos defendendo a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando os pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências, bem como a Guerra Fria, e enfatizando, ainda, a necessidade de apoio ao desenvolvimento econômico.

Apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência de Bandung marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional. Ao lado desse evento, a crescente influência dos países neutralistas contribuiu para consolidar essa nova tendência.

Em 1961 reuniu-se em Belgrado, Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não Alinhados, na qual convergiu a política de Tito pela busca de uma Terceira Via nas relações internacionais, o neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung. Entre os 25 membros do novo movimento figuravam Cuba, Iugoslávia e Chipre, ao lado dos afro-asiáticos (o Brasil participou como observador). Os Não Alinhados manifestaram-se contra o domínio das grandes potências e mencionaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial. Tito, Nasser, Sukharno, Nerhu e Nkrumah (presidente de Gana) foram as figuras proeminentes na estruturação do não alinhamento.

O desengajamento militar terrestre que se seguiu à Guerra da Coreia, a Conferência de Genebra – reduzindo a tensão na Indochina – a emergência do Terceiro Mundo nas relações internacionais, a consolidação e as transformações no campo socialista, a obtenção de um relativo equilíbrio nuclear nos primeiros cenários da Guerra Fria – agora estabilizados – e a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão contribuíram para o estabelecimento de uma conjuntura de *détente* (distensão). Essa relativa *coexistência pacífica* era o resultado do início de um processo de multilateralização das relações internacionais, devido aos fatores acima enumerados, os quais começaram a atenuar a bipolaridade existente na passagem dos anos 1940 aos 1950.

A Europa Ocidental, que iniciara sua reconstrução com o Plano Marshall, caminhou para formas de integração econômica, aceleradas pelo revés diplomático de 1956, com a crise de Suez. O estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, foi o começo de um processo que atingiu seu ponto culminante com o Tratado de Roma, em 1957, que criava a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Integrada pela RF da Alemanha, bem como por França, Itália e Benelux (Bélgica, Holanda e

Luxemburgo), a CEE previa a integração aduaneira gradativa e a livre circulação de capitais. Numa espécie de reação atlantista, a Inglaterra organizou a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) em 1960, com a Suécia, Noruega, Dinamarca, Portugal, Áustria e Suíça.

Um traço fundamental da sociedade industrial oeste-europeia, norte-americana e, em menor medida, japonesa foi o estabelecimento de um elevado padrão de consumo acessível à maior parte da população desses países. A opção pelo consumo em massa tinha alguns objetivos e implicações importantes: prestigiava o modelo capitalista, identificado com a imagem do *American way of life*; implicava o recuo da participação política, reduzida ao sistema eleitoral; consolidava o declínio numérico da esquerda ou a adoção de posturas cada vez mais moderadas; aprofundava as relações comerciais e financeiras, que em âmbito mundial transferiam recursos do Terceiro Mundo para sociedades de consumo superdesenvolvidas; e conduzia, ainda, a um grande desperdício de recursos não renováveis, contribuindo para a destruição simultânea do meio ambiente.

A Europa ocidental, especialmente a Escandinávia, viria a constituir nos anos 60 a forma mais elaborada de modelo keynesiano e social-democrata, com um desenvolvido sistema de segurança social. O consumismo na Europa, todavia, era relativamente refreado por certas tradições histórico-culturais. O fordismo keynesiano dos Estados Unidos, por sua vez, não possuía senão um limitado sistema de seguridade social, mas o país realmente gozava de uma produção que ensejava o consumo em massa, principalmente com o advento da era da popularização do automóvel também nos anos 60, na base de um consumismo desenfreado e poluidor. Curiosamente, nesta época intensificava-se a luta pelos direitos civis, pois em muitos estados norte-americanos os negros eram segregados e não podiam exercer o direito ao voto, no bastião da democracia.

O Japão seguia mais ou menos o padrão norte-americano, mas com certa defasagem temporal. O comunismo representava, no Leste Europeu, um padrão semelhante de inserção do conjunto da população num sistema de bem-estar social, todavia sem um consumo individual de massa. No

Terceiro Mundo, os regimes nacional-desenvolvimentistas e "populistas" buscavam, ainda que muito modestamente, seguir o mesmo caminho.

A política keynesiana subjacente ao modelo contornava as periódicas crises de superprodução do capitalismo, ao que se somou a introdução de bens programados para um rápido sucateamento. A política de segurança social (aposentadoria, saúde e ensino garantidos pelo Estado, salário-desemprego, etc.) atendia a reivindicações do movimento sindical, defendidas ao longo de mais de um século, e dava uma resposta ao prestígio granjeado pelo socialismo ao final da Segunda Guerra Mundial. Assim foi sendo vencida a disputa ideológica intersistêmica.

O estabelecimento da primeira *détente* e, posteriormente, o impacto do processo de desestalinização permitiram a estruturação de novas relações entre os países socialistas. As empresas mistas foram dissolvidas, e seu patrimônio foi entregue a seus respectivos países, sobretudo China e RDA; ademais, o caminho iugoslavo foi reconhecido como legítimo, e as relações com Moscou foram restabelecidas. Contudo, o rearmamento da RFA e a integração desta à OTAN reviveram velhos temores nos soviéticos, que reagiram organizando com Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária o Pacto de Varsóvia (1955), aliança militar contraposta à OTAN. Essa medida não afetou, entretanto, a política de coexistência pacífica com o Ocidente.

O XX Congresso do PCUS (1956) oficializou a desestalinização e teorizou a diversidade de caminhos para o socialismo, inclusive com possibilidade de transição pacífica, a qual visava a facilitar as alianças políticas nos países do Terceiro Mundo. A desestalinização, por seu turno, criava um clima de incerteza política ao reconhecer o pluralismo de vias ao socialismo e ao solapar a legitimidade das lideranças das Democracias Populares do Leste Europeu, que em boa medida deviam seu poder a Stalin. Nas sociedades já industrializadas, como a RDA e a Tchecoslováquia, e nas ainda agrárias, como a Romênia e a Bulgária, as mudanças políticas ocorrem sem conflitos graves. Entretanto, como observa Jacques Levesque,

> a Polônia e a Hungria se encontravam em 1956 a meio caminho na via da industrialização.

> Eram, pois, sociedades em plena mutação, que viviam a época difícil das transferências maciças de população rural rumo às cidades. O próprio Marx descrevera este processo como particularmente alienante. (...) Sobre esta situação explosiva enxertava-se o nacionalismo tradicional antirrusso destes países[17].

Além disso, um catolicismo ultraconservador permitiu mobilizar grande parte da população.

Os comunistas poloneses, incorporando a questão da autonomia nacional, puseram-se à frente do movimento de protesto e implementaram reformas sem uma explosão social. Na Hungria, entretanto, a situação adquiriu uma dinâmica imprevisível. Em um país que vivera sob um regime de tipo fascista desde o esmagamento da revolução de 1919 e que lutara ao lado de Hitler até o final da Segunda Guerra, a esquerda tivera dificuldades para se afirmar. Essa debilidade contribuiu para divisões internas e vacilações do Partido, ao mesmo tempo em que a crise se agravava e a oposição adquiria contornos anticomunistas.

Enquanto o primeiro-ministro reformista Imre Nagy se vinculava progressivamente às posições dos Comitês Revolucionários da oposição e o PC e o Estado desintegravam-se, o secretário-geral János Kádár criava um novo governo no interior, apoiando uma intervenção da URSS no conflito húngaro. Depois de algumas vacilações, Kruschov ordenou a entrada de tropas soviéticas no país. A revolta anticomunista foi esmagada, com um saldo de 20 mil mortos e 150 mil exilados. Ironicamente, o próprio Kádár, após a repressão aos líderes do levante e a consolidação do regime, promoveu reformas liberalizantes e ampliou o consumo individual, o que fez de Budapeste a mais ocidentalizada das capitais leste-europeias desde os anos 1960.

O desgaste político da intervenção na Hungria, contudo, foi compensado pela atitude da diplomacia soviética na crise de Suez. Após apoiar o neutralismo, Nasser viu os EUA retirarem a oferta de financiamento à barragem de Assuã. Necessitando de recursos para o desenvolvimento econômico e as reformas sociais que prometera ao miserável povo egípcio, Nasser nacionalizou o Canal de Suez em julho de 1956. Em novembro, tropas francesas, inglesas e israelenses atacaram a zona do canal e a

península do Sinai. O velho colonialismo franco-britânico fazia um último esforço para manter posições no Oriente Médio, e Israel tentava tirar proveito da situação.

Os soviéticos lançaram um ultimato exigindo a retirada das forças invasoras, ameaçando intervir militarmente, num movimento que foi imediatamente apoiado pelos EUA, que pressionaram seus aliados a evacuar o Egito, o que ocorreu em dezembro. A crise de Suez permitiu a Kruschov aumentar a influência da URSS na região e a Nasser transformar uma derrota militar em triunfo político. Enquanto se aproximava ainda mais do mundo socialista, seu prestígio atingia o apogeu no Terceiro Mundo.

A URSS de Kruschov, ainda que marcada pelo desconcertante voluntarismo de seu líder, atingiu na segunda metade dos anos 1950 a condição de potência mundial. O país se recuperara no plano econômico e demográfico do baque sofrido na Segunda Guerra, atingira um relativo equilíbrio nuclear na Europa e ultrapassara os EUA na corrida espacial, ao lançar o primeiro satélite artificial (o Sputnik), em 1957, e colocar o primeiro homem em órbita. Moscou superara a fase em que a extrema vulnerabilidade do país obrigava Stalin a uma atitude apenas reativa e defensiva nas relações internacionais. Kruschov implementou, ainda que com muitas deficiências, uma diplomacia realmente mundial, com programas de ajuda ao nacionalismo do Terceiro Mundo (embora modestos). A URSS se percebia como potência e, nos marcos da coexistência pacífica, se propunha a ultrapassar economicamente os EUA em pouco tempo.

Kennedy assumiu a Casa Branca herdando certo pessimismo americano quanto a essa situação, e em três meses sofreu o revés da Baía dos Porcos, em Cuba. Urgia uma reação, e o presidente fez construir vários porta-aviões nucleares, aumentou consideravelmente o orçamento militar norte-americano e o efetivo da OTAN. No plano diplomático, endureceu a posição estadunidense quanto ao problema de Berlim. Em resposta, o Kremlin resolveu atender à velha reivindicação da RDA de controlar a fronteira de Berlim Ocidental e, em 13 de agosto de 1961, foi construído o muro de

Berlim. A questão de Berlim chegava, no plano diplomático, a um desfecho de fato, já que a situação jurídica se encontrava em um impasse. Durante uma década, Berlim Ocidental recebera mais investimentos públicos e ajuda do que toda a América Latina, criando um contraste favorável ao capitalismo no confronto entre os dois mundos existentes dentro da mesma cidade.

A Alemanha Oriental conseguiu, dessa forma, deter o êxodo predominantemente da classe média especializada que saía do país desde o milagre alemão-ocidental e, então, a RDA, mesmo em condições adversas, logrou êxitos econômico-sociais surpreendentes. Em seguida, entretanto, os EUA desmascaravam o blefe nuclear de Kruschov (o *Missile Gap*), descobrindo que a URSS não se encontrava em vantagem estratégica. Isso se somou à proclamação de Cuba como Estado socialista e ao bloqueio americano para estimular a decisão soviética de instalar mísseis na ilha caribenha (1962). Descobertos antes da fase operacional, estes perderam parte da importância diplomática. Em face da forte reação norte-americana, os soviéticos retiraram os mísseis de Cuba, em troca do compromisso dos EUA de não invadir o país.

Apesar dos avanços diplomáticos, a URSS encontrou problemas sérios no movimento comunista, pois a desestalinização introduziu um clima de desmoralização no mesmo. Os sucessores de Stalin eram figuras desconhecidas ao lado de Mao Zedong, que ampliou seu prestígio ao advertir Kruschov sobre os riscos da desestabilização da Europa Oriental, devido às decisões do XX Congresso do PCUS, que denunciara os crimes stalinistas. Além disso, a política de coexistência pacífica tendia a congelar a situação mundial em parâmetros que condenavam a RP da China a permanecer uma potência de segunda ordem, bem como enfraquecia o movimento revolucionário e o campo socialista.

Ao se voltar para o Terceiro Mundo neutralista e nacionalista, a URSS resolveu apoiar a Índia, com a qual a China tinha sérios contenciosos regionais. A Albânia, ao criticar o suporte de Kruschov ao revisionismo iugoslavo – percebido como fonte corruptora do mundo socialista – passou a ser duramente atacada pela liderança soviética. Essa atitude objetivava

acossar a China, da qual a Albânia se aproximava. Chu En-Lai defendeu, então, os comunistas albaneses no XXII Congresso do PCUS e homenageou Stalin, como desafio à linha de Kruschov. Era o início do confronto aberto entre Moscou e Pequim, que atingiria o ápice na década seguinte.

As independências da África e o neocolonialismo

Em 1954, com uma onda de atentados, teve início a guerra de independência da Argélia. A FNL mobilizou a população na luta armada e defendeu a organização de uma sociedade socialista não marxista. A repressão francesa foi implacável, custando, ao final do conflito, a vida de um sexto da população do país. A descoberta de petróleo no Saara argelino reforçou a determinação francesa, cuja linha dura, representada pelo General Salan e pelos colonos, criou a OAS (Organização do Exército Secreto), que chegou a tentar um golpe de Estado contra De Gaulle (que assumira a presidência em 1958), visando a evitar concessões aos árabes.

A França não suportou o desgaste da guerra e concedeu, em 1962, a independência à Argélia, de onde os colonos brancos retiraram-se. A Guerra da Argélia teve grande influência na descolonização da África subsaariana, ou África Negra, tanto como estímulo à mobilização africana pela independência, quanto como condicionadora da atitude das metrópoles europeias e da CEE, que decidiram se adaptar aos novos tempos para conservar sua influência econômica, agora já recuperada da guerra e em pleno "milagre". O exemplo argelino representou um risco a ser evitado no resto do continente.

Ao lado do nacionalismo árabe, tanto em sua versão nasserista quanto argelina, o pan-africanismo e a negritude serviram de catalisadores às vanguardas e elites africanas na luta pela independência. Contudo, na África Negra a mobilização popular era embrionária e esbarrava em problemas sérios. A luta dos poucos sindicatos e partidos ressentia-se de certa debilidade, e as revoltas chefiadas por associações secretas de tipo tradicional e/ou religioso, como a revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952-54), redundaram em fracasso. Todavia, o carisma e o prestígio de líderes africanos

como Kwame Nkrumah, Sekou Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita, e mesmo de um moderado como Leopold Senghor, preocupavam as metrópoles.

O processo de descolonização, no tocante ao conjunto de Terceiro Mundo, seguiu quatro caminhos básicos: a) um acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa (África Tropical); b) a exploração de divergências internas como forma de controlar o processo (como na Índia e no Paquistão); c) luta fracassada contra guerrilha revolucionária (guerra franco-vietnamita e argelina); e d) apoio à facção conservadora durante guerra civil (Filipinas, Vietnã do Sul, Coreia do Sul e China). No que diz respeito à África Negra, as potências coloniais se anteciparam ao amadurecimento do protesto independentista e puderam controlar em linhas gerais o movimento de descolonização nos parâmetros do primeiro caso.

Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornava-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia nativa previamente cooptada. Os primeiros países africanos a libertar-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a esse tipo de dependência. Em 1957, Ghana independizou-se da Inglaterra e o primeiro-ministro Nkrumah adotou uma política de neutralismo ativo, aproximando-se da URSS e da China Popular, bem como se declarando partidário do pan-africanismo. No ano seguinte, a Guiné separou-se da França e o primeiro-ministro Sekou Touré recebeu apoio dos países socialistas por sua linha política próxima à de Nkrumah.

Em 1960, o "ano africano", a maioria dos países do continente tornou-se independente da França e da Grã-Bretanha, dentro da linha pacífica, gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Tchad, Rep. Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo-Leopoldville (atual Zaire). Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto.

Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana, e neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia e à classe média negra.

Nem tudo, porém, correu tão tranquilamente. No Congo-Leopoldville (depois Zaire, atual Rep. Democrática do Congo), os belgas abandonaram precipitadamente o país assim que eclodiram os primeiros distúrbios. Patrice Lumumba, líder nacionalista e progressista congolês, tornou-se primeiro-ministro, enquanto os quadros belgas abandonavam o país e parte das tropas se amotinava. Em meio ao caos reinante, Moisés Tschombé, aliado a transnacionais europeias como a Union Minière du Haut-Katanga, proclamou a independência da rica província de Katanga. Os paraquedistas belgas atacaram outras regiões do país e Lumumba pediu ajuda à ONU, mas foi derrubado pelo pró-americano Coronel Mobutu e assassinado logo após.

Seguiu-se uma cruenta guerra civil, na qual a ONU desempenhou um papel bastante ambíguo. Para evitar que esse tipo de conflito pudesse contaminar os frágeis países recém-independizados e neutralizar a campanha política dos países afro-asiáticos e socialistas, Tschombé foi pressionado pelas potências ocidentais a reintegrar Katanga ao Congo e subordinar-se a Mobutu. Estes, com o apoio dos paraquedistas belgas e de mercenários brancos, esmagaram então os rebeldes simba e mulele – aliados de Lumumba, enquanto as tropas da ONU retiravam-se. Os EUA conseguiram impor seus interesses econômicos a seus aliados europeus e evitar a possibilidade de implantação, no coração da África, de um Congo progressista e neutralista, que manteria boas relações com o campo socialista e certamente influenciaria seus vizinhos.

Vários Estados africanos, diante de sua debilidade, tentaram associar-se em âmbito continental, dentro dos postulados pan-africanistas, ou federar-se pragmaticamente em escala regional, mas a falta de mínimas condições objetivas impediu a realização dessas aspirações. Em 1961 formaram-se dois blocos englobando os jovens Estados africanos: o *Grupo de Casablanca*, com sete membros, propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles (Nasser, do Egito, Touré, da Guiné, e Nkrumah,

de Ghana, eram seus principais articuladores), e o *Grupo de Monróvia*, integrado por 21 membros, seguia uma linha mais moderada, vinculada ao neocolonialismo (Senghor, do Senegal, e Burguiba, da Tunísia, eram suas maiores expressões). Apesar das divergências existentes na Conferência de Addis Abeba, em 1963, foi criada a *Organização da Unidade Africana* (OUA), com comissões para arbitramento de conflitos e comitês de libertação para os territórios ainda submetidos. A OUA aprovou, como regra para a África, a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, face à absoluta falta de outros parâmetros para delimitação dos novos Estados.

Os países francófonos, em sua maioria, mantiveram alguns vínculos com a ex-metrópole por intermédio da Comunidade Francesa de Nações, ao passo que os anglófonos, mediante a Commonwealth britânica. Além disso, quase todos os demais países assinavam acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou com os EUA, abarcando várias áreas de cooperação. No campo militar, tal cooperação efetivava-se por meio da venda de armas, do treinamento de oficiais e da presença de assessores e missões. No plano cultural, o intercâmbio fazia com que até as cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os jovens da elite, futuros administradores do país.

Quanto à economia, não só a dependência externa desses países – na condição de exportadores de matérias-primas e de produtos primários – implicava a manutenção de vínculos de subordinação, agora modernizados; no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência tecnológica e a falta de técnicos tornavam essa subordinação estrutural. No tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa. Tais fatores serviam para configurar uma relação tipicamente *neocolonial*.

Os problemas africanos eram imensos. As fronteiras desses países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos étnico-linguísticos rivais eram reunidos em um mesmo Estado, ao passo que outros afins

encontravam-se separados por uma linha traçada à régua no mapa. O Estado precedia a existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa analfabeta continuava a utilizar os diversos dialetos tribais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do "tribalismo", bem como no antagonismo entre assimilados e não assimilados à cultura europeia.

A ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores somava-se a uma estrutura de classes fragmentada, nos marcos de uma economia controlada de fora (exceto as extensas áreas ainda na fase da subsistência). A precaríssima rede de transportes ligava apenas os enclaves exportadores aos portos, inexistindo qualquer integração nacional. O domínio econômico-cultural da antiga metrópole aprofundava um processo de corrupção das elites a níveis inimagináveis (Mobutu, presidente do Zaire, se tornou um dos homens mais ricos do planeta). Assim, a maioria da população, após breve e limitada mobilização, voltou a mergulhar na apatia.

Contudo, muitos dos constantes golpes de Estado, perpetrados pelo exército, possuíam um caráter progressista e modernizador, pois a instituição era uma das poucas de expressão nacional, acima das divisões tribais e em contato com a realidade social do país – embora a maioria desses golpes não conseguisse implementar seu programa. Da mesma forma, a quase duplicação do número de Estados existentes em apenas uma década, apesar da fragilidade dos mesmos, não deixou de alterar profundamente as relações internacionais, transformando o caráter da ONU e reforçando o Movimento dos Não Alinhados.

A debilidade econômica da maioria das jovens nações africanas não impediu que algumas delas, como Guiné, Ghana, Zâmbia, Tanzânia e Argélia, entre outras, tivessem por longo tempo uma postura diplomática firme na luta pela emancipação política completa do continente e contra a dependência neocolonial. Muitos delas procuraram uma cooperação política e econômica com os países socialistas, o que permitiu em parte a

atitude relativamente autônoma acima descrita. Entretanto, a ajuda econômica socialista era modesta para as necessidades dessas nações, e a descontinuidade política das mesmas fazia com que Moscou mantivesse uma atitude cautelosa. Esse fenômeno permaneceu vigente até a primeira metade dos anos 1980.

A descolonização da África, no início dos anos 1960, deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. Portugal, que servia de guardião de interesses econômicos transnacionais, recusou-se a independizar Angola e Moçambique. A África do Sul, governada pela minoria branca (20% da população), controlava a Namíbia, e na Rodésia (atual Zimbábue) os colonos brancos (5% da população) apoiaram Ian Smith na proclamação unilateral da independência, em 1965, que não foi reconhecida por Londres. A África do Sul, onde a segregação racial do *Apartheid* estava consagrada na Constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e às empresas transnacionais. A África Austral, em seu conjunto, possuía imensas reservas de minerais estratégicos e potencialidades agrícolas, além de deter uma posição geopolítica estratégica na rota entre os oceanos Atlântico e Índico.

A impossibilidade de os movimentos anticoloniais lograrem a independência, um governo de maioria negra, ou mesmo o direito de participação política, em decorrência da intransigência de Lisboa ou das minorias brancas, levou-os a desencadear a luta armada. O Congresso Nacional Africano (ANC) abandonou as posições moderadas após o massacre da Sharpeville (1960), aliou-se ao PC sul-africano e iniciou uma guerrilha em condições dificílimas, o que também ocorreu com a Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO) na Namíbia, em 1966 – após a África do Sul recusar-se a devolver à ONU esse território, que administrava em *fideicomisso*.

O mesmo caminho foi seguido pela ZAPU e pela ZANU (respectivamente, União Popular e União Nacional Africana do Zimbábue), com a declaração da independência da Rodésia pelos brancos. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo

ideólogo da luta armada nas colônias portuguesas, Amílcar Cabral, iniciou a guerrilha na pequena Guiné-Bissau, enquanto diversos movimentos moçambicanos se fundiam na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e também iniciavam a luta.

Em Angola, várias organizações também desencadearam a guerra contra os portugueses. Esses grupos aglutinaram-se posteriormente em três movimentos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – correntes moderadas, de base étnica, do Norte e do Sul, respectivamente – e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de tendência socialista revolucionária e base urbana e interétnica. Os movimentos de libertação que tiveram de apelar para a luta armada como meio de obter independência receberam o auxílio dos países socialistas e de vizinhos militantemente anti-imperialistas (Guiné, Congo, Zâmbia e Tanzânia), sendo que alguns deles evoluíram ideologicamente do nacionalismo ao marxismo, vinculando a ideia de independência política à de transformação social.

Ibero-América: nacionalismo, Revolução Cubana e a reação dos EUA

Durante a Segunda Guerra Mundial, Washington estreitou sua ascendência sobre a América Latina e, após 1945, apenas a Argentina escapava à sua influência, pois o país se encontrava na área da Libra, comerciando principalmente com a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental, bem como concorrendo com a produção estadunidense. Em todo o continente, os capitais, o comércio e as empresas norte-americanas eram dominantes. Mais do que em qualquer outra região do planeta, na América Latina ficou claro que a Guerra Fria, em suas origens, constituía um instrumento de controle de Washington sobre os governos, sociedades e economias locais.

O discurso antissoviético e anticomunista – haja vista não existir a mais remota possibilidade ou intenção de ataque soviético e o comunismo latino-americano possuir uma expressão modesta e reformista – visava, sobretudo a legitimar a luta contra qualquer atitude nacionalista restritiva à forma de inversão de capital ou de comércio proposta pelos EUA. Na Europa

industrial e no Japão, as maciças inversões de capitais americanos permitiam à Washington uma primazia econômica sobre seus aliados, tornando dispensável uma intromissão política mais direta. Nesses países, os Estados Unidos eram os defensores dos princípios de liberdade, mas na América Latina, sob sua hegemonia, não deixavam de apoiar regimes ditatoriais ou conduzi-los ao poder, quando isto era necessário a seus interesses (o mesmo acontecia em outros continentes em países que apresentavam situações similares).

Em 1947, os EUA e os países latino-americanos assinaram, no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Mútua (TIAR), como instrumento militar de ajuda coletiva em caso de agressão externa a qualquer um dos signatários, os quais, no ano seguinte, em Bogotá, criaram a Organização dos Estados Americanos (OEA). Dessa forma, a Casa Branca passava a contar com instrumentos institucionais, nos campos diplomático e militar, para manter alinhados os governos do continente à sua estratégia, de forma legal e legítima.

No pós-guerra, os países latino-americanos sentiram-se frustrados em suas relações econômicas com os EUA, pois o apoio material contra o Eixo e o suporte político na Guerra Fria (o continente votava em bloco na ONU) não foram retribuídos no plano financeiro. Ao contrário, o ingresso de capitais geralmente era inferior à sua saída, além de as relações no plano comercial e tecnológico não deixarem à América Latina muitas chances de lograr um desenvolvimento industrial. Tal situação no plano externo somou-se aos problemas internos, levando governos como o de Getúlio Vargas, no Brasil, e de Jacobo Arbenz, na Guatemala, a tentar implementar projetos nacional-reformistas que aspiravam não a eliminar a dependência, mas a barganhar uma relação menos assimétrica. Vargas foi submetido a violentas pressões político-econômicas externas e internas, as quais o levaram ao suicídio, em 1954.

Arbenz, na Guatemala, encaminhou uma política de reformas moderadas e desapropriou terras ociosas da United Fruit Co. Os EUA, em resposta, impuseram um bloqueio ao país e prepararam uma invasão de mercenários

e direitistas, liderados pelo ex-ministro do exército Carlos Castillo Armas, a partir do território hondurenho. Enquanto enviava sua força aérea em apoio aos invasores, Washington impediu a ONU de agir, remetendo a questão à OEA. No ano seguinte foi a vez da queda do presidente argentino Péron, cujo nacionalismo populista e antiamericano representava um constante desafio aos interesses políticos e econômicos dos EUA no continente. Nas diversas conjunturas, Washington apoiou o Brasil contra a Argentina, e vice-versa, tentando evitar qualquer tentativa de articulação de uma frente de nações sul-americanas (como o Pacto ABC – Argentina, Brasil e Chile). Os três governos reformistas e legitimamente eleitos que foram derrubados em 1954-55 tiveram sucessores que implementaram medidas favoráveis aos interesses norte-americanos.

A crise e a mobilização popular, todavia, continuavam a crescer, exacerbadas pela dependência em face de um mercado mundial que depreciava progressivamente os preços dos produtos de exportação da América Latina, onde cinturões de miséria nas grandes cidades eram engrossados pela explosão demográfica e pelo êxodo rural. A inflação, as desigualdades sociais, o analfabetismo e o baixo nível de vida e saúde favoreciam a expansão de movimentos democráticos nacionais, que se atritavam com as oligarquias locais e os interesses estrangeiros. No início dos anos 1950 formou-se um governo popular na Bolívia, com um programa avançado.

Em todo o continente, o populismo radicalizava suas posições face à pressão dos segmentos populares. Em Cuba, em 1º de janeiro de 1959, a ditadura de Fulgêncio Batista era derrubada por uma revolução desencadeada em 1956, com a implantação de um grupo guerrilheiro liderado por Fidel Castro na Sierra Maestra. Embora articulada como movimento nacionalista, a Revolução Cubana era herdeira de uma tradição anti-imperialista e esquerdista. Mesmo as reformas moderadas do novo governo receberam firme oposição dos EUA, que dominavam a boa parte da economia da ilha, e desencadearam fortes pressões econômicas e diplomáticas.

John Kennedy, ao assumir a presidência americana, implementou a *Aliança para o Progresso*, um programa de ajuda às reformas sociais na América Latina, com vistas a deter a expansão dos movimentos antiamericanos, a mobilização popular no continente americano e a isolar Cuba dos demais países. O auxílio longamente solicitado só se efetivara devido ao triunfo da Revolução Cubana, razão pela qual era ironizado como "Plano Castro". Os principais governos latino-americanos insistiam em que a ascensão de Castro ao poder era menos fruto da "subversão comunista" do que resultado do subdesenvolvimento, chantageando Washington a liberar investimentos públicos para seus países.

Durante a administração democrata de Kennedy, essa tese ganhou influência, sobrepujando temporariamente a da segurança nacional antiesquerdista, que enfatizava os aspectos político-repressivos em detrimento da noção de ajuda ao desenvolvimento econômico. A revolução castrista criara um clima de perplexidade nos EUA, permitindo aos países latino-americanos aprofundar suas reivindicações e a desenvolver uma diplomacia relativamente autônoma nas nações maiores, como México, Brasil e Argentina.

A questão cubana não tardou a adquirir dimensões regionais e mesmo mundiais. Após três meses no governo, Kennedy autorizou uma operação clandestina de contrarrevolucionários, montada pela CIA. O desembarque na Baía dos Porcos (16/4/1961) foi derrotado com certa facilidade, frustrando as expectativas americanas de encontrar apoio popular para derrubar Castro. Como resultado da dinâmica interna e externa do processo revolucionário cubano, Fidel Castro proclamou a adoção do socialismo no país em 1º de maio. O estabelecimento de um regime de orientação marxista-leninista a cem milhas de seu território levou os EUA à escalada. Seguiu-se a imposição da ampliação do bloqueio econômico à ilha, a crise dos mísseis (outubro de 1962) e, posteriormente, a suspensão do país da OEA (25/11/1962).

Esses eventos levaram Havana a acercar-se ainda mais de Moscou, tanto no plano econômico como no político. À dramática situação da Revolução Cubana somaram-se a militarização iniciada por Kennedy (ampliação do

efetivo norte-americano no Vietnã, aumento do orçamento de defesa e dos contingentes da OTAN e a criação de uma frota de porta-aviões nucleares) e a desmoralização da URSS com o *Missile Gap*. Esse conjunto de fatores levou, muito provavelmente, à instalação dos mísseis médios soviéticos em Cuba, pois estava em jogo o prestígio de Moscou junto ao Terceiro Mundo. Embora o *affair* tenha resultado em uma derrota para o Kremlin, no plano regional, concretamente, houve uma barganha entre o recuo soviético e o compromisso americano de não atacar Cuba, o que permitiu a sobrevivência de seu regime socialista.

Em termos materiais, a Revolução Cubana não representava problemas reais para os EUA, apesar do prejuízo de grupos que dominavam a economia da ilha e da máfia, que se ocupava dos cassinos, hotéis e de operações ilícitas como prostituição e tráfico de drogas, muitos dos quais se deslocaram de Havana para Miami. A Flórida recebia vultosos investimentos para a estruturação de um polo de prosperidade com vistas a contrastar e servir de base para a desestabilização de um socialismo frugal. Entretanto, politicamente os barbudos de Havana representavam um desafio inaceitável em um continente já convulsionado, um mau exemplo que espelhava, simultaneamente, a incapacidade americana e a presença diplomática soviética na reserva de caça dos EUA.

Considerando-se que desde o lançamento do Sputnik esse país vivia certa perplexidade, foi um choque o triunfo da primeira revolução popular e socialista em uma área que lhe era estratégica. Simultaneamente, surgia o Movimento dos Não Alinhados, crescia a influência do Terceiro Mundo na ONU e nas relações internacionais, a bipolaridade, sob a hegemonia dos EUA (dentro da qual esse país estruturara toda a sua estratégia), cedia lugar a um cenário mundial mais complexo, ao passo que a Europa Ocidental e o Japão reapareciam como competidores econômicos. É a partir desse contexto que devem ser apreendidos os fundamentos da reação norte-americana.

A militarização iniciada por Kennedy visava a reforçar a posição estadunidense, associando-se às reformas sociais, políticas e econômicas na periferia, de modo a conter as tendências contestatórias. Os grupos

prejudicados com a perda de Cuba e os setores que priorizavam uma ação repressiva mais firme, em lugar do reformismo de Kennedy, certamente estavam vinculados ao assassinato do presidente norte-americano, em novembro de 1963. Seu sucessor, o Vice-Presidente Lyndon Johnson, vinculou-se aos grupos que propugnavam o desencadeamento de uma reação geral, como o complexo industrial-militar. A *Aliança para o Progresso* foi paulatinamente esvaziada, e a escalada militar, iniciada no Vietnã para salvar o governo de Saigon da *débâcle*. Em pouco tempo, chegavam ao país mais de meio milhão de soldados americanos.

Paralelamente, Washington aumentava a pressão sobre o governo Goulart, em apoio aos setores conservadores brasileiros. O golpe de Estado de 31 de março de 1964, implantando um regime militar de segurança nacional no Brasil, contou com o apoio direto da CIA. No ano seguinte, na República Dominicana, um forte movimento popular procurou devolver o poder ao Presidente Juan Bosch, derrubado em setembro de 1963 por um golpe militar. Sentindo que as forças conservadoras não conseguiriam se manter no poder, os EUA intervieram militarmente no país via OEA. O recém-implantado regime militar brasileiro participou da operação enviando tropas para "evitar uma nova Cuba". Entretanto, os objetivos propostos pela reação dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, na sequência da Revolução Cubana, mostrar-se-iam, ao cabo de uma década, incompatíveis com a capacidade do país de atingi-los. Iniciava-se a erosão da *Pax Americana*.

6. Da Coexistência Pacífica à crise econômica e diplomática (1961-1979)

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela erosão da *Pax Americana* e da bipolaridade, devido ao advento da Coexistência Pacífica ou *Détente*. Mais do que o avanço de uma das superpotências sobre a outra, o que ocorria era certa tendência à multipolaridade e a perda de controle de Moscou e Washington sobre seus próprios aliados. A Europa ocidental e o Japão, economicamente recuperados, ganhavam maior autonomia, enquanto o número de Estados independentes crescia no Terceiro Mundo, que emergia e influía nos rumos das Nações Unidas. França e China, por sua vez, se afastavam dos seus respectivos blocos, enquanto a desaceleração da economia mundial era cada vez mais visível, evidenciando o desgaste do paradigma fordista.

Na busca de um novo equilíbrio internacional, os EUA se aproximam da China, produzindo uma inevitável reação soviética na periferia atingida pela crise econômica. Quatorze Revoluções ou mudanças bruscas de regime em apenas uma década, todas desfavoráveis à Washington, viriam a ampliar o desequilíbrio estratégico. A derrota no Vietnã, particularmente, atingiu os Estados Unidos de forma séria, gerando uma situação que viria a encerrar a *Détente* no fim da década de 1970. Tudo isto num difícil quadro de acelerada reestruturação da economia mundial.

6.1 A *Détente* e o desgaste da hegemonia dos EUA (1961-1973)

A erosão da hegemonia dos EUA e o equilíbrio com a URSS

A segunda metade da década de 1960 assistiu à manutenção da *détente* entre as superpotências, em decorrência de diversos fatores. Em 1963, Kennedy era assassinado, um ano depois Kruschov era derrubado e os sucessores de ambos procuravam recuperar a posição de seus países no plano internacional. Washington intensificava sua ofensiva na América Latina e no Vietnã, enquanto Moscou tentava restaurar sua liderança no campo socialista, que Kruschov deixara em tremenda desorganização. Assim, os EUA aceitaram negociar vários acordos sobre a limitação de armamentos – acordos postos em prática, inicialmente, com a interdição parcial de explosões nucleares na atmosfera e no mar, em troca da redução do envolvimento soviético no Terceiro Mundo (em apoio ao nacionalismo emergente).

Paralelamente, outros fatores atuaram para reforçar a tendência à multipolarização das relações internacionais, que sustentava a *détente*. Na passagem da década de 1960 para a de 1970, o equilíbrio nuclear e estratégico era atingido, pois a URSS também passou a produzir mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), capazes de atingir o território norte-americano a partir de bases de lançamento em solo soviético ou de submarinos.

A emergência do Terceiro Mundo como força política no cenário mundial se consolidava, expressando-se por meio do crescentemente prestigiado Movimento dos Países Não Alinhados e da ONU, que deixava paulatinamente de representar, involuntariamente, um suporte para a política dos EUA. A presença dos jovens Estados potenciava a Organização, ao mesmo tempo em que a fazia incrementar a atuação de seus organismos especializados na área socioeconômica, cultural e sanitária, de vital importância para o Terceiro Mundo. A ONU adquiria uma dimensão realmente planetária.

O grande *boom* econômico da CEE – cuja força motriz era a RFA – e do Japão propiciava a reemergência de polos capitalistas relativamente autônomos, cuja ascensão era facilitada por seus limitados gastos militares. Esses aliados dos EUA não tardariam a mover-lhe uma bem-sucedida concorrência comercial, financeira e tecnológica. Também no plano político o bloco americano começaria a apresentar fissuras. A distensão internacional não tardaria a estimular o nacionalismo francês, que se opunha às pressões americanas na CEE e às relações privilegiadas de Washington com a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. Assim, em 1966 De Gaulle retirou a França da OTAN, em um gesto sem precedentes.

No tocante aos conflitos regionais, o do Oriente Médio agravou-se durante os anos 1960/70. Em decorrência do desgaste que sofria na guerra civil no Iêmen, na iminência da retirada britânica de Aden (criando um vazio de poder no Mar Vermelho) e perdendo terreno da esquerda árabe frente ao pan-arabismo do Partido Baas (com suas iniciativas de integração), o nasserismo se sente em vias de ser ultrapassado. Ela procura então criar fatos políticos na região e atrair a atenção dos EUA, interditando o golfo de Akaba aos navios israelenses, em maio de 1967. Duas semanas depois, Israel atacava de surpresa o Egito, a Síria e a Jordânia, ocupando a Cisjordânia, as colinas de Gola e a península do Sinai. A Guerra dos Seis Dias tornou ainda mais crítico o problema dos refugiados palestinos, que se instalaram em massa na Jordânia.

O nasserismo entrou em crise e teve de aceitar a tutela dos árabes pró-americanos (Arábia Saudita e outros países) na Cúpula da Liga Árabe, realizada em Kartum, a qual definia a ambígua política de "sim aos Estados Unidos e não a Israel". A resistência palestina, por sua vez, cresceu em número e organização e radicalizou-se no plano sociopolítico. Assim, uma nova divisão intensificou-se na região: revolução *versus* contrarrevolução. Nesse contexto, em 1970 o exército e os beduínos jordanianos atacaram os guerrilheiros palestinos (massacre do Setembro Negro), que se retiraram para o Líbano, alterando o precário equilíbrio político-étnico-religioso desse país ao introduzir uma força muçulmana e/ou esquerdista no cenário local.

Paralelamente, intensificavam-se os ataques terroristas palestinos e israelenses.

Em 1973 foi a vez de Egito e Síria atacarem Israel de surpresa. Tratava-se de um conflito com objetivos limitados promovido por Sadat, sucessor do falecido Nasser, visando atrair a atenção dos EUA, pois ele estava se afastando da URSS. A Guerra do *Yom Kippur* (Dia do Perdão judaico), ainda que vencida militarmente por Israel, acabou com o mito de sua invencível capacidade militar, seja pela vitoriosa ofensiva árabe inicial, seja pelas baixas relativamente expressivas do exército israelense. Entretanto, no plano político e psicológico podem-se computar ganhos expressivos para os países árabes e um considerável desgaste israelense. Quanto ao petróleo, não foi ele apenas valorizado economicamente, mas também utilizado como arma política mediante o embargo às nações que apoiaram Israel na guerra. Em 1974, o líder da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), Yasser Arafat, discursou na ONU, que reconheceu o direito palestino à independência e concedeu à OLP o *status* de observador permanente na Assembleia Geral. Em seguida, a ONU condenou o racismo, considerando o sionismo uma de suas formas.

A Guerra do Yom Kippur teve também dois outros desdobramentos importantes. O primeiro deles foi o desencadeamento, em 1975, de uma guerra civil no Líbano, onde a esquerda – reforçada pela implantação palestina no sul do país – estava prestes a vencer, quando a Síria interveio militarmente em defesa dos cristãos, ocupando parte do país em 1976. Desde então, o Líbano viveu uma guerra civil intermitente. O segundo desdobramento foi a aproximação do Egito – agora governado por Anwar Sadat – dos EUA e a ruptura com a URSS. Esse processo atingiu seu ápice nas Conversações de Camp David, quando Egito e Israel estabeleceram relações diplomáticas. A Guerra do Yom Kippur evidenciou a determinação dos países árabes conservadores e pró-ocidentais de forçar uma situação que capitalizasse parte do apoio americano para si, desviando-o de Israel, atraindo o repúdio dos países árabes reformistas.

A cisão do bloco socialista e a aliança sino-americana

A crise do bloco socialista e ruptura sino-soviética

A situação não era melhor no bloco socialista. Em 1961 efetivava-se a ruptura da URSS com a Albânia e, em 1963, com a RP da China. Assim, desaparecia o *campo socialista*, restando em seu lugar um *campo soviético*. Pequim, poucos dias após a destituição de Kruschov, explodiu sua primeira Bomba Atômica, aumentando suas pretensões políticas. A política externa chinesa privilegiara até então a segurança do país, sendo indispensável a aliança com a URSS, mas, a partir deste momento, a ênfase passou a ser a independência e a autonomia.

Os problemas econômicos e as lutas pelo poder dentro do PCC levaram o país a exacerbar o nacionalismo e a opor-se com mais intensidade à URSS, com fins de legitimação interna. O desdobramento dessa política levou a China ao caos da Revolução Cultural e ao isolamento diplomático do país, bem como à perda de influência no movimento comunista. Em 1965, um golpe direitista liderado pelo General Suharto, na Indonésia, esmagou o influente PC local (um milhão de militantes comunistas foi morto, a grande maioria de etnia chinesa), eliminando o último grande aliado de Pequim.

A Romênia, por seu turno, recusara os planos do CAME para o estabelecimento de uma divisão internacional da produção entre países socialistas. A ideia, proposta por Kruschov para contrabalançar as tendências centrífugas do campo socialista, condenaria a Romênia a um modesto nível de industrialização. As questões econômicas serviram para aglutinar a rebeldia dos comunistas romenos, que adotaram uma diplomacia relativamente autônoma em relação a Moscou, embora adotando internamente um regime stalinista ainda mais rígido. A recuperação parcial das posições soviéticas em seu campo, por Brejnev, baseava-se mais em compromissos do que em uma liderança inconteste, como na época de Stalin.

Em 1967-68, o PC Tchecoslovaco iniciou o processo de liberalização política e de descentralização econômica, conhecido como Primavera de

Praga. Embora não se tratasse de um movimento antissocialista como o da Hungria, em 1956, envolvia consideráveis riscos para os soviéticos e alemães-orientais: a Tchecoslováquia fazia parte do chamado *triângulo de ferro* do Pacto de Varsóvia (com RDA e Polônia); a URSS encontrava-se envolvida em conflitos fronteiriços com a China e enfrentava a rebeldia romena; os EUA haviam enunciado o princípio do tratamento diferenciado para países socialistas mais autônomos – como forma de desgastar a unidade do Leste Europeu –, que ambicionava a anexação da RDA pela RFA, em troca do reconhecimento das fronteiras pós-guerra; finalmente, havia o firme apoio da RFA e do Ocidente à liberalização tcheca. Assim, as tropas do Pacto de Varsóvia entraram no país, em agosto de 1968, sem encontrar resistência armada. Para justificar a intervenção, Brejnev formulou a *Doutrina da Soberania Limitada dos Países Socialistas* (ou *Doutrina Brejnev*), os quais não poderiam adotar medidas externas ou internas que ameaçassem os demais.

O fim da Primavera de Praga, todavia, conduziu à normalização diplomática da Europa Central e ao aprofundamento da *détente*. Em 1969, os social-democratas chegavam ao poder na RFA e Willy Brandt lançava sua *Östpolitik*, estimulando a cooperação da CEE com o Leste Europeu, que rendeu excelentes resultados econômicos para a Europa ocidental. Sem esperanças de derrubar os regimes da Europa Oriental, o Ocidente negociou a normalização política. Entre 1970 e 1972 foram assinados diversos tratados envolvendo o reconhecimento diplomático e de fronteiras entre RFA, RDA, URSS, Polônia e Tchecoslováquia. Em 1973, as duas Alemanhas ingressavam na ONU.

A aliança sino-americana

Outra guinada espetacular na grande diplomacia mundial foi a formação do Eixo Washington-Pequim. A República Popular da China vivia, nessa época, um grande isolamento externo (fracasso no Terceiro Mundo, independência de Bangladesh em 1971 e derrota do Paquistão frente à Índia, ocasionada pela aliança dessa última, sua rival, com a URSS) e

problemas internos decorrentes da Revolução Cultural. Assim, a China precisava de aliados que auxiliassem na segurança e desenvolvimento, que passavam a ser prioritários.

Enquanto isso, Nixon e Kissinger procuravam reduzir os gastos e o envolvimento militar dos EUA, bem como encontrar uma saída honrosa para a Guerra do Vietnã. Essa situação levou o presidente norte-americano a formular a Doutrina de Guam (vietnamização do conflito e desengajamento americano) e a promover a aproximação sino-americana, por meio da chamada *Diplomacia do Ping-Pong*. Logo a China popular ingressava na ONU, ocupando o lugar de Taiwan no Conselho de Segurança como membro permanente e logrando, assim, legitimar-se e inserir-se no concerto das nações. Em seguida, Nixon visitou a capital chinesa, celebrando uma aliança voltada primordialmente para a contenção do Vietnã do Norte e contra a URSS e os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo.

Henry Kissinger, Secretário de Estado do governo Nixon, foi o articulador da política de incluir um novo ator no cenário bipolar, criando uma espécie de tripolaridade estratégica que deixava a URSS numa posição desvantajosa. Acadêmico especializado no estudo do equilíbrio europeu do século XIX, o professor Kissinger demonstrou uma visão de longo prazo que Nixon teve a coragem de abraçar, embora pagando caro por isto em 1974.

Tratava-se da primeira iniciativa para recuperar a desgastada hegemonia americana (processo ainda em curso após 30 anos), através da reestruturação da ordem mundial (como forma de reduzir os custos de sua supremacia). Ao lado da *tripolaridade estratégico-militar*, a administração Nixon-Kissinger estruturava a *pentarquia econômico-diplomática*, conferindo um novo *status* à Europa ocidental e ao Japão, ao lado dos EUA, da URSS e da China. Os novos agregados ao clube dos supergrandes deveriam participar com recursos econômicos e, em certos casos, militar, para auxiliar a manter o conjunto do sistema mundial. Uma das bases conceituais da nova estratégia diplomática e econômica era a Comissão Trilateral, um organismo não governamental fundado em 1973 por David Rockfeller, da qual Kissinger era membro destacado. A Comissão, integrada por

empresários, políticos, acadêmicos e altos burocratas, buscava articular as ações Ocidentais numa associação dos EUA, da Europa ocidental e do Japão.

6.2 A Diplomacia da *Détente* (1973-1979)

A crise econômica: choque petrolífero ou reestruturação?

A desaceleração econômica dos anos 1960 e a crise dos anos 1970

Durante os anos 1960, os países europeus ocidentais (particularmente a Alemanha) e o Japão alcançaram e ultrapassaram os Estados Unidos em vários campos da economia, enquanto esse último encontrava crescentes dificuldades para desempenhar o papel de "polícia do mundo livre". Após os dissabores gerados pela Revolução Cubana, os EUA se afundavam na Guerra do Vietnã, com funestas consequências político-sociais domésticas. No entanto, foi a economia americana que sofreu o maior desgaste com as despesas militares, pois no auge da guerra os EUA passaram a apresentar déficits orçamentários e comerciais significativos. A sobrecarga gerada pelas guerras periféricas sobre a economia norte-americana, contudo, era sintoma de um problema estrutural: a crise do modelo de acumulação do pós-guerra, assentado no paradigma fordista-keynesiano, um modelo baseado na produção em grande escala, em linha de montagem, apoiado pela intervenção do Estado em apoio à economia e à distribuição de renda.

O capitalismo assentado em indústrias motrizes, como de automóveis e outros bens de consumo duráveis, encontra seus limites em razão, por exemplo, da rigidez produzida pela exigência de garantir pleno emprego e de conceder aumentos salariais reais continuamente. Isso conduzia ao declínio da taxa de crescimento e, logo, da de lucros. No campo político-ideológico, aliás, as sociedades de consumo haviam atingido seu limite, como ficou evidente nas revoltas estudantis de 1968 em Paris e nas grandes cidades do mundo, revoltas que contaram com o apoio de alguns trabalhadores.

Além disso, o tipo de indústrias em que se baseava o *American way of life* requeria investimentos de porte cada vez maior, tais como a urbanização e a construção de infraestruturas rodoviárias e de serviços. Deve-se levar em conta, também, o desperdício produzido pelos serviços acessórios e de

comercialização, requeridos por mercados de concorrência monopolista. Finalmente, é preciso considerar que a divisão mundial do trabalho então existente tornava-se um entrave ao desenvolvimento desse modelo.

Para enfrentar esse conjunto de problemas, os círculos dominantes do mundo capitalista desencadeiam uma contraofensiva estratégica – primeiramente no campo político-ideológico, depois no âmbito diplomático-militar e, finalmente, na esfera econômico-financeiro-tecnológica. A preparação ideológica partiu do Clube de Roma (uma organização não governamental criada para esse fim) e deu o sinal de alarme, anunciando o iminente esgotamento dos recursos naturais e das formas de energia não renováveis, ao mesmo tempo em que denunciava, em clima de pânico, o crescimento populacional e a destruição do meio ambiente. Era a defesa do *crescimento zero*, que legitimava o controle demográfico e os movimentos ecológicos, elementos necessários para uma política ampla de reconversão produtiva. Quanto aos aspectos diplomático-militares dessa estratégia, cujo elemento central foi a aliança Washington-Pequim e o desengajamento norte-americano (repassando tarefas militares locais a aliados regionais), já foram eles descritos no subcapítulo anterior.

No âmbito das questões econômicas, Nixon decretou, em 1971, o fim da paridade do dólar em relação ao ouro e adotou medidas comerciais protecionistas, com o intuito de recuperar a competitividade da economia americana. Paralelamente iniciou, no mesmo ano, uma política de aumentos reais escalonados no preço do petróleo, anunciado bruscamente por seu íntimo aliado, o Xá do Irã. Os EUA, apesar de uma dependência considerável em importações, eram grandes produtores de petróleo, matérias-primas e alimentos. Foram justamente tais produtos que conheceram um aumento significativo, afetando a economia internacional e impulsionando o processo de reconversão econômica global. Esse foi o ponto de partida da crise econômica mundial do capitalismo, e não o que ocorreu após.

Em 1973, na esteira da Guerra do Yom Kippur, os países árabes aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretar um embargo contra os países que apoiaram Israel. Ora, considerando que os

Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que o Japão e a Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar, ainda, que a maioria esmagadora dos membros da OPEP era aliada dos EUA e que esse país também possuía ampla ascendência sobre as empresas transnacionais desse setor. Assim, tal manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesa e europeia, não produtoras de combustíveis (como também deficitárias em matérias-primas e alimentos). A própria integração europeia foi ameaçada, pois o choque petrolífero forçou cada Estado-membro a buscar individualmente fornecedores.

O aumento do preço do petróleo, das matérias-primas e dos alimentos, ainda que afetando o conjunto da economia capitalista mundial, deixou os Estados Unidos em uma posição de nítida vantagem sobre o Japão e a Europa na corrida para a reestruturação econômica que se iniciava. Além disso, alguns países do Terceiro Mundo se beneficiariam, em certa medida, com os aumentos de preços, qualificando-os para desempenhar o papel de potências locais, com as quais os EUA dividiriam as tarefas de gendarme. Alguns desses países, inclusive, seriam beneficiados com a possibilidade de acumular recursos para industrializar-se, o que em breve viria a ser reforçado pela transferência de indústrias para a periferia.

Outro dado curioso é que a União Soviética e seus aliados do Leste Europeu também teriam um papel a desempenhar na estratégia americana. A aliança com a China visava claramente a objetivos político-diplomáticos: reduzir os custos da contenção da URSS e das revoluções sociais do Terceiro Mundo. Paralelamente, era oferecida ao Kremlin a possibilidade de manter-se a *détente*, além de uma compensação econômica que, em última instância, favorecia aos Estados Unidos: Moscou era estimulada a vender, no mercado mundial, petróleo e matérias-primas, sobretudo minerais, e a adquirir tecnologia, receber capitais e produtos de consumo. Ora, por essa via os soviéticos eram gradualmente abertos e vinculados à economia capitalista internacional, justamente no momento em que esta articulava um salto qualitativo.

Rumo à reestruturação da economia mundial

A reorganização da economia mundial e do seu próprio modelo demandava, por outro lado, um enorme volume de capital, que no primeiro momento só poderia ser obtido pela transferência e concentração de recursos em determinados polos. Nesse sentido, pode-se observar que o Terceiro Mundo passou cada vez mais a contribuir para capitalizar o novo salto econômico do Norte. Mais irônico é que o próprio rival político-militar dos EUA também foi tragado por esse redemoinho econômico. A *Perestroika* não surgirá acidentalmente.

O que se segue, em meio aos apelos à austeridade, é uma corrida pela reciclagem das economias, partindo da tentativa de superar o impacto do aumento de preços daqueles fatores econômicos e das novas políticas comerciais e financeiras, como forma de retomar o dinamismo. Se, por um lado, os Estados Unidos largavam em nítida posição de vantagem, por outro as graves dificuldades europeias e japonesas obrigavam-nos a um esforço muito mais intenso e ousado de reestruturação.

O primeiro ponto a ser atacado foi a própria organização do trabalho, fator imprescindível para a compreensão da reorganização do capitalismo em escala mundial. A resistência dos operários aos métodos de trabalho taylorista e fordista, os aumentos reais de salário (seja para motivar os trabalhadores, seja como pressão destes por uma melhor distribuição de renda), ao lado de outros fatores, limitaram o crescimento da produtividade do trabalho e ocasionaram uma progressiva queda das taxas de lucro e de mais-valia. A introdução do trabalho temporário, das técnicas das chamadas "relações humanas" e das equipes de trabalho por tarefa produziram resultados limitados. O capital elaborou, então, estratégias mais amplas para responder à queda da taxa de lucro: a inflação, a ofensiva para reduzir salários e a utilização mais intensa de trabalhadores provenientes de países do Terceiro Mundo nos países de capitalismo avançado (o operário-massa multinacional, que se inspirava no modelo sul-africano dos Bantustãos – reservas indígenas de mão de obra barata).

Os EUA foram os pioneiros no uso da força de trabalho imigrante (latino-americanos e, em menor medida, asiáticos). Em 1975 havia 16 milhões de trabalhadores estrangeiros nas áreas industriais da Europa Ocidental (provenientes dos países mediterrâneos, Irlanda, Finlândia, Antilhas, África Negra, Magreb, Índia e Paquistão). No Japão, a corrente migratória provém principalmente da Coreia do Sul. Essa força de trabalho móvel, desorganizada, mal remunerada, temporária, muitas vezes gozando de uma situação infralegal, e cujos custos de reprodução não são pagos pelos contratantes, permitiu uma redução inicial dos custos de produção. Entretanto, à medida que se esboçava uma diminuição das vantagens relativas da força de trabalho estrangeira, os países capitalistas avançados passaram a transferir para a periferia muitas indústrias que utilizavam intensivamente mão de obra.

Ao lado da estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho (ou da produção) e como parte dela, os centros capitalistas trataram de impulsionar a chamada Revolução Científico-Tecnológica (RCT), principalmente nas áreas de informática, comunicação, biotecnologia, robótica, supercondutores, etc. O desenvolvimento tecnológico passou a ser obtido mediante a pesquisa científica intensiva e previamente planejada, sendo imediatamente empregado na economia, deixando de ser um resultado decorrente da evolução da produção.

Esse salto tecnológico objetivava recuperar e redimensionar a acumulação de capital, esvaziar as conquistas trabalhistas, manter a vanguarda e a dominação sobre a economia dos países periféricos (o que também é reforçado pela dependência destes quanto à importação de capitais) e anular os avanços produtivos obtidos pelo campo socialista. Deve-se assinalar que a Nova Divisão Internacional da produção e a Revolução Tecnológica desencadearam a Terceira Revolução Industrial e um intenso movimento de globalização produtiva e financeira; ademais, esse processo transcorreu em um quadro de crise recessiva e de crescente concorrência comercial entre os polos que pretendiam liderar o processo. Tais fenômenos serão analisados adiante.

As revoluções dos anos 1970 e o desequilíbrio estratégico

A derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietnã

A aliança sino-americana sem dúvida alterou o equilíbrio estratégico mundial. No lugar de uma confrontação bipolar regulada, em que os demais países desempenhavam um papel limitado, surge um cenário no qual uma terceira potência, a China, já era capaz de alterar o jogo internacional, tornado mais complexo. A nova correlação internacional de forças então criada gerou um desequilíbrio estratégico, claramente desfavorável a Moscou. Frente a esse quadro, os soviéticos passaram a apoiar os movimentos revolucionários, anti-imperialistas ou simplesmente nacionalistas do Terceiro Mundo.

Além da ajuda direta, sempre problemática, os soviéticos passaram a desenvolver sua política em relação a esses movimentos por meio de Cuba, da qual o Kremlin reaproximou-se. Sob Brejnev, a URSS havia atingido uma relativa paridade estratégica com os EUA (mísseis intercontinentais, alianças no Terceiro Mundo, uma marinha de alcance mundial), a qual se viu bruscamente rompida pela aliança sino-americana. Tentando retomar o *status quo ante*, Moscou passa a potenciar esses processos de ruptura na periferia terceiro-mundista e estabelecer com os novos regimes uma série de pontos de apoio, às costas de seus adversários norte-americanos e chineses.

Tal estratégia era implementada no momento em que se agravavam os efeitos da crise econômica mundial, desestabilizando socialmente áreas estratégicas do Terceiro Mundo, o que contribuiu para o sucesso da estratégia soviética. Nos anos 1970 ocorreriam mais de uma dúzia de revoluções socialistas e/ou anti-imperialistas. Sem dúvida, a Revolução Indochinesa foi a mais importante delas. O movimento liderado por Ho Chi Minh iniciara sua luta contra a França de Vichy e os japoneses em 1939 e, após efêmera independência, lutara contra a reconquista francesa, entre 1945 e 1954, quando o país foi temporariamente dividido. O congelamento da divisão, configurado pela não realização de eleições no sul do Vietnã, cujo

regime era apoiado pelos EUA, levou ao reinício da guerrilha em 1960.

A derrocada iminente do governo de Saigon obrigou o Pentágono a desencadear a escalada militar em 1964. O Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Sul enfrentaram, em condições dramáticas, os seiscentos mil soldados *yankees* e a mais avançada tecnologia militar do mundo. Em 1968, quando os EUA começavam a enfrentar sérios problemas internos – em grande parte decorrentes do conflito – a FLN do Vietnã (*Vietcong*) desencadeou a ofensiva do Tet, demonstrando a impossibilidade de uma vitória americana. Recrudesceram, assim, o uso de armas químicas, massivos bombardeios e massacres, enquanto Nixon buscava desenredar-se do labirinto indochinês. A guerra secreta no Laos e a invasão do Camboja, em 1970, onde instalaram o general direitista Lon Nol, apenas dificultaram ainda mais a situação de Washington.

Após longas negociações, os EUA assinaram os Acordos de Paris, em 1973, e retiraram suas tropas, *vietnamizando* o conflito, enquanto forneciam armas, dinheiro e assessores ao governo de Saigon. Em abril de 1975, as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Sul entravam em Saigon, unificando o Vietnã e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas – inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico – por um pequeno país agrícola e periférico, ainda que com o apoio diplomático e em armas dos países socialistas. A Guerra do Vietnã não fora apenas um conflito militar entre exércitos nacionais, mas uma revolução social, evidenciando o desgaste norte-americano e as potencialidades da aliança das revoluções do Terceiro Mundo com os países socialistas industrializadas.

O fenômeno afetou toda a Indochina, pois simultaneamente ocorria o triunfo dos movimentos revolucionários do Laos e do Camboja (que passava a se chamar Kampuchea). É importante observar a atitude da China, que esfriou gradativamente suas relações com Hanói à medida que a vitória se avizinhava, chegando mesmo a opor-se à reunificação. A partir de 1975, Pequim passou a apoiar o regime do Khmer Vermelho, como forma de evitar a supremacia do Vietnã sobre toda a Indochina, bem como de pressioná-lo.

A primeira derrota militar americana atingiu em cheio o país, gerando a *Síndrome do Vietnã*, que o retrai temporariamente nas relações internacionais. À crise econômica associava-se o sobressalto da derrota militar, da consciência dos crimes perpetrados, dos problemas sociais internos (refletidos no alto índice de desajustados, drogados, mutilados), bem como da descrença política gerada pelo escândalo *Watergate*, responsável pela queda de Nixon. Para a opinião pública, os conflitos do Terceiro Mundo eram complicações em que os EUA não deveriam intervir. Carter assumirá o poder em 1977, reagindo por meio da política de defesa dos direitos humanos e de não interferência nos assuntos internos de outros países.

Enquanto os EUA encontravam-se afetados pela *Síndrome do Vietnã* e mantinham-se relativamente retraídos nas relações internacionais, a conjuntura revolucionária no Terceiro Mundo aprofundava-se, atingindo seu zênite – e seu termo. Na Indochina, o final da guerra não trouxera o alívio das tensões regionais, pois a pressão sobre a Revolução Vietnamita adquirira novas formas. O Khmer Vermelho no Kampuchea iniciou uma experiência ruralizante, marcada por uma política ultraesquerdista influenciada pela Revolução Cultural Chinesa, pela recusa à modernidade e pela adoção de um ultranacionalismo retrógrado, destinado a restaurar a glória do Império Khmer de Angkor. Esse "socialismo nacional Khmer" conduziu, pela repressão e pelas consequências das transferências de populações para o campo, à morte de dois milhões de pessoas, quase um terço da população do país.

O Vietnã, enfrentando incidentes fronteiriços (apoiados pela China), em fins de 1978 invadiu o Kampuchea com apoio dos refugiados desse país, derrubando o Khmer Vermelho e implantando um regime aliado no início de 1979. Um mês depois, seiscentos mil soldados chineses cruzavam a fronteira para, segundo Deng Xiaoping, "dar uma lição ao Vietnã". Após um mês de luta, os chineses retiraram-se com pesadas baixas. A RP da China, ao atuar como gendarme no plano regional, defendia também os interesses dos EUA na grande diplomacia. No entanto, a cartada falhara e a Revolução

Vietnamita sobrevivera a essa prova, embora ela e o novo governo do Kampuchea sofressem a partir de então, um forte isolamento e desgaste – mesmo provando ao mundo o genocídio perpetrado pelo Khmer Vermelho contra seu próprio povo.

Descolonização tardia e Guerra Fria na África

Na África Portuguesa, após quinze anos, as guerrilhas também triunfariam. Em Moçambique, a guerrilha implantara-se no Norte, na fronteira com a Tanzânia. A particularidade política da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era a aglutinação de todos os movimentos de distintas orientações em uma única organização, que além de menos sólida ideologicamente sofreu certa influência chinesa, presente na Tanzânia, apesar do apoio soviético ao movimento.

A FRELIMO, dirigida por Samora Machel, já controlava parte do país, quando a Revolução dos Cravos, em Portugal, precipitou os acontecimentos. Com a fuga da maior parte da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro, que se proclamava marxista-leninista, junto às fronteiras da Rodésia e da África do Sul, países ainda controlados por minorias brancas, onde se intensificava a luta armada. Em 1976 ocorria o levante de Soweto, duramente reprimido pelo *Apartheid*. As pequenas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também se independizaram instituindo governos de esquerda.

A independência de maior impacto internacional da África Portuguesa, entretanto, foi a de Angola, com maiores potencialidades econômicas e com expressiva minoria branca – o país dispõe de petróleo, ferro, diamantes, entre outros minerais estratégicos. A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência acirraram-se ainda mais quando da derrocada do fascismo português. A formação de um governo de coalizão dos três movimentos, promovida pela metrópole em retirada, não impediu a eclosão de uma guerra civil. A Frente Nacional de Libertação de Angola (vinculada aos EUA) e as tropas do Zaire avançaram do Norte para atacar a

capital, Luanda, onde o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) era dominante.

A invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoio de instrutores cubanos que começavam a chegar ao país. Entretanto, no sul os grupos da União para a Independência Total de Angola (UNITA) e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva-relâmpago contra o MPLA, de Agostinho Neto. Em face da difícil situação, iniciou-se uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país, as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo.

Assim, o MPLA governaria sozinho o país, declarado uma república popular de inspiração marxista-leninista, mas enfrentava a guerrilha étnica da UNITA no Sul, liderada por Jonas Savimbi (ligado à Pretória e a Washington). A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para manter viva a UNITA, desestabilizar o governo do MPLA e impedir a infiltração dos guerrilheiros da Organização Popular do Sudoeste Africano-SWAPO (apoiados por Luanda) na Namíbia. Os cubanos permaneciam um pouco ao Norte dos sul-africanos, a fim de impedir a invasão ao centro do país. A situação dos novos Estados era difícil, pois a maioria dos colonos retirou-se, privando-os de capitais, técnicos e administradores, enquanto tinham de enfrentar o caos interno e as invasões externas.

Na África Austral, a mobilização negra e os atentados do CNA intensificavam-se, apesar da crescente repressão e militarização do Estado sul-africano. Entretanto, o grande evento na região foi a ascensão ao poder da ZANU na Rodésia, por meio de eleições patrocinadas pela Grã-Bretanha. Sem condições de derrotar a guerrilha negra, a minoria branca apelou para a mediação da ex-metrópole. O novo presidente, o marxista Robert Mugabe, formou um governo de coalizão com a ZAPU e teve a habilidade de oferecer garantias aos brancos e a suas empresas, os quais permaneceram no país, mantendo sua prosperidade e permitindo o encaminhamento de reformas favoráveis à maioria negra. O país voltou à denominação africana de Zimbábue. Essa original Revolução Africana deixou a África do Sul isolada na

região, embora esse país fizesse aos vizinhos frequentes ataques de comandos e bombardeios.

Na Etiópia, castigada pela miséria, pela seca e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia, o velho imperador pró-americano Haile Selaissie foi derrubado, em 1974, por um golpe militar com apoio popular. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam a existência do novo regime. Este, enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, ligava-se cada vez mais às correntes de esquerda e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os EUA e enfrentava os movimentos de oposição. Em 1977 ascendeu à direção do DERG o Coronel Mengistu Haile Marian (formado nos EUA). Enquanto se definia pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias, e a Somália, país que, apesar de proclamar-se socialista e de ser aliado da URSS, atacou a Etiópia, da qual Moscou acercava-se.

A atitude somali foi visivelmente encorajada pela Arábia Saudita, Egito e EUA, propiciando que a URSS e Cuba acolhessem o pedido de auxílio de Mengistu, aproveitando para ocupar o vácuo estratégico que se criara. Fidel Castro visitara os dois países em litígio, tentando mediar o conflito com a proposta de formação de uma confederação, mas esbarrou na negativa somali, que expulsou todos os assessores soviéticos do país. Nesse momento, Moscou montou uma ponte aérea, enviando armas, assessores soviéticos e alemães-orientais, além de dez mil soldados cubanos. A guerra do Chifre da África encerrou-se com a vitória da Etiópia, que consolidava seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos EUA e aos países árabes conservadores.

Alguns golpes de Estado menos espetaculares também se transformaram, posteriormente, em processos revolucionários ou em regimes de perfil anti-imperialista. Em fins dos anos 1960, a FLN do Iêmen do Sul, por meio de complexas lutas internas e de reações às pressões da Arábia Saudita, tornou seu país a primeira nação árabe-muçulmana a possuir um

governo autoproclamado marxista-leninista. Localizado na entrada do mar Vermelho e defronte ao Chifre da África, o país estaria sempre no centro de um intrincado xadrez diplomático. Em frente ao Iêmen do Sul, a Somália havia se proclamado socialista após o golpe de Estado de Siad Barre, em 1969. Os descaminhos políticos dessa paupérrima nação foram acima esboçados.

No mesmo ano, a Líbia conheceu o golpe liderado por Muammar Al-Kadhafi. Para Washington era mais um problema, pois Kadhafi, um nasserista tardio, implantou uma espécie de socialismo árabe, e adotou políticas anti-ocidentais, apesar das desconcertantes guinadas diplomáticas no plano regional. A despeito da reduzida população, a Líbia contava com recursos financeiros abundantes, oriundos do petróleo, para sustentar sua política exterior em direção aos países africanos (que se afastavam de Israel) e suas reformas sociais, fazendo do controvertido Kadhafi uma preocupação para os EUA e alguns de seus aliados.

Na África Tropical, o Congo (Brazaville), em 1969, e o Daomey, em 1972 (que então passou a denominar-se Benin), viveram golpes militares que evoluíram para regimes esquerdistas oficialmente marxistas-leninistas. A maioria desses países, contudo, padecendo de profundas debilidades socioeconômicas, pouco pôde avançar na via socialista. A evolução dos mesmos dependia de um difícil jogo político, desfavorável em longo prazo, devido à dependência em relação ao mercado mundial por parte das ex-colônias.

A queda das ditaduras mediterrâneas durante a metade dos anos 1970 também se somou à onda revolucionária e perturbou o flanco sul da Otan. Em 1974, a Revolução dos Cravos (de contornos populares e esquerdistas) punha fim ao fascismo mais antigo no poder. A queda do salazarismo era fruto da estagnação do país e do desgaste causado pelas guerras coloniais na África. No ano seguinte, após a morte de Franco, a Espanha era conduzida à redemocratização, sob o impacto da penetração de um capitalismo moderno no país. Esse mesmo fator esteve presente na queda da ditadura dos coronéis gregos, mas o detonador da crise foi o conflito com

a Turquia pela influência no Chipre, que foi invadido em 1974 e teve o norte ocupado pelas forças turcas.

Indiretamente ligados à queda das ditaduras mediterrâneas encontravam-se ainda dois conflitos protagonizados por pequenos povos – conflitos que ainda persistiriam por longo tempo. Quando os espanhóis se retiraram do Saara Ocidental, o Marrocos entrou no país (dividindo-o com a Mauritânia) e teve de enfrentar a resistência da Frente Polisário, que luta pela independência da República Saauraui com apoio da Argélia. Do outro lado do planeta, à retirada portuguesa do Timor-Leste em 1975 seguiu-se a ocupação, pela Indonésia, dessa metade da ilha, com estímulo americano e australiano, temerosos pelo possível efeito de contagio da vitória vietnamita. O povo da ex-colônia sofreu um dos proporcionalmente maiores genocídios do século, mas a resistência armada prosseguiu, apesar da indiferença internacional.

Os conflitos na América Central, no Caribe e no Arco das Crises

Na América Central, também os acontecimentos se precipitaram. Oligarquias arcaicas governavam os miseráveis povos das pequenas "repúblicas bananeiras" em proveito de clãs familiares e de interesses norte-americanos. Em 1979, a guerrilha da Frente Sandinista de Libertação Nacional derrubava a ditadura da família Somoza – colocada no poder pelos *marines* nos anos 1930. Embora a frente apresentasse um pluralismo social e ideológico, e a Nicarágua fosse um país de importância econômico-estratégica limitada, a original combinação de marxismo, nacionalismo anti-imperialista e teologia da libertação conseguira mobilizar as massas populares, representando uma séria preocupação para os EUA e as oligarquias locais.

Essa preocupação era fundamentada, pois as massas indígena-camponesas da Guatemala sustentavam a luta da guerrilha no norte do país, enquanto a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – bem mais radical que a sandinista – desenvolvia uma eficaz luta armada em El Salvador, controlando já algumas regiões. Na pequena ilha caribenha de

Granada, o movimento *New Jewel*, liderado pelo social-democrata Maurice Bishop, conquista o poder mediante um golpe de Estado e lança uma política reformista, passando a receber assistência cubana. Na mesma época, o nacionalismo panamenho encontrava-se no auge, levando Carter a assinar um tratado que transferiria a jurisdição do canal do Panamá no ano 2000.

Contudo, a região cuja instabilidade mais preocupou Washington foi a que o assessor de segurança nacional do governo Carter, Zbigniew Brzezinski, denominou *Arco das Crises*, que se estende do Chifre da África ao Paquistão, passando pela península arábica. Em função do petróleo do Golfo Pérsico, da proximidade da URSS e do oceano Índico, a região era considerada vital para os EUA. A guerra do Chifre da África tivera como resultado o alinhamento da Somália com Washington e da Etiópia com a URSS. Apesar de a Revolução Etíope ainda enfrentar movimentos de guerrilha, especialmente as Eritreias – agora apoiadas pelas monarquias árabes, pelo Egito e pelos EUA – Carter percebia os resultados como favoráveis ao campo socialista, que tinha com Mengistu um relacionamento mais sólido do que tivera com a Somália.

Do outro lado do estreito de Bab El Mandeb, a inabilidade dos aliados de Washington na região radicalizaria a Revolução sul-iemenita e iria empurrá-la ainda mais para o lado de Moscou, sobretudo em 1979. A República Popular Democrática do Iêmen (Sul) e a República Árabe do Iêmen (norte) aproximaram-se, na época, visando à unificação, mas o presidente progressista do Norte e, logo após, o sucessor deste foram assassinados por elementos das tribos do interior, vinculados à arquiconservadora monarquia saudita, o que frustrou a aproximação dos dois países.

A Revolução Iraniana, por seu turno, foi aquela que mais afetou a estratégia norte-americana na região do *Arco das Crises*. O Irã possuía o maior, mais bem treinado e equipado exército do Oriente Médio, situava-se estrategicamente entre a fronteira soviética e o Golfo Pérsico, dispunha de grande riqueza petrolífera e era o aliado mais importante dos EUA na região, além de peça básica de seu esquema militar e o gendarme mais confiável. Entretanto, a oposição à repressiva monarquia do Xá Reza Pahlevi crescia

entre os estudantes e parte da classe média, aos quais se associaram os operários do setor petrolífero, liderados pelos comunistas.

No início de 1978, os *mollahs* associaram-se à revolta popular, mobilizando as massas mais miseráveis. A repressão perdeu então o controle da situação, e o Xá teve de fugir do país no início de 1979, enquanto o Aiatolá Khomeini, recém-chegado do exílio, colocava-se gradativamente no centro do poder. A Revolução Iraniana fora o resultado da convergência de uma luta política contra os vinte e cinco anos de ditadura do Xá, de uma revolta social contra as profundas desigualdades do modelo capitalista adotado e de uma revolta islâmica e nacionalista contra a cultura ocidental – sobretudo o *American way of life* –, abruptamente introduzida no país na esteira da modernização capitalista, e contra a sujeição do país à diplomacia dos EUA.

Apesar de a frente que derrubou o Xá ser integrada por uma ampla gama de tendências que incluía desde os fundamentalistas xiitas até o influente Tudeh (PC Iraniano), passando pela burguesia liberal, as lutas internas conduziram à progressiva hegemonia dos fundamentalistas islâmicos. Assim, a revolução assumia um conteúdo social retrógrado, reintroduzindo práticas de um obscurantismo desconcertante. Ainda assim, ela possuía um fortíssimo conteúdo anti-imperialista, que atingiu o paroxismo no episódio dos reféns da embaixada americana em Teerã. O fracasso da tentativa de resgate destes completou a humilhação dos EUA e de seu presidente. A Revolução Iraniana desencadeou uma histeria pânica no Ocidente, que imaginava hordas de fanáticos xiitas a ameaçá-los, algo que foi agravado pelo segundo choque petrolífero.

Afeganistão: da revolução socialista à intervenção soviética

O bode expiatório da grande virada das relações internacionais foi, entretanto, o Afeganistão. É necessário um pouco de atenção a essa questão, devido aos mitos e à ignorância que a cercam. O Afeganistão, feudal e tribal, sempre teve boas relações com a URSS e foi o primeiro Estado a reconhecê-la (1919), mantendo acordos de co-operação econômica e

militar desde 1924. Em 1973, em mais um dos golpes de Estado no país – formalmente contra a corrupção generalizada – o Príncipe Daud depunha seu primo do trono e proclamava a república, apoiando-se em uma ampla frente, da qual fazia parte o grupo marxista Parcham.

É indispensável lembrar que a vida política só existia em Cabul e em duas ou três cidades e que era movida por uma minúscula classe média, da qual muitos oficiais, técnicos e funcionários haviam estudado na União Soviética. Desses segmentos, além do meio estudantil e da reduzida classe operária, eram oriundos os militantes do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA, fundado em 1965), que se cindira no grupo Parcham, favorável a uma evolução política gradual com a também minúscula burguesia local, e o grupo Khalq, que propunha uma revolução fundada na aliança operário-camponesa. Porém, a esmagadora maioria do povo do "teto do mundo", dividida em inúmeras etnias, levava uma vida pastoril nômade no campo ou agrária nas pequenas aldeias.

O governo Daud, em face da crescente desagregação econômica – quase 10% da população precisavam trabalhar no exterior – e da progressiva influência dos comunistas no governo, começou a aceitar a ajuda econômica do Xá do Irã, que desejava criar sua própria área de influência. Desde 1974, Daud permitiu a atuação da Savak (polícia política iraniana) dentro do governo afegão, de modo a eliminar a esquerda do aparelho estatal. A situação agravou-se quando Cabul resolveu reorientar sua diplomacia, aproximando-se também da China, dos EUA e do Paquistão. Nesse contexto, o Parcham e o Khalq reunificaram-se, enquanto as manifestações levaram Daud a efetuar prisões em massa e a assassinar líderes comunistas. Assim, em 1978 o PDPA, com apoio de outros grupos políticos, reagiu apressadamente desfechando um golpe de Estado, o qual denominou de *Revolução de Abril*.

O novo governo era liderado por Taraki, do Khalq, que iniciou programas de alfabetização, reforma agrária, emancipação dos jovens e das mulheres e nacionalização de alguns setores da economia. Contudo, a luta interna prosseguia, e Hafizullah Amin – também do Khalq – isolou

progressivamente Taraki e o grupo Parcham. Amin, então, acelerou perigosamente a *Revolução pelo alto*, ao que se somaram os excessos do regime, desencadeando uma autêntica revolta rural contra as reformas desde maio de 1979. A família patriarcal recusava-se a abrir mão do controle sobre as mulheres e jovens e o clero reagia contra a reforma agrária. Logo a revolta tribal passava a receber apoio externo via Paquistão, escapando ao controle do governo.

Os soviéticos, já preocupados com os primeiros ventos da Nova Guerra Fria, resolveram então agir. Taraki foi a Moscou no início de dezembro e assinou com Brejnev um Tratado de Amizade e Cooperação que, no fundo, representava um instrumento para a derrubada do odiado Amin. Este, percebendo a manobra, assassinou Taraki logo após seu retorno. Obviamente, os soviéticos não poderiam cortar a ajuda ao Afeganistão, mas, como ironizou o editor do Lê Monde, André Fontaine, haviam sido "desafiados por um mosquito de terceira categoria, e isso é algo que não se perdoa". Moscou não poderia recuar no país, pois o conflito adquirira nova dimensão regional com o triunfo da Revolução Iraniana e o grande fluxo de armas e dinheiro para a guerrilha afegã oriundo dos EUA, China, Paquistão, Egito e Arábia Saudita.

Assim, a URSS resolveu apoiar um golpe para derrubar Amin, a ser complementado com a intervenção militar maciça para apoiar o novo governo, o que veio a ocorrer em 27 de dezembro de 1979. Esse novo governo era liderado por Brabak Karmal, do Parcham, que promoveu uma abertura política, moderou o ritmo das reformas e buscou uma aproximação com os líderes religiosos e chefes tribais, enquanto os soviéticos tentavam reerguer o Estado e o exército afegãos e suas tropas procuravam controlar os pontos vitais do país. No entanto, era tarde, pois as bases guerrilheiras encontravam-se instaladas no Paquistão, e era impossível controlar a infiltração pelas altas montanhas.

Como no Kampuchea (Camboja), a implantação de um governo moderado com apoio de uma intervenção estrangeira era encarada unicamente como expansionismo do Kremlin, invocando-se raciocínios

puramente geopolíticos. O traço comum das revoluções que abalaram o *Arco das Crises* – Etiópia, Iêmen do Sul, Irã e Afeganistão – foi o caráter determinante dos fatores internos e o agravamento do contexto externo de cada uma delas e do regional em seu conjunto, pela pressão mal planejada de Washington e/ou de seus aliados locais.

Os Regimes de Segurança Nacional na Ibero-América

Enquanto na África e na Ásia triunfavam movimentos revolucionários, a América Latina representava uma contratendência, devido à reação norte-americana e das burguesias locais. Embora o continente detivesse uma larga tradição de golpes de Estado e de ditaduras militares, a implantação de regimes baseados na Doutrina de Segurança Nacional era algo qualitativamente novo. A industrialização por substituição de importações atingira seus limites, e as transnacionais e o capital estrangeiro pressionavam os governos latino-americanos pelo estabelecimento de novos parâmetros econômicos.

A crise econômica agravara-se ainda mais com a radicalização social gerada pelo aumento das demandas populares frente aos regimes populistas, cuja ambiguidade chegava a um impasse. Ao lado da intensa mobilização sociopolítica, o nacionalismo – também defendido e utilizado pela esquerda – radicalizava suas posições. Esses fatores representavam um problema para os EUA, para as empresas transnacionais e para os setores das burguesias nacionais vinculados à produção de bens de consumo sofisticados e industriais de base.

O regime militar brasileiro (implantado em 1964), após sanear a economia do país em moldes monetaristas, recebeu maciços investimentos estrangeiros e a instalação de indústrias estrangeiras, algo que conduziu a um imenso crescimento econômico (o "milagre"), restrito, porém, à parte da sociedade, enquanto ampliava-se a repressão a grupos de esquerda, o que levou alguns deles a optar pela luta armada. A participação brasileira na intervenção da OEA na República Dominicana, o apoio irrestrito aos EUA nos primeiros anos e às ditaduras militares que se implantavam, bem como a

expansão externa da economia brasileira em direção aos vizinhos sul-americanos, conferiram ao regime de segurança nacional brasileiro a aparência de um "subimperialismo" aliado de Washington.

Contudo, é importante destacar que o regime militar brasileiro, apesar disso, manteve um projeto de desenvolvimento industrial e procurou tornar-se uma potência média, relativamente autônoma. Essa estratégia e seus resultados foram possíveis, entre outras coisas, pela conjuntura político-diplomática favorável e pela situação propícia da economia mundial na primeira década do regime. Ao contrário das ditaduras do Cone Sul, o regime militar vai desenvolver a economia nacional, ainda que ao preço do endividamento externo.

A Revolução Cubana, enquanto isso, encontrava-se isolada no continente e, desde 1966, sentia-se ameaçada pela *détente* soviético-americana, o que a fez fomentar a implantação de focos guerrilheiros em diversos países latino-americanos para, segundo expressão de Che Guevara, "criar dois, três, inúmeros Vietnãs". A experiência do romantismo revolucionário guevarista foi um fracasso – Che foi morto na Bolívia, em 1968, e acirrou ainda mais a reação dos EUA e dos governos latino-americanos. Ainda mais isolada no continente, Havana procurará espaço no Terceiro Mundo, mediante o Movimento dos Países Não Alinhados, pois as relações com a URSS também haviam sido esfriadas.

Alguns regimes reformistas conseguiram estabelecer-se nesse período, apesar da difícil conjuntura. O da República Dominicana foi erradicado no contexto que levou à intervenção da OEA, em 1965. Contudo, o nacionalismo revolucionário logrou implantar-se, em 1968 no Panamá e no Peru, na esteira de golpes de Estado desfechados por militares nacionalistas (General Omar Torrijos e Velasco Alvarado, respectivamente), com apoio dos setores populares e de segmentos da própria burguesia. As políticas reformistas internas, as nacionalizações de certos ramos da economia e uma postura nacionalista no plano diplomático caracterizaram a Revolução Peruana, que teve seu termidor em 1975. No humilhado Panamá, onde o controle do canal era questão crucial, o nacionalismo e o populismo de

Torrijos expressavam-se mediante uma postura anti-imperialista.

No Chile as eleições de 1970 foram vencidas pela Unidade Popular, que levou o socialista Salvador Allende à presidência, no que seria a primeira experiência de transição legal e pacífica para o socialismo. Desde o início, entretanto, as elites empresariais, os militares conservadores, a direita chilena, a CIA e as empresas transnacionais desencadearam uma eficiente campanha de desestabilização do governo Allende e de boicote às suas reformas socioeconômicas. Em 1973, um golpe militar liderado pelo General Augusto Pinochet, com apoio dos EUA, assassinava Allende e implantava um dos mais sangrentos e repressivos regimes de segurança nacional no continente. Cabe destacar que o regime ditatorial foi utilizado como instrumento básico para a implementação de uma política econômica ultraliberal, que destruiu a industrialização por substituição de importações e pauperizou a maior parte da população.

No mesmo ano o Uruguai, antes considerado a Suíça das Américas, implantava uma ditadura tutelada pelos militares. A estagnação da economia uruguaia, a crescente crise política e a ação guerrilheira urbana de extrema-esquerda (Tupamaros) criaram o clima para um golpe em um país que tivera a democracia mais estável do continente nesse século. Isso não impediu que o Uruguai vivesse um regime ultrarrepressivo, o que, somado ao retrocesso econômico que acompanhou o regime militar, intensificou a emigração do pequeno país.

Em 1976 foi a vez da Argentina, onde o esgotamento do populismo peronista (a presidência era ocupada pela viúva de Peron), a crise socioeconômica, a instabilidade político-institucional e os atentados de grupos de extrema-esquerda (como o ERP) ou da própria esquerda peronista (Montoneros) deram margem a um sangrento golpe militar, liderado pelo General Jorge Videla. Também no Uruguai e na Argentina as ditaduras militares desencadearam uma repressão de intensidades até então desconhecidas. Tortura, assassinatos e desaparecimentos ocorreram aos milhares, tornando o terrorismo de Estado uma regra política no Cone Sul.

Os regimes de segurança nacional não eram ditaduras militares como as

que a América Latina há muito já conhecia, mas ditaduras de novo tipo, com fortes tradições fascistas. Apesar de uma aparente irracionalidade dos regimes de países como Brasil, Uruguai, Chile e Argentina, bem como das especificidades de cada um deles, havia dois traços marcantes que os caracterizavam. O primeiro deles era o esmagamento do movimento popular, da estrutura sindical e da esquerda organizada. Essa repressão não visava apenas ao plano político, mas também a eliminar toda a oposição às novas estruturas econômicas.

A economia das ditaduras militares pautou-se pelo estabelecimento de um novo modelo de acumulação, verificado tanto na ampla abertura ao capital estrangeiro quanto na concentração de renda. O Brasil, cujo regime militar antecedeu em uma década os do Cone Sul, sendo marcado por peculiaridades em relação a estes, conheceu um expressivo crescimento econômico, mas Uruguai, Argentina e Chile tiveram seu parque industrial sucateado e retrocederam muito economicamente, voltando a ostentar uma dependência quase tradicional, importando capital e manufaturas e exportando produtos primários e matérias-primas.

Os Estados de Segurança Nacional logo exportaram suas contrarrevoluções para países menores, como a Bolívia. Porém, ainda que a reação direitista contrastasse com as tendências revolucionárias do Terceiro Mundo, é preciso observar que os EUA estavam, na realidade, conquistando influência em uma área que fora sua tranquila reserva de caça até então. Apenas o México e a Venezuela, beneficiados pelo aumento do preço do petróleo, puderam manter políticas reformistas e uma diplomacia relativamente autônoma, visando a contrabalançar o aumento das relações econômicas com os Estados Unidos (exportação de petróleo).

7. Da Nova Guerra Fria à desintegração do bloco soviético (1979-1991)

Na passagem dos anos 1970 aos 1980 ocorreu uma radical reviravolta nas relações internacionais, com a passagem da Coexistência Pacífica à Nova Guerra Fria. Os Estados Unidos e o sistema capitalista, que na década de 1970 pareciam enfraquecidos e na defensiva, passaram à ofensiva na década de 1980, enquanto a URSS e os movimentos nacionalistas e esquerdistas do Terceiro Mundo, que se encontravam em ascensão, bruscamente se retraíram, caindo numa posição defensiva. As longas guerras dos anos 70 prosseguiram nos anos 80, porém com os papéis trocados. Para alguns analistas, elas representaram uma Terceira Guerra Mundial, que inicialmente sinalizavam para uma derrota americana e, posteriormente, soviética.

Enquanto isto, a estrutura social, econômica e tecnológica mundial, bem como os movimentos ideológico-culturais, sofriam alterações profundas, no quadro de uma ampla reação conservadora, da qual Ronald Reagan, Margareth Thatcher e o Papa João Paulo II serão os expoentes. O mundo moderno cedia passo ao pós-moderno, gerando a crise da social-democracia no Primeiro Mundo, em seguida a dos nacionalismos desenvolvimentistas no Terceiro Mundo e, finalmente, a do socialismo real soviético no Segundo Mundo. No quadro de uma acelerada militarização, a URSS tentaria reformar-se e, finalmente, se renderia e desintegraria, pondo

fim à Guerra Fria e a um ciclo histórico. A globalização e o mundo único da economia (neo)liberal caracterizariam este "fim da História", embora a China ainda estivesse em vias de surpreender e as previsões otimistas viessem a falhar uma década depois.

7.1. A reação estratégica americana e os anos conservadores (1979-1988)

O fim da *détente* e a reação conservadora

Da Coexistência Pacífica à Nova Guerra Fria

Existe um mito largamente difundido de que a Nova Guerra Fria teria sido desencadeada por Reagan como reação tardia à intervenção soviética no Afeganistão, a qual tirara proveito das boas intenções diplomáticas da débil administração democrata anterior. No entanto, a reação conservadora se iniciara já na segunda metade do governo Carter, quando assessores como Brzezinski e Brown começaram a atacar a *détente* defendida pelos também assessores Vance e Young. Em 1978 a direita americana conseguia recuperar-se do baque sofrido no Vietnã e restaurava seu domínio no congresso, obrigando o governo Carter a alterar sua política.

Antes de os soviéticos entrarem no Afeganistão, a *nova direita* conseguira, no Congresso, aumentar o orçamento militar dos EUA (e logo se negaria a ratificar os Acordos SALT II sobre a limitação de armas nucleares), colocar em fabricação a bomba de nêutrons, obter o apoio formal para a guerrilha afegã, interromper o diálogo com o Vietnã, criar a Força de Deslocamento Rápido – uma espécie de exército flutuante a patrulhar os litorais do Terceiro Mundo –, reequipar a OTAN e instalar os mísseis Cruise e Pershing 2 na Europa. Quase uma década de vacilação americana chegava ao fim, encerrando a conjuntura favorável ao triunfo de revoluções no Terceiro Mundo. A eleição da conservadora Thatcher, na Grã-Bretanha, dava início à ascensão de uma nova direita na Europa.

Quais as razões dessa virada espetacular? Por um lado, encontra-se a tendência social e ideológica conservadora fomentada pela crise econômica, analisada adiante. Por outro lado, a reação à desestruturação do sistema internacional: "a Nova Guerra Fria é principalmente o produto de uma desestabilização gigantesca e relativamente sincronizada do capitalismo periférico e semi-industrial na onda da crise econômica

mundial" (Davis, Mike, in Thompson, E., 1985, p.80). Revoluções selvagens e imprevisíveis ocorreram nos bastiões mais pobres do mundo, e se somaram a um populismo religioso atávico no Machrek e no Sahel (faixa sul do Saara), onde a pauperização absoluta alimentava o renascimento islâmico na esteira do colapso das sociedades tradicionais. As revoluções antes descritas possuem um potencial de desestabilização em nível regional que confere certa lógica à "teoria do dominó", invocada por Washington. Além disso, URSS e Cuba passaram a apoiar mais diretamente as revoluções do Terceiro Mundo nos anos 1970, a fim de contrabalançar o eixo Washington-Pequim.

A América, marcada pelos fracassos da década, pela crise econômica e com o orçamento ainda limitado pelo programa social dos democratas, viu no republicano Ronald Reagan o homem capaz de recolocá-la de pé e o elegeu em fins de 1980. A era Reagan deu forma institucional à reação conservadora e sua Nova Guerra Fria, aprofundando as tendências já existentes na metade final do governo Carter. A estratégia da *nova direita* para as relações internacionais era oposta a qualquer multilateralização destas e contrária ao diálogo Norte-Sul, buscando restaurar uma bipolaridade com vantagem estratégica para os EUA.

A Nova Guerra Fria consiste, esquematicamente, no seguinte: os Estados Unidos desencadeiam uma corrida armamentista convencional e estratégica – cujo ponto máximo é a militarização do espaço pela IDS, ou projeto "guerra nas estrelas" – que os põem em superioridade estratégica relativamente à URSS e abala a economia soviética; a URSS, debilitada pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e seus aliados, vê-se obrigada a limitar seu apoio às revoluções do Terceiro Mundo, como contrapartida para uma redução da pressão militar norte-americana contra si; dessa forma, Washington e seus aliados mais militarizados (como Israel, Paquistão e África do Sul) poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior.

Paralelamente, buscariam controlar seus aliados-rivais economicamente bem-sucedidos (Europa e Japão), dividindo com eles o fardo dos gastos armamentistas e afastando-os da vantajosa cooperação econômica com a

URSS e a Europa Oriental (daí a luta contra a construção do gasoduto Sibéria-Europa e a venda de tecnologia avançada aos países socialistas); finalmente, os EUA tentariam abrir os países socialistas à penetração econômica ocidental, o que aumentaria o controle sobre a política do bloco soviético e forneceria alternativas financeiras e comerciais para a superação da estagnação do sistema capitalista.

A reação conservadora evidenciou, para os que ainda não se haviam dado conta, os objetivos e a estrutura da Guerra Fria, tanto da nova como da velha. Em um sentido amplo, a Guerra Fria iniciou em novembro de 1917, com o estabelecimento do primeiro regime socialista; conheceu períodos quentes e amainou durante as fases de *détente*, pois o conflito e a coexistência sempre foram partes de um mesmo processo, com ênfase hora num, hora noutro aspecto. O século XX representa uma era de transição longa e violenta, marcada pelo conflito de formações sociais e políticas opostas, cujo centro de gravidade é o Terceiro Mundo desde os anos 1950. A razão disso é que a expansão planetária do capitalismo desestrutura continuamente as sociedades tradicionais na periferia, produzindo novos "elos frágeis" em seu sistema.

A Guerra Fria, nesse sentido, não pode ser reduzida à sua aparência de conflito entre EUA e URSS. Essa imagem é apenas parte do processo e diz respeito ao imediato pós-Segunda Guerra, quando o capitalismo foi reestruturado sob a hegemonia norte-americana, o que anulou momentaneamente as rivalidades intercapitalistas e permitiu a atuação conjunta do sistema contra a URSS. A Revolução Soviética criara uma base industrial autônoma, capaz de permitir-lhe independência de ação e de fornecer recursos econômicos e militares às revoluções e ao nacionalismo na periferia.

Daí a necessidade de conter não uma inexistente "exportação da revolução", mas o apoio da URSS às revoluções e rivalidades espontaneamente surgidas no Terceiro Mundo. Pode-se dizer, nesse sentido, que a corrida armamentista – nuclear ou não – representava o regulador de um sistema internacional em transição e convulsionado por rupturas

revolucionárias, regulador esse impulsionado pela economia dominante. O desenvolvimento nuclear – que constitui apenas um resultado da corrida armamentista – serve para dar coesão aos blocos e regular o conflito entre eles.

A reação conservadora e a pós-modernidade

Ao lado de dificuldades econômico-sociais, aprofundadas por algumas políticas neoliberais (analisadas adiante), apresentam-se preocupantes tendências político-ideológicas. Os partidos de direita e extrema-direita crescem e se modernizam, ao passo que os poucos governos social-democratas que sobrevivem são forçados pelo grande capital a executar políticas econômicas típicas do neoliberalismo. As forças conservadoras em ascensão, em sua pregação contra a imigração, acabam estimulando o racismo e o menosprezo pelos povos do Terceiro Mundo. A violência contra os trabalhadores árabes na França e os motins dos bairros de estrangeiros na Grã-Bretanha são alguns dos sintomas da ascensão vigorosa da xenofobia (que viria a se agravar com a Guerra ao Terrorismo em 2001), sobretudo na civilizada Europa.

Paralelamente crescem as tendências irracionais no imaginário sociocultural dessas sociedades com a verdadeira explosão editorial sobre astrologia, misticismo e sobrenatural, com os jogos de adivinhação, com o sucesso de maniqueístas lendas medievais, com o cinema-catástrofe, com o militarismo e a violência de personagens como "Rambo", com as constantes "aparições da Virgem Maria" e de discos voadores, bem como com os fundamentalismos religiosos. Na mesma direção, um papa conservador e adversário da Teologia da Libertação, o polonês João Paulo II, sucede um papa progressista, falecido em condições estranhas. Esses são os sintomas de uma sociedade assustada pela incerteza, pelo desemprego, pela solidão e pelo retorno ou aparição das pestes que flagelam a humanidade em todos "fim dos tempos" (AIDS, cólera, vírus Ébola).

As grandes teorias generalizantes são substituídas por uma visão fragmentária e relativista quanto à realidade. Ideias conservadoras ganharam

a maior parte da intelectualidade, convertendo inclusive antigos pensadores de esquerda. A vida social cede terreno ao indivíduo, voltado à fruição e ao *eu mínimo*. Os romances e mesmo a literatura científica tornam-se *soft*. Embora a pós-modernidade não constitua uma corrente uniforme, trata-se de um fenômeno essencialmente urbano da sociedade de consumo. Busca ausentar-se da vida moderna, cultuando a arte por si mesma e o niilismo. Almeja também destruir a "tradição", através de uma cultura do combate e da negação, com a destruição de valores sem preocupação com sua reposição por uma nova ética. Tudo isto produzirá a confusão da esquerda, com a rejeição das metateorias, assegurando um reinado relativamente fácil aos conservadores, apesar da deterioração do Estado de bem-estar social.

Era a emergência da chamada pós-modernidade. Com a crise do capitalismo a partir dos anos 60 o pensamento acerca da modernidade parece ter estagnado e regredido. Nesta época ocorre a expansão da perspectiva weberiana, inclusive entre a chamada nova esquerda, com a Escola de Frankfurt e, mesmo, através da valorização de Gramsci. Segundo Marcuse, Marx e Freud passavam a ser obsoletos, pois "as contradições sociais são abolidas pelo Estado de administração total". Nos anos 1970 passou a haver a desconstrução dos anos 1960, com a destruição da cultura moderna e do espaço público. A sociedade se desintegrava em grupos de interesse privado, material e espiritual. Foucault forjará um álibi de dimensão histórica e mundial para o sentimento de passividade e desesperança da geração dos anos 1960.

As características da pós-modernidade são as seguintes: ideia de fragmentação (rejeição do pensamento nascido com o Iluminismo); denúncia da razão abstrata; aversão ao projeto de emancipação humana baseada na mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão; aceitação do efêmero, do caótico; negação da ideia de processo, de totalidade e de progresso; rejeição do o pensamento racional; não identifica vínculos com a lógica política e econômica ou relação entre poder e conhecimento; crença em um conjunto distinto de códigos e simbolismos; estruturação das "comunidades interpretativas"; culto às diferenças

(alteridade) e às novas tecnologias de comunicação; "desconstrução" (relativismo em relação à produção e a recepção); rejeição às metanarrativas (pensamento fragmentado rompe com a ideia de sujeito, pois não há espaço para o mesmo no processo histórico); perda da temporalidade (abandono do sentido de continuidade e memória histórica); busca do impacto instantâneo; perda da profundidade e do que se pode identificar como sentidos essenciais.

Um último resultado da crise social gerada pela desindustrialização é o aumento quantitativo e qualitativo da criminalidade, da delinquência e do consumo de drogas, preocupando mesmo países com larga tradição de violência como os EUA. As novas camadas excedentes, formadas pela dissolução parcial do proletariado, abandonadas pelo Estado e não tendo meios para se expressar politicamente, mergulham em uma criminalidade incontrolável. A passagem do protesto social à delinquência desenfreada permite, por outro lado, o desencadeamento de uma repressão crescente, desejada pelas classes dominantes e consentida pela opinião pública. A manipulação da questão pelos meios de comunicação de massa é intensa. Aliás, uma das grandes revoluções do último quarto de século XX era justamente a dos meios de comunicação, particularmente da televisão. Tanto em forma quanto em conteúdo, os meios de comunicação tornaram-se um dos mais importantes instrumentos de poder no mundo contemporâneo.

Ainda no plano político-ideológico, a *nova direita* se viu obrigada a substituir a bandeira da defesa dos direitos humanos pela da democracia liberal e do combate ao narcotráfico e ao terrorismo. A política de direitos humanos da administração Carter, ainda que introduzindo uma estratégia futuramente vitoriosa, criara certos atritos desnecessários com as ditaduras aliadas dos EUA. Quanto à democracia, em um momento de ascenso conservador e dos conflitos sociais, bem como de crise econômica, esta deveria ser salvaguardada *como valor universal*. A essência da participação política seria a realização das eleições periódicas e o importante era seguir "as regras do jogo".

Isso se aplicava tanto nos países democrático-liberais como nos regimes ditatoriais em processo de abertura, estimulada pelos Estados Unidos. Esse, aliás, constitui um traço importante da Era Reagan, normalmente caracterizada como meramente truculenta. Tendo tirado os devidos ensinamentos dos triunfos revolucionários, como o colapso dos regimes de Somoza e do Xá Pahlevi, a Casa Branca procurou estimular os processos de transição democrática dos regimes militares do Cone Sul e das ditaduras da Coreia do Sul, das Filipinas e do Haiti. O desgaste e o caráter excludente desses regimes potencializavam a unificação e mobilização de variadas forças oposicionistas (cuja liderança era assumida pela esquerda), as quais vieram a se dispersar com a abertura política, permitindo o triunfo dos partidos de centro.

A *democracia como valor universal* representava também uma arma ideológica contra os países socialistas, os jovens Estados revolucionários e/ou movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Estes, além de considerados antidemocráticos, também eram acusados de práticas terroristas (alguns, de fato, o praticavam). O antiterrorismo permitia criar um clima de medo para a manipulação da opinião pública. Assim, legitimavam-se previamente as agressões e pressões dos EUA a países antiamericanos do Terceiro Mundo, tais como Líbia e Irã, enquanto o combate ao narcotráfico validava as interferências no Panamá e nos países andinos.

Conflitos de Baixa Intensidade e a reação no Terceiro Mundo

Conflitos regionais da Nova Guerra Fria

A Nova Guerra Fria tinha como um de seus componentes básicos o desencadeamento de uma vigorosa contrarrevolução no Terceiro Mundo. Washington desenvolveu a estratégia dos *Conflitos de Baixa Intensidade*, que seriam travados em teatros limitados – com a possibilidade de empregar armas nucleares táticas – visando a desgastar economicamente e enfraquecer politicamente os regimes revolucionários terceiro-mundistas, para derrubá-los. Sua eliminação poderia ocorrer por uma ação dos contrarrevolucionários domésticos ou por uma invasão norte-americana, ou

de seus aliados regionais.

Com os países socialistas na defensiva, essa tarefa não deveria ser muito árdua. Assim, dinheiro, armas e assessores, além de apoio de unidades especiais da CIA e de aliados como Israel, Paquistão e África do Sul, começaram a afluir legal ou ilegalmente aos movimentos contrarrevolucionários (os *paladinos da liberdade*, a que se referia o presidente Reagan), em uma tentativa de reverter, nos anos 1980, as revoluções ocorridas nos anos 1970. Os *contras* – ex-guardas somozistas, instalados em Honduras – atacavam a Nicarágua seguidamente, sem conseguir implantar-se dentro do país, mas causando sérios danos à economia e aterrorizando a população. Assim, a guerrilha, que fora durante o século XX um instrumento de subversão da esquerda, voltara-se contra ela.

Em Moçambique, a pró-ocidental RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) atuava em conjunto com comandos sul-africanos, destruindo estradas, ferrovias e oleodutos, bem como dispersando os camponeses, algo que arrasou a agricultura e formou bandos de famintos. Em Angola, o exército da África do Sul mantinha a ocupação do sul do país, apoiava a guerrilha da UNITA e também sabotava a infraestrutura do país, cujo sul despovoara-se. O Zimbábue e os vizinhos que davam acolhida ao ANC eram igualmente vítimas de constantes *raids* sul-africanos. Na Ásia intensificou-se o apoio aos guerrilheiros islâmicos afegãos instalados no Paquistão. Os exércitos soviético e afegão controlavam as cidades e eixos rodoviários e gradativamente conseguiam o apoio de alguns chefes tribais com suas milícias. No entanto, encontravam sérias dificuldades nas montanhas, desgastando-se grandemente nos planos militar e diplomático.

No Kampuchea, o Khmer Vermelho e os grupos conservadores menores fustigavam as tropas kampucheanas e vietnamitas na fronteira com a Tailândia, onde estavam instalados e recebendo apoio americano, japonês e chinês. Mesmo nos confins do Laos, a CIA restabeleceu contatos com as tribos montanhesas meos, para tentar ativar uma guerrilha contra esse país e o Vietnã. Os regimes revolucionários ainda não haviam consolidado o poder

sobre seus frágeis países, sendo bastante vulneráveis à ofensiva conservadora. Além disso, os conflitos de baixa intensidade eram acompanhados por intensa campanha de propaganda realizada pelos meios de comunicação – desnorteando uma opinião pública que saudara a vitória vietnamita – e pelo isolamento diplomático desses Estados.

Paralelamente, os EUA exerciam pressão e desencadeavam ações militares contra Granada, Panamá, Cuba e Líbia. O General Torrijos morreu em um misterioso acidente, a Líbia foi bombardeada e Khadafi sofreu atentados, e a minúscula ilha de Granada foi invadida, em 1983, por uma descomunal força-tarefa, quando da eclosão de uma crise política interna que paralisou o governo. Os governos conservadores das Filipinas, de El Salvador e da Guatemala receberam grande ajuda militar com vistas a esmagar as fortes guerrilhas esquerdistas que ameaçavam seus respectivos ditadores e os interesses norte-americanos. Nesses países, os esquadrões da morte, criados pela extrema-direita, puderam desde então agir livremente. Em concomitância, Reagan insistia com as demais nações capitalistas para que contivessem as esquerdas nacionais e se engajassem em sua luta contra o *império do mal* soviético.

No Machreck (Oriente Médio), a situação adquiriu contornos radicalmente novos, devido à Guerra Iraque-Irã (Primeira Guerra do Golfo) e à invasão do Líbano por Israel. O Irã encontrava-se em situação caótica e pareceu uma presa fácil ao Iraque, governado pelo partido Baas e formalmente aliado da URSS. A pretexto de antigos litígios fronteiriços, o Iraque atacou seu vizinho em setembro de 1980, ocupando parte da zona produtora de petróleo, mas sendo contido. O erro de cálculo do governo de Bagdá logo se fez sentir, pois o Irã, embora desorganizado e menos armado, desencadeou uma guerra popular e messiânica com o entusiasmo dos guardas revolucionários, um *lumpen* disposto a morrer na "Guerra Santa". À contraofensiva iraniana sucedeu-se uma longa estagnação estratégica e um violento embate.

Por que razão esse conflito foi desencadeado? Evidentemente o Iraque aceitou uma aproximação com o Ocidente, que julgava vantajosa, em troca

do papel de gendarme, de potência regional e da obtenção de vantagens territoriais. A Guerra Iraque-Irã constituía um meio para esmagar a revolução iraniana, dividir e enfraquecer o mundo muçulmano (Síria e Israel apoiaram Teerã) e também uma luta pelo petróleo do golfo, num momento em que o mundo vivia o segundo choque petrolífero.

O Iraque utilizou armas químicas e desencadeou uma onda de ataques aos petroleiros que se dirigiam ao Irã, que, na sequência, também adotou essa última tática. A estagnação militar, o prolongamento do conflito e a evolução diplomática fizeram com que a URSS e os EUA oscilassem em relação à posição na guerra, inclusive afastando-se ocasionalmente da mesma ou até mesmo adotando posturas comuns em certas conjunturas. O Irã, aparentemente isolado, manteve a cooperação econômica com o mundo capitalista – sobretudo com o Japão e alguns países da Europa Ocidental –, além do assessoramento militar de nações como a Coreia do Norte.

Aparentemente irracional após determinado momento, a Guerra do Golfo manteve-se por quase uma década pelas seguintes razões: interesse dos exportadores de armas, manobras envolvendo a política petrolífera, divisão do mundo muçulmano em benefício de Israel – que aproveitou o conflito para destruir o reator nuclear iraquiano –, necessidades internas de legitimação política e de construção de exércitos modernos e experientes por Khomeini e Saddam Hussein, ao que se ligavam rivalidades históricas entre, de um lado, árabes e persas e, de outro, muçulmanos sunitas e xiitas.

A evolução de países como a Síria e o Iraque, aliados da URSS e governados pelo movimento político leigo, esquerdista e pan-árabe Baas, evidenciou o fracasso (ou melhor, a consequência negativa do sucesso) da chamada *via não capitalista de desenvolvimento*. A industrialização e a infraestrutura produzidas pelo Estado criavam condições para a formação de uma burguesia e para uma política de potência tradicional, com consequências negativas para a aliança com a URSS. Esse fenômeno era apoiado pela política das petromonarquias conservadoras, que criavam oportunidades de enriquecimento para pessoas, empresas e grupos sociais

desses países ao associá-los à economia do petróleo do golfo. Uma vez retornados a seus países de origem, os novos-ricos tornavam-se uma força política conservadora importante, além de manter vínculos políticos e econômicos com os *sheiks* do petróleo, estabelecendo redes através de todo o mundo árabe-muçulmano.

Em junho de 1982, no auge da Guerra Iraque-Irã, Israel atacou o Líbano, visando a eliminar a OLP. A resistência dos palestinos e da esquerda libanesa foi maior que o esperado, causando muitas baixas aos israelenses, que coordenaram o massacre perpetrado pelas milícias cristãs contra os civis palestinos nas favelas de Sabra e Chatila, além de bombardearem Beirute. A capital libanesa foi ocupada, e a OLP, obrigada a retirar-se do país. Entretanto, o Estado de Israel havia colocado a mão em um vespeiro. Xiitas do *Hezbollah* (Partido de Deus, pró-Irã), druzos, palestinos (que retornavam gradativamente), sunitas e até algumas facções cristãs desenvolviam guerrilhas e atentados contra as tropas de ocupação. Sem capacidade de ação, o governo libanês solicitou o envio de uma força americana, inglesa, francesa e italiana, sob a bandeira da ONU.

O desgaste militar no Líbano e o descontentamento interno levaram Israel a retirar-se desse país, conservando apenas uma zona-tampão do Sul, em conjunto com uma facção cristã aliada. Quase simultaneamente à invasão de Granada, dois carros-bomba conduzidos por suicidas muçulmanos mataram, em Beirute, duzentos *marines* americanos e dez membros da Legião Estrangeira Francesa, e meses depois a Força Multinacional também abandonava o incontrolável Líbano.

A Síria, que ocupava o norte do país, sofreu um desgaste crescente, enquanto Israel passava a sofrer uma séria crise interna, ainda mais agravada pelo levante da população palestina da Cisjordânia e Gaza ocupadas, iniciado em dezembro de 1987 – a *Intifada*, ou Revolta das Pedras. O Líbano propriamente dito mergulhou em um processo de balcanização, no qual se mesclam conflitos feudais-religiosos, controle da produção e distribuição de drogas, bem como lutas sociais cada vez mais explícitas, permeadas por instáveis alianças internas e externas, que levaram à destruição da “Suíça do

Oriente Médio". Os problemas que Israel pensou em resolver rapidamente, com sua Operação Paz para a Galileia, agravaram-se ainda mais.

A democratização e a crise social no Terceiro Mundo

Em várias regiões do Terceiro Mundo, uma onda democratizante contrastou, nos anos 1980, com o aprofundamento da crise socioeconômica. No início da década eram visíveis os sinais do desgaste dos Regimes de Segurança Nacional, que se debatiam com a estagnação econômica, o elevado endividamento externo (a crise da dívida decorria do aumento das taxas de juros, promovido pela administração Reagan) e a erosão de suas bases de sustentação política.

Nesse contexto eclode a insólita e provavelmente desejada Guerra das Malvinas, ajudando Thatcher a re-eleger-se, quando seu prestígio encontrava-se em baixa, e apressando a derrocada dos militares argentinos, que, carentes de perspectivas, buscavam algum tipo de consenso populista-nacionalista. Cabe lembrar que a primeira-ministra britânica era a maior aliada dos ameaçados planos de reequipamento da Otan, defendidos por Reagan. A Guerra das Malvinas de Thatcher também servia para reforçar o argumento norte-americano de que existiriam ameaças militares no Terceiro Mundo, o que tornava necessário o incremento bélico demandado pelo Pentágono.

O apoio dos EUA à Grã-Bretanha na guerra, contudo, mergulhou a OEA e seu instrumento militar, o TIAR, em uma crise aguda, a qual enfraqueceu os laços de cooperação militar entre a América Latina e Washington, dado o apoio americano ao país europeu. Esse elemento foi agravado pela invasão a Granada, pela perspectiva da administração Reagan de intensificar a agenda militar na América Central, bem como pelos efeitos socioeconômicos da crise da dívida externa sobre o continente, e propiciou uma postura diplomática bastante autônoma por parte da América Latina em relação à Casa Branca – no tocante ao conflito centro-americano, com a constituição do Grupo de Contadora (México, Panamá, Venezuela e Colômbia), em fins de 1983 – e às relações financeiras e políticas com os EUA. Esse país irá reagir

utilizando os meios de pressão financeiros e comerciais, mas também ampliando as ingerências político-militares apoiadas na estratégia de combate ao narcotráfico.

Em fins de 1983, Raul Alfonsín era eleito presidente da Argentina, e, um ano depois, Julio Sanguinetti, no Uruguai, e Tancredo Neves e José Sarney, no Brasil, também triunfariam, encerrando formalmente o ciclo militar nesses países. Em todos esses casos ficou patente um complexo jogo político subjacente, no qual se configuravam o padrão da democracia como valor universal. Os EUA apoiaram ativamente os processos de redemocratização, como forma de legitimar o pagamento da enorme dívida externa e de contornar a possibilidade do retorno do populismo por parte das ditaduras desgastadas, que já haviam cumprido os objetivos de abrir a economia, criar um modelo concentrador de renda e reprimir a esquerda organizada e os sindicatos. No caso do Brasil, era nítida a estratégia de esvaziar o projeto econômico e de potência do regime militar e o desenvolvimento logrado.

As redemocratizações do Haiti e das Filipinas, em 1986, e do Paraguai, em 1989, foram apoiadas pelas respectivas embaixadas norte-americanas e por parte das elites políticas e militares desses países. Nas Filipinas, os EUA preocupavam-se com a incapacidade de seu velho aliado, Ferdinand Marcos, em controlar uma guerrilha em expansão. Nesse país, bem como nos redemocratizados Paquistão (desde 1988) e Chile (desde 1989), o governo civil detinha uma autoridade pouco mais que formal, devido à manutenção de um poder militar intacto. A redemocratização da Coreia do Sul, em um contexto de crescentes movimentos de protesto, ocorreu em 1988, com explícito apoio de Washington.

O continente africano, segundo o Banco Mundial, sofreu uma significativa *regressão econômica absoluta* durante a década de 1980, na esteira da depreciação dos termos de troca internacional e das políticas de ajuste monetarista. Isso, ao lado do crescimento demográfico elevado e da desorganização causada pelos conflitos regionais – nos quais estão presentes interesses externos e a estratégia das grandes potências –, levou

ao crescimento da fome endêmica. Do Nepal ao Peru, muitos países periféricos conheciam um processo de decomposição completa de suas estruturas sociais.

Na Venezuela, Argentina, Tunísia, Argélia, República Dominicana e em dezenas de outros países ocorreram explosões sociais selvagens e saques que deixaram um saldo de centenas de mortos e milhares de feridos, na esteira da recessão e dos planos de ajuste do FMI. Enquanto a criminalidade atingia níveis perigosos, os grupos privilegiados encerram-se em verdadeiras fortalezas. Nas ruas, uma massa de excluídos vive do lixo e alguns de seus filhos, dedicados a pequenos furtos, são abatidos a tiros, em plena vigência da democracia.

A crise econômica afetou também os países centrais e rebaixou o padrão de vida de suas populações, mas isso significou apenas uma redução limitada de um consumo bastante elevado. No Terceiro Mundo, entretanto, rebaixar um nível de vida já próximo do mínimo introduziu tensões sociais insuportáveis. A reestruturação da economia mundial foi responsável por situações que resultaram, indiretamente, na morte de milhares de pessoas anualmente na periferia, numa espécie de política neomalthusiana.

Essa situação deu certo suporte popular a movimentos como o Sendero Luminoso, aos grupos fundamentalistas, aos guerrilheiros salvadorenhos e filipinos e às milícias de base étnica. Esse mesmo fenômeno faz os camponeses arruinados, dos Andes ao Himalaia, se colocarem a serviço e sob a proteção das máfias do narcotráfico. As drogas ilegais consumidas principalmente nas sociedades capitalistas superdesenvolvidas, mas também pelas elites do Terceiro Mundo sustentam um narcotráfico que se transformou em autêntica força acima dos Estados, como no caso da Colômbia.

O combate aos cartéis da droga serviu de pretexto para a presença militar e/ou intervenção dos EUA em regiões marcadas por conflitos sociais, sobretudo nos países andinos, ou envolvidas em problemas estratégicos (embora os norte-americanos tenham apoiado grupos político-militares vinculados ao narcotráfico no Afeganistão e no Paquistão). Esse foi o caso do

Panamá, com vistas à derrubada do General Noriega (ex-colaborador da CIA), pois o homem-forte do governo panamenho estava envolvido no tráfico. A invasão americana, após o fracasso de várias tentativas de golpe e do completo embargo comercial e financeiro ao país, tinha também como objetivo liquidar o nacionalismo herdado de Torrijos e manter o controle sobre o canal do Panamá.

A derrota eleitoral dos sandinistas, no início de 1990, coroou o triunfo da centro-direita na América Latina, embora a guerrilha salvadorenha tivesse permanecido na ofensiva por mais algum tempo. O exército de El Salvador teve de ser socorrido pela aviação e unidades especiais norte-americanas e por tropas guatemaltecas. A derrota de Noriega na Nicarágua foi fruto do desgaste econômico sofrido com o conflito de baixa intensidade da administração Reagan e do embargo comercial e financeiro, bem como da incapacidade soviética de manter uma ajuda significativa. Esse evento acentuou o isolamento de Cuba, já prejudicada pela diplomacia da *Perestroika*.

7.2 Globalização e reformas: neoliberalismo, *Perestroika* e via chinesa

Globalização e neoliberalismo no Ocidente

A nova divisão internacional da produção constitui um elemento estrutural do processo de recomposição do capitalismo em crise, configurando o fenômeno da globalização financeira e produtiva. Os setores industriais criados na Primeira e na Segunda Revolução Industrial (têxteis e siderurgia, principalmente) têm primazia no processo de transferência, assim como o têm determinados ramos de eletrodomésticos, eletrônica, audiovisuais, artigos simples de consumo, automóveis, além de outros que utilizam intensivamente a força de trabalho.

Assim, um dos fatores determinantes da exportação de indústrias para a periferia foi o baixo nível salarial pago aos trabalhadores da região, além da quase ausência de legislação social que regulasse as relações de trabalho. Outro elemento decisivo foi que as áreas escolhidas para a instalação das indústrias ofereciam facilidades fiscais. Os impostos cobrados às empresas transnacionais nas plataformas de exportação são pequenos, pois os próprios governos pagam a maioria das taxas de administração, defesa, segurança e equipamento de infraestrutura (em 1971, as taxas fiscais representavam de 35 a 40% do PIB nos países do centro capitalista, contra 15% no Terceiro Mundo). Agregue-se a isso a facilidade da fraude fiscal.

O controle ambiental cada vez mais rigoroso e oneroso no Primeiro Mundo foi, ainda, um fator adicional no estímulo à transferência de indústrias para países da periferia, onde a poluição ocorria impunemente. É interessante observar que nessa época começaram a se estruturar os movimentos ecologistas no Hemisfério Norte, cada vez mais articulados politicamente, enquanto o Clube de Roma (uma ONG que agrega expoentes empresariais, políticos, acadêmicos e burocráticos, especialmente de países da OCDE) propugnava pelo *Crescimento Zero* desde 1972. Fala-se cada vez mais no uso de novas formas de energia e em tecnologias que

economizem e sintetizem matérias-primas não renováveis, geralmente produzidas pelos países do Terceiro Mundo, ao lado de uma intensa campanha contra a energia nuclear.

O resultado obtido, como forma de enfrentar a crise, é satisfatório, pelo menos em médio prazo. As indústrias instaladas na periferia, voltadas para a exportação ou elaborando apenas parte de uma mercadoria, exigem meios de transporte baratos e eficazes para vencer as enormes distâncias geográficas. As novas tecnologias do transporte, como os contêineres, as linhas aéreas de carga, as telecomunicações e a informatização vão permitir tanto a exportação eficaz como a distribuição das etapas de produção ao redor de todo o planeta. A *globalização* da produção aprofunda-se rapidamente.

No plano das relações econômicas internacionais, as transferências respondem também à competição entre potências capitalistas. Estas procuravam instalar suas indústrias na periferia dos rivais comerciais e industriais, como forma de obter uma maior competitividade na conquista do mercado interno adversário. A geopolítica dos investimentos mostra o avanço das transnacionais americanas rumo à América Latina (visando tanto ao próprio mercado norte-americano como ao europeu), à Coreia do Sul, a Taiwan, às Filipinas, a Cingapura, às ilhas do Pacífico (para o mercado japonês e norte-americano) e, ultimamente, à África (visando ao mercado europeu). O Japão investe e transfere indústrias para Hong-Kong, Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Oriente Médio, África e, recentemente, América Latina (visando ao mercado dos Estados Unidos). A República Federal da Alemanha tinha então 70% de sua presença econômica externa na América Latina, 10% na Ásia e 10% na África.

As áreas receptoras das indústrias transferidas são, sobretudo, pequenos Estados (Costa do Marfim, Taiwan e Coreia do Sul) ou microestados (Hong-Kong, Cingapura e Ilha Maurício), subdesenvolvidos e superpovoados, ou zonas francas em países de grande ou média extensão (em portos como Manaus no Brasil, ou em fronteiras economicamente estratégicas, como a do México com os Estados Unidos). Os resultados desse amplo processo são

consideráveis: em 1961, a exportação de manufaturados pelo Terceiro Mundo perfazia US$ 4 bilhões e, em 1974, US$ 38 bilhões (US$ 2,5 e US$ 25, respectivamente, em direção ao centro capitalista).

Aqui, há de se fazer uma distinção entre os países que se mantiveram como meras plataformas de exportação e os que adotaram uma estratégia desenvolvimentista, tornando-se Novos Países Industrializados (NPIs). Os primeiros não lograrão obter dessa conjuntura impulsos dinamizadores de longo prazo, como será o caso dos segundos. Os NIPs asiáticos, ou *tigres*, dinamizados a partir da articulação com o capitalismo japonês e, posteriormente, com a ascensão econômica do mundo chinês, farão da Ásia Oriental o polo mais dinâmico da economia mundial.

Os países desenvolvidos tornaram-se, em grande parte, sociedades pós-industriais, concentrando-se progressivamente em novos segmentos de tecnologia avançada e alta lucratividade, bem como em centros financeiros. O primeiro resultado é o crescimento do desemprego, pois a terceirização da economia e o desenvolvimento de novos setores de tecnologia ultrassofisticada são insuficientes para absorver os operários demitidos. O desemprego na Europa Ocidental, que era de 3% em 1971, atingiu 12% em 1985 (chegou a alcançar 18% na Grã-Bretanha, em 1987, e 25% na Espanha, nos anos 1990).

Em volta do Atlântico Norte, milhões de trabalhadores encontravam-se sem emprego. Assim, as transferências atingiram outro de seus objetivos: debilitar o sindicalismo e o movimento operário das nações do capitalismo avançado. Os índices de sindicalização caem acentuadamente, enquanto a prostração e a apatia tomam conta dos trabalhadores. A estrutura transnacional do capital vence sem dificuldades o operariado organizado em âmbito nacional. Greves prolongadas, desesperadas e infrutíferas, como a dos mineiros britânicos e a dos metalúrgicos alemães, apenas confirmam essa tendência.

As economias centrais apresentam, então, um crescimento moderado, ou entram em estagnação. Nas cidades desindustrializadas desenvolvem-se tensões sociais perigosas, pois a reciclagem do trabalho e os paliativos do

Estado são insuficientes. Aliás, a possibilidade de atuação governamental é limitada pela vigorosa ofensiva conservadora dos neoliberais contra *o welfare state* keynesiano. O thatcherismo foi o paradigma de tal modelo, tendo concentrado a renda e elevado o índice de pobreza de 10 para 20% da população britânica. Nos países pós-industriais e neoliberais, enquanto a pobreza relativa e a concentração de renda cresciam, bolsões de miséria absoluta reapareciam triunfalmente nos outrora paraísos consumistas.

Em que consiste o neoliberalismo, cujos efeitos sociais foram descritos? As ideias neoliberais de economistas como Hayek e de determinados círculos empresariais começaram a ganhar audiência nos anos 1970, quando a crise do modelo econômico do pós-guerra introduziu uma prolongada recessão, que combinava modestos índices de crescimento com inflação elevada. Para eles, a crise seria decorrente dos aumentos salariais e dos gastos sociais do Estado, de modo que a solução seria reduzir o tamanho e as funções do Estado, que deveria concentrar-se, sobretudo na estabilidade monetária. Essa política foi perseguida mediante a limitação da emissão monetária, o aumento da taxa de juros, a redução de impostos para os rendimentos mais elevados, a redução dos gastos sociais, a privatização facilitada das empresas públicas e, *last but not the least,* a liberalização dos controles financeiros e comerciais internos e externos.

O neoliberalismo inegavelmente atingiu alguns de seus objetivos-meio: os impostos caíram, a inflação foi drasticamente reduzida, as regulamentações financeiras e comerciais também, o sindicalismo sofreu um acentuado retrocesso, o desemprego tornou-se estrutural, grande parte das empresas públicas foi privatizada e os gastos sociais sofreram acentuada redução. O programa de ajuste neoliberal foi implementado em profundidade nos países anglo-saxões e em algumas nações do Terceiro Mundo.

Contudo, os objetivos-fim tiveram resultados menos favoráveis a retomada de um crescimento estável a taxas elevadas e a eliminação dos déficits governamentais dos países mais importantes não ocorreram. A eliminação das regulamentações financeiras e comerciais criou um sistema

fortemente especulativo, no quadro de um sistema monetário internacional altamente permeável (grande facilidade de transferência e de evasão fiscal) e da articulação de verdadeiros circuitos subterrâneos e informais, geridos no âmbito de empresas privadas e não controlados por governos.

Os gastos militares e de segurança interna, bem como outras despesas decorrentes das consequências sociais da reconversão econômica, têm também impedido que muitos governos equilibrem suas contas. Aliás, os Estados têm dificuldades crescentes em arrecadar, tanto pelas novas regras institucionais de inspiração neoliberal como pelo perfil da economia aberta e globalizada. E, os países capitalistas que obtiveram melhor desempenho econômico e social foram aqueles que aplicaram parcialmente o neoliberalismo (enfatizando mais o controle orçamentário e as reformas fiscais do que os cortes sociais), como é o caso dos escandinavos e do arco alpino, ou que simplesmente o contornaram, como ocorre na Ásia Oriental (Japão, Tigres e países da Ansea).

As reformas socialistas: *Perestroika* soviética x via chinesa

Durante a era Brejnev, a crescente presença internacional da URSS e a melhoria do nível de vida da população haviam exigido um esforço adicional da economia soviética. Na segunda metade dos anos 1970, o *crescimento extensivo* alcançava seu limite, quando também tinha início a Nova Guerra Fria e aprofundava-se a reestruturação das economias capitalistas avançadas, com as quais a União Soviética estabelecera vínculos importantes. A corrida armamentista e os embargos comerciais e tecnológicos atingiram duramente a URSS, onde a envelhecida liderança do grupo Brejnev (uma verdadeira gerontocracia) carecia do necessário dinamismo para responder aos novos desafios externos e à estagnação interna.

À crise polonesa somou-se o peso dos conflitos regionais, como os do Afeganistão, Kampuchea (Camboja), América Central, África Austral e Chifre da África. As reformas de Iuri Andropov, em 1983, não tiveram tempo de frutificar, e o imobilismo do interregno Tchernenko apenas contribuiu para

abortá-las. Em 1985, Mikhail Gorbachev, jovem aliado de Andropov, assume o poder no Kremlin, lançando as políticas reformistas da *Glasnost* (transparência) e da *Perestroika* (reestruturação). No plano interno, democratização política e eficiência econômica baseada em descentralização, criação de um setor mercantil e associação ao capital estrangeiro em algumas áreas da produção.

Paralelamente ao lançamento das reformas internas, Gorbachev desencadeou uma ofensiva diplomática em prol da paz e do desarmamento, oferecendo propostas concretas e desencadeando intensa campanha de propaganda, quando Reagan iniciava seu segundo mandato. A diplomacia da *Perestroika* era uma resposta à ofensiva belicista americana e só pode ser compreendida à luz da guinada conservadora ocidental iniciada em fins dos anos 1970, a qual alterou bruscamente o equilíbrio mundial.

Em dificuldades sérias nos planos econômico, diplomático, militar e ideológico, a URSS buscava evitar o desencadeamento de uma guerra, cujos contornos se esboçavam nos crescentes incidentes internacionais, e sustar uma corrida armamentista cujo ritmo e intensidade não mais podiam ser acompanhados por sua economia. As reformas e a diplomacia da *Perestroika* deveriam também tornar o país mais simpático aos olhos da comunidade internacional, esvaziando estereótipos como o do *império do mal* – que serviam para instrumentalizar a opinião pública, bem como para fomentar uma mobilização interna capaz de reverter o quadro de estagnação e descontentamento latente.

A abertura econômica ao mercado capitalista mundial visava obter tecnologia e recursos para a modernização de determinados setores deficitários, mas continha principalmente componentes políticos. Em uma época de crescente concorrência intercapitalista, em um mercado sem uma elasticidade compatível com a RCT, a abertura do espaço equivalente a um continente, rico em recursos e com numerosa população apta para o consumo, permitiria aliviar a perigosa tensão inerente a tal competição. Dessa forma, a URSS poderia obter uma posição de barganha, a fim de

manipular e tirar proveito político e econômico da rivalidade entre os diversos polos capitalistas.

A estratégia da *Perestroika* teve, entretanto, a lógica de sua eficácia matizada por sérios problemas. Em primeiro lugar, ela continha um grave risco de desestabilização interna para a URSS, para seus aliados do campo socialista e do Terceiro Mundo. Em segundo lugar, os limites das reformas dependeriam da luta política imprevisível dentro do país e da evolução mundial. Como as reformas econômicas não conseguiam avançar, devido à resistência corporativa encontrada, Gorbachev passou a priorizar a *Glasnost*, como forma de desbloquear o processo por meio da mobilização política. A partir de então, o grupo dirigente, que não possuía um projeto estratégico suficientemente definido, iria perder o controle da situação, adotando uma postura meramente reativa e cada vez mais tímida. O que as tendências posteriores evidenciaram foi a concretização das tendências desagregadoras e a evolução das reformas para muito além dos marcos inicialmente pensados.

Se no plano doméstico a eficácia da *Perestroika* em atingir os objetivos propostos produzia efeitos cada vez mais questionáveis, no âmbito internacional seus resultados foram avassaladores após um ano de governo Gorbachev. As diversas negociações diplomáticas sobre o desarmamento, iniciadas em 1986 por proposição do Kremlin, conduziram paulatinamente à instauração de uma nova *détente* entre as duas superpotências. As negociações incluíam tanto o desarmamento propriamente dito quanto a cooperação comercial e financeira. Contudo, se no Hemisfério Norte a nova situação parecia favorecer a política soviética, no Terceiro Mundo o quadro era diverso. A transição social dos regimes revolucionários da periferia fora bloqueada pela Nova Guerra Fria e seus Conflitos de Baixa Intensidade. Esses regimes se tornaram os principais alvos da ofensiva conservadora e das concepções implícitas na nova *détente* soviético-americana.

A resolução política dos conflitos regionais, do Kampuchea à Nicarágua, implicava num recuo da URSS e de seus aliados. Os soviéticos retiraram-se do Afeganistão (quando a situação militar encontrava-se equilibrada), os

cubanos iniciaram sua retirada de Angola (depois de infligir uma esmagadora derrota aos sul-africanos na batalha de Cuito Cuinavale) e os vietnamitas, do Kampuchea (quando a guerrilha encontrava-se sem iniciativa). Os EUA e seus aliados, porém, intensificaram o apoio às facções anticomunistas em luta para derrubar alguns desses regimes, após a redução do apoio soviético aos mesmos. Além disso, Moscou teve de reduzir ou cortar a ajuda militar, diplomática ou econômica a seus demais aliados da década de 1970.

Que razões levaram o Ocidente, em particular os EUA, a substituir sua Nova Guerra Fria pela nova *détente* proposta pelos soviéticos? Em primeiro lugar encontra-se a consciência de que a URSS não oferecia mais qualquer perigo, o que era evidenciado pelo *Novo Pensamento* da equipe Gorbachev. Como resultado da estagnação interna de fins dos anos 1970 e dos desastrosos efeitos econômicos da corrida armamentista e das pressões diplomáticas dos anos 1980, Moscou encontrava-se literalmente extenuada. Em segundo lugar, os EUA também conheciam problemas com a concorrência japonesa, as tendências autonomistas europeias e seu atolamento nos conflitos do Terceiro Mundo, num momento em que sua própria economia mostrava-se limitada para suportar o esforço estratégico-militar requerido pela política da *nova direita*.

Os Estados Unidos viram agravar-se, ao longo dos anos 1980, sua situação internacional. Sua tecnologia perdera terreno em muitos setores, a taxa de investimento era inferior a dos demais polos capitalistas avançados, o comércio continuava deficitário, o orçamento aumentara seu desequilíbrio, a infraestrutura encontrava-se defasada e a dívida interna e externa havia crescido exponencialmente. No campo social, o acesso a serviços essenciais ficou mais limitado, havendo o aumento paralelo da pobreza e criminalidade.

O desemprego e a falência de empresas atingiu seu pior nível desde a crise de 1929. No plano exterior, apesar do discurso duro, a administração Reagan encontrava inúmeras dificuldades, com os resultados obtidos ficando muito aquém do esforço empregado. Aliás, muitos dos sucessos de

seu governo deviam-se ao desenvolvimento de muitas políticas lançadas por Carter, como a dos Direitos Humanos. Assim, era preciso aproveitar as vacilações soviéticas, acolhendo as iniciativas de Gorbachev, para ganhar politicamente o que não fora possível obter no terreno militar.

É importante acrescentar que a redução da demanda aguçava a competição por mercados e recursos entre os países industrializados, reduzindo ainda mais a margem de manobra dos EUA. Enquanto o discurso livre-cambista crescia, verdadeiras guerras comerciais, políticas protecionistas tarifárias e não tarifárias, *dumping*, subsídios governamentais às exportações, entre outros mecanismos, atingiam níveis inéditos. A RCT incrementou os fenômenos inerentes à lógica competitiva do capitalismo, tanto no plano social como no nacional.

O fim da década assistiu também a um importante e complexo fenômeno, a crise do socialismo. A URSS passou a enfrentar internamente os efeitos desestabilizadores da *Perestroika*. Algumas das medidas adotadas tentavam corrigir desvios do socialismo, enquanto outras se orientavam rumo ao capitalismo ou simplesmente mergulhavam no caos. Constantes greves, indefinições e contradições das reformas provocaram uma série crise econômica, enquanto jovens quadros e gerentes aproveitavam-se das reformas para tentar implantar uma economia de mercado em proveito próprio, transitando, sem problemas, da ortodoxia socialista para a defesa crescente do capitalismo liberal. Essa crise econômica, as nascentes desigualdades sociais e o descontentamento acumulado ensejaram críticas abertas, agora permitidas pela *Glasnost*, sem que o governo respondesse pelo menos às mais absurdas. A frustração crescia, pois nenhum resultado prático era obtido pela simples liberdade de discussão.

O passo seguinte foi a implementação de reformas políticas, tais como a apresentação de várias candidaturas a cada vaga legislativa, abrindo-se em seguida a possibilidade de inscrições de não comunistas. Mais importante, entretanto, foi a descentralização que acompanhou essas medidas. Gorbachev esperava, assim, criar um novo quadro político visando a desbloquear as reformas econômicas. O resultado desse processo foi o

crescimento vertiginoso e caótico da mobilização, em âmbito local, regional e republicano.

Em face da crescente desagregação das estruturas político-institucionais, do enfraquecimento do poder central e da decomposição dos referenciais ideológicos, os líderes locais, tanto os de oposição como os leais ao sistema, procuraram construir ou salvar suas bases de poder na esfera local. A *Perestroika* demonstrou ser capaz de desarticular o sistema anterior, mas não parecia possuir meios para construir nada de novo em seu lugar. O retraimento da ação estatal deixava um vazio que era preenchido pela criminalidade, pelo clima de desmoralização, de "salve-se quem puder" e pela apropriação de empresas públicas por setores da cúpula político-administrativa, por meio das privatizações.

A consequência foi a aglutinação da tensão latente em torno de bandeiras separatistas, nacionalistas e étnico-religiosas, conduzindo à agressão aos vizinhos ou ao massacre covarde de minorias étnicas isoladas, como no Cáucaso e em algumas repúblicas soviéticas muçulmanas, ou simplesmente revalorizando nacionalismos anacrônicos e reacionários, como no próprio Cáucaso e nos países bálticos. Esse fenômeno também atingiu profundamente o "comunismo liberal" (ou "autogestionário") da Iugoslávia, orientado pelo FMI nos anos 1980, onde ressurgiram, na esteira da crise econômica, tensões étnicas que se encontravam confinadas aos manuais sobre a História da Primeira Guerra Mundial. Se no plano internacional a *Perestroika* eliminou a mentalidade de Guerra Fria da maior parte da opinião pública ocidental, por outro lado introduziu um clima de desmoralização ideológica dentro da esquerda, apenas enfatizando os aspectos negativos da Revolução Soviética e do socialismo.

Até 1989, a RP da China, a Iugoslávia e a Romênia eram os únicos países socialistas elogiados no Ocidente – os primeiros, por sua abertura econômica ao mercado mundial; o terceiro, por haver aceitado a austeridade do FMI para o pagamento da dívida externa; e todos, por sua independência diplomática em relação ao Kremlin. A bancarrota da Iugoslávia fez desaparecer as referências elogiosas ao seu socialismo de

mercado, a guinada diplomática da *Perestroika* tornou a Romênia objeto de severas críticas e logo a China também seria afetada. O país seguia um caminho de mudanças diferentes das soviéticas. Pequim desencadeou suas reformas internas e sua abertura externa essencialmente no plano econômico (desde os anos 1970), sem estendê-las no político.

Os reformistas de Deng Xiaoping desencadearam seu processo de mudanças quando a RCT encontrava-se ainda em sua fase inicial, além de aproveitar uma conjuntura internacional mais favorável, conservando seu sistema político (possibilitando estabilidade e controle sobre as reformas). O grupo gorbachoviano, ao contrário, priorizou, desde 1987, as reformas políticas e perdeu o controle, no momento em que se agravavam os antagonismos sociais e a produção mergulhava no caos. Portanto, estas se dão sem um plano estratégico claramente definido, sem controle político e, pior ainda, num momento em que a dianteira tecnológica do capitalismo já era inalcançável.

Os efeitos internacionais da *Perestroika* e a facilidade com que a URSS estava sendo integrada ao sistema mundial, em uma posição de subordinação, levaram determinadas forças políticas (dos EUA, de Taiwan, de Hong Kong e da própria China) a tentar conduzir a RP da China pelo mesmo caminho, buscando capitalizar o descontentamento social e a divisão interna do PC, como forma de alcançar a democratização. Não se tratava de mera conspiração, pois as tensões sociais que acompanhavam as economicamente bem-sucedidas reformas chinesas eram consideráveis, além de os dirigentes se encontrarem divididos quanto aos rumos, à velocidade e aos limites dessas mesmas reformas.

O imobilismo do PCC frente à crise que se desenhava (a descentralização tendia a regionalizá-lo) exasperava a população, que o via como uma instituição inútil. A situação de conflito que perpassava o partido, o Estado e a própria sociedade materializou-se na mobilização estudantil, que logo arrastou consigo outros segmentos com objetivos divergentes. Um movimento popular multifacetado e contraditório emergia no país, e o jovem empresariado e os ultrarreformistas do PCC, nucleados pelo primeiro-

ministro Zhao Ziyang, procuraram capitalizá-lo em sua luta contra os reformistas moderados (*neoautoritários*), como um *movimento pela democracia*.

A concentração popular na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), ponto de inflexão desse confronto, não por coincidência ocorria durante as comemorações do Movimento de 4 de maio de 1919 e a visita de Gorbachev, que deveria encerrar três décadas de divergência sino-soviética. Verdadeira revolta popular do mundo urbano, o movimento cria um vazio de poder, levando os veteranos octagenários (antigos reformistas) a enfrentar-se com os novos reformistas e a *Jeunesse Dorée* americanizada. Diante da determinação dos estudantes, a velha guarda e os partidários do *neoautoritarismo* agruparam-se em torno do último personagem carismático, Deng Xiaoping, recorrendo ao exército popular para desencadear a repressão em junho de 1989, causando centenas de mortes. O regime foi salvo *in extremis*, impedindo que a China tivesse o mesmo destino que a URSS, mas tal acontecimento logo seria eclipsado pelo Leste Europeu, profundamente afetado pela *Perestroika*.

7.3 O fim da Guerra Fria, a queda do Leste Europeu e a desintegração da URSS (1988-1991)

A convergência soviético-americana e a queda do Leste Europeu

Na Polônia, a crise econômica se intensificava devido à incompetência do grupo dirigente, à baixa produtividade da agricultura (majoritariamente privada) e ao endividamento externo resultante da montagem de uma industrialização exagerada, voltada para a exportação. O descontentamento popular expressou-se no apoio ao heterogêneo sindicato Solidariedade, que o estado de sítio imposto pelo General Jaruzelski, em 1981, não conseguiu desarticular. Em agosto de 1989, sem mais alternativas e com apoio soviético, o governo era entregue a um Solidariedade agora predominantemente conservador, cujo programa defendia a implantação de uma economia de mercado.

Era a queda de um regime que não conseguiria avançar na transição socialista, pois não lograra coletivizar a agricultura nem consolidar o domínio do partido-Estado, uma vez que a conservadora Igreja Católica polonesa mantivera intacta sua grande força política interna e seus vínculos exteriores. A escolha de um papa polonês e da ala conservadora em 1978, no auge da crise, não fora gratuita. Paralelamente, a Hungria seguia o mesmo caminho, com a formação de um governo de centro-direita que renunciava à via socialista. Ironicamente, a abertura política húngara ocorria quando seu "socialismo de mercado", implantado nos anos 1960 (o qual inspirou a *Perestroika*), começava a naufragar, na esteira do endividamento externo e da inflação.

Esses dois eventos não foram considerados surpreendentes, uma vez que em ambos os países existia um forte sentimento popular antirrusso e anticomunista. Sem dúvida, os comunistas locais eram pouco influentes antes de 1945, o que fez com que sua ascensão ao poder tivesse sido condicionada pelo suporte soviético e pela fusão com os social-democratas majoritários. Isso produziu regimes frágeis, com escassa legitimidade

política. Além disso, no caso da Hungria pesava o fato de o país ter sido o mais fiel aliado do III Reich na Segunda Guerra Mundial contra o Exército Vermelho, bem como o ressentimento pela intervenção soviética em 1956. A facilidade com que os dirigentes comunistas foram afastados do poder nos dois países, bem como a aprovação de Gorbachev a essa mudança, encorajaram as oposições dos outros regimes socialistas do Leste Europeu e seus aliados externos a passar à ofensiva.

A pressão voltou-se então contra os regimes socialistas com melhor desempenho econômico, a RDA e a Tchecoslováquia, os últimos bastiões do stalinismo. Em uma operação articulada pelo novo governo húngaro (em troca de investimentos da RFA) e pelo governo alemão-ocidental, turistas alemães-orientais que se encontravam em férias na Hungria aproveitaram para emigrar (recebendo estímulos apreciáveis): 5% dos oitocentos mil que lá estiveram no verão de 1989 não retornaram para casa. Cresceram os protestos (apoiados pela Igreja Luterana) e a crise durante a comemoração do 40º aniversário da RDA, que contaram com a presença de Gorbachev.

A situação insustentável levou o dirigente alemão-oriental Erich Honecker a renunciar e seus sucessores, a abrir o Muro de Berlim em novembro, para evitar um novo êxodo e dar credibilidade às incipientes reformas. A atuação política e econômica da RFA na RDA, então, passou a ser direta. No mesmo mês caía o governo tcheco, após uma série de protestos praticamente não reprimidos (a *Revolução de Veludo*). O teatrólogo dissidente Vaclav Havel formou um governo centrista. Na Bulgária, onde sequer existia oposição organizada, a ala reformista do PC desfechou um golpe palaciano assim que surgiram os primeiros protestos, conservando o poder sob a nova roupagem.

Na acuada Romênia, as expectativas criadas pela *Perestroika*, o descontentamento com o racionamento imposto para pagar a dívida externa (saldada em setembro) e o imobilismo do regime de Ceaucescu fizeram eclodir protestos populares, logo reprimidos. Na cidade de Timissoara, uma rede de televisão francesa, com suporte de autoridades locais, apresentou os acontecimentos como um grande massacre, que

serviu de catalisador para a opinião pública. Na esteira desses fatos, foi desfechado um golpe militar (encorajado pela URSS), derrubando o velho ditador.

Seguiu-se uma miniguerra civil (visivelmente exagerada pela mídia), na qual populares e o exército atacavam prédios defendidos por remanescentes da *Securitate*, a polícia política. Tal espetáculo visual destinava-se a impactar a opinião pública mundial, mostrando que, em meio às chamas, o comunismo desaparecia, juntamente com o "vampiro romeno", que foi fuzilado. Dos setenta mil mortos inicialmente anunciados, posteriormente foi confirmado apenas 1% deles. O poder foi dominado pela Frente de Salvação Nacional, uma corrente do próprio governo comunista, responsável pelo golpe.

Assim, devido ao fim da Guerra Fria (ocorrido em 1987-1988), no segundo semestre de 1989, os regimes socialistas pró-soviéticos da Europa Oriental foram varridos, praticamente sem resistência interna e externa. As razões para a URSS ter permitido e mesmo auxiliado tal processo se deveram à perda de importância estratégica de seu *glacis* defensivo na era dos mísseis intercontinentais e ao elevado custo político-econômico da manutenção da maioria desses regimes. Eliminava-se, assim, um dos obstáculos à *détente* com o Ocidente, e em dezembro de 1989 Moscou assinava um Acordo de Cooperação com a Comunidade Europeia, no caminho da materialização do sonho gorbacheviano de uma *Casa Comum Europeia*.

O colapso do regime socialista e do Estado soviético

O colapso do regime socialista e do Estado soviético

Após a queda do Leste Europeu, na URSS, a luta pelo poder continuava, pois a *Perestroika* se transformara numa "catastroika". O *Komsomol*, a juventude comunista, se tornara uma escola de empreendedorismo, ou formação de empresários. Segundo Keeran e Kenny (2004),

> as forças econômicas do lado sombrio da sociedade soviética exigiam legitimidade e poder. O mercado negro e a máfia russa se multiplicavam como vermes. A empresa privada, e as "cooperativas" fictícias cresciam. Os ambiciosos e gananciosos apoiantes de Boris Ieltsin

> faziam pressão no sentido de uma mudança drástica para a passagem radical à economia de mercado. Se [este] substituísse a planificação, os altos funcionários e diretores podiam aspirar a uma riqueza sem precedentes. Era evidente de que lado o vento soprava (p. 177).

O passo seguinte foi a implementação de reformas políticas, tais como a apresentação de várias candidaturas a cada vaga legislativa, abrindo-se, em seguida, a possibilidade de inscrições de não comunistas. Mais importante, entretanto, foi a descentralização que acompanhou essas medidas. Gorbachev esperava, assim, criar um novo quadro político visando a desbloquear as reformas econômicas. O resultado desse processo foi o crescimento vertiginoso e caótico da mobilização, em âmbito local, regional e republicano.

Face à crescente desagregação dos marcos político-institucionais, ao enfraquecimento do poder central e à decomposição dos referenciais ideológicos, os líderes locais, tanto os de oposição como os leais ao sistema, procuraram construir ou salvar suas bases de poder na esfera local. A *Perestroika* demonstrou ser capaz de desarticular o sistema anterior, mas não parecia contar com meios para construir nada de novo em seu lugar. O retraimento da ação estatal deixava um vazio que era preenchido pela criminalidade, pelo clima de desmoralização, de "salve-se quem puder" e pela apropriação de empresas públicas por setores da cúpula político-administrativa, por meio das privatizações.

Gorbi continuou seu processo de mudança política, separando o Partido do Estado cada vez mais, tornando-se Presidente da URSS em março de 1990 por indicação do parlamento federal. Na mesma eleição, os autodenominados democratas (anticomunistas pró-mercado) venceram em Moscou e em Leningrado, encontrando em Ieltsin seu decidido líder e instalando um poder dual, que inexistia desde 1917. Ele voltou à política, depois de perseguido por Gorbi desde 1987, e foi eleito deputado por Sverdlovsk; abandonou o PCUS e depois foi eleito presidente da Federação Russa, cargo criado em abril de 1991, num acordo com Gorbachev, em troca do apoio ao Tratado da União, que este queria aprovar. Ieltsin tinha um mandato popular direto, de que Gorbachev carecia, e começou a luta

decisiva: implantar a passagem ao capitalismo, fase radical da *Perestroika*. Mas, para isso, ele teria de se livrar da União Soviética e agir apenas na Rússia, onde tinha poder para tanto.

Gorbi recorreu ao FMI, pois nada obtivera em troca da cessão do Leste Europeu, apenas conselhos para uma reforma de preços. Seus aliados ocidentais começavam a abandoná-lo e a pressão pela terapia de choque era cada vez maior. Mas grande parte de seu grupo de apoio achava tal estratégia uma loucura. Enquanto isso, Ieltsin nomeava elementos pró-mercado, que entendiam que o controle local permitiria um rápido processo de privatizações, o que as repúblicas mais ricas já haviam percebido. A consequência foi a aglutinação da tensão latente em torno de bandeiras separatistas, nacionalistas e étnico-religiosas, conduzindo à agressão aos vizinhos ou ao massacre de minorias étnicas isoladas, como no Cáucaso e em algumas repúblicas soviéticas muçulmanas, ou simplesmente revalorizando nacionalismos anacrônicos, como no próprio Cáucaso e nos países bálticos.

Assim, a *Perestroika* de Gorbachev, depois de entregar ao Ocidente quase todo seu patrimônio diplomático e de abrir sua economia, ingressou em uma crise terminal, com o caos social e econômico e os conflitos etnico-políticos generalizando-se. Em março de 1991, um plebiscito aprovou a manutenção de uma federação renovada por 76% dos votos (a União de Estados Soberanos), a qual concederia maior autonomia às repúblicas e repartiria o controle acionário do patrimônio econômico da União entre elas (proporcionalmente à população de cada uma), sem, entretanto, desmembrá-lo. Ora, tratava-se de um mecanismo que equilibraria as forças centrífugas, o que desagradou as repúblicas mais ricas, geralmente possuidoras de uma população menor. Mas o enfraquecimento do PCUS eliminou o único mecanismo capaz de manter unida uma população heterogênea.

Isso potencializava ainda mais os conflitos étnico-regionais, resultantes do processo de descentralização política. Com o enfraquecimento do poder central e a introdução da competição política, tanto as lideranças locais

comunistas como a oposição passaram a organizar-se no plano regional, derivando cada vez mais para as plataformas nacionalistas e mobilizando as populações com essa bandeira. Enquanto, em algumas regiões, ocorriam crescentes e sangrentos enfrentamentos intercomunitários (como na Ásia Central e no Cáucaso), em outras as Frentes Populares nacionalistas tentavam obter a independência (repúblicas bálticas). Na Lituânia, tal política conduziu ao choque armado entre as forças federais e as regionais em 1991, gerando imediata pressão ocidental contra a "intromissão" de Moscou em seu próprio país.

Em meados de 1991, enquanto Gorbi ia à reunião do G-7 (os sete maiores países capitalistas industriais) pedir ajuda e voltava de mãos vazias, o ex-comunista Boris Ieltsin interditava a atuação do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em todas as instituições públicas russas. Ele ainda tentava modificar o Tratado para poder controlar as receitas da Federação Russa, o que seria, concretamente, o fim da URSS. Em 19 de agosto de 1991, um grupo de assessores de Gorbachev, em face do descalabro da situação, formou o Comitê Estatal para o Estado de Emergência (CEEE), furiosos com o que percebiam como a rendição de Gorbachev a Ieltsin. Na estância balneária onde se encontrava em férias, Gorbachev foi informado das tratativas e aconselhado a passar o poder ao vice-presidente, Guennadi Ianaev, que proclamaria a lei marcial, poria ordem em tudo e evitaria o colapso do Estado. "Nada lhe é exigido, faremos todo trabalho sujo por si", disse-lhe Blakanov, do Conselho de Defesa.

A posição de Gorbachev, alienado da realidade, foi hostil, mas a ideia não era a sua derrubada. Com pouca firmeza, os membros do CEEE fizeram uma Declaração ao Povo Soviético pela TASS, que dizia: "surgiram forças extremistas que [fomentam] a liquidação da URSS, o colapso do Estado e a tomada do poder". Denunciava as reformas econômicas de "aventureiros que [provocaram] queda acentuada nos padrões de vida da população e no florescimento da especulação e da economia-sombra", apelando pelo debate de um novo Tratado da União. Entretanto, os "democratas" falavam e agiam livremente voltados para o Ocidente e para o público interno, se

entrincheirando no parlamento, que não foi tomado pelo CEEE.

O estranho e mal articulado “golpe de Estado” (inclusive com os soldados desarmados), desencadeado pelo segundo escalão do grupo Gorbacheviano, procurou deter o processo de desagregação do país (sem abandonar as reformas). Na verdade, não se tratava, tecnicamente, de um *golpe*, porque era o uso de um dispositivo legal pelo próprio governo. Mas foi suplantado pelo golpe melhor articulado de Ieltsin, que assume o poder de fato e ignora o plebiscito que optou pela manutenção de uma federação renovada. Gorbachev retorna para um poder puramente formal, embora houvesse um amplo apoio desorganizado contra Ieltsin.

As repúblicas federadas aproveitaram a crise para proclamar sua independência e apropriar-se do patrimônio da União localizado em seu território, algumas delas lideradas por nacionalistas de direita ou de centro-direita, e outras, por comunistas desejosos de evitar a caça às bruxas desencadeada por Ieltsin. Do desmembramento da URSS surgiram novos países: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldova (eslavos); Estônia, Letônia, Lituânia (no Báltico); Armênia, Geórgia, Azerbaijão (no Cáucaso); Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão (na Ásia Central Muçulmana). Gorbachev revelou-se, então, uma figura patética, assistindo impotente à dissolução oficial da URSS em 25 de dezembro de 1991. Ieltsin articulou com as novas repúblicas (exceto as bálticas) a Comunidade de Estados Independentes (CEI), um organismo com pouca consistência material e institucional. É fundamental lembrar que as cinco repúblicas da Ásia Central, a Armênia e a Bielorrússia foram, até o fim, contrárias ao desmantelamento da URSS, e se tornaram “independentes” contra a vontade de seus povos e dirigentes.

Teses sobre a figura de Gorbachev e o colapso da URSS

A derrubada do socialismo e a desintegração da URSS foi o resultado de algumas ações concretas, como a desarticulação do Partido por suas lideranças, a entrega dos meios de comunicação a grupos antissocialistas, a privatização e abandono da propriedade pública e do planejamento, o

separatismo e a subjugação às potências capitalistas. Segundo Keeran & Kenny (2004), "não foram insuficiências amorfas e abstratas da democracia socialista que 'causaram' esta política. A direção de Gorbachev no PCUS iniciou tudo isso como opções políticas conscientes" (p. 238).

Dentre as explicações sobre o colapso, as mais comuns são as seguintes: a) vícios do socialismo; b) oposição popular; c) fatores externos; d) contrarrevolução burocrática; e) falta de democracia e centralização excessiva; e f) o fator Gorbachev. Sobre o primeiro ponto, muitos argumentaram que o regime político "contrariava a natureza humana e estava destinado ao fracasso". Embora possa haver críticas à manutenção de mecanismos da época da tomada do poder e deformações decorrentes da tensão da Guerra Fria, nada disso produziu a crise ou o colapso do regime por mais de 70 anos. Pelo contrário, foi a mudança que causou a catástrofe, referida por Putin como "a maior tragédia da história russa". Quanto à existência de uma oposição popular, empiricamente se constata que o descontentamento surgiu no final, e não no início da Era Gorbachev. Portanto, foi mais efeito que causa.

A propósito dos fatores externos, ainda que tenham sido consideráveis, como foi visto, a URSS seguia forte como nas épocas de cerco e sanções, que, aliás, foram mais a regra do que a exceção durante sua existência. Com relação à chamada contrarrevolução burocrática, pode-se argumentar que o elemento detonador do colapso foi a luta entre as facções de Gorbachev e Ieltsin. A elite Partido-Estado reagia aos acontecimentos e não os iniciava, porque as estruturas vigentes não permitiam isso. O problema maior foi a emergência da segunda economia (ou economia paralela), que corrompeu parte da sociedade e do aparato, não o Partido em si mesmo.

Interessante e recorrente é o argumento de que a falta de democracia e a excessiva centralização seriam o fator principal. Ocorre se tratar de uma tese idealista e a-histórica, porque explica a evolução histórica pela aproximação ou distanciamento de um ideal. Os teorizadores deste argumento desconhecem a história da democracia liberal e da socialista. O liberalismo só gradualmente disse ser democrático como valor (em geral

quando foi desafiado socialmente), enquanto o socialismo sempre defendeu o governo das classes mais baixas. Mas, então, por que a população teria assistido passiva à destruição do seu Estado dos trabalhadores? Segundo Keeran & Kenny (2004),

> ocorreu de fato a resistência da classe operária, mas por que foi insuficiente? (...) A maioria de uma população de uma sociedade industrial avançada submeteu-se passivamente enquanto uma minoria transformou a riqueza comum em lucro privado, empobreceu o resto da população e pela primeira vez na história desmodernizou uma sociedade. A aquiescência de uma população a políticas que comprovadamente não servem os seus interesses constitui um fenômeno perturbante, bem conhecido nos países capitalistas e é muito mais comum do que seria de supor. É uma acusação que se pode fazer tanto à democracia liberal como à socialista[18].

Finalmente, há os que veem em Gorbachev apenas um traidor ou um elemento sem ideologia, que apenas perseguia o poder. Mesmo tentadora, esta tese tem alguns problemas, pois ele não agiu sozinho e havia um contexto e uma base de apoio. Ao se afastar das ideias de Andropov, ele se aproximou de outras velhas teses do Partido, defendidas por Bukharin e Krushov. E as ideias e ações ganharam expressão no quadro dos interesses do setor dinâmico (mesmo que parasitário) vinculado às atividades privadas ilegais. Na mesma linha, tentar identificar uma agenda prévia e ações premeditadas não condiz com a realidade. Os indícios mais relevantes

> parecem apontar para um líder superficial que agiu impetuosa, impulsiva e contraditoriamente. Embora as políticas de Gorbachov tenham em última análise formado um padrão de capitulação aos interesses internos, pequeno-burgueses, liberais e corruptos, e à pressão imperialista externa, isto no início não era evidente.
> O farol que orientou os seus passos foi o oportunismo e não um plano ou um desígnio premeditado. Não foi a história da traição de um só homem, mas antes a história do triunfo de certa tendência no interior da própria revolução (Ibid, p. 274).

O significado internacional do colapso do socialismo de tipo soviético

Com o desaparecimento do campo soviético, restaram como países socialistas Cuba (sob forte pressão norte-americana), Coreia do Norte, Vietnã e China, os dois primeiros associando o capital internacional às empresas estatais e os dois últimos introduzindo reformas econômicas de mercado, mas todos conservando os regimes políticos calcados no partido-Estado de inspiração leninista. Por que razão sucumbiram justamente os países mais industrializados do socialismo real?

Esses países, nucleados em torno da URSS, por participarem mais ativamente do jogo internacional da Guerra Fria tiveram de fazer frente a demandas maiores do que teve a China, por exemplo. Não se pode perder de vista o fato de que o campo socialista geria uma base econômica de dimensão apenas regional, ao passo que o capitalismo apoiava-se em uma economia mundial e, o que é mais importante, o sistema mundial funcionava dentro de uma lógica capitalista. Logo, a evolução do contexto mundial e a incapacidade interna de resposta a essa mudança foram mais decisivas do que a estagnação em si mesma.

Além da ofensiva da Segunda Guerra Fria, o capitalismo mostrou uma grande capacidade de reciclagem econômico-tecnológica e elaborou novos e eficazes mecanismos de propaganda e legitimação social. Com a erosão dos valores socialistas, precisamente a elite técnico-burocrática comunista (sobretudo sua *nomenklatura*) pôde assumir o poder e reimplantar a propriedade privada dos meios de produção em proveito próprio, tornando-se, assim, uma classe social dominante. A tendência que se afirmou foi a de o antigo campo soviético desempenhar um papel internacional semelhante ao do Terceiro Mundo, ao menos por certo período.

Há várias leituras para a queda da URSS. Segundo Frederic Jameson,

> O colapso da União Soviética não se deveu ao fracasso, mas ao sucesso do comunismo (…) como uma estratégia de modernização. (…) [Ela] "tornou-se" ineficiente e entrou em colapso quando tentou integrar-se a um sistema mundial que estava passando da fase de modernização para a fase pós-moderna [que funcionava com] um nível incomparavelmente mais alto de "produtividade". Atraída por uma competição militar-tecnológica calculada, pela isca da dívida e por formas de competição comercial que se intensificavam cada vez mais, a sociedade soviética ingressou em um ambiente no qual não poderia sobreviver, [pois], como lembra Wallerstein, o bloco soviético, a despeito de sua importância, não constituía um sistema alternativo ao capitalismo, mas apenas um anti-sistema, um espaço dentro dele[19].

A desintegração da União Soviética e a derrocada do regime socialista em seu território ocorreram de forma desconcertante, tomando de surpresa inclusive os serviços de inteligência ocidentais e muitos analistas renomados. A segunda superpotência, detentora de imensos recursos econômico-sociais e político-militares, desapareceu de forma insólita, deixando um vazio de poder, de forma relativamente pacífica. Foi um caso inédito de "renúncia de poder" e desorganização por parte da envelhecida elite soviética, que se tornara uma espécie de "gerontocracia" (governo de velhos).

O desaparecimento da União Soviética encerrou o ciclo histórico da primeira geração de revoluções socialistas nucleadas pela Revolução Russa. O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção da URSS. A segunda, decorrente

das frentes antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste Europeu, tanto com as "revoluções pelo alto" impulsionadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto com as revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia.

A terceira, paralelamente, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa, a qual pode ser acrescentada a Coreia do norte. Finalmente, a descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de algumas revoluções socialistas, como a cubana, a vietnamita e as africanas dos anos 1970. Desde então, não mais ocorreram revoluções socialistas[20]. Nesse sentido, a Revolução Soviética não teria representado propriamente a implantação do comunismo, mas sim um ensaio de transição do capitalismo ao socialismo. Este, da mesma forma que a passagem do feudalismo ao capitalismo, não poderia ocorrer nos marcos do Estado nacional, mas no plano internacional, com estancamentos, recuos e desvios para, posteriormente, retomar seu curso, segundo definia o marxismo.

A Revolução Soviética representou também um processo de desenvolvimento autônomo relativamente bem sucedido, apesar do que afirmam os críticos. A modernização soviética mostrou que a industrialização e o desenvolvimento da ciência em um grande país relativamente fechado era viável, apesar de seus custos e distorções, e, sobretudo que isso pode ocorrer sem o endividamento externo e a absorção dos recursos de outras nações. A planificação socialista provou ser possível queimar etapas no desenvolvimento, sem passar necessariamente pelo modelo capitalista (embora isto tenha um custo elevado). Isto decorre do fato de que existe um nível de desenvolvimento global já assegurado. Mas é necessário um planejamento e um órgão controlador para o desenvolvimento, o que reforça o fenômeno burocrático.

Embora a falta de democracia seja um dos traços mais indiscutíveis dos regimes socialistas, os objetivos sociais da democracia foram realizados pela Revolução Soviética e representaram um desafio ao Ocidente capitalista. Aos elevados índices obtidos no campo da saúde, educação, alimentação,

habitação, lazer e longevidade da população, pode-se acrescentar uma divisão mais equitativa dos custos do desenvolvimento.

O progresso tecnológico não impediu a existência do pleno emprego, embora isso tenha gerado uma baixa produtividade individual, a falta de criatividade e o desperdício de recursos. De outra parte, os países capitalistas, especialmente os desenvolvidos, tiveram que responder ao desafio social da Revolução Soviética implementando uma ampla reforma no Ocidente, a qual era demandada pelo movimento operário. A aplicação da teoria keynesiana, a ampliação dos direitos políticos e dos direitos sociais como a educação foi, em boa medida, resultante do impacto da Revolução Soviética.

No plano diplomático, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e em função dos seus resultados, a URSS tinha de ser integrada à comunidade internacional, não como Revolução, mas como Estado nacional. Contudo, as duas dimensões eram, em certa medida, inseparáveis. Assim, a "pátria do socialismo" tornou-se a "outra superpotência", o que permitia aos Estados Unidos se constituírem na superpotência líder do "mundo livre" e do capitalismo mundial, unificado-o sob seu comando. Com a iniciativa estratégica e comandando um sistema mundial capitalista, os EUA lograram manter a URSS numa posição defensiva e reativa.

Temendo sempre por sua segurança, Moscou procurou administrar diplomaticamente sua natureza antagônica, freando os processos de ruptura revolucionária quando sua posição era respeitada, estimulando-os quando se sentia ameaçada. Mas a unidade do movimento comunista sofreu uma erosão progressiva, e o mundo bipolar foi se tornando um sistema tendente à multipolaridade. A descolonização mundializou o sistema westfaliano de Estados-nação e o nacionalismo transformou-se em uma nova força internacional, que não pôde ser disciplinada, nem pela Casa Branca nem pelo Kremlin. Todavia, a Guerra Fria continuou sendo uma realidade dominante na política mundial.

Mesmo com essas limitações, o socialismo e a União Soviética representavam uma ameaça para o mundo capitalista. Em primeiro lugar, é

preciso notar que a Revolução Soviética constituiu a primeira ruptura bem sucedida ao sistema vigente e sua durabilidade, eficácia econômico-militar e poder de atração tiveram um forte impacto mundial. Mito ou realidade, o socialismo orientado desde Moscou perturbou a vida das sociedades e governos Ocidentais, seja como movimento político, ideologia crítica ou ameaça diplomático-militar. Era um desafio que precisava ser denegrido e superado constantemente, tendo representado uma espécie de eixo aglutinador da vida política Ocidental e da própria história mundial.

No final do século XX, com a transformação do paradigma fordista, que embasou tanto a hegemonia norte-americana como a formação econômica soviética, a Guerra Fria chegou ao seu fim. Contudo, o capitalismo havia iniciado a transição para novas formas, com a revolução tecnológica e a globalização, o que fez com que os EUA, embora enfraquecidos, continuassem a liderar um sistema que se renovava, enquanto a URSS foi incapaz de se reformar.

Mas a China, país socialista que se aliara aos EUA e iniciara reformas, viria a constituir um elemento sistêmico alternativo, tornando-se um desafio de novo tipo, tanto externo (socialista) quanto interno (de mercado, parcialmente globalizado). Essa nova e gigantesca transformação está se dando em um quadro em que as ideias e movimentos socialistas se encontram severamente enfraquecidas, embora a globalização neoliberal esteja projetando a questão social como o elemento decisivo para a estabilização do mundo no início do século XXI.

O fim da bipolaridade e o sistema internacional

Efeitos do fim da bipolaridade para o sistema mundial

O fim da Guerra Fria marcou o fim de uma época, na medida em que era tanto um conflito como um sistema. A falta de uma ameaça antagônica externa pôs fim a um elemento de coesão do sistema como um todo e, particularmente, da hegemonia americana. Segundo Fred Halliday,

> não são apenas os sistemas e os conflitos pós-1945 que parecem estar em questão. Os eventos de 1989 colocaram em questão não apenas Yalta e Potsdam, mas também o que fora estabelecido em uma conferência anterior, a de Versalhes. Mais do que qualquer coisa, a

explosão na Europa nos leva de volta ao período da Primeira Guerra e, em alguns aspectos, a épocas anteriores[21].

A tese do "fim da História", formulada por Francis Fukuyama e implícita na Nova Ordem Mundial de George Bush (pai), surgidas logo após a queda do Muro de Berlim, sinalizavam em direção a um mundo capitalista único e estável, caracterizado pela paz, pela democracia e pela prosperidade, com a globalização servindo de panaceia universal. Obviamente, o mundo conheceu um triunfo do capitalismo, que se tornou praticamente o *único* sistema vigente no mundo, pois revelou uma excelente capacidade de se renovar. Isto não significa, todavia, que o sistema internacional tenha forjado uma nova ordem estável em longo prazo. Uma acelerada competição intrassistêmica passou a ocupar o lugar da competição intersistêmica.

Isto porque, juntamente com a Guerra Fria encerrou-se a *Pax Americana*, abrindo-se um novo período de crise sistêmica e de transição a uma nova ordem, marcado pela luta por um novo paradigma e liderança internacionais. E, nesse sentido, é importante notar que os EUA, apesar de proclamar o advento de "um novo século americano", são hoje um país com tendência a um declínio relativo. A globalização gerou a regionalização, com a formação de blocos político-econômicos competidores: a Europa busca autonomia e a China (com a Ásia Oriental) apresenta um avanço notável, enquanto mesmo na periferia surgem (ou ressurgem) polos de poder como Índia, Brasil e Rússia. A tendência aponta, portanto, também em direção ao surgimento de um sistema multipolar.

Aos Estados Unidos falta um rival equivalente e de mesmo peso, o que gera desequilíbrios político-militares, mas também econômicos e societário-culturais. A Guerra Fria era um mundo "moderno", e Washington tem dificuldade em navegar nas águas violentas e imprevisíveis da pós-modernidade, pois o século do socialismo foi, igualmente, o século americano. Agora existe um tempo fluido, que torna a força (declinante) da América um poder desfocado em relação à nova realidade. Segundo Emmanuel Todd comentou na véspera da guerra do Iraque,

Não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para

> aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirma a atual visão banal de uma América invulnerável. Um quadro realista [mostra] uma grande nação cuja potência foi incontestável, mas que o declínio relativo parece irreversível. Os Estados Unidos eram indispensáveis ao equilíbrio do mundo; eles não podem hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A América, pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o "eixo do mal" não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras[22].

Assim, o fim da Guerra Fria dissolveu os elementos aglutinadores que eram a base da hegemonia americana e dos mecanismos de controle sobre os seus aliados, que hoje buscam seus próprios caminhos, no quadro de uma competição renovada e de ação de tendências centrífugas. Novas forças históricas estão operando e surge espaço para a afirmação de novos protagonistas na política mundial. Mas eles ainda não têm condições de substituir os EUA que, sem adversários à altura, seguem na liderança. Isso se deve mais à imaturidade dos demais do que pela força da América.

Quanto à Rússia, que foi a potência sucessora da URSS, viveu momentos traumáticos de desintegração e retrocesso, mas começou a rearticular-se uma década após o fim do seu comunismo. Mas a União Soviética não ressurgirá do renascimento da Rússia, fazendo já parte da história de um século que se encerrou. Contudo, ela possui capacidades militares e recursos naturais expressivos, além de representar uma "ponte terrestre" entre a dinâmica Ásia oriental e uma Europa ocidental que esboça certa autonomia.

Para um número crescente de autores, a geopolítica está de volta (embora com outro conteúdo), pois a Eurásia (Império terrestre), antes dividida, estaria ressurgindo como realidade e conceito estratégico. Daí a lógica da reação anglo-americana (Império marítimo) a conflitos paralelos à desintegração da URSS, como a Guerra da Iugoslávia (1991-99), do Iraque (desde 1990) e a intervenção na Ásia central, esta última um pouco posterior. Isto tudo num contexto de afirmação de blocos regionais (liderados pela Rússia, China, Japão, Índia, condomínio franco-alemão, África do Sul, Brasil e, inclusive, EUA), que almejam a uma lógica diplomática

multipolar.

Conclusão

Os duzentos e quinze anos compreendidos entre o nascimento dos Estados Unidos e a morte da União Soviética constituem um período histórico marcado por profundas transformações, com o advento da moderna sociedade urbano-industrial. Foi caracterizado pela consolidação e maturação do capitalismo e, logo, por sua contestação pelo socialismo. Foi, também, uma fase de profunda mundialização e integração global, primeiramente conduzida pela Europa sob a liderança da Inglaterra e, depois, pelos Estados Unidos da América, potências comerciais, industriais e marítimas. Através de processos conflitivos, o sistema de Westfália se espraiou por todo o planeta. O apogeu deste ciclo, contudo, como lembra Paul Kennedy, marca o início do declínio da potência hegemônica. Mais do que o termo de uma liderança, é um ciclo de quinhentos anos que atinge seu limite na passagem do século XX ao século XXI.

Os Estados Unidos saíram vitoriosos da Guerra Fria, mas o mundo sobre o qual estruturam sua hegemonia está desaparecendo cada vez mais rapidamente. Todavia, a velocidade com que se deu o desaparecimento da URSS não permitiu que Washington reformulasse a ordem internacional, nem que surgisse uma alternativa à liderança americana (a liderança japonesa acabou antes mesmo de iniciar). Aliás, a ideia de uma potência sucessora parece incorreta, na medida em que a configuração de blocos cria outro tipo de ator internacional, o "mega-Estado". Seja como for, a América pemanece como o elemento central do poder e da economia mundiais

ainda ao menos por algum tempo, nos marcos de uma acelerada globalização, revolução informativa e estruturação da sociedade do conhecimento.

Com o fim da Guerra Fria, tornou-se visível a emergência de um desafio de novo tipo à ordem mundial anglo-saxônica: o desenvolvimento asiático crescentemente liderado pela China. Trata-se de um fenômeno embrionário, que enfrenta pressões ocidentais e que tem a característica de um modelo híbrido, parcialmente interno e parcialmente externo ao sistema. Se a economia asiática está associada ao mercado mundial, por outro lado guarda substancial autonomia político-militar, uma vez que a China mantém seu regime socialista, além de ser um país em desenvolvimento que se encontra no centro do poder mundial (capacidade nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU).

Esta aparente contradição tem permitido ao país manter uma original forma de atuação internacional, sem que até o momento tenha emergido uma confrontação aberta com os Estados Unidos. Mais do que isso, os países asiáticos têm mantido uma organização societária oposta ao liberalismo individualista ocidental, que pode gerar respostas alternativas ao desafio da modernização tecnológico-produtiva e um modelo distinto para a sociedade internacional no início do novo século/milênio.

Nos quadros da estruturação de uma nova ordem mundial, tal desafio poderia levar a um conflito, na perspectiva do "choque de civilizações". Contudo, é preciso ressaltar que este fenômeno está tendo lugar justamente quando começa a se esgotar o ímpeto expansivo do Ocidente, iniciado há quinhentos anos com as Grandes Navegações. Antigas civilizações voltam a ocupar um espaço destacado no mundo, como a Índia e a China, enquanto na periferia surgem novos centros como Brasil e África do Sul (que com a Rússia, viriam a constituir o BRICS). Assim, os novos fenômenos mundiais coincidem com uma transição histórica de longa duração, na perspectiva braudeliana.

Que tendências marcam a passagem do século que encerrou e do que iniciou? Com o colapso do socialismo no Leste Europeu, foram formuladas

uma série de previsões ufanistas que assinalavam o início de uma Nova Ordem Mundial, fundada na paz, prosperidade e democracia. Os problemas pendentes em pouco seriam resolvidos, com muitos articulistas destacando que o século XXI, que inaugurou o Terceiro Milênio em 2001, deveria trazer a consolidação desta nova sociedade globalizada. A estabilidade do novo mundo seria garantida pela mão invisível do mercado que, no final, equilibraria a sociedade. Contudo, dez anos depois de tais profecias, o planeta parecia mergulhado em incertezas e problemas consideráveis, e os princípios enunciados não se cumpriram, ou apenas se cumpriram de forma parcial.

Em lugar da paz, seguiram-se anos de confrontos sangrentos que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo. Mesmo a tradicional violência do Oriente Médio, ganhou nova dimensão com o avanço do terrorismo islâmico e as incertezas geradas pela Primavera Árabe. A globalização, ainda que lançando bases para um crescimento ulterior, gerou desemprego estrutural, recessão em vários países (com retrocesso da produção industrial) e instabilidade financeira mundial, em meio à concentração de renda. A democracia liberal, por sua vez, realmente hoje é adotada (ao menos formalmente) pela maioria esmagadora dos países. Entretanto, a década de 1990 apresentou o maior grau de despolitização das populações em todo o século. As abstenções, onde não há voto obrigatório, batem recordes históricos.

Mas é preciso considerar que não se trata do fim do mundo, mas da crise de um modelo que foi proposto como o "fim da História". Contra essa previsão, a História insiste em manter-se viva e se manifesta com crescente intensidade. Os efeitos da aceleração da globalização colocaram o neoliberalismo frente a um impasse. O desemprego tornou-se não apenas estrutural, como, mesmo em regiões e/ou épocas em que se registra crescimento econômico, tem ocorrido uma redução de postos de trabalho, na medida em que, geralmente, este crescimento se dá em setores de ponta, que empregam tecnologia avançada. A concentração de renda atingiu níveis alarmantes, ainda que quase um bilhão de pessoas tenha

saído da linha de pobreza.

A ausência ou fragilização do emprego produziu uma grave *exclusão social de novo tipo*: milhões de pessoas simplesmente não têm qualquer função dentro da economia capitalista. Isto não apenas traz consequências graves no tocante ao desaparecimento de mercados, quanto produz reações desesperadas e perigosas por parte dos perdedores. Nas grandes cidades, novos centros da vida econômica pós-moderna, as classes abastadas se isolam em bairros e condomínios protegidos, enquanto, no plano internacional, os países desenvolvidos se fecham aos imigrantes vindos da periferia. Estes afluem em grande número do campo para a cidade no Sul e, destas para o Norte, devido aos efeitos sociais da reestruturação econômica. Depois de cinco séculos de migrações do Norte para o Sul, desde os anos 70 observa-se a inversão do fluxo.

O Norte conta hoje com uma população de pouco menos de um bilhão de pessoas, enquanto o Sul, mais de cinco vezes esta cifra. Além disso, mais de 90% dos nascimentos ocorrem no Terceiro Mundo. Nos quadros de uma globalização conduzida sob os parâmetros do neoliberalismo e da RCT, tal situação gera uma *população excedente absoluta* e uma manifestação de inquietude no Norte, devido à invasão dos "bárbaros". Isto, contudo, não significa uma tendência irreversível, e sim os efeitos desestruturantes vinculados a um processo de modernização, que assegura ganhos futuros para a humanidade.

As mudanças atualmente em curso produzem um choque semelhante ao gerado pelo desencadeamento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, em que o capitalismo levou mais de um século para mostrar-se um sistema "civilizado" de bem-estar, a partir da Segunda Guerra Mundial. Contudo, é preciso considerar que, ao longo do período 1830-1945, milhões de europeus tiveram que emigrar ou foram dizimados por guerras devastadoras, e que, se esta população tivesse permanecido ou sobrevivido, ela representaria hoje meio bilhão a mais na população europeia. O problema, contudo, é que hoje não existem mais "espaços vazios" para serem ocupados, e o Norte rechaça os imigrantes. O resultado tem sido uma

espécie de *neomalthusianismo,* devido à regressão sanitária e alimentar, resultantes dos custos sociais dos planos de ajuste macro- econômicos.

Como foi dito antes, o núcleo desenvolvido do sistema internacional apresenta atualmente evidentes sinais de declínio. Retira-se de áreas desinteressantes da periferia, conservando apenas "ilhas" úteis, geralmente megalópoles globalizadas do Sul, responsáveis pela drenagem dos recursos locais. Sua cultura revela traços de decadência e de incapacidade frente ao atavismo cultural do Sul (retorno a movimentos e ideias do passado). Como o Império Romano em seu estágio final, o Ocidente reflui sobre seu bastião original.

Quanto à grande revolução neoliberal, se assemelha ao período da Restauração conservadora de 1815 a 1848. Naquela época, parecia que o *Ancien Régime* havia triunfado sobre a Revolução Francesa, mas a Restauração apenas estava tornando mais agudas as contradições existentes. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como criando impasses para a economia. A RCT, longe de realizar-se apenas como modernidade, está produzindo igualmente uma situação conflitiva, sobretudo com sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, as quais têm colocado em xeque as estruturas sociais existentes. Como decorrência desta situação, em meados dos anos 1990, a situação política começou a mostrar sinais de alteração.

Com o advento da instabilidade financeira a partir de 1997, depois de muitos anos de refluxo da esquerda, manifestações de massa em defesa do emprego (e depois pela paz) expressaram-se pelo mundo. O advento dos megaprotestos que acompanham as reuniões da OMC, FMI e Banco Mundial deram origem a um novo movimento de contestação, que se aglutinou no Fórum Social Mundial, desde janeiro de 2001. Trata-se de uma nova forma de protagonismo da esquerda no plano mundial. Em vários países, igualmente, a esquerda voltou ao poder (embora com políticas moderadas), enquanto as questões sociais gradativamente passam a recuperar espaço na agenda política.

Contudo, o protesto social, às vezes manifestado como revolta, ainda não encontrou partidos e lideranças capazes de torná-lo uma força política apta a passar à ofensiva contra um neoliberalismo que começa a perder a vitalidade. Também é preciso considerar que tem crescido politicamente a influência das máfias, de atores sociopolíticos obscurantistas, de fenômenos religiosos retrógrados e que existe uma ampla audiência para movimentos irracionalistas de direita (e mesmo de esquerda).

Muitas vezes, é inevitável uma comparação com o final da Idade Média europeia. Trata-se da Nova Idade Média, à que se refere o conceituado analista financeiro Alain Minc:

> de repente, tudo se inverte: espaços imensos voltam ao estado de natureza; as máfias não parecem mais um arcaísmo em vias de extinção, e sim, uma forma social em plena expansão; uma parte das cidades escapa à autoridade do Estado e mergulha numa inquietante extraterritorialidade; milhões de cidadãos, no coração das cidades mais ricas e mais sofisticadas, cambaleiam na sombra e na exclusão: novos bandos armados, novos saqueadores, novas *terra incógnita*[23].

Todavia, não se trata de um colapso, mas de uma transição, e há que diferenciar globalização (um processo histórico objetivo) e neoliberalismo (uma forma de regulação do capitalismo globalizado). A Revolução Científico-Tecnológica, que impulsiona a globalização, tende a ser *socialmente condicionada*. A RCT e a economia globalizada, pelo nível alcançado em termos de produtividade do trabalho, criaram condições históricas para que todas as necessidades materiais da humanidade possam ser equacionadas. E isto poderá ser obtido por meio de uma *ação política*, uma vez que a ideia de que existe uma lógica econômica que, *a priori*, implicaria uma marginalização social é falsa, porque o neoliberalismo constitui, essencialmente, apenas uma forma conservadora de regulação do gigantesco processo de modernização atualmente em curso. Ou seja, esta modernização pode ter distintos desdobramentos.

Hoje, a luta pela criação de empregos através da redução da jornada de trabalho e a manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos constitui uma necessidade objetiva para que a RCT e a globalização se realizem como modernidade. Os recursos gastos com a geração de

empregos, a criação de direitos sociais e a redução da jornada de trabalho, certamente, diminuiriam o montante destinado aos investimentos econômicos. Isto produziria, em compensação, uma dupla vantagem: criaria mercados domésticos estáveis, garantindo a demanda das empresas e limitando a concorrência internacional desenfreada, e reduziria um pouco o ritmo de modernização tecnológica, permitindo que a sociedade obtenha o tempo necessário para criar estruturas compatíveis e adaptar-se.

Assim, a realidade mundial atingiu tal dinamismo sob a globalização, que se produziram novos e imensos desafios e possibilidades. É preciso identificar o impacto de tendências como a megaurbanização e o futuro do Estado-Nação. De qualquer maneira, alguns imperativos são claros: o individualismo e a sociedade de consumo (inimiga do meio ambiente) tendem ceder lugar a uma sociedade norteada por valores societários. Por este caminho os benefícios da ciência e da civilização tenderão a ser estendidos ao conjunto da humanidade. A alternativa a estes imperativos seria a estagnação ou a regressão, em meio à violência indiscriminada, tal como já ocorreu em outras fases da história. Em 11 de setembro de 2001, mesmo os que se recusavam a pensar estas questões, viram-se na contingência de fazê-lo.

Os estudos demográficos da ONU indicam uma progressiva redução do crescimento da população mundial e seu envelhecimento. Em meados do século XXI ela se estabilizará e, mesmo, poderá sofrer certa redução. Os problemas ambientais e sociais vêm ganhando mais espaço na agenda mundial e os movimentos chamados *antiglobalistas*, na verdade se batem pela inclusão da questão social, ambiental e democrática na globalização, que até agora privilegiou unicamente os fluxos comercial, financeiro e tecnológico.

Por fim, as ondas de violência e fanatismo contemporâneos, representam radicalizações que acompanham processos de modernização em curso, como no mundo islâmico (da mesma forma que na Europa há três séculos). Nele, as taxas de fecundidade e casamento entre primos caíram quase 50% nos últimos 25 anos, enquanto a alfabetização cresceu significativamente,

especialmente entre as mulheres. O próprio terrorismo global é um fenômeno transitório. Desta forma, o planeta tende a se estabilizar em meados do século, apesar das atuais aparências em contrário.

A China atingiu a posição de segunda economia mundial, enquanto os Estados Unidos e a Europa se encontram em tendência recessiva desde a crise de 2008, que não cessa de se aprofundar. Por incrível que pareça, a África é hoje, assim como o Brasil, uma região de crescimento e desenvolvimento. São fenômenos que eram impensáveis há poucos anos. A história, neste sentido, representa uma das melhores ferramentas para a compreensão das relações internacionais e das tendências evolutivas do mundo.

Referências

ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. *A potência do dragão*: a estratégia diplomática da China. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

ADAMS, Willi Paul. *Los Estados Unidos de América*. México: Siglo XXI, 1983.

ADSHEAD, S. A. M. *China in World history*. London: MacMillan Press, 2000 (3rd edition).

AMIN, Samir. *Los desafios de la mundialización*. México: Siglo XXI, 1997.

AROSTÉGUI, Julio, BURCHRUCKER, Cristian, y SABORIDO, Jorge. *El mundo contemporâneo:* história y problemas. Buenos Aires: Editorial Biblos/ Barcelona: Crítica, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BENDER, Thomas. *A Nation Among Nations*. America's place in world history. New York: Hill and Wang, 2006.

BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. *El siglo XX:* II - Europa despues de la segunda guerra mundial 1945-1982. Madrid: Siglo XXI, 1983. (Historia Universal Siglo XXI; v. 35).

BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. *El siglo XX:* III - Problemas mundiales entre los dos bloques de poder. México: Siglo XXI, 1982. (Historia Universal Siglo XXI; v. 36).

BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELLECK, Reinhart. *La época de las*

revoluciones europeas (1780-1848). México: Siglo XXI, 1984. (Historia Universal Siglo XXI; v. 26).

BLAIR, Alasdair. *The European Union since 1945*. Harlow: Pearson, 2010.

BULLOCK, Alan (Org.). *El siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. (Historia de las civilizaciones; v.11).

CALGANO, Alfredo Eric, e CALGANO, Alfredo Fernando. *El universo neoliberal*. Madrid; Buenos Aires: Alianza, 1995.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2003.

CHANDRA, Bipan; MUKHERJEE, Mridula; MUKHERJEE, Aditya. *India since independence, 1947-2000*. New Delhi: Penguin Books India, 2000.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 2 v.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações:* a época contemporânea. São Paulo: DIFEL, 1977. (v.15, 16 e 17).

DALZIEL, Nigel. *The Penguin Atlas of the British Empire*. London: Penguin Books, 2006.

DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. *História do Século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1988. 4 v.

DUNBABIN, J. P. D. *The Post-Imperial Age*. The great powers and the wider world. London and New York: Longman, 1994.

FERRO, Marc. *História das colonizações*: das conquistas às independências. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOSSAERT, Robert. *El mundo en el siglo XXI*: una teoria de los sistemas mundiales. México: Siglo XXI, 1994.

GARCIA de Cortázar, Fernando; LORENZO Espinosa, José. *Historia del mundo actual:* 1945-1992. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

GOEHRKR, Carsten; HELLMANN, Manfred; LORENZ, Richard; SCHEIBERT, Peter. *Rusia*. México: Siglo XXI, 1983.

GONZÁLEZ Casanova, Pablo (Org.). *América Latina:* história de meio século. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. 2v.

HALL, John Whitney. *El Império Japonés*. México: Siglo XXI, 1985.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; FAPA, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

____. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HEALE, M. J. *Contemporary America*. Power, dependency, and globalization since 1980. Oxford: Wiley-Blackwell. , 2011.

HILL, Ronald. *Soviet Union*. Politics, economics and society. London and New York: Pinter Publishers, 1989.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda*: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era das Revoluções (1789-1848).* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

____. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

____. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

____. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ILIFFE, John. *África, história de um continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KEERAN, Robert; KENNY, Thomas. *Socialism Betrayed:* Behind the collapse of the Soviet Union. New York: International Publishers, 2004.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *Historia del Africa negra*. Del siglo XIX a la época actual. Madrid: Alianza Universidad, 1980.

KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Istmo, 1992. (v. 2).

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais I:* Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.

LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOHBAUER, Christian. *História das relações internacionais II:* o Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1996.

MACINTYRE, Stuart. *A concise History of Austrália*. Cambridge: Cambridege University Press, 2004.

McEVEDY, Colin. *The Penguin Atlas of Recent History*. London: Penguin Books, 1982.

McEVEDY, Colin. *The Penguin Atlas of North American History*. London: Penguin Books, 1988.

MOORE Junior, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Ed. Cosmos; Santos: Livraria Martins Fontes, 1975.

OLIVER, Douglas. *Las Islas del Pacifico*. Barcelona: Melusina, 2002.

PACAUT, Marcel; BOUJU, Paul. *O mundo contemporâneo:* 1945-1975. Lisboa: Estampa, 1979.

PALMADE Guy. *La época de la burguesia*. México: Siglo XXI, 1980. (Historia Universal Siglo XXI; v. 27).

PALMER, Alan. *Diccionário de Historia del Siglo XX*. Barcelona: Grijalbo, 1983.

PARKER, R. A. C. *El siglo XX:* Europa 1918-1945. México: Siglo XXI, 1982. (Historia Universal Siglo XXI; v. 34).

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

____ (Org.). *Rússia:* desafios presentes e futuros. Curitiba: Juruá, 2010.

RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Brasília: UnB; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas* (1815 aos nossos dias). Brasília: IBRI, 2000. (2 v.).

SEGRILLO, Ângelo. *O fim da URSS e a nova Rússia*: de Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000.

SELLIER, Jean. *Atlas de los Pueblos de Africa*. Barcelona: Paidós, 2005.

____. *Atlas de los Pueblos de Asia*. Barcelona: Paidós, 2005.

SHULZINGER, Robert. *American diplomacy in the twentieth century*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1996.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v.

TAYLOR, A. J. P. *The Habsburg Monarchy 1809-1918*. London: Penguin Books, 1990.

THIBAULT, Pierre. *O tempo da contestação:* 1948-1969. Lisboa: Dom Quixote, 1981. (História Universal; v. 13).

THOMPSON, Edward et al. *Exterminismo e guerra fria.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOUCHARD, Jean. *História das ideias políticas.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 7 v.

TOYNBEE, A. J. *Estudos de história contemporânea*. Brasília: UnB; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

____. *A América e a Revolução Mundial.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do Japão no final do século XX*. São Paulo: Annablume; Fundação Japão, 2001.

VÁRIOS AUTORES. *História do século 20*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. 4 v.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional:* o sistema interafricano e sua inserção internacional. Curitiba: Juruá, 2009.

____. *Relações diplomáticas da Ásia:* articulações regionais e afirmação mundial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O descompasso entre as nações.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis.* Durham: Duke University Press, 2004.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional.* Brasília: UnB, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of Capital.* London & New York: Verso Press, 2003.

WRIGHT, Stephen (Ed.). *African foreign policy*. Boulder: Westview Press, 1999.

1 HUNTZINGER, Jacques. ***Introduction aux relations internationales.*** Paris: Éditions du Seuil, 1987.

1 O Tratado de Methuen, amplamente favorável a essa, foi assinado em 1703.

2 LESSA, Antônio Carlos. ***História das Relações Internacionais:*** a ***Pax Britannica*** e o mundo no século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.

3 Principados eclesiásticos da Alemanha, repúblicas aristocráticas de Veneza e de Gênova na Itália e a Polônia.

4 Quando da assinatura do tratado, foram confeccionados três exemplares: um exemplar ficou em Viena, com Metternich, outro foi entregue a Talleyrand e enviado imediatamente à Paris, e o terceiro foi enviado por Castlereagh ao príncipe regente inglês, Jorge.

5 DUROSELLE, Jean Baptiste. ***A Europa de 1815 aos nossos dias*** (Vida Política e Relações Internacionais). São Paulo: Pioneira, 1985.

6 POTEMKIN, V. P. e outros. ***História de la Diplomacia.*** De la Antigüedad a la guerra franco-prussiana. Tomo I. Mexico: Editorial Grijalbo, 1966.

7 No princípio do século XIX, as Ilhas Britânicas constituem um único Estado, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, formado por quatro países diferentes: a Inglaterra, o País de Gales, a Escócia e a Irlanda, agregadas, respectivamente, à Coroa britânica pelos Acordos de União de 1707 e 1800. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (coords.). ***História do Século XIX.*** Portugal: Europa-América, 1997.

8 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (coords.). ***História do Século XIX.*** Portugal: Europa-América, 1997.

9 FOSSAERT, Robert. ***O mundo no século XXI:*** uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

10 Imortalizado por Charles Chaplin em seu clássico filme ***Tempos Modernos.***

11 A Áustria possuía a Lombardia-Venécia e estava ligada à maioria dos dirigentes italianos.

12 DUROSELLE, Jean Baptiste. ***A Europa de 1815 aos nossos dias*** (Vida Política e Relações Internacionais). São Paulo: Pioneira, 1985.

13 A China possuía um cerimonial diplomático, diferente do que existia na Europa. Os embaixadores dos Estados vassalos eram obrigados a cumprir o seguinte rito: deveriam cair nove vezes frente ao imperador. Antes da audiência, o diplomata deveria cumprir esta cerimônia diante do nome do imperador ou diante do trono vazio. O mesmo era exigido aos embaixadores estrangeiros.

14 Referência a uma vitória do Rei do Épiro, na história antiga, em que as perdas superaram os ganhos.

15 Knickerboker, H. R. ***Alemanha, fascista ou soviética?*** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.

16 ROCHE, Alexandre. "A Segunda Guerra Mundial", in ***História: ensino e pesquisa.*** Porto Alegre: Sulina: 1985. (n. 2)

17 LÉVESQUE, Jacques. ***L'URSS et sa politique internationale, de Lénine à Gorbachov***. Paris: Armand Colin, 1987, p. 153.

18 Seguindo sua argumentação, os autores lembram que "muitas das formas políticas soviéticas tradicionais – os jornais, os sovietes e o próprio PC – foram subvertidos por Gorbachev depois de 1985. Assim, ao passo que a maioria da população soviética ainda se opunha à privatização da propriedade, à eliminação do controle de preços e à ruptura da URSS, os modos tradicionais de expressão das opiniões estavam a desaparecer. [Além disso], é provável que a passividade dos trabalhadores tenha em parte acontecido porque ao mesmo tempo que Gorbachev e outros dirigentes comunistas provocaram a erosão do nível de vida da população, da segurança econômica e do próprio socialismo, prometiam aos trabalhadores um socialismo melhor e privavam-nos das próprias instituições através das quais eles tinham antes exprimido os seus pontos de vista" (Idem, p. 272-3).

19 JAMESON, Frederic, "Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente", in WOOD, Ellen; FOSTER, John (Orgs.). ***Em defesa da história.*** Marxismo e pós-

-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 192-3.

20 Ver VIZENTINI, Paulo. “As revoluções socialistas”, in SILVA, Francisco Teixeira da (Org.). O século sombrio. ***Uma história geral do século XX.*** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

21 HALLIDAY, Fred. ***Repensando as relações internacionais.*** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999, p. 274. O trecho citado foi redigido em 1990.

22 TODD, Emmanuel. ***Depois do Império.*** A decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

23 MINC, Alain. ***A nova Idade Média.*** São Paulo: Ática, 1994. p. 55.